



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CLÍSSIO SANTOS SANTANA

**“ELE QUERIA VIVER COMO SE FOSSE HOMEM LIVRE”:
ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO TERMO DE CACHOEIRA (1850-1888)**

Salvador
2014

CLÍSSIO SANTOS SANTANA

**“ELE QUERIA VIVER COMO SE FOSSE HOMEM LIVRE”:
ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO TERMO DE CACHOEIRA (1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires

Salvador
2014

S232 Santana, Clássio Santos
“Ele queria viver como se fosse homem livre”: escravidão e liberdade no termo de cachoeira (1850-1888). / Clássio Santos Santana. – 2014.
163 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

1. Escravidão – Recôncavo (Ba) - 1850-1888. 2. Escravo – Condições sociais – Cachoeira (Ba). 3. Liberdade. 4. Autonomia. I. Pires, Maria de Fátima Novaes. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 326

CLÍSSIO SANTOS SANTANA

“ELE QUERIA VIVER COMO SE FOSSE HOMEM LIVRE”:
ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO TERMO DE CACHOEIRA (1850-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em __02__ de _____ Outubro__ de 2014.

Maria de Fátima Novaes Pires – Orientadora _____.
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Isabel Cristina Ferreira dos Reis _____.
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Walter Fraga Filho _____.
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Clíssio Santos Santana		212116594	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
"Ele queria viver como se fosse homem livre": Escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Maria de Fátima Novaes Pires - orientadora		341272325-87	
Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB)		349 135 305 00	
Walter Fraga Filho (UFRB)		759160105-59	

ATA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Clíssio Santos Santana, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria de Fátima Novaes Pires, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca considera que a dissertação de Mestrado atende plenamente às exigências previstas pelo Programa de Pós-graduação em História. Promove com êxito um bom inter-relacionar entre fontes, bibliografia e interpretações, e, por último, recomenda a sua publicação.

SSA, 02/10/2014: Assinatura do aluno:

SSA, 02/10/2014: Assinatura da orientadora:

À mainha, **Maria Lúcia Vieira Santos**, que sempre me cobriu com as suas águas e traçou planos de voo para mim, antes mesmo das penugens brotarem sobre a minha pele. Odòyá, Mainha!

À painho, **Florisvaldo Souza Santana**, pelo ensino da primeira palavra – BAHIA – rabiscada no chão e pelas múltiplas (e) Histórias de “chupa tutano” e “caipora”. Salve Frônzin Maiador!

SALVE GERAL!

Sempre adorei os agradecimentos de todos os gêneros. Leio prazerosamente, mesmo quando não conheço os autores dedico uma atenção especial para esse momento. Talvez, pelo fato de imaginar que, através dos agradecimentos, possa conhecer um pouco mais dos autores e dos diversos percursos da escrita, ou possa ser apenas uma mania de querer saber mais um pouco daquilo escondido por detrás dos textos. Independente dos significados filosóficos, agradecer é: partilhar, reconhecer, lembrar, saudar e festejar um momento ímpar carregado de felicidade e sensação de dever cumprido. Chegou o meu momento!

Diversas pessoas, em variados momentos, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Algumas dedicaram tempo e atenção com textos, palavras e ideias confusas e, por vezes, foram obrigadas a responder pacientemente milhares de dúvidas que surgiam a cada dia no decorrer da pesquisa. Outras ofertaram amor, amizade, carinho, companheirismo e paciência. Muitas me presentearam com risadas e longas conversas em mesas de bar e nos intervalos para os cafezinhos nas aulas, arquivos e bibliotecas onde pesquisei.

Em primeiro momento quero saudar minha mãe, D. Maria Lúcia Vieira Santos. Mulher guerreira que sempre dedicou sua vida e saúde ao cuidado dos seus seis filhos. Trabalhando na roça, em feiras, em cozinhas e em tanques de lavar alheios nos ensinou os descaminhos e caminhos da vida. Até mesmo aqueles, que um dia achei que era o mais correto, D. Lúcia estava lá, ativa e disposta a proteger sua cria e tangê-la para outros caminhos. Não sei se seguir o caminho mais certo, mainha, mas tenho certeza que, dentre os ofertados, foi o menos perigoso e mais impensável.

Além dela, quero agradecer:

Ao meu pai Florisvaldo Souza Santana, pelas longas histórias inacreditáveis que nos contou e conta. Agradeço por um dia ter tido a paciência, em meio a tantos afazeres, de me ensinar a tracejar as primeiras letras e palavras com um graveto em um monte de areia, sentados em um tronco de árvore no terreiro de nossa casa “velha”. De lá para cá, painho, venho tentando escrever muitas outras palavras e contar variadas Histórias. Obrigado.

A cada uma das minhas irmãs e irmãos tenho muito que agradecer: À Andréia Santos Santana (Deinha), além de ter sido uma segunda mãe, agradeço por ter rompido as barreiras sociais e raciais e me provado que a Universidade também era um direto do nosso povo. À Ângela Maria Santos Santana (Gó), pela eterna parceria, gargalhadas, resenhas e pelos seus tickets que tanto me ajudaram. Valeu “cumade”! À Michele Santos Santana (Chele), pela sua

fúria divertida, sempre disposta a defender os irmãos – os meninos – mais novos. A Florisvaldo Santos Santana (Juninho), pela cumplicidade, cuidado e espelho, que, mesmo distante, pelos caminhos da vida, se faz presente no meu cotidiano. A Marral Santos Santana (Rau), que me ensinou a respeitá-lo e a admirá-lo ao longo de nossas divergentes jornadas. Saúdo minha Vó Edinalva (Dí) e seu companheiro Eliotério (Avô Lió), pelas rugas da experiência que carregam e pelo carinho contido em me chamar, apenas eles, de Tico. O que falar dos pequenos, Maria Eduarda, Maria Clara, Guilherme (Gui), Bernardo (Bê) e a caçulinha Maria Júlia (Juju), que sempre me presentearam com abraços e beijos saudosos? Ao meu compadre Valter de Jesus Filho (Valtinho), pela eterna disposição em ser solidário.

Durante minha graduação em História em Cachoeira, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tive a oportunidade de conviver com uma gama de professores/as que muito me ajudaram. Agradeço aos professores Leandro Almeida, Maria Regina Maura, Paulo de Jesus, Tânia Santana, Rosy de Oliveira e Luiz Antônio de Araújo pelas dúvidas, atenção e compromisso que sempre tiveram comigo, por me emprestar livros e textos, indicar referências, comentar cuidadosamente provas, comunicações em eventos e, atenciosamente, responder dúvidas nos corredores da Universidade. Com todos/as, e com muitos outros/as, aprendi a respeitar a História como ofício.

Ainda em Cachoeira - UFRB-, tive a honra de ser aluno e monitor bolsista do professor Antonio Liberac Simões Pires, com ele aprendi e continuo aprendendo muito sobre os meandros das culturas e dos sujeitos negros “marginalizados”, teoria e metodologia de pesquisa histórica, além de lições de vida, solidariedade e negritude. Valeu Liberac!

À professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, quero dirigir-me em especial. Não tenho palavras com que agradecê-la pelo seu imenso carinho e múltiplas ajudas. Sempre preocupada com minha formação acadêmica, leu cuidadosamente a versão inicial do projeto de pesquisa e participou da qualificação e defesa, sugeriu modificações e ampliação de análises, corrigiu ortografia, deu concelhos, indicou e emprestou livros tudo com uma imensa gentileza, humildade e solidariedade.

Por intermédio do professor Walter Fraga Filho fui inserido no mundo da pesquisa. Sob sua preciosa orientação, fui bolsista PIBIC durante dois anos. Sua participação na banca de qualificação e defesa foi fundamental para o amadurecimento do texto e aprofundamento das análises. Seu rigor e compromisso com a pesquisa, seu amplo conhecimento sobre a História do Recôncavo e sua criatividade foram fundamentais na minha formação.

Nas ruas de Cachoeira, fui abraçado pelo Axé das pessoas do Recôncavo, foram elas que me tiraram dúvidas sobre o nome de ruas antigas, casas, sobrados, praças, fazendas, monumentos, pessoas e famílias. Agradeço ainda a Tiago Manga, Kinho Batera, Rony Bonn, Badinho, Ivonildo Coroca, Lêro, César do bar da feira, Ivo Açogueiro, Roque, do bar do reggae, D. Ana, Tia Nalva e muitas outras pessoas que, em muitas prosas, me ajudaram a compreender um pouco mais sobre o Recôncavo, sua gente, costume e História. Contei com a “bença” de minha madrinha D. Maria Bonifácia de Ogum Megege, que me “protege” desde a graduação diariamente com a espada posta do seu pai e que, em longas conversas, compartilhou suas reminiscências sobre a vida de uma quituteira de tabuleiro nas feiras e festas de todo o Recôncavo. Ogunhê! Bença, Madrinha!

Os espaços de militância negra foram fundamentais na minha formação pessoal e amadurecimento acadêmico. Às irmãs e aos irmãos do Núcleo AKOFENA, agradeço por me permitir fazer parte de sua história de militância comprometida. Vida longa irmãs e irmãos do AKOFENA! Ao Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária – saúdo pela força e compromisso com que vem conduzindo a “Campanha Reaja ou Será Morto! Reaja ou Será Morta!” que, há anos, luta contra o genocídio do povo preto. Essas pessoas, através de ações de rua, debates e reuniões fizeram com que eu compreendesse as diversas estâncias políticas de minha pesquisa. Reaja ou Será Morto/a!

Durante o curso de mestrado na UFBA, muitas pessoas e instituições contribuíram para o desenvolvimento do meu trabalho. Quero agradecer, imensamente, à professora Maria de Fátima Novaes Pires, que aceitou orientar minha pesquisa. Professora Fátima acompanhou de perto todo o desenvolvimento do trabalho com muito rigor, seriedade, dedicação, competência e sensibilidade. Leu, detidamente, os meus textos, comentou, corrigiu, sugeriu alternativas teórico-metodológicas, apontou caminhos interpretativos para as fontes etc. Tudo acompanhado com palavras de incentivo, respeito e confiança. Muito obrigado, professora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, agradeço pela convivência intelectual frutífera. Gilvan, pela presteza em resolver os problemas e dúvidas acadêmicas desde a seleção do mestrado. À professora Lígia Bellini e aos colegas da disciplina de Metodologia (2012) pelas críticas e sugestões feitas ao projeto de pesquisa. Ao professor João José Reis, agradeço pelos livros indicados, esclarecimento de dúvidas e por ter tido a oportunidade de realizar o tirocínio docente na disciplina *Introdução aos estudos da escravidão*, ministrada por ele. Agradeço fraternamente aos membros da linha de pesquisa

Escravidão e invenção da liberdade. Nas reuniões e debates, aprendi bastante sobre documentação, metodologia, teoria, compromisso e seriedade com a pesquisa histórica.

Devo agradecer à CAPES pela bolsa concedida para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ademais, no Arquivo Público Municipal de Cachoeira (APMC), pude contar com a ajuda solícita e bem humorada dos seus funcionários. Conhecido desde tempos da graduação, contei com a dedicação de: D. Maria, D. Jaci, D. Angélica, D. Bete, D. Rita e Fernando. O Arquivo Público do Estado da Bahia (APB) foi um importante reduto para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a Luiz Pedro Rosário e Elza Miranda de Jesus pelo exímio atendimento dedicado aos pesquisadores; a Reinaldo de Souza, pela agilidade e simpatia em trazer os intermináveis maços de documentos. Aos funcionários do setor judiciário do APB, peço desculpas pelo trabalho que lhes dei ao solicitar longas listas de processos-crime, isso pouco antes do fechamento do setor. Na sala de pesquisa do APB, tive a oportunidade de contar com a generosidade e companhia de Urano Andrade que muito me ensinou sobre o funcionamento do arquivo; ajudou-me a decifrar palavras, localizar fonte e cedeu gentilmente cópias de documentos importantes. Sem a dedicação, ajuda e compromisso dessas pessoas e instituições, provavelmente, esse trabalho não seria possível.

Aos amigos e amigas tenho muito que agradecer e pedir desculpas por minha constante ausência, esquecimento de muitos aniversários e outras datas importantes. Josemira Reis foi uma pessoa presente, mesmo quando esteve distante, com muita paciência ensinou-me a esboçar no papel as minhas confusas ideias para redação do vestibular. Seus e-mails, mensagens, telefonemas e nossos raros encontros sempre vieram a calhar como um bálsamo nos dias de caos e desânimo. José Carlos Ferreira (Zezão), meu irmão-parceiro, ajudou na pesquisa documental: coletou dados, fotografou documentos e resenhamos muito nas margens do Rio Paraguaçu. Jurandir Rita, Fred e Sinho Bernardo são meus irmãos-cúmplices. Nosso eterno “Quilombo” na Rua dos Currais Velho, em Cachoeira, tornou-se um reduto de reuniões do Movimento Negro, entre debates, brigas e risadas traçávamos planos para o futuro. Dessa terra preta fértil, até o momento, brotaram 6 dissertações de mestrado, muito samba no pé e mais virá... Eduardo Rocha e Adenilton Barros facilitaram minha vida, ensinando os atalhos da complicada matemática. Clerisvaldo Paixão atendeu minhas desesperadas ligações para esclarecer dúvidas sobre o Direito. Larissa Fulana de Tal, Tamiz Oliveira, Joyce Souza, Luanda, Brunão Açaí, Glauber Elias, Edcarlos Bomfim, Jamieres Benleon, David Aynan sempre foram incentivadores/a fraternos/a. Camila Nascimento, Ileana Hellen e Maiane Nery,

Joyce e Alane me hospedaram gentilmente em sua casa no Alto do Rosarinho nas incontáveis idas e vindas aos arquivos cachoeiranos.

O que dizer da minha irmã mais nova Alane Reis? Seus planos mirabolantes para o meu futuro sempre me divertiram e incentivaram. Seus infinitos convites para um pouco de diversão foram sempre bem-vindos, mas quase sempre não pude correspondê-los à altura. Valeu, irmã, por acreditar em mim mais do que eu sou capaz de imaginar.

Raquel Pinto ouviu pacientemente minhas lamúrias e problemas enfrentados com a pesquisa e a escrita, presenteou-me com livros raros, luvas, máscaras etc. Sua companhia para saborosos cafés e cigarros foram providências. E claro, sempre disposta a fazer uma “charneira” com minha cara!

Mayara Plácido foi uma incentivadora incondicional de minha pesquisa, em longas conversas esclareceu dúvidas historiográficas, discutiu conceitos, fontes, metodologia, emprestou livros e, o mais importante: ensinou-me muito sobre a belíssima cosmologia africana dos Orixás. Salubá!

Ari Sacramento realizou a correção ortográfica do texto com muita parcimônia, solidariedade e sensibilidade. Valeu, Ari!

Rose Cerqueira socorreu-me nos meus escorregões com a língua portuguesa, com muita paciência e generosidade. Valeu, Rose!

Tacun Lecy permitiu, gentilmente, que utilizasse seu belo registro fotográfico como capa para a defesa.

Às minhas queridas amigas e vizinhas de longas datas May Barros e Sarah Peixoto, pelos deliciosos cafés, risadas e pelo respeito saudável ao silêncio.

Agradeço ao núcleo familiar da altiva D. Maria Ruth Vieira, Lucy Iara Vieira Alves e Maria das Graças Vieira Alves pelas histórias, acolhimento, carinho e respeito que sempre foram ofertados a minha pessoa. André Luis Soares, Alexandre Geisler Lira e Tássia Tavares pelos deliciosos momentos de resenhas durante as viagens de férias à Irajuba (BA).

Não existem palavras e sentimentos para descrever a sensação de gratidão e cumplicidade a Luciany Aparecida Alves. Companheira de todas as horas, acompanhou todas as etapas deste trabalho quando eram apenas ideias desconexas em meados de minha graduação. Companheira, paciente, leitora atenta e empolgada, ajudou-me com conceitos, palavras, correção, formatações e inúmeras outras coisas. Com Luciany, venho compartilhando descobertas, medos, planos, expectativas e felicidade. Agradeço imensamente pelo amor, carinho, paciência, incentivo e parceria.

Oferto esse trabalho a todos os amigos, amigas, colegas, familiares e conhecidos que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente pelas balas do racismo disparadas pela política/polícia genocida contra o nosso povo negro. Nas quebradas do Curuzu e por todo lugares já vi, e continuo vendo, uma multidão de corpos pretos estendidos nas estradas! Sinto-me honrado em saber que todos esses mortos me acompanham diariamente, me protegem, livram-me dos descaminhos da vida e da morte, pois a única obrigação que deve ser cumprida pelos “vivos” é cuidar da memória dos seus “mortos”!

Que a espada do meu irmão e o *Ofá* do seu irmão nos cubra e proteja!

Ògún yê!

Okê Arô!

SANTANA, Clássio Santos. **“Ele queria viver como se fosse homem livre”**: escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). 171 f. il. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Este trabalho pretende colaborar com os estudos sobre a escravidão ao longo do século XIX no Recôncavo baiano. O intuito é compreender as estratégias e os significados materiais e simbólicos presentes nos espaços de liberdade e autonomia, que formam construídos por escravos e libertos. O *locus* da pesquisa foi o Termo de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, entre os anos de 1850 a 1888. Naquela época, o referido Termo era composto por dez (10) freguesias, entre áreas majoritariamente rurais, dedicadas à produção de gêneros para exportação e para o consumo local tais como: açúcar, fumo e mandioca, e outras áreas mais urbanizadas, marcadas pela importante movimentação comercial. Juntas, as freguesias, em 1872, totalizavam quase 90 mil pessoas, das quais 17,4% viviam escravizadas. De tal forma, o objetivo primordial deste estudo é captar as experiências de vida de escravos e libertos, percebendo a importância em suas vivências dos espaços de autonomia como mecanismos fundamentais na luta pela sobrevivência cotidiana e a relevância desses espaços na formulação de projetos de liberdade, na manutenção de laços afetivos e familiares, assim como na expectativa de ascensão social, jurídica e econômica. Nesse sentido, nesta pesquisa, o conceito de autonomia não está restrito a elementos materiais. Aqui, o campo das manifestações culturais também é entendido como um palco de conflitos, tensões e disputas desencadeadas pelos sujeitos escravizados em suas experiências sociais cotidianas. Assim, são fontes deste trabalho: processos-crime, inventários *post-mortem*, assentos de batismos, casamentos e óbito, notas de escrituras de compra e venda, cartas de alforrias, testamentos e jornais, fontes que, quando cruzadas adequadamente, nos possibilitam reconstruir diversos aspectos da vida da população escravizada do Recôncavo baiano oitocentista.

Palavras-chave: Escravidão. Liberdade. Recôncavo baiano. Cachoeira

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the studies of slavery throughout the nineteenth century in Recôncavo baiano. The intention is to understand strategies and the meanings of materials found in spaces of freedom and autonomy, which were built by enslaved and freed people. The research locus was the Term of *Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira*, between 1850 and 1888. At that time, the aforementioned Term was composed by ten (10) parishes, amongst a majority of rural areas devoted to the production of goods for exportation and local consumption, such as: sugar, tobacco, and cassava, and other more urbanized areas, marked by the important trade movement. Together with the parishes, in 1872, they were a total of almost 90 thousand people, of whom 17,4% lived as enslaved. In the view of that, the primary objective of this study is to grasp the enslaved and freed people's life experiences, observing the importance of experiences in spaces of autonomy as fundamental mechanisms in their fight for everyday survival and the relevance of these spaces for the creation of projects of freedom, for the maintenance of affective and familiar bonds as well as for the expectation of social, legal, and economic rise. Therefore, in this research, the concept of autonomy is not limited to material elements. Here, the field of cultural manifestations is also taken as a stage of conflicts, tension and disputes prompted by enslaved people in their daily and social experiences. Therefore, some sources of this research are: criminal processes, post-mortem inventories, baptism, wedding, death seats, deeds of purchase and sale, letters of manumission, wills and newspapers, sources that, when properly crossed, allow the reconstruction of several aspects of enslaved people's lives of the eighteenth century Recôncavo baiano.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Açúcar e fumo nas exportações da província 1850-1881.....	35
Quadro 1 – Testemunhas de um espancamento em uma fábrica de charutos em 1854.....	50
Quadro 2 – Ganhadoras multadas em Cachoeira em 1860.....	57
Quadro 3 – Alforrias dos escravos do Capitão Manoel Pereira de Macedo e Aragão.....	120
Quadro 4 – Escravos de Maria Joaquina Garcia de Aragão em 1835.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População escrava por freguesia (1872).....	45
Gráfico 2 – Classificação das fortunas do Outeiro Redondo (1850-1888).....	65
Gráfico 3 – Classificação das fortunas de S. G. dos Campos e Muritiba (1850-1888).....	66
Gráfico 4 – Classificação das fortunas S. E. do Jacuípe e Umburanas (1850-1888).....	68
Gráfico 5 – Escravos por origem e sexo, Iguape (1850-1888).....	70
Gráfico 6 – Classificação das fortunas de São Thiago do Iguape (1850-1888).....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista do cais do porto de Cachoeira por volta de 1860.....	38
Figura 2 – Vila de Cachoeira por Spix e Martius 1819.....	41
Figura 3 – Cais do porto de Cachoeira na década de 1930.....	43
Figura 4 – Porto de São Félix em meados do século XX.....	43
Figura 5 – Trabalhadores/as em uma fábrica de charutos no Recôncavo.....	48
Figura 6 – Fabrico de fumo de rolo.....	49
Figura 7 – Fumo de rolo vendido em uma feira.....	49
Figura 8 – Vendedoras/es de alimento em Cachoeira.....	59
Figura 9 – Vista da casa-grande do engenho Campina, Iguape.....	73
Figura 10 – Ladeira da Misericórdia em São Félix.....	105
Figura 11 – Largo Chafariz Imperial.....	138
Figura 12 – Chafariz Imperial.....	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios e Freguesias do Recôncavo em meados no século XIX.....	19
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 ESCRAVIDÃO E TRABALHO ESCRAVO NO TERMO DE CACHOEIRA (1850-1888)	28
1.1 A VILA DE CACHOEIRA: SEU COMÉRCIO E OS VIAJANTES.....	37
1.2 FÁBRICAS, LAVOURAS E AS FORMAS DE TRABALHO ESCRAVO.....	44
1.2.1 A cultura do fumo e a sua mão de obra	45
1.3 ASPECTOS URBANOS: OS TRABALHOS DE GANHO.....	52
1.4 ASPECTOS RURAIS: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O TRABALHO NAS LAVOURAS.....	60
1.4.1 As freguesias de Outeiro Redondo, São Gonçalo dos Campos, Cruz das Almas, Conceição da Feira, Muritiba, Santo Estevão do Jacuípe e Umburanas	62
1.4.2 O “célebre vale do Iguape”: a vitrine do açúcar no Recôncavo	69
2 POSSÍVEIS ESPAÇOS DE AUTONOMIA E SOCIABILIDADE ESCRAVA	76
2.1 ELE QUERIA VIVER “ <i>COMO SE FOSSE HOMEM LIVRE</i> ”: O NATAL DE 1858.....	76
2.2 POSSIBILIDADES DE AUTONOMIA: “ <i>A ROÇA DO PRETO</i> ” E “ <i>GANHANDO PARA ALGUM DINHEIRO</i> ”	87
2.3 O “ <i>LUNDU NO TERREIRO</i> ” DO ENGENHO E O “ <i>SAMBA DA CRIOULA</i> ” NA LADEIRA: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E AUTONOMIA.....	100
3 UMA LINHA ESTREITA: TRAJETÓRIAS DE LIBERDADE, ASCENSÃO SOCIAL E LAÇOS AFETIVOS	113
3.1 “LHE PERMITA LANÇAR MIL RÉIS SOBRE O SEU VALOR, AFIM DE QUE POSSA GOZAR DE SUA LIBERDADE”: O LEILÃO DE VICTORIO EM 1866	113
3.2 “ <i>COMO SE DE VENTRE LIVRE NASCERA</i> ”: ESTRATÉGIAS E SIGNIFICADOS DA ALFORRIA.....	117
3.3 NEGOCIAÇÕES EM PROL DA LIBERDADE.....	124
3.4 CAMINHOS E HORIZONTES POSSÍVEIS DA VIDA PÓS- ESCRAVIDÃO.....	129

3.5 MICRO-TRAJETÓRIAS: ESCRAVIDÃO, PROJETOS DE LIBERDADE E RALAÇÕES AFETIVAS: “ME É LIVRE DISPOR DOS POUCOS BENS QUE POSSUO ADQUIRIDOS COM GRANDES TRABALHOS E FADIGAS”.....	135
3.5.1 Gertudes e as suas filhas: “Para que possa sua irmã, a menor Tereza, libertar-se da escravidão”.....	147
3.6 A LINHA ESTREITA DA COR: “NÃO ERA PATRÍCIO DE NEGO QUE HAVIA SIDO CATIVO E SURRADO”.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	163

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende colaborar com os estudos sobre as estratégias e os espaços de liberdade e autonomia construída por escravos e libertos ao longo das últimas décadas (1850-1888) da escravidão no Recôncavo baiano, uma das regiões de grande importância na vida sócioeconômica e política da província da Bahia ao longo de todo o período escravista. Tem, como objetivo principal, reconstituir experiências de vida de escravos e libertos na busca por espaços de autonomia, analisando como esses espaços se constituíram como mecanismos fundamentais na luta pela sobrevivência cotidiana e na construção de projetos de liberdade, manutenção de laços afetivos e ascensão social.

Sobre o conceito de região, optei por utilizar neste trabalho uma compreensão ampla. Relações sócioeconômicas, culturais, políticas, geográficas e costumes contribuem – cada um à sua maneira – para pensar a região como “espaços” polissêmico, socialmente construídos a partir de diferentes matizes e múltiplas experiências. Nesse sentido, concordo com Ilmar Mattos (1990, p. 24-45), quando ele afirma que “[...] a região é uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens [...]”. Para Mattos (1990), o conceito de região deve ser pensado levando em consideração os

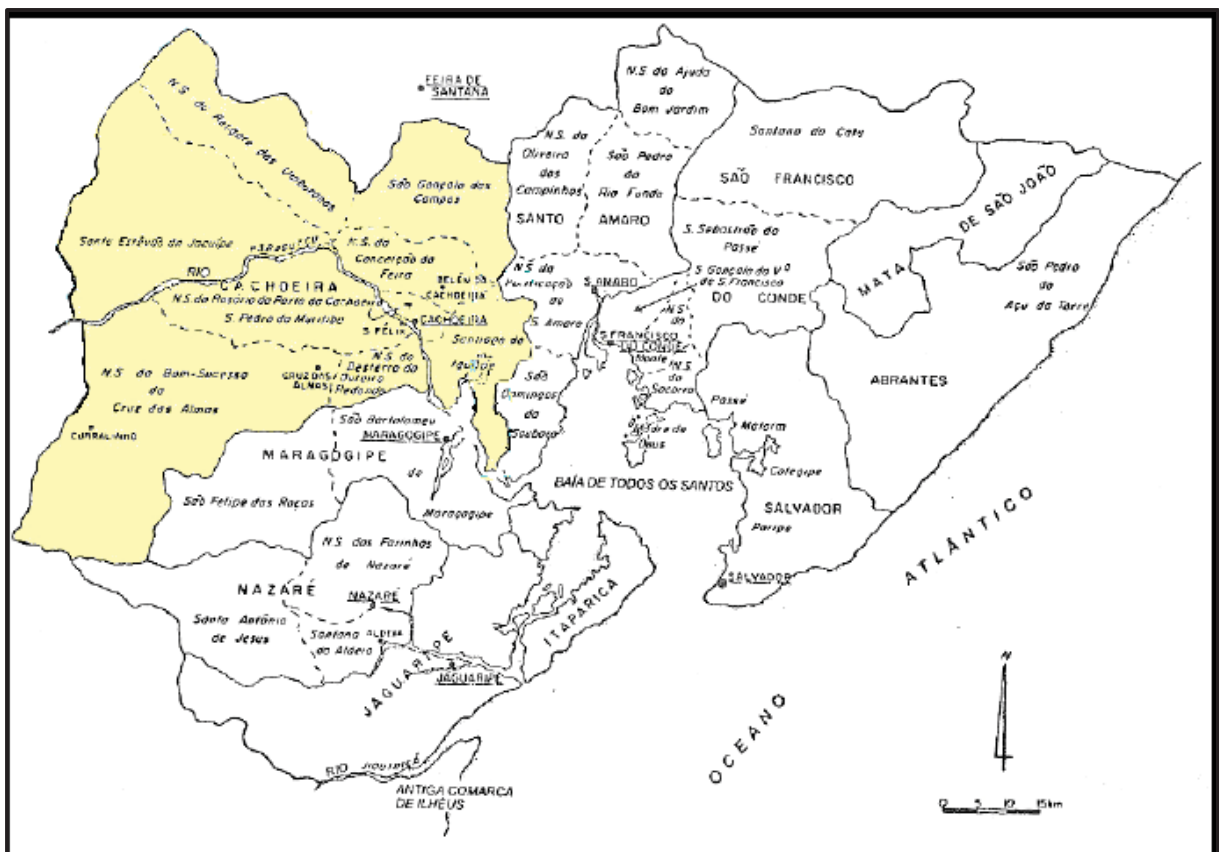
[...] referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social – só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos, é a partir dessa articulação por intermédio de um jogo de identidades e oposições, que se torna possível traçar os limites da região, que muito mais do que limites meramente físicos existem enquanto limites sociais. (MATTOS, 1990, p. 24-25).

Ao estudar a estrutura sócioeconômica, especialmente agrária, do Recôncavo sul ao longo do século XIX, Ana Maria Carvalho Oliveira (2000, p.49) chama atenção para a necessidade de pensar o “Recôncavo como um grande conjunto composto de porções diferenciadas que, apesar de se integrarem, dão-lhe um caráter multifacetado [...]”. Segundo Oliveira (2000), no decorrer da segunda metade do século XIX, é possível identificar:

[...] o Recôncavo canavieiro, o Recôncavo fumageiro, o Recôncavo mandioqueiro e da subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista. Esses pequenos Recôncavos revelam a diversidade, a não uniformidade do Recôncavo [...] (OLIVEIRA, 2000, p.49).

Levando em consideração as observações dos autores citados anteriormente, escolhi como *locus* de pesquisa as freguesias rurais e urbanas que compunham o Termo da Vila de Cachoeira, no decorrer da segunda metade do século XIX (1850-1888)¹. Como demonstra a área em destaque no mapa 1 (logo abaixo), nesse período, as freguesias vinculadas ao Termo de Cachoeira chegaram a uma dezena. Foram elas: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, sede da Vila; Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Feira; Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Cruz das Almas; Freguesia de São Thiago do Iguape; Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe; Freguesia de São Pedro da Muritiba; Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo; Freguesia Senhor Deus Menino de S. Félix; Freguesia de São Gonçalo dos Campos e a freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.

Mapa 1 – Municípios e Freguesias do Recôncavo em meados no século XIX



Fonte: SEPLANTEC apud BARICKMAN, 2003, p. 40. grifo nosso.

¹Mantive a grafia da palavra “Termo” em letra maiúscula, como consta na documentação da época.

Segundo o censo geral de 1872, a população dessas freguesias alcançou cerca de 88.172 pessoas, correspondendo a 6,8% da população de toda província da Bahia na época. Do total de residentes mencionados pelo censo, 17,4% viviam, em 1872, sob o jugo da escravidão². Esses números mostram a importância que essa sub-região teve como polo econômico e escravista na Bahia oitocentista. O Termo de Cachoeira era composto por áreas dedicadas predominantemente à *plantation* açucareira, como a freguesia de São Thiago do Iguape e áreas que mesclavam o cultivo das lavouras de cana e fumo, ambos direcionados ao mercado de exportação, com outros gêneros de primeiras necessidades como a mandioca, utilizada para a produção de farinha e consumida largamente por toda a população, além de constituir o principal elemento da “ração” oferecida aos cativos diariamente.

A opção em delimitar o Termo de Cachoeira como *locus* desta pesquisa, intenciona captar as dinâmicas e as experiências cotidianas vivenciadas pela população escravizada em diferentes ambientes sociais. Posto que pensar o Recôncavo, na segunda metade do século XIX, é entendê-lo como uma região multifacetada e polissêmica com características diferenciadas nos mais variados aspectos da economia, cultura, demografia, solo, estrutura agrária e escravista (OLIVEIRA, 2000).

Elegi a segunda metade do século XIX, os anos de 1850 a 1888, para empreender esta pesquisa. Em algumas circunstâncias esses marcos cronológicos foram flexibilizados, pois foi necessário, em determinados momentos, recuar ou avançar alguns anos com a intenção de captar fragmentos da trajetória de alguns personagens analisados. Esse marcos justificam-se pela existência de alguns fatores que abalaram a estrutura escravista naquele período. Em primeiro lugar, em 1850, foi abolido definitivamente o tráfico transatlântico de africanos escravizados, desencadeando uma forte crise na oferta de mão de obra. Concomitantemente, avançou o tráfico interprovincial de escravos que teve nas províncias do Norte do Brasil seu grande fornecedor de mão de obra, sobretudo para as lavouras cafeeiras do Centro Sul do Império. Esse foi um fator decisivo para a elevação dos preços dos escravos e também para a progressiva campanha abolicionista, que desaguou na aprovação da Lei Áurea, em maio de 1888. Tais fatores impactaram profundamente a região em estudo, principalmente as áreas da *plantation* açucareira que apresentavam fortes sinais de decadência a partir da década de 1850. Nessa mesma época, muitos proprietários de escravos do Recôncavo direcionaram seus

²Segundo o censo geral realizado em 1872, a população da província da Bahia era de 1.286.249, sendo 165.403 pessoas escravizadas (12,8%). Como veremos mais adiante, o censo de 1872 não revela a quantidade de pessoas que viviam na condição de libertas. Para mais informação sobre os números da escravidão no Brasil, ver Conrad (1978).

escravos para a produção de fumo, mandioca ou para o trabalho de ganho, atividades que não requeriam grande quantidade de mão de obra e terra.

Estudar as últimas décadas da escravidão, nessas circunstâncias, permitiu-me observar o Termo de Cachoeira em momento de lenta desarticulação da escravidão, assim como, de resto, todo o país; mas também surpreendi-me com cativos utilizando-se daquela conjuntura para ampliar e barganhar espaços de liberdade. Ao mesmo tempo, notei uma expressiva quantidade de escravos distribuídos em praticamente todo o tipo de atividade indispensável à manutenção daquela sociedade. Fossem nos serviços urbanos ou nas lavouras de cana, fumo e mandioca, a força dos braços negros escravizados estava presente. Por outras palavras, mesmo com os abalos desencadeadores do que seriam as últimas décadas da escravidão, os senhores e senhoras de escravos do Recôncavo ainda conseguiam manter, como elemento basilar das relações de trabalho, a exploração de homens, mulheres e crianças escravizadas até as vésperas da abolição.

São vários os pesquisadores que desenvolveram estudos sobre o Recôncavo com enfoques diversificados. Encontrei desde estudos sociológicos, como os de Costa Pinto (1959); geográficos, como de Milton Santos (1959); aos socioeconômicos, como de Kátia Mattoso (1992) e Stuart Schwartz (1998). Pesquisas mais recente abordam faces antes negligenciadas. Bert Barickman (2003) estabelece como “contraponto” às análises econômicas plantacionistas, a produção de culturas como as do fumo e da mandioca, atentando para a relação entre esses produtos e as dinâmicas do mercado interno de subsistência, abordada no contexto de uma “história da escravidão rural” nas últimas décadas do século XVIII até meados do XIX (BARICKMAN, 2003, p.29). Walter Fraga Filho (2006), ao privilegiar as trajetórias e estratégias sociais da população escravizada e seus descendentes, apresenta projetos de liberdade traçados por esses sujeitos no decorrer de suas vidas, revelando diversas expectativas e experiências de vida e de liberdade de escravos e ex-escravos nos anos finais do cativeiro e nas décadas que se seguiram à abolição (1870-1910). Ambos os estudos são referências importantes na elaboração deste trabalho, pois ajudam a pensar como as conjunturas econômicas e as relações sociais interferiram na vida de escravos e libertos rumo à liberdade.

Por outro lado, busquei compreender alguns elementos envolvidos na criação, manutenção e disputa cotidiana de espaços de autonomia por parte dos escravos. O tema da autonomia escrava não é um assunto recente para a historiografia brasileira. Desde a década de 1970, diversos estudos concentraram seus esforços em traçar “esquemas” explicativos

sobre essa temática, muitos desses estudos tiveram como base uma forte influência do campo da economia, especialmente, aqueles fundamentados nas construções teóricas de inspiração marxistas, preocupados apenas em definir “esquemas” analíticos de cunho teórico-metodológico sobre a temática³. Investigações mais recentes, influenciadas pela perspectivas teóricas da História Social e Cultural de grupos subalternizados, vêm concentrando seus esforços em pesquisas de forte caráter empírico, sobretudo, consultando *corpus* documentais variados disponível para a época. Revelando diversos aspectos da dinâmica cotidiana nas relações entre senhores e escravos, principalmente, aqueles ligados ao campo da autonomia, mobilidade, negociação, experiência, laços afetivos, familiares e aos conflitos travados cotidianamente.

Em finais da década de 1970, Ciro Flamarion Cardoso (1979) inseriu o debate na historiografia brasileira, sobretudo abordando o que se convencionou chamar de “brecha camponesa”. Cardoso chamou a atenção para a produção de alimentos e a criação de animais pelos escravos para o consumo próprio. Por outras palavras, na visão de Cardoso, o cultivo de parcelas de terras, criação de animais e a prestação de serviços remunerados pelos escravos estava em consonância com as estratégias senhoriais de exploração e dominação, ao máximo, da mão de obra escravizada, sem que essas práticas abalasses o funcionamento da escravidão enquanto um rígido sistema de exploração.

Jacob Gorender (1990), influenciado por análises esquemáticas e macroestruturais, também discorreu sobre o assunto. Para Gorender, o acesso à terra, ou qualquer prática autônoma por parte dos cativos, inseriam-se nos mecanismos de reprodução do modo de produção escravista colonial, não introduzindo nenhuma alteração nas dinâmicas funcionais e esquemáticas da escravidão. Na perspectiva de Gorender, o fato de os escravos estarem submetidos a um regime de trabalho forçado e degradante, pautado essencialmente no controle sobre a força de trabalho através da violência, não lhes possibilitaria qualquer tipo de ação autônoma, mesmo que mínima⁴.

Em contrapartida aos estudos dos autores mencionados, surgiram trabalhos com densas pesquisas documentais, que acrescentaram novos pontos de vista ao debate. Stuart Schwartz, ainda na década de 1970, afirmou que “[...] em determinados pontos fica claro que

³ A lista de autores é ampla, ver dentre outros: Elione Guimarães (2010); Robert Slenes (2011); Maria Helena Machado (1988); Hebe Mattos (1995); Eduardo Silva (1989); Maria Cristina C. Wissenbach (2009); Eugene Genovese (1969); Stuart Schwartz (2001); Walter Fraga Filho (2006); Alex Andrade Costa (2009).

⁴ Esta interpretação é creditada especialmente ao grupo de historiadores e sociólogos da chamada “Escola paulista”, tendo como principais expoentes, dentre outros: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa. Para uma crítica sobre esta abordagem, ver: Azevedo (1987); Machado (1988) e Chalhoub (1990), especialmente o capítulo I.

os escravos estavam acostumados a criarem o seu próprio sustento [...]” (SCHWARTZ, 2001, p.131). Na década seguinte, Eduardo Silva (1989) abordou os embates ideológicos relacionados à “brecha camponesa”, focando os entraves e interesses ideológicos envolvidos nos significados desse conceito. Ao criticar o conceito de “brecha camponesa”, utilizado por Cardoso e Gorender, Robert Slenes (2011) utiliza como metáfora a figura “do muro do escravismo”. Para Slenes, a ideia de brecha camponesa, especialmente a desenvolvida por Gorender, nos leva a “cair em um edifício de erros”. Para esse historiador, tal concepção estaria presa a fórmulas e a leis derivadas do:

[...] modo de produção escravista colonial [...] O mundo inabalado do escravismo, com brechas minúsculas, nada mais é do que o quadrado trancado das senzalas, não a construção real, ‘remodelada pelos escravos e crivada de buracos’ por onde fugiam toda hora [...]. Ao cairmos nesses equívocos, somos levados a perder de vista a luta entre senhores e escravos para definir o grau de dependência ou autonomia destes (SLENES, 2011, p. 203-204).

Na percepção de Slenes, a definição conceitual do que os autores brasileiros chamaram de “brecha camponesa” corresponderia ao que tem sido chamado frequentemente, na bibliografia estadunidense sobre a escravidão, de “[...] economia interna dos escravos, um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos, desde o cultivo de suas roças à caça e, serviços remunerados e inclusive, o furto” (SLENES, 2011, p. 204). Outros autores seguiram os caminhos apontados por Slenes. Maria Helena P. T. Machado (1987), ao analisar a importância da autonomia cativa para os estudos sobre o passado escravista, afirma ser

[...] um dos núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em reverter às perspectivas tradicionais e integrar os grupos escravos e seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição (MACHADO, 1987, p. 15).

Na perspectiva de Machado, a autonomia escrava deve ser entendida enquanto possibilidade de usufruir de períodos de tempo livre para concretização de uma “[...] organização social e econômica independente a serem usufruídas estritamente pelos escravos” (MACHADO, 1987, 46). Silvia Hunold Lara (1995) compreende a autonomia cativa de forma ampla, abrangendo a mobilidade e a autonomia como conceitos que estão interligados. Para essa autora, além de “[...] poder vender sua força de trabalho livremente, o escravizado

almejava ter direito de ir e vir, ter acesso a terra, manter linhagens e laços de solidariedade” (LARA, 1995, p. 56).

A partir desses estudos, observo que o conceito de autonomia escrava ganhou novos significados e múltiplas possibilidades de análise. Elementos simbólicos e culturais passaram a fazer parte do arcabouço analítico de historiadores que, ao se dedicaram à investigação do tema, buscaram compreender qual o papel dos espaços de autonomia nos “arranjos de sobrevivência” cotidiana dos próprios escravos. São perspectivas historiográficas que buscam reconstituir os diversificados e complexos significados dos espaços culturais e materiais na vida da população cativa e liberta. Como afirma Wissenbach (1998), o significado da autonomia para os escravos poderia estar contido em elementos aparentemente pequenos, no entanto de extrema importância para sujeitos submetidos à escravidão. Segundo Wissenbach:

[...] fazer mimos a sua parceira[o], comprar fumo, aguardente, lavar sua roupas ou comer muitas vezes, era o reconhecimento de suas individualidades nos relacionamentos sociais, sendo por isso, talvez tão importante quanto a alforria (WISSENBACH, 1998, p.112).

Nesse sentido, nesta pesquisa, o conceito de autonomia não está restrito a elementos materiais. Aqui, o campo das manifestações culturais e dos costumes também é entendido como um palco de conflitos, tensões e disputas desencadeadas pelos sujeitos escravizados em suas experiências sociais cotidianas. Nessa perspectiva, esta pesquisa insere-se nos diálogos com os aportes teóricos dos estudos realizados por E. P. Thompson (1998), no que tange aos conceitos de *experiências*, *costumes* e *conflitos*, pois as relações sociais e culturais também são, por excelência, palcos de conflitos. Portanto, analiso a escravidão e seus significados a partir dos grupos subalternizados, ou seja, das senzalas, trazendo novas possibilidades para entender as adaptações e peculiaridades forjadas no dia-a-dia do cativo (DIAS, 1984).

Assim, são fontes deste trabalho: processos-crime; inventários *post-mortem*; assentos de batismos, casamentos e óbito; notas de escrituras de compra e venda de escravos; cartas de alforrias, testamentos; e jornais, fontes que, quando cruzadas adequadamente, possibilitou reconstruir diversos aspectos da vida da população escrava e liberta. Especialmente os autos criminais têm um lugar de destaque nesta pesquisa. São documentos particularmente ricos em informações, visto que, na maioria das circunstâncias, descreve a situação étnico-racial, social e o *status* jurídico dos envolvidos, para além de que revelam as nuances das tensões sociais e os motivos que desencadearam os delitos. Em muitos casos, a partir da “voz” do escravo presente nos autos, mesmo que “diluída pela pena do escrivão”, mergulhei na vida cotidiana –

no “chão social” – onde viviam os cativos (PIRES, 2003, p 22). Levando em consideração os filtros de interesses envolvidos na elaboração dos processos-crime através da “linguagem formalizada dos brancos”, ainda assim, pude captar, nesses documentos, através de pequenos indícios, o “não dito” das múltiplas “linguagens negras” (PINAUD, 1987, p.105). Assim como as estratégias de autonomia e as redes de parentesco, sociabilidade e solidariedade empreendidas pelos escravos. Nesse sentido, Maria de Fátima Novaes Pires afirma que:

Os autos criminais depõem sobre ocupações de escravos e ex-escravos, além de os registrarem circulando pelas estreitas ruas das vilas, em tabernas e vendinhas, nas feiras livres, em suas casas, nas casas de seus parceiros ou nas casas de seus senhores, nas lidas diárias nas roças, nas tropas ou cuidando do gado (PIRES, 2003, p 22).

Entendo, tal como definiu E. P. Thompson (2001), que o ato criminal não está relacionado automaticamente com a violência, mas como produto de contextos histórico-sociais. Para Thompson o crime não é uma manifestação automática da violência, para ele a violência, seja do Estado da Lei ou dos protestos, não tem uma correlação direta com a quantidade de atos criminosos. Segundo Thompson (2001), “ cem pessoas podem morrer em um desastre [...] e causar apenas comoção e piedade, um homem pode morrer espancado em uma delegacia e o fato dará origem a uma onda de protestos que irá transformar a política de uma nação” (THOMPSON, 2001, p. 241).

Para esta pesquisa, foram consultados 126 processos-crime envolvendo cativos, independente do tipo de delito cometido, sejam como réus, vítimas ou informantes, quando necessário consultei diversos outros processos com a finalidade de cruzar informação⁵. Esses autos criminais contêm valorosos fragmentos de histórias de vida e morte envolvendo escravos e libertos que, na luta e defesa por uma vida mais digna, tiveram que enfrentar as malhas da justiça e todas as suas amarras excludentes e preconceituosas.

Na intenção de traçar a estrutura socioeconômica da região em estudo, pesquisei em 478 inventários *post-mortem* das diferentes freguesias entre os anos de 1850 a 1888. Essa documentação retrata um momento específico da vida dos sujeitos, ao mesmo tempo em que elenca os bens materiais, abre caminho para entender as formas de pensar, agir e as redes sociais traçadas durante a vida⁶. Com os inventários, traçarei os perfis socioeconômicos e

⁵Essa documentação está sob a guarda do Arquivo Público da Bahia. Foram selecionados todos os processos-crime do referido Arquivo pertencente ao Termo de Cachoeira envolvendo escravos entre os anos de 1850 a 1888. Também consultei outros processos em que os escravos aparecem como informantes.

⁶Os inventários *post-mortem* pesquisados neste trabalho estão sob a guarda do Arquivo Público Municipal de Cachoeira (APMC). Em diversos momentos da pesquisa, consultei vários outros inventários para cruzar

escravistas da região, assim como as dinâmicas produtivas das áreas agrárias e urbanas, além de abrir a possibilidade para pensar as estratégias utilizadas pelos herdeiros no momento da partilha dos bens. Na medida do possível, outras fontes subsidiaram nosso estudo, tais como: testamentos, assentos de batismos, casamentos e óbito, notas de escrituras de compra e venda, jornais da época etc. É válido salientar que esses documentos foram elaborados em diferentes momentos da vida dos sujeitos, o que nos permite, em alguns casos, acompanhar e analisar trajetórias individuais de famílias ou de grupos ao longo dos anos.

Este estudo divide-se em três seções. O primeiro busca destacar os lugares ocupados pela população escravizada durante a segunda metade do XIX, traçando um panorama dos espaços socioeconômicos da região. Essa primeira seção tem como lastro documental: os inventários *post-mortem*, processos-crime e registros de viajantes que estiveram na região durante o decorrer do século XIX. Com as informações dos inventários e do censo de 1872, busquei reconstituir dinâmicas econômicas e demográficas das freguesias. Cruzando as informações e indícios contidos nos autos criminais, com o intuito de circunscrever os sujeitos no tempo e nos espaços históricos, mapeei o “chão social” pelo qual os escravizados transitavam diariamente.

A segunda seção baseia-se nas experiências cotidianas vivenciadas pelos escravizados e escravizadas, em suas lutas por conquista, defesa e ampliação de espaços de autonomia e liberdade. Busco elementos que ajudem a entender o funcionamento dos espaços de autonomia e seus significados na vida dos próprios cativos, utilizando, como fontes, processos-crime e inventários das freguesias, compondo microtrajetórias de escravizados/as no momento em que, ao defenderem seus espaços de autonomia, cometeram atos delituosos. Através dos fragmentos dessas histórias de vida, acompanhei esses sujeitos em diversos aspectos do seu cotidiano: nas cozinhas, lavouras, quintais, roças, canaviais e sobrados; circulando em diversos espaços sociais; batizados, tabernas, missas; divertindo-se em batuques, entrudos e lundus, bebendo em casas de pasto e feiras; trabalhando em suas roças e nas ruas da cidade; lavando; costurando; recebendo jornais para si; ou vivendo em casa própria. Laços afetivos e familiares foram revelados; conflitos e contradições foram analisados; trajetórias de vida foram (re)construídas com a intenção de compreender os significados dos espaços de autonomia na vida cotidiana dos escravizados.

Na terceira e última seção deste trabalho, acompanho e analiso microtrajetórias de sujeitos desde o cativo até o momento em que alçaram a vida pós-escravidão, captando as

informações e compor trajetórias, ou seja, os 478 inventários relacionados acima serviram como base inicial para a elaboração de dados quantitativos e qualitativos analisados no decorrer do trabalho.

estratégias utilizadas pelos escravos para conquistar a alforria. Também nessa seção, destaco os significados e as dificuldades enfrentadas pelos libertos a partir do momento que foram inseridos no mundo da “liberdade”, especialmente, destaco os conflitos envolvendo a cor dos indivíduos. Além disso, busco compreender os vínculos de solidariedade entre libertos e escravos, percebendo o esforço desses sujeitos para a manutenção dos laços afetivo e familiares. Para isso, acompanho os “rastros” documentais deixados por esses sujeitos durante o percurso de suas vidas, utilizando informações contidas em múltiplas fontes; inventários, testamentos, processos-crime, registros de batismo, óbito, casamento, cartas de alforria, censos, livro de notas e periódicos.

Por fim, espero que, a partir da documentação pesquisada e das análises contidas nesta Dissertação de Mestrado, alguns aspectos da História e da experiência de milhares de sujeitos que sobreviviam entre a perversidade da escravidão, a fadiga do trabalho e a luta cotidiana por liberdade e dignidade venham à tona para os meus contemporâneos.

1 ESCRAVIDÃO E TRABALHO ESCRAVO NO TERMO DE CACHOEIRA (1850-1888)

[...]
 Recôncavo
 Pela libertação do homem negro na
 América
 Pelo repúdio do homem branco na África
 Vamos lutar pela libertação
 Vamos à luta avante irmão
 [...]

(Edson Gomes)

Durante mais de três séculos, o Brasil explorou a mão de obra escravizada de africanos e seus descendentes. David Eltis (2000) estima que mais de 12 milhões de africanos e africanas foram traficados durante os séculos em que perdurou a instituição escravista, sendo deste montante 40% aportados em terras brasileiras. No caso da Bahia, um dos maiores portos de escravos das Américas, os dados compilados por Eltis indicam que, entre as primeiras cinco décadas do século XIX, foram traficados pelos mares atlânticos cerca de 318 mil africanos com destino à referida província. No mesmo período, as províncias ao Norte do território baiano – de Sergipe até o Pará – tiveram uma participação muito mais tímida nos negócios do tráfico, totalizando cerca de 260 mil pessoas traficadas. Esse número corresponderia a cerca de 81,7% dos africanos desembarcados dos porões negreiros nas águas baianas para o mesmo período⁷. A tendência “consumista” da Bahia manteve-se elevada até a última década do tráfico de africanos. Entre os anos de 1840 até 1850, somente a Bahia “importou” 68 mil pessoas escravizadas, quase duas vezes o número das demais províncias ao Norte do território baiano.

Para Bert Barickman (1998-99), os elevados números de escravos traficados para a Bahia durante as décadas que antecederam o fim dos negócios de seres humanos, fizeram com que os senhores de escravos baianos tivessem “[...] acesso a uma oferta muito abundante de escravos [...]”, fazendo da Bahia uma das províncias com maior concentração de cativos durante a segunda metade do século XIX (BARICKMAN, 1998; 1999, p. 211). Cruzando os dados do censo nacional de 1872 e das matrículas dos escravos de 1872-73 e de 1886-1887, Barickman chama a atenção para o elevado contingente de pessoas sob o jugo da escravidão

⁷Para o aprofundamento sobre os números do tráfico de africanos ver: Eltis; Behrendt e Richardson (2000); Conrad (1978); Barickman (1998/99); Verger (1987).

na Bahia até as vésperas da abolição⁸. Na década de 1870, a Bahia possuía 165.403 escravos, correspondente aproximadamente a 12,8% da população geral, ocupando em nível nacional o terceiro lugar em número de cativos⁹. Entre os anos de 1884-1887, mesmo “perdendo” 42,1% dos cativos que possuía no início da década de 1870, ainda ocupava a quarta posição nacionalmente em população cativa do Império brasileiro, com seus 76.838 espalhados por todo o seu território¹⁰.

Especificamente o Recôncavo Baiano, que sempre ocupou um lugar de peso nessa balança escravista, nas últimas décadas do século XIX ainda apresentava três elementos fundamentais para o bom desenvolvimento da economia provincial. Primeiro: era o polo mais antigo e mais importante economicamente; segundo: concentrava a maior densidade demográfica da província, com 35,7% dos habitantes; terceiro: detinha a maior quantidade de pessoas vivendo em regime de escravidão. Tudo isso de tal maneira que não causa nenhum espanto o fato de que, em 1872, houvesse em torno de 72 mil a 81 mil escravos espalhados por todo o Recôncavo Baiano, o equivalente à quase metade de toda população escrava da província.

As formas do uso da mão de obra escrava estavam largamente difundidas no universo trabalhista do Recôncavo. Dos serviços urbanos às atividades agrícolas, o trabalho da mão de obra negra escravizada sustentava a vida econômica da região. Nas freguesias rurais, as principais atividades desenvolvidas foram: a produção de açúcar, direcionado ao mercado exterior; o cultivo do fumo, também voltado para o mercado de exportação europeu e africano e a mandioca que, além de servir como base alimentar generalizada, era vendida para regiões de fora da província, chegando a ser comercializada em localidades do continente africano. Mas, antes de avançar nas formas de utilização da mão de obra escravizada, julgo indispensável esclarecer uma questão relacionada à definição de proprietários de terras e escravos e as suas fortunas.

⁸No ano de 1872, foi realizado o primeiro censo nacional do Império do Brasil, no mesmo período (1872-1873) foi realizada a matrícula geral dos escravos de cada província, esta última foi repetida em algumas províncias nos anos de 1886-87. Com bases nesses dados complementados por documentação cartorial, especialmente inventários, Barickman sustenta suas reflexões sobre o peso da demografia escrava no Recôncavo na segunda metade do século XIX.

⁹Barickman (1998; 1999, p. 21), indica que a Bahia possuía, na década de 1870, entre 164.000 a 174.000, perdendo, entre os anos de 1884-1887, cerca de 91.000 a 97.000 cativos. Os números apresentados por este autor coadunam com os apresentados por Robert Conrad (1978, p. 445- 46).

¹⁰Sobre o impacto do tráfico interprovincial e das leis emancipacionistas nas últimas décadas do século XIX ver: Pires (2010), Reis (2007), Neves (2000), Chalhoub (1998), Grinberg (1994) Caires (2000), Pena (2001), Mendonça (1999). Sobre abolição e movimento abolicionista da Bahia ver: Brito (2003), Albuquerque (2010), Souza (2010), Fraga (2006; 2010).

No desenvolver desta pesquisa, percebi o quanto é complexo qualificar o que seria um grande proprietário, médio ou um pequeno, principalmente, tomando como base apenas a posse de terras. Raramente, encontrei na documentação informações precisas sobre as dimensões físicas das propriedades, mesmo quando levei em consideração os valores que as terras foram avaliadas nos inventários. Fatores como: tipos de solo, localização, reservatórios de água ou a proximidade com estradas, rios navegáveis e o mar influenciavam bastante os preços, como também observou Oliveira (2001) para o Recôncavo Sul e Pires (2009) para a região do alto sertão baiano.

Mesmo com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que consistia “[...] em demarcar as terras devolutas e normatizar o acesso a terra por parte dos particulares [...]” (SILVA, 1996, p.14), muitos senhores continuaram a utilizar como marcos fronteirços: riachos, morros, matas, estradas, pedras e até mesmo árvores e porteiras sem o mínimo cuidado de utilizar qualquer unidade de medida vigente na época, a exemplo da tarefa, braça, légua ou hectare. Diversos estudos apontam a mesma situação para diferentes regiões do Império. Mattos (1998) percebeu a mesma estratégia dos donos de terras para regiões do Norte Fluminense. Pires (2003) notou que, em muitos registros de terras e inventários dos senhores do alto sertão baiano, os terrenos eram delimitados utilizando como marcos, “moirões, ribeirões e pedras” (PIRES, 2003, p.113). A mesma fórmula foi salientada por Márcia Motta, (1998) ao estudar a estrutura agrária do Vale do Paraíba carioca no século XIX. Segundo essa última autora, a Lei de Terras de 1850 foi extremamente permissiva para com os proprietários, pois a referida legislação ao ser promulgada não exigiu “[...] nenhuma prova acerca da extensão da área ocupada e/ou a forma pela qual a terra foi adquirida [...]”, os senhores continuaram a utilizar termos imprecisos e dissimulados para delimitar suas posses agrárias (MOTTA, 1998, p. 167). Ainda segundo Motta (1998), essa prática estava de acordo com as seguintes estratégias:

Decidir registrar sua terra podia implicar ou não uma opção por uma declaração detalhada da área ocupada ou apenas um rápido e sucinto registro, capaz de salvaguardar o domínio de sua fazenda, sem que com isso o declarante tivesse que limitá-la territorialmente, declarando a sua extensão (MOTTA, 1998, p. 167).

O exame dos inventários do Recôncavo corrobora com as observações realizadas pelas autoras mencionadas. No inventário do coronel Thomé Pereira de Araújo – Iguape, 1853 –, suas terras foram declaradas da seguinte maneira: “[...] o pasto da fazenda que lhe é por

herança materna, do rio Açu até as matas [...]. Outro pasto na mesma fazenda, que vai do rio Açu até o riacho da Sacúpemba [...]”¹¹. Em 19 de setembro de 1881, foi avaliada “[...] uma parte de terras da fazenda Roxella [...]” pertencente a Joaquim Firmino dos Santos, também morador do Iguape, em ambos os casos os proprietários não declararam a extensão de suas terras, apenas mencionaram a localização e o valor bruto de cada propriedade¹².

A partir desse contexto e com base nos estudos sobre padrões de fortuna em diversas regiões da Bahia, utilizo como base neste trabalho para qualificar os proprietários, o valor total do *monte-mór* de suas fortunas apresentadas nos inventários, isto é, todo o cabedal financeiro acumulado ao longo da vida, incluindo escravos, terras, animais, dívidas ativas e passivas etc. Estabeleci seis médias de fortuna para a região em estudo: até 1: 000 (pequena); 1:001 a 5:000 (baixa); 5:001 a 10:000 (média); 10:001 a 50:000 (média alta); 50:001 a 100:000 (alta); acima de 100:001(muito alta)¹³. Após esses esclarecimentos metodológicos, volto à questão da utilização da força de trabalho dos escravos.

Grande parcela da mão de obra cativa era designada para a produção açucareira. A título de exemplo, destaquei algumas informações dos inventários da freguesia de São Thiago do Iguape, área do Recôncavo baiano de grande produção de açúcar no século XIX. O tenente coronel Thomé Pereira de Araújo faleceu em sete de abril de 1853. Era proprietário do engenho da Cruz, no Iguape, e teve seus bens avaliados em mais de 217 contos de réis. Na listagem dos seus bens, várias propriedades de terra eram reservadas ao cultivo da cana, apenas “[...] a casa do engenho da Cruz com suas terras [...]” foram avaliadas em 47.815\$6000, as diversas tarefas de cana tiveram avaliação de 1.900\$000¹⁴. Para o trabalho em suas propriedades, o tenente coronel necessitou de números elevados de trabalhadores, não é por acaso que no seu inventário foram relacionados 144 escravos, totalizando a quantia de 67.370\$ 000, sendo que em 1835, há menos de vinte anos antes de morrer, quando por força de uma lei Imperial realizou-se um censo na freguesia do Iguape, o Coronel Thomé possuía 163 cativos ¹⁵.

¹¹Arquivo Público Municipal de Cachoeira, doravante APMC. Partilha amigável de Thomé Pereira de Araújo, (1853-1853). 02/158/ 1545. Fl. 3-v, 13. Somadas todas as parcelas de terras declaradas Thomé Pereira de Araújo, possuía 62.065\$600 e 1.900\$000 em plantações de cana. A catalogação dos inventários no APMC está de acordo com a seguinte ordem: estante, caixa, número do documento.

¹² APMC. Inventário de Joaquim Firmino dos Santos (1881). 02/160/1561/. Fl. 09.

¹³ Sobre padrões de fortunas para regiões da Bahia ver: para a cidade de Salvador, Mattoso (1992, p 608); para o alto sertão da Bahia, Pires (2009, p. 140-142); Recôncavo sul, Oliveira (2000, p.103) e Costa (2009, p. 39).

¹⁴ APMC. Partilha amigável de Thomé Pereira de Araújo (1853-1853). 02/158/1545. Fl. 3- v, 13.

¹⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, doravante APB. Seção colonial e provincial: "Relação de Fogos e Moradores da Freguesia de Santiago Maior do Iguape, da Comarca da Vila da Cachoeira", maço 6175-1. Fl. 3-11. Para diminuir a extensão das notas de rodapé, utilizarei a seguinte abreviação para esse documento: APB. Censo do Iguape, 1835.

Não só de abastados senhores eram constituídas as freguesias do Recôncavo. Paralelamente aos grandes senhores de engenho, existia uma camada intermediária de lavradores de cana e de outras culturas de subsistência, muitos deles médios e pequenos proprietários de terras e escravos, ou até mesmo libertos e pessoas livres de cor, que forneciam cana e demais produtos aos principais engenhos da região. Esses lavradores poderiam ser rendeiros ou meeiros de senhores mais abastados, pagando pelo uso da terra, pela utilização dos utensílios do engenho ou repartindo uma quota da produção do açúcar.

Esse pode ter sido o caso de Antônio Mendes Loureiro morador do Iguape, pois, em seu inventário realizado em 1856, localizei na avaliação dos seus bens: 37 tarefas de cana, 18 escravos e alguns utensílios e ferramentas necessárias para o cultivo e transporte da cana entre a lavoura e o engenho, onde seria beneficiada¹⁶. Fez parte dos seus bens diversos instrumentos de trabalho: “[...] foices, machados, enxadas, um arado, 2 carros de bois [...] 20 bois de carro e um burro velho [...]”¹⁷. Não localizei em seu inventário nenhuma propriedade de terra ou engenho. Essa ausência no inventário de Antonio Mendes Loureiro pode indicar que os seus “tabuleiros” de cana eram cultivados e beneficiados em terras de outros senhores¹⁸. Seu trabalho como rendeiro ou meeiro de alguma propriedade não o impediu de ser um médio proprietário de escravos, posto que 87% do valor total do seu monte-mór correspondia à avaliação de seus dezoito cativos¹⁹.

Assim como o açúcar, as culturas do fumo e da mandioca utilizaram a mão de obra escrava como principal força de trabalho. Schwartz (1988) chama atenção para esse elemento:

O fumo era um produto de menor prestígio e menos dispendioso, acessível a agricultores mais modestos, mas não era uma ‘cultura de homem pobre’. Alicerçava-se fortemente no braço escravo [...] Podia ser cultivado eficientemente em pequenas plantações familiares de alguns hectares, bem como em unidades maiores, com vinte a quarenta escravos [...] O bastante para afastar qualquer ideia de uma cultura de pequenos proprietários a lavrar sozinhos sua própria terra (SCHWARTZ, 1988, p. 85).

As informações colhidas por mim nos inventários do Termo de Cachoeira confirmam esses aspectos, assinalados por Schwartz. Assim como nas freguesias açucareiras, as áreas de

¹⁶APMC. Inventário de Antonio Mendes Loureiro e Ana Luiza do Espírito Santo, (1856-1859). 02/161/1570. Fl. 7.11. Não localizei nenhuma referência a pagamentos por arrendamento de terras, também o documento não deixa claro em qual local as canas eram cultivadas, vendidas ou beneficiadas.

¹⁷APMC. Inventário de Antonio Mendes Loureiro e Ana Luiza do Espírito Santo, (1856-1859). 02/161/1570. Fl. Fl. 7-v, 8.

¹⁸Sobre lavradores de cana no Recôncavo ver: Barickman (2003a & 2003b), Schwartz (1998).

¹⁹APMC. 02/161/1570. O valor dos bens 11. 257\$ 970. Valor dos escravos foi de 9. 800\$000. Fl. 7.

plântio do fumo e mandioca utilizaram o trabalho escravo como mão de obra prioritária²⁰. José Ferreira de Almeida, morador da freguesia de São Gonçalo dos Campos, teve os seus bens inventariados em 1853, entre os itens avaliados estavam: “[...] um armazém de fazer fumo, tapado de abobe e coberto de telha, avaliado em cem mil réis [...] uma casa de fabrico de farinha com forno, avaliada em trinta mil réis [...]”. Por último José Ferreira Almeida possuía “[...] 60 mil covas de mandioca novas, avaliadas todas por 240 mil réis [...]” e para o trabalho nas suas plantações contava com a força de trabalho de quinze escravos²¹. O também morador de São Gonçalo, José F. da Silva, direcionou a mão de obra dos seus seis escravos para o trabalho com as lavouras de fumo e de mandioca. Ao ter seus bens inventariados em 1860, possuía “[...] um armazém de fazer farinha, no valor de 60 mil réis [...] um armazém para fabrico de fumo, no valor de 70 mil réis [...] 60 mil covas de fumo nascidos, no valor de sessenta mil réis [...]” e mais “[...] 40 mil covas de mandiocas nascidas e outras nascendo, no valor de oitenta mil réis [...]”²².

Os escravos também trabalhavam nas lavouras de mandioca. O inventário de Antonio Joaquim de Souza, Iguape, revelou que, além de ser um plantador de cana, cultivava algumas “covas” de mandioca. Ao falecer, em 1860, deixou entre os seus bens: “[...] uma tarefa de mandiocas novas, avaliadas em quarenta mil réis [...]” e três “tabuleiros” de cana, “[...] o primeiro com três tarefas na primeira limpa, avaliadas em noventa mil réis [...]”, o segundo “[...] com duas tarefas na primeira limpa, avaliadas em noventa mil réis [...]” e o terceiro com “[...] duas tarefas, avaliado em sessenta mil réis[...]”. Antonio Joaquim de Souza revezava o trabalho dos seus 16 escravos – 8 crianças menores de 12 anos –, entre a lavoura de mandioca e as de cana²³.

Todos os três últimos casos expostos acima, foram de pequenos e médios senhores de escravos que revezavam entre as lavadoras de cana, fumo e mandioca. Esses agricultores utilizaram da mão de obra cativa nessas culturas consideradas de “menor prestígio”; no entanto, de fundamental importância para a dinâmica econômica da região. Desses exemplos, compreendo que a posse de escravos no Recôncavo não foi monopólio apenas dos senhores de engenho e plantadores de cana. Para Barickman (2003), a utilização de pessoas escravizadas como trabalhadores estava amplamente difundida na economia e na mentalidade da época e, *grosso modo*, acessível às diversas camadas sociais. Para o mencionado autor:

²⁰Sobre a utilização da mão de obra escrava nas lavouras de mandioca ver: Barickman (2003a), especialmente os capítulos I, II e V.

²¹APMC. Inventário de José Ferreira de Almeida (1854- 8170). 02 /198/2200. Fl. 7,8, 18,19.

²²APMC. Inventário de Antonio Ferreira da Silva (1860-1880). 02/210 /24 56. Fl. 04,5.

²³APMC. Inventário de Antonio Joaquim de Souza (1860). 02/163/ 1596. Fl. 13, 14.

Os senhores de engenho e lavradores de cana não monopolizaram a posse de escravos no Recôncavo. Nem na Bahia, nem em qualquer outra parte do Brasil, o uso da mão de obra cativa jamais ficou confinada a agricultura de *plantation* [...] os lavradores de fumo efetivamente utilizavam quantidades consideráveis de mão-de-obra escrava. Da mesma maneira [...] que a cultura da mandioca não era uma atividade estritamente camponesa (BARICKMAN, 2003, p. 216-17).

Desse modo, os estudos de Barickman e de Schwartz confirmam que tanto as culturas do açúcar quanto as do fumo e da mandioca utilizaram largamente a mão de obra escrava durante toda a segunda metade do século XIX. O que não significa dizer que esses pequenos proprietários, às vezes com dois ou três escravos, integrassem a camada social mais prestigiada da região, reservada aos ricos e poderosos senhores de engenhos. Respeitadas as devidas diferenças sociais e raciais, que separavam um pequeno lavrador (livre de cor ou liberto), dono de um, dois ou três cativos, de um rico senhor de engenho, é preciso ter em vista que ambos utilizavam da mão de obra escrava. Porém, o grau de envolvimento, comprometimento político e dependência com a sobrevivência da escravidão poderia ser diferente.

Mesmo em freguesia onde a cultura da cana predominava, como a do Iguape, muitos proprietários possuíam alguns poucos escravos. No inventário de Francisco Gomes Ramos (1866), foram avaliados quatro escravos. No de Francisco José da Paloma e Maria Isabel da Paloma (1865) havia dois escravos. Por outro lado, no de Egas Muniz Barreto de Aragão, falecido em 1871, foram necessárias doze laudas – frente e verso- de seu inventário para listar os seus 246 cativos que viviam sob os seus domínios apenas da freguesia do Iguape, isso porque, ao total, Egas Aragão possuía 381 cativos espalhados em diversas propriedades do Recôncavo²⁴. Em geral, os pequenos e médios proprietários tinham um contato mais direto com os seus escravos, trabalhando juntos na lavoura, partilhando a mesma refeição, algumas vezes dividindo a mesma morada. No entanto, não posso confundir intimidade e convivência com liberdade e igualdade, pois, em última instância, cada um sabia o lugar social e jurídico que ocupava naquela sociedade, ou seja, cada um na sua lei.

²⁴ APMC. Inventário de Francisco Gomes Ramos (1866-69). 02/162/1582. Fl. 6-9. APMC. Inventário de Francisco José da Paloma e Maria Isabel da Paloma (1865-66). 02/162/1577. Fl. 13. APMC. Inventário de Egas Muniz Barreto de Aragão, (1871) 02/ 158/1544. Fl. 8-v. até 22. No caso de Egas, apenas quantifiquei os escravos que residiam em suas propriedades situadas no Termo de Cachoeira, pois o referido senhor possuía diversas propriedades em outras freguesias. Só no engenho Mataripe, na freguesia de São Francisco do Conde, Egas mantinha 135 cativos, totalizando 381 escravos.

As lavouras produzidas no Recôncavo tinham um papel fundamental na balança comercial e nas taxas de exportação da província da Bahia. Na tabela 1, é possível observar que o açúcar e o fumo foram os principais produtos exportados pela Bahia durante mais de três décadas (1850-1888). Noto que, na segunda metade do século XIX, os dois produtos somados nunca deixaram de ocupar menos que 50% nas taxas de exportação.

Tabela 1 – Açúcar e fumo nas exportações da província 1850-1881

Ano comercial	Açúcar	Fumo	Soma em %
<u>1850-51</u>	<u>69,8%</u>	<u>12,6%</u>	<u>82,4%</u>
1851-52	58,3%	14,2%	75,5%
1852-53	65,8%	8,0%	73,8%
1853-54	59,5%	16,8%	76,3%
1854-55	53,6%	13,6%	67,2%
1855-56	49,4%	12,7%	62,1%
1856-57	50,3%	16,5%	66,8%
1857-58	43,8%	14,2%	58,0%
1858-59	56,8%	15,7%	72,5%
1859-60	26,6%	30,9%	57,5%
1860-61	32,0%	18,3%	58,3%
1861-62	45,9%	26,2%	72,1%
1862-63	38,3%	30,0%	68,3%
1863-64	41,2%	21,3%	62,5%
1864-64	44,9 %	14,6 %	59,5%
1865-66	36,5 %	20,4 %	56,9%
1866-67	37,8%	17,6%	55,4%
1867-68	38,8%	16,2%	55,0%
1868-69	46,1%	16,2%	62,3%
1869-70	30,5%	28,2%	58,7%
1870-71	38,8%	28,6%	67,4%
<u>1871-72</u>	<u>30,1%</u>	<u>21,9%</u>	<u>52,0%</u>
1872-73	27,2%	31,0%	58,2%
1873-74	25,1%	32,9%	58,0%
1874-75	38,1%	31,0%	69,1%
<u>1875-76</u>	<u>20,4%</u>	<u>40,7%</u>	<u>61,1%</u>
1876-77	37,0%	29,5%	66,5%
1877-78	24,8%	35,3%	60,1%
1878-79	30,2%	40,6%	70,8%
1879-80	22,0%	35,9%	57,9%
1880-81	42,3%	22,4 %	64,7%

Fonte: CEAB/UFBA/IPHN, 1979, p. 112. Grifo meu.

De acordo com os dados da tabela 1, no ano comercial de 1850-1851, o açúcar e o fumo tiveram o seu ápice, quando ocuparam juntos 82,4% das exportações baianas. A produção do açúcar contribuiu significativamente para essa cifra. No referido ano, 69,8% das

exportações foram originárias desse produto, tal predomínio apresentou mudanças ainda na década de 1850 com a diminuição das taxas do açúcar e o aumento das de fumo. Também é possível observar na tabela 1 que, em 1859, o açúcar ocupava apenas 26,6% da balança de exportação, 38,1% a menos se comparado ao ano de 1850. Enquanto que, nesse mesmo ano, o fumo atingiu o patamar mais alto de toda a década, 30,9%, ultrapassando pela primeira vez os índices do açúcar.

O período analisado pela tabela pode ser compreendido como o início da grande crise que afetou a produção açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX. Os motivos que corroboraram para essa crise são múltiplos: o fim do tráfico de africanos; o direcionamento da mão-de-obra escravizada para as outras regiões do Império, especialmente aquelas produtoras de café no centro sul do país; a guerra contra o Paraguai (1864-1870), que mobilizou uma quantidade significativa de escravos, libertos e pessoas livres pobres; sem falar na crescente concorrência do açúcar inglês e cubano, além dos efeitos devastadores causados pelas diversas secas que atingiram a região, especialmente nas décadas de 1860-1870. Em fevereiro de 1870, o *Jornal da Bahia* noticiava a situação em que se encontrava a freguesia do Iguape: “A seca está continuando a causar sérios receios e graves prejuízos; os engenhos estão quase sem água para moer, e os depósitos e tanques para os animais quase secos”²⁵.

Um fator particular que atingiu a cidade de Salvador e o Recôncavo com mais voracidade nos anos 1855-1856 foi a grande epidemia de *cólera-morbo* que ceifou milhares de vidas, vitimando escravos e pessoas livres de norte a sul do Brasil (DAVID, 1996, p. 130,131). Em algumas localidades, o alto índice de mortes de escravos abalou profundamente a economia do açúcar, como ocorreu na freguesia do Iguape. Consultando o livro de óbito dessa freguesia, constatei que, somente nos três primeiros dias do mês de setembro de 1855, morreram de *cólera-morbo* 36 pessoas, a maior parte entre os escravos. Antes da epidemia, a média de óbitos semanal não chegava a cinco pessoas²⁶. Todos esses fatores, cada um ao seu modo, contribuíram para um declínio acentuado da produção do açúcar e para o acirramento da crise da indústria açucareira nas exportações baianas na segunda metade século XIX.

Enquanto o açúcar declinava aos poucos, o fumo mantinha-se em significativo crescimento. A tabela 1 mostra que, na década de 1870, as exportações do fumo ultrapassaram

²⁵Fundação Biblioteca Nacional, doravante FBN. *Jornal da Bahia*, 6 de fevereiro de 1870, p. 2. Sobre as secas na Bahia do Século XIX, e as notícias veiculadas nos periódicos da época ver Gonçalves (2002, p. 90).

²⁶Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, doravante ACMS. Livro de óbitos do Iguape (1848-1857). As mortes por cólera continuaram até 1856, quando a epidemia foi controlada, mas o estrago e prejuízos causados foram imensos. Sobre a epidemia de cólera na Bahia, ver Devid (1996).

as do açúcar. Vale destacar o ano de 1875, quando a indústria fumageira exportou quase duas vezes mais, 40,7 % (fumo) e 20,4% (açúcar). Esse contínuo avanço do tabaco durante toda a segunda metade do XIX permaneceu em significativos elevados até as primeiras décadas do século XX, quando a produção de charutos alcançou o ápice do seu desenvolvimento fabril.

1.1 A VILA DE CACHOEIRA: SEU COMÉRCIO E OS VIAJANTES

No quadro específico da escravidão, o Termo de Cachoeira, ou da “Heróica Cidade da Cachoeira”, como era designado na documentação, ocupou seu lugar ao sol na balança escravista brasileira²⁷. A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, fundada em 1698, tinha como pólo o município de mesmo nome. A cidade foi erguida em meio a um vale, entrecortado pelas águas do rio Paraguaçu, que deságuam na Baía de Todos os Santos, distante sete ou oito léguas da sede da Vila. Em finais do século XVIII e durante boa parte do XIX, Cachoeira era a sede da maior Vila de todo o Recôncavo e ocupava o lugar de segunda cidade mais importante da província baiana, superada apenas pela cidade de Salvador.

Por ter sido erguida às margens do rio, em um trecho navegável, Cachoeira desempenhou importante papel como cidade portuária no trânsito de mercadorias e pessoas, entre as freguesias mais distantes, o sertão e a cidade da Bahia, fazendo da Vila e do arraial vizinho de São Félix, localidades de grande efervescência comercial e urbana. As movimentações portuárias, impulsionadas pelas exportações do fumo e açúcar, cresceram durante os séculos XVIII e XIX, fazendo com que esses vilarejos florescessem em riqueza, urbanização e população. A Vila, juntamente com as suas freguesias, formavam um importante centro econômico e escravista da província e do Império (REIS, 1988, p. 66-67). No decorrer do século XIX, muitos viajantes, naturalistas, cientistas, inclusive príncipes, decidiram conhecer mais profundamente as terras tropicais com as suas gentes e costumes que serviram de exílio para a corte portuguesa a partir de 1808. Alguns desses viajantes, como são chamados genericamente pela historiografia especializada, passaram pela província da Bahia e visitaram cidades, engenhos e povoados do Recôncavo, deixando para a posteridade uma série de relatos, registros e impressões sobre o que foi vivenciado (BELLUZZO, 1996)²⁸.

²⁷ A cidade de Cachoeira recebeu este título pela lei nº 43 de 13 de Março de 1837, em virtude dos seus feitos durante o processo de Independência do Brasil, naquela ocasião foi a sede do Governo Provisório do Brasil durante as batalhas em 1822-23 e, novamente, em 1837, quando ocorreu o levante da Sabinada.

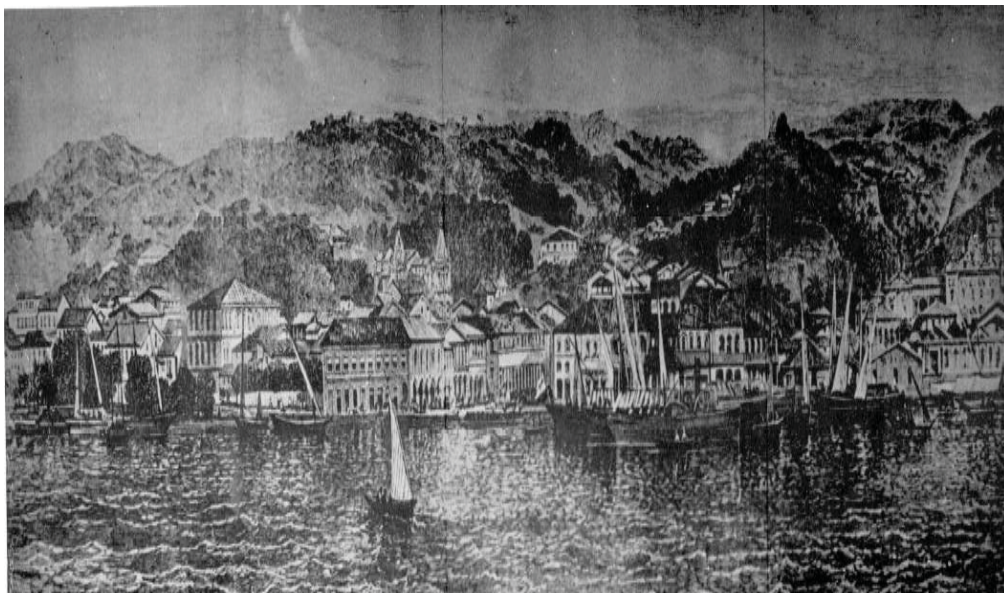
²⁸ Para um maior aprofundamento sobre a literatura dos viajantes no século XIX, ver: a Revista da USP, v. 30. Jun/jul/ago, 1996. Nela, consta um dossiê dedicado à literatura de viajante.

O príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, natural do distrito de Neuwied, região oeste da atual Alemanha, aportou na cidade do Rio de Janeiro em 1815 com o intuito de estudar a fauna e flora exuberante do Brasil. Após uma longa viagem em lombos de burros, cruzou o sertão baiano com destino à cidade da Bahia, visitando diferentes localidades pelo caminho. Em 1817, registrou em seu diário de viagem alguns aspectos da Vila de Cachoeira, deixando um excelente relato sobre o papel da Vila na dinâmica comercial da província. Segundo Wied-Neuwied,

[...] no ponto mais distante dessa baía [de Todos os Santos] fica a foz do Paraguaçu, comumente denominado Peruaçu, oito léguas acima da qual, nas margens do rio, encontra-se a Vila de Cachoeira do Paraguaçu, *que é a cidade mais importante e florescente da região*, depois da capital. *É grande, bem povoada, e faz grande comércio com a Bahia; todas as tropas vindas do interior param aí*, para depois embarcarem para a capital, com seus animais e mercadorias. *Todas as semanas partem dessa Vila muitos barcos destinados à Bahia* (WIED-NEUWIED, 1940, p. 446, grifo meu).

O depoimento de Maximiliano Wied-Neuwied condiz com a gravura de meados do século XIX reproduzida na figura 1, pois ambos destacam o papel que a Vila desempenhava no funcionamento da vida econômica da região.

Figura 1 – Vista do cais do porto de Cachoeira por volta de 1860



Fonte:CEAB/UFBA/IPHAN, 1979.[s.d. autor desconhecido].

Observam-se, na litogravura, barcos de variados tamanhos, ancorados no cais da cidade, embarcando e desembarcando mercadorias e pessoas de variadas localidades,

conectando regiões mais distantes do litoral com o porto soteropolitano e conseqüentemente com os demais portos, especialmente, os europeus e africanos.

Nas circunvizinhanças da Vila, nasciam e desaguavam importantes rotas de comunicação terrestre, como a Estrada Real das Boiadas, muito utilizada por comerciantes, tropeiros e vaqueiros que desciam do Piauí e outras regiões pecuaristas mais ao norte da Bahia. Esses grupos passavam com gigantescos rebanhos de gado bovino em direção à cidade de Salvador, para zonas de mineração das Minas Gerais e dos sertões baianos, utilizando os campos nas áreas circunvizinhas à Vila de Cachoeira como ponto de abastecimento para os tropeiros e de descanso para os rebanhos.

José Joaquim de Almeida Arnizau, major das tropas brasileiras sediadas em Cachoeira durante a guerra de Independência, escreveu em 1825 um livro de memórias sobre a Vila e aproveitou para solicitar das autoridades um:

Maior destacamento de tropa de polícia, para coibir pretos aquilombados e vadios [...] para o bom andamento da cabotagem que diariamente faz aquela vila e anexos com a cidade capital da província; e para segurar de uma vez os vindantes, e tropeiros que de Jacobina de Minas Gerais, Vila de Barra, Rio São Francisco, Maranhão e Piauí, descem a província da Bahia principalmente em gados, para a sustentação de seus habitantes (ARNÍZAU, 1998, p. 19,20).

Tanto a descrição de Wied-Neuwied, quanto a de Arnizau, reforçam o papel de entreposto comercial da Vila, que interligava diversas regiões da província com a capital e o restante do Império. Arnizau, talvez por ser um conhecedor mais profundo do Recôncavo, descreveu as diversas rotas e estradas que entrecortavam as redondezas, por outro lado, não deixou de alertar enfaticamente as autoridades sobre a ameaça dos “pretos aquilombados e vadios”. Sua recomendação foi elaborada a partir do conhecimento que detinha das diversas fugas e revoltas escravas que ocorreram em Salvador e no Recôncavo “rebelde” durante as primeiras décadas do século XIX, causando desarticulação da produção e pavor aos senhores (REIS, 1992; 2003, p. 100)²⁹.

Outros dois naturalistas tiveram a oportunidade de visitar o Recôncavo entre os anos de 1819-1820. O botânico austríaco Karl Friedrich Philipp von Martius e o zoólogo também austríaco Johann Baptiste von Spix. Ambos tinham como objetivo realizar um levantamento da fauna e da flora brasileira, que se apresentava na época desconhecida aos olhos do

²⁹Sobre as diversas revoltas escravas que ocorrerem na Bahia na primeira metade do século XIX ver: Reis (2003; 1992; 1989; 1986); Schwartz (2001). Sobre quilombos, fugas e comunidades de fugitivos, ver: Gomes (2006); Reis (1995-96); Reis e Gomes (1996).

continente europeu. Assim como fez o príncipe Wied-Neuwied, esses dois viajantes/cientistas deixaram suas impressões sobre os mais diversos aspectos da vida econômica, social e dos costumes por onde passavam, em muitos momentos imprimindo um olhar, um tanto quanto enviesado, aos costumes e práticas não habituais ao homem europeu.

Depois de uma longa temporada, também viajando pela região genericamente chamada de sertão, no dia 4 de novembro de 1819, von Spix e von Martius avistaram a cidade de Cachoeira e o arraial de São Félix. Ambos ficaram deslumbrados com a movimentação comercial, populacional e urbana do lugar. Para os naturalistas na freguesia de São Félix reinava:

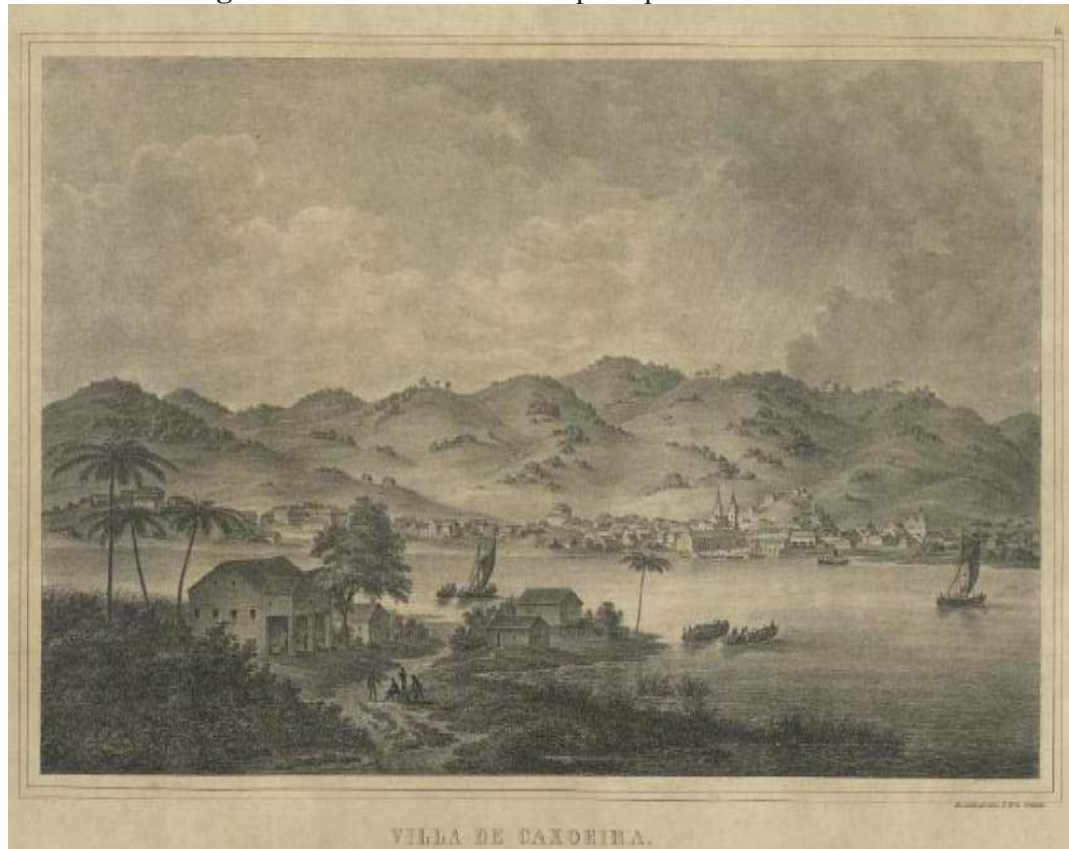
[...] a plena atividade de um porto terrestre, ao passo que na Villa da Cachoeira tudo faz lembrar a proximidade com o mar e o comércio marítimo [...] numerosas tropas de muares recebem as *mercadorias europeias*, vindas por via marítima, para transporta-las ao interior do Império. Numerosas vendas e armazéns, cheios de variados *artigos europeus*, relevam o alto grau de movimentação do seu comércio [...] A Vila estende-se pela margem do rio ao sopé de verdes colinas, cobertas de açúcar e tabaco [...] A maior fonte de renda é a cultura do fumo que prospera no distrito e na redondeza [...] que é exportado para Europa e para a costa d' África. É, sem dúvida, a mais rica, populosa e uma das *mais agradáveis* das vilas de todo o Brasil. (SPIX; MARTIUS, 1979, p.147, grifo meu).

No olhar dos dois cientistas, as duas localidades fizeram-lhes recordar a “animosidade” das cidades europeias, “[...] belamente edificadas e animadas de atividade europeia, foi um verdadeiro prazer para nós, que passamos tão grande temporada no sertão [...]”. O deslumbramento foi tanto que os viajantes procuraram “[...] conservá-lo na memória reproduzindo uma gravura, sob a epigraphe Villa de Cachoeira” (SPIX; MARTIUS, 1979, p.148). A descrição feita por Spix e Martius não difere da dos demais viajantes que por ali passaram naquele mesmo período.

No entanto, os dois cientistas austríacos, ao registrarem os aspectos econômicos e geográficos das localidades, deixaram transpor elementos que caracterizavam a vida cotidiana daquela sociedade. Ao ressaltarem a presença de mercadorias e artigos europeus como promotores da “animada atividade europeia” ou as características urbanas e arquitetônicas, demonstraram o quanto, em muitos momentos, os seus olhares evidenciavam a condição de viajantes estrangeiros. As características europeias na arquitetura conjuntamente com a movimentação comercial e portuária, na visão dos cientistas, tornavam aquele lugar muito “animado”, “belo” e “prazeroso”, e chegaram ao ponto de elevarem a Vila de Cachoeira à categoria de “uma das mais agradáveis” do Brasil.

Por outro lado, o olhar atento e curioso, uma característica dos viajantes daquela época, não deixou passar despercebido as “verdes colinas”, morros e encostas “em grande parte cuidadosamente cultivadas” povoadas por “chácaras, cabanas de operários e as senzalas dos negros e pescadores” gerando o “espetáculo das lindas margens do Paraguaçu” (SPIX; MARTIUS, 1978, p. 147-48).

Figura 2 – Vila de Cachoeira por Spix e Martius 1819



Fonte: SPIX; MARTIUS, 1978, p. 145.

Como mostrarei na segunda seção deste trabalho, talvez ao se referir às pequenas “chácaras” e “senzalas dos negros”, Spix e Martius estivessem se referindo a roças e a casas de escravos, libertos ou trabalhadores pobres, que encontravam nas margens e morros vizinhos ao rio um local para fazer as suas moradas e labutar nas suas lavouras, deixando-as cuidadosamente viçosas e verdinhas.

Mais de quatro décadas depois dos registros realizados por Spix, Martius e pelo príncipe Maximiliano, outro viajante europeu hospedou-se na cidade de Cachoeira ao longo de poucos dias. O médico alemão Robert Avé-Lallemant, em 1858, deteve-se por alguns dias na “cidade heroica” e, como nos registros anteriores dos seus patrícios, relatou detalhadamente os “ruídos” do comércio nas imediações do porto. Distintamente dos outros visitantes,

mencionados anteriormente, Avé-Lallemant recusou o título de naturalista intitulado-se “um médico de hospital” (AVÉ- LALLEMANT, 1980, p. 11). Como nos registros anteriores, Avé-Lallemant relatou detalhadamente os “ruídos” do comércio nas imediações do porto, suas mercadorias e os destinos delas. Para esse visitante, em Cachoeira e seu arraial vizinho de São Félix:

Tudo é comércio, tudo é atividade comercial. Entradas e saídas de barcos de cargas, tropas de muares, e cavaleiros isolados. Por que em Cachoeira termina a principal estrada que vai de Juazeiro, no grande Rio S. Francisco, das lavras diamantíferas, na Chapada Diamantina, das ricas e altas regiões diamantíferas da Província da Bahia, dos sertões criadores de Pernambuco e Piauí e, sobretudo das zonas de cultura de tabaco que lhe ficam perto [...] É um entreposto geral, especialmente para o tabaco, que se encontra armazenado e manipulado em todas as suas formas e cores nas margens do Paraguaçu (AVÉ- LALLEMANT, 1980,p. 65).

Corroborando as descrições feitas pelos visitantes oitocentistas, os pesquisadores Nicolau Parés (2007, p.169) e Barickman (2003) destacam o potencial da Vila de Cachoeira para a circulação de mercadorias, funcionando como uma encruzilhada para as mais diversas partes da ampla província baiana e com outras províncias, como as do Maranhão, Minas Gerias, Piauí³⁰.

Boiadas vindas dos sertões passam por seus arredores a caminho de Salvador. Navios e barcos atracados no rio Paraguaçu recebiam ali cargas pesadas de fumo e açúcar das freguesias rurais da vila e de algodão, couro e ouro provenientes de áreas mais remotas [...] Descarregavam tecidos, ferramentas e outras manufaturas europeias que os comerciantes da vila, por sua vez, enviavam em lombo de mulas e cavalos para os povoados de todo vasto interior da Bahia. Graças a esse comércio rico e variado, Cachoeira cresceu e prosperou (BARICKMAN, 2003, p. 102).

Ao analisar as rotas de comércio e comunicação do alto sertão da Bahia com outras localidades durante o século XIX, Pires (2003) destaca vias de comércio terrestre que interligavam os sertões com outros territórios. Dentre as três principais, uma “ligava o Recôncavo (Nazaré e Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas) e destas para o Rio São Francisco. Por essa via comercializavam-se todos os gêneros” (PIRES, 2003. p 39)³¹.

³⁰Parés (2007, p. 169-170) destaca que a partir da Vila “[...] de Cachoeira saíam os caminhos que iam para as Minas Gerias, Maranhão e os sertões, [...]” essas rotas também eram utilizadas para o tráfico de escravos e ouro.

³¹ Freitas (2009, p.153) faz um estudo sobre as estradas das boiadas, as rotas de abastecimento e consumo de carne bovina na Bahia do século XIX.

Figura 3 – Vista do Cais do porto de Cachoeira na década de 1930



Fonte: apud SOUZA, 2010, p. 31.

Figura 4 – Porto de São Félix em meados da do século XX



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix [autor desconhecido, s.d.].

Tanto os memorialistas, viajantes estrangeiros, quanto os pesquisadores mencionados, descreveram a cidade de Cachoeira e São Félix como importantes entrepostos, fosse pela terra, fosse pelas águas e, posteriormente, pelos trilhos da malha ferroviária construída ao longo da segunda metade do século XIX.

O papel de polo econômico da região foi reconfigurado com a construção das estradas de ferro na segunda metade do século XIX. A construção do primeiro trecho da Estrada de Ferro Central da Bahia teve início em 1867, partindo de Cachoeira até Feira de Santana. Em 1876, foi inaugurado o segundo trecho que partia de São Félix em direção à Chapada Diamantina. Durante as últimas décadas do XIX, com algumas alterações do plano original, a estrada expandiu-se nessa direção. A expansão das linhas ferroviárias possibilitou a outras cidades, mais afastadas da orla marítima, certo destaque no segundo quartel do XIX. A cidade de Alagoinhas é um exemplo dessa nova reconfiguração. Por lá passavam os trens da importante ferrovia *Bahia and San Francisco Railway Company Limited*, que ligavam as regiões próximas ao rio São Francisco até a cidade de Salvador (ZORZO, 2003, p. 4; SOUZA, 2011).

Passando por altos e baixos, a Vila da Cachoeira e as freguesias que compunha o seu Termo, ocuparam um espaço importante na economia e na vida social dos baianos durante todo o século XIX. Ressurgiu, nas primeiras décadas do século XX, enquanto cidade, impulsionada pela expansão da malha férrea e pela indústria de fabricação de charutos e cigarros, confeccionados em gigantescas fábricas especialmente aquelas de capital estrangeiro – europeu – que utilizavam como mão de obra muitos ex-escravos e os seus descendentes nos anos que se seguiram à abolição nas cercanias do Recôncavo (FRAGA FILHO, 2006, p. 115).

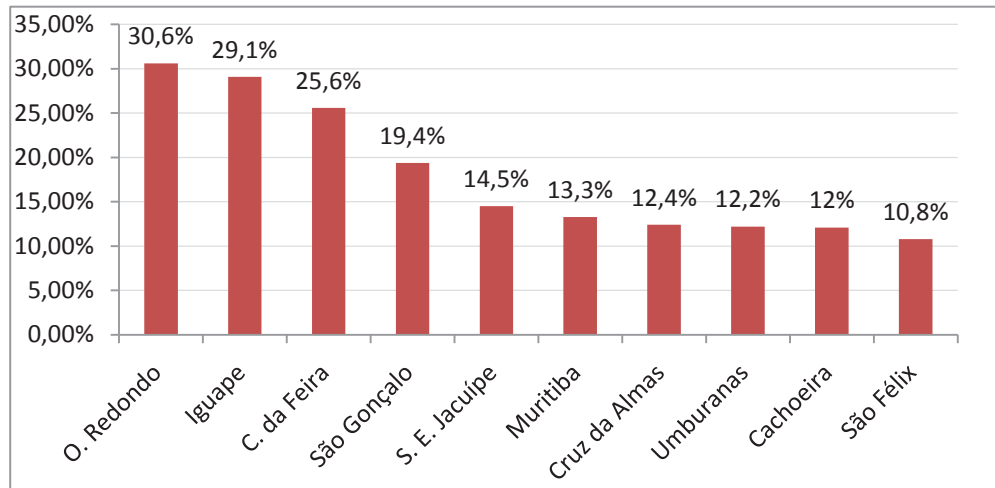
1.2 FÁBRICAS, LAVOURAS E AS FORMAS E TRABALHO ESCRAVO

Como observo no gráfico 1 (mais abaixo), a concentrações de escravos nas freguesias pertencentes ao Termo de Cachoeira demonstram o quanto o trabalho escravo estava presente naquelas localidades. Com exceção da freguesia de Deus Menino de São Félix, todas as outras mantinham entre 12% a 30% de sua população em regime de cativo, seguindo a tendência dos números para todo o território baiano na época (12,8%).

A concentração de escravos estava relacionada com os tipos de cultura desenvolvida. Em algumas freguesias o número de escravos alcançou níveis elevadíssimos, chegando quase a um terço da população. Tal como no Outeiro Redondo (30,6 %), São Thiago do Iguape (29,1 %) e Conceição da Feira, onde a população escravizada atingiu mais de um quarto dos habitantes (25,6 %). Somadas todas as dez freguesias a população cativa correspondia a 9,3 % de toda comunidade escrava presente na província. Contingente significativo para uma

província que possuía cerca de 1,2 milhões de habitantes, espalhados em um gigantesco território de meio milhão de quilômetro quadrados.

Gráfico 1 – População escrava por freguesia (1872)



Fonte: IBGE. Censo Geral do Brasil de 1872.

Ao analisar cada freguesia, separadamente, observei algumas peculiaridades e as possíveis conexões. Como demonstrarei mais adiante, a configuração de cada freguesia ditou o ritmo do trabalho exercido pelos escravos e a possibilidade de criação de espaços de autonomia e mobilidade por parte dos cativos. Por isso, analiso as freguesias a partir do pressuposto de que tanto zonas mais urbanizadas quanto áreas fortemente ruralizadas estavam interligadas e que possuíam, cada uma à sua maneira, um lugar de importância na conformação e no funcionamento da sub-região. Mesmo apresentando aspectos que as diferenciavam, adianto, desde já, que o principal elemento em comum foi a presença do trabalho escravo nas mais diversas atividades econômicas e nas relações cotidianas.

1.2.1 A cultura do fumo e sua mão de obra

A partir de meados do século XIX, a produção fumageira no Recôncavo passou por uma reestruturação, mudando as formas de produção e o público destinatário, fatores que contribuíram para o crescimento do fumo no mercado de exportação do Império. Durante os séculos XVIII e XIX, o fumo produzido no Recôncavo foi utilizado como mercadoria no

comércio de escravos africanos³². O tabaco era utilizado como moeda por traficantes baianos, para abastecerem os navios negreiros nos portos do continente africano. O tipo de fumo usado nesse comércio era conhecido como fumo de corda ou fumo de rolo. Esse produto, na atualidade, ainda pode ser encontrado com a mesma nomenclatura, vendido em feiras livres ou em pequenas mercearias e consumido por pessoas mais velhas do Recôncavo que, pacientemente sentados nos peitoris das casas antigas, ao entardecer, picotam cada pedacinho de fumo com amoladas facas “sete tostões” e lançam uma branca fumaça pelo ar, enquanto proseiam com seus camaradas³³. Esse mesmo tipo de fumo, especialmente o produzido no Recôncavo, foi muito cobiçado nos territórios africanos envolvidos com os negócios do tráfico. Como informa Parés (2007), os traficantes brasileiros, portugueses e holandeses utilizavam como moeda para aquisição de escravos,

[...] o tabaco baiano de terceira qualidade, chamado tabaco refugio, proveniente do Recôncavo, para comercializar com os africanos que apreciavam esse produto mais que qualquer outro [...] favorecendo especialmente os comerciantes baianos que dispunham de tabaco, em detrimento de comerciantes portugueses e de outras partes do Brasil (PARÉS, 2007, p. 46).

Considerado de qualidade e sabor inferior pelos padrões europeus da época, o fumo baiano foi muito conhecido e consumido nos mercados africanos desde o século XVI. Com o fim definitivo do tráfico de escravos em 1850, o tabaco produzido na Bahia passou a ser exportado majoritariamente para o mercado europeu, principalmente para regiões consumidoras da atual Alemanha. Os fardos de fumo em folhas sem beneficiamento eram comprados nas mãos dos produtores locais por atravessadores e comissários, muitos deles representantes de capital estrangeiro, sediados em grandes armazéns espalhados nas cidades de Cachoeira, São Félix e Salvador. Posteriormente, a matéria ainda bruta era exportada para ser beneficiada nas manufaturas de charutos da Europa, principalmente na região de Bremen e Hamburgo – atual Alemanha –, os maiores centros charuteiros da Europa central. Segundo Silva,

[...] a produção e exportação de fumo dos tipos superiores, provenientes do Recôncavo, favoreceu na Bahia fortes relações comerciais com o

³²Sobre a relação entre o tráfico de escravos africanos e as exportações de fumo baiano, ver Verger (2002).

³³Faca de metal com aproximadamente sete centímetros de comprimento e dois de largura, utilizada para descascar pequenas frutas e pequenos vegetais. Pelo seu tamanho reduzido, até os dias de hoje, é comum observar os lavradores das localidades rurais do Recôncavo portando uma faca desta na cintura, guardadas em pequenas capas feitas de couro cru. Seu nome faz alusão ao seu reduzido valor: sete tostões.

estrangeiro, principalmente com as cidades de Bremen e Hamburgo [...] A Alemanha representava o mais importante mercado de fumo de charutos de toda a América. Bremen, chegou ao fim do século XIX com o primeiro lugar na importação mundial de fumo em folha [...] O fumo do Recôncavo era exportado tanto para o estrangeiro como para outras áreas internas do país, assim como mantinha, em grande parte, as indústrias locais (SILVA, 2001, p 29).

Como sinalizado por Silva (2001), em meados do século XIX, o cenário das exportações e consumo do tabaco foram significativamente modificados. Na segunda metade do século XIX, as manufaturas de fumo foram instaladas no Recôncavo, desenvolvendo mudanças significativas na forma de produzir o tabaco e de exportá-lo. O fumo do Recôncavo que antes era vendido sem beneficiamento quase nenhum, passou a ser transformado em charutos, em fábricas instaladas nas cidades da região, inclusive utilizando mão de obra escrava, para depois serem remetidos a várias partes do mundo.

Foi nessa conjuntura que as primeiras manufaturas modernas de charutos foram fundadas. No ano de 1842, o português Francisco José Cardoso fundou a fábrica de charutos *Juventude*, em São Félix; em 1851, o também português Luis Costa Penna fundou a fábrica *Costa Penna* na mesma cidade; nesse mesmo ano, surgiu ainda a fábrica *Vieira de Mello*. As duas principais fábricas de charutos instaladas no decorrer do século XIX foram as *Dannemann* e *Suerdieck*, ambas fundadas por imigrantes alemães. A primeira iniciou suas atividades no ano de 1873, fundada pelo alemão Gerhard Dannemann. A segunda teve sua origem no ano de 1888, quando August Wilhelm Suerdieck embarcou do porto de Hamburgo para trabalhar nos negócios de fumo do Recôncavo e, em 1892, inaugurou a sua própria fábrica, denominada Suerdieck³⁴.

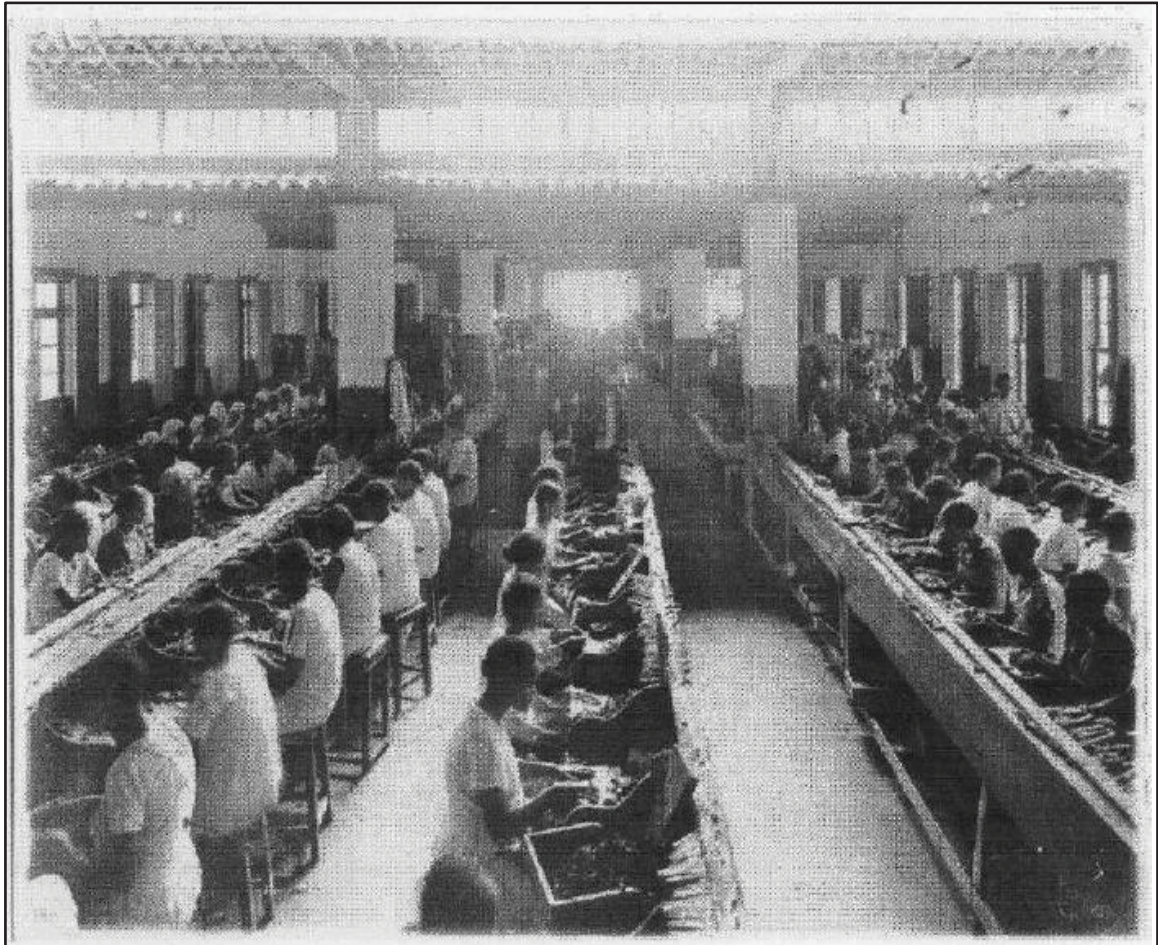
Durante as primeiras décadas do século XX, a indústria fumageira baiana atingiu o seu apogeu quando, na década de 1920, a fábrica Suerdieck – após incorporar as fábricas Dannemann e Costa Penna – exportou mais de 180 milhões de charutos por ano, todos feitos manualmente. Empregava mais de 4.128 trabalhadores, divididos entre Salvador e nove municípios do Recôncavo³⁵, mesmo após fortes crises na indústria do fumo, decorrentes das mudanças econômicas e políticas ocorridas no continente europeu durante a primeira metade do século XX, especialmente o envolvimento da Alemanha – principal comprador – na primeira e segunda guerra mundial. Em 3 de fevereiro de 1858, foi inaugurado no importante

³⁴Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Aspectos da Economia rural brasileira*. Rio de Janeiro, 1922, p. 427-434.

³⁵Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Aspectos da Economia rural brasileira*. Rio de Janeiro, 1922, p. 428-430.

bairro do Comércio, em Salvador, um moderno prédio de oito andares, com fachada decorada por um grande painel encomendada ao famoso artista plástico argentino Caribé, para decorar a fachada do Edifício Gerard Meyer Suerdieck, nome em homenagem a um dos herdeiros. Foi um dos últimos “suspiros” do apogeu da “era do fumo” e da produção de charutos na Bahia

Figura 5 – Trabalhadores/as em uma fábrica de charutos no Recôncavo³⁶



Fonte: APB. Fotografias sobre a cultura fumageira. [s.d. autor desconhecido]

³⁶ APB. Setor de arquivos privados: Fotografias sobre a cultura fumageira; pasta 21, fotografia 2102.

Figura 6 – Fabrico de fumo de rolo**Figura 7** – Fumo vendido em uma feira livre

Fonte: IBGE, Arapiraca-AL [s.d. autor desconhecido]. **Fonte:** IBGE, Feira de Santana-Ba. Esso Standard do Brasil [196?].

De acordo com Fraga Filho (2006, p. 328), a maioria das fábricas de charutos e armazéns de fumo situados nas cidades de São Félix e Cachoeira, nas últimas décadas do século XIX e começo do XX, empregavam majoritariamente trabalhadores egressos do cativeiro. Consultando processos-crime e inventários da segunda meados do XIX, localizei diversos libertos, escravos, pessoas livres de cor e brancas trabalhando conjuntamente nas fábricas de charutos do Recôncavo. Na manhã de 6 de maio de 1854, em São Félix, o garoto Vicente, livre, pardo, menor de 14 anos, filho da “pessoa miserável” Francisca Josefina do Amor Divino, foi espancado pelo português Antonio Inácio de Magalhães³⁷. Ao apresentar queixa ao subdelegado a mãe do garoto declarou:

Eu Francisca Josefina do Amor Divino, viúva, honesta e pessoa miserável, que tendo um seu filho de menor de 14 anos por nome Vicente [trabalhando] na fábrica de charutos de Antonio Inácio de Magalhães, português, morador do curato de São Felix. Pelas 10 horas do dia 06 de maio do corrente, agarrando dentro da fábrica aquele menor, o espancou e maltratou barbaramente e horrivelmente, pondo-lhe as mãos inchadas de bolos, e quase quebrando-lhe um braço de pancadas, que lhe deu.³⁸

³⁷ APB. Processo-crime (1854). 27/ 945/11. Fl. 3. Vicente possivelmente poderia ser liberto, no processo não consta referência sobre a condição de sua mãe, indicando ser ela também livre ou uma liberta. O termo “pessoa miserável” foi utilizado pela mãe do menor na petição de queixa, para solicitar à justiça gratuidade no processo, revelando que se tratava de uma pessoa com poucos recursos.

³⁸ APB. Processo-crime (1854). 27/ 945/11. Fl. 3.

A violência do espancamento faz uma clara alusão aos castigos aplicados aos escravos considerados como “desobedientes”. A força da palmatória do português foi tamanha que “[...] deixou o menor com as mãos inchadas pelos bolos e quase lhe quebrou o braço [...]”.³⁹ Talvez o dono da fábrica estivesse acostumado a usar da violência para punir seus trabalhadores, principalmente se alguns deles fossem escravos ou libertos⁴⁰. Esse indício pode ser confirmado pela leitura dos autos processuais. Com a instauração do inquérito pelo juiz municipal de Cachoeira, Cléofono Pitaguary de Almeida, foram intimadas cinco testemunhas que presenciaram o episódio e que eram funcionários da fábrica. Observem o quadro 1 (mais abaixo)

Quadro 1 – Testemunhas de um espancamento em uma fábrica de charutos em 1854

Nome	Origem/Condição	Ofício /Modo de vida	Idade
Vicente de Tal (vítima)	Pardo/ Livre	Vive de ser charuteiro	14 anos
Antonio da Costa Mauricio	Africano/ liberto	Vive de ser charuteiro	25 anos
Antonio de Almeida Pinto	Crioulo/ Escravo	Vive de ser charuteiro	26 anos
Posidonio de A. Vasconcelos	Crioulo/ Escravo	Ofício de ser charuteiro	17 anos
José Ferreira de Souza	Pardo/ Livre	Vive de fazer charutos	-----
Lotario Augusto da Silva	Branco/ livre	Ourives e trabalha com charutos	25 anos

Fonte: APB. Processo-crime (1854). 27/ 945 /11.

Como aparece no quadro 1, o trabalho nas fábricas não foi exclusividade apenas do trabalhador livre, haja vista que ao menos seis pessoas – incluindo a vítima – trabalhavam na fabricação dos charutos no momento em que aconteceu o episódio entre o dono da fabricação e o menor, inclusive percebo a presença de um trabalhador livre de cor branca conjuntamente na lida com escravos e libertos. Todas as testemunhas convocadas declararam “[...] ter como ofício ou modo de vida ser charuteiro [...]”⁴¹. Entre os trabalhadores, havia dois escravos no ofício com os charutos, ambos não eram escravos do dono da fábrica, possivelmente, eram alugados ou pagavam jornais aos seus senhores para trabalharem: Antonio de Almeida, crioulo, 26 anos, “[...] disse viver de ser charuteiro, e ser escravo de Maria Rosa de Almeida Pinto [...]”. Posidonio de Almeida Vasconcelos, 17 anos, crioulo, “[...] vive de ofício de charuteiro, disse ser escravo de Umbelina Francisca das Virgens [...]”⁴². Além dos dois

³⁹ APB. Processo-crime (1854). 27/945/11. Fl. 3-4.

⁴⁰ Sobre os castigos aplicados aos escravos e libertos, ver: Pires e Santana (2013); Lara (1988).

⁴¹ APB. Processo-crime (1854). 27/945/11. Fl. 9-13. Grifo meu.

⁴² APB. Processo-crime (1854). 27/945/11. Fl. 9, 13.

cativos, o africano liberto Antonio da Costa Mauricio, de 25 anos, declarou “[...] residir em São Félix onde vive de fazer charutos [...]”⁴³. Esse processo-crime revela que não só homens e mulheres livres labutavam nas fábricas de charutos, mas que escravos e libertos também fizeram parte daquele universo trabalhista das fábricas oitocentistas, que, em muitas circunstâncias, foi salientado pela historiografia do trabalho como um universo trabalhista composto por indivíduos livres ou libertos, ou seja, escravos e escravas dividiam-se entre o chão das senzalas e das manufaturas fumageira do Recôncavo (NEGRO; GOMES, 2006).

No decorrer do processo-crime, não observo referência ao nome da fábrica, possivelmente deveria tratar-se de uma fabricação caseira ou de pequeno porte. Antes da instalação dos grandes empreendimentos fabris no Recôncavo, os charutos eram produzidos nas próprias casas, inclusive dos trabalhadores, e depois revendidos ou entregues aos proprietários do fumo que, após pagarem pela feitura dos charutos ou beneficiamento do fumo, levavam o produto para serem comercializados⁴⁴. Por outro lado, a presença de seis funcionários representava um número significativo para época, basta lembrar que uma das maiores fábricas de charutos do Recôncavo, a Dannemann, iniciou suas atividades em 1873 com o mesmo número de trabalhadores, chegando a possuir 1.200 operários nas primeiras décadas do século XX com uma produção de cerca de 20 milhões de charutos por ano⁴⁵.

Relacionando o processo-crime envolvendo Vicente com os inventários de lavradores de fumo e proprietários de escravos anteriormente mencionados neste trabalho, percebo que o trabalho escravo esteve presente tanto na lavoura do fumo quanto nas fábricas. Senhores produziam o fumo em suas roças conjuntamente com seus escravos e vendiam o produto para os armazéns das fábricas espalhadas em várias localidades do Recôncavo. Após o beneficiamento, as fábricas exportavam o produto, seja o fumo em folha, rolo, charutos ou cigarrilhas⁴⁶. O tabaco, produzido por braços escravizados nas lavouras e nas fábricas, era transformado em sofisticados charutos por mãos de homens, mulheres e crianças negras – algumas escravizadas –, e degustadas nos mais nobres salões dos cafés da Europa “aboliconista” do século XIX.

⁴³ APB. Processo-crime (1854). 27/945/11. Fl. 8-v.

⁴⁴ Mesmo após a instalação das grandes fábricas, a prática de fazer os charutos em casa permaneceu, contudo com menor força, pois as próprias fábricas contratavam as pessoas, principalmente as mulheres, que fabricavam os charutos em casa, para fim de coibir a falsificação dos charutos. Sobre essas e outras questões relacionada ao trabalho fabril, caseiro e feminino com os charutos, ver: Silva (2001).

⁴⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Aspectos da Economia rural brasileira*. R.J., 1922, pp. 434.

⁴⁶ Pela facilidade de escoamento através do rio Paraguaçu, as fábricas estavam concentradas nas cidades de: Cachoeira, São Félix, Muritiba e Maragojipe, mas mantinham armazéns de compra e depósito de fumo em outras localidades. Na década de 1950, a Suerdieck possuía fábricas nas cidades de Maragojipe, Cachoeira e Cruz das Almas, além de armazéns em São Félix, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, Castro Alves, Conceição do Jacuípe e Salvador.

As culturas do fumo e do açúcar mantiveram o Recôncavo como uma das regiões de maior influência econômica em toda província, pois, em nenhum dos anos, entre 1850 até 1880, a soma das exportações de ambos os produtos foi menor que 50%, oscilando entre 82,4%, alcançada em 1859, e a menor (52%) atingida no ano de 1871⁴⁷.

Sei, e outros pesquisadores também o sabem, o quanto números são incompletos e passíveis de erros e omissões, mas cruzando as informações com a documentação produzida na época, é possível balancear o peso da escravidão na organização social e econômica. A escravidão, enquanto instituição largamente difundida deu liga às práticas cotidianas assentadas nas hierarquias socioeconômicas e raciais, típicas das sociedades escravistas e pós-escravistas das Américas (SCOTT, 2005)⁴⁸.

1.3 ASPECTOS URBANOS: O TRABALHO DE GANHO

Segundo o censo de 1872, a cidade de Cachoeira apresentava uma população estimada em 9.270 moradores e, no arraial vizinho de São Félix, havia 3.205, equivalente respectivamente a 12% e 10,8% da população total do Termo. Pelo seu desenvolvimento urbano, essas localidades ofertavam uma gama de serviços, especialmente para escravos, libertos e pessoas livres pobres. Vários jornais circulavam divulgando os serviços que poderiam ser encontrados naquelas localidades. O periódico cachoeirano *O Progresso* anunciou, no seu exemplar de 21 de julho de 1861, uma gama de acontecimentos e serviços: celebrações de missas, crimes, poesias, fugas de escravos, serviços médicos, atos do governo, compra e venda de escravos, notícias de outras províncias e diversas propagandas dos armazéns que anunciavam a variedade de produtos disponíveis. Nesse mesmo exemplar, encontra-se este anúncio:

ATENÇÃO

No bem conhecido armazém de Joaquim Martins de Oliveira & Irmão, tem para vender um grande e variado sortimentos de molhados de todas as qualidades, e aprompta qualquer receita com a maior brevidade possível. Os mesmo comprão escravos, sendo de bonitas figuras, e não duvidão pagar por maior preço do que outro qualquer; bem como vendem dois cavallos castanhos, lindas figuras e muitos habilidosas, e também vendem burros, por preços comodos⁴⁹.

⁴⁷Ver quadro 1 neste trabalho.

⁴⁸Sobre práticas cotidianas no século XIX ver: Dias (1995). Para as hierarquias nas sociedades pós-escravistas: Cooper; Holt e Scoot (2005).

⁴⁹Biblioteca Pública do Estado da Bahia, doravante BPEB. Jornal *O Progresso*, exemplar de 21/07/1861.

Conjuntamente com gêneros de secos e molhados, o anunciante comercializava escravos, cavalos e burros. Para atrair a atenção dos possíveis compradores foram chamados de “bonitas e lindas figuras”. Os armazéns estavam espalhados por toda a cidade, além de comprar e vender cativos, também utilizavam esses trabalhadores nos serviços de entrega, carga, descarga, limpeza etc. Por outro lado, os escravos, sempre que possível, também eram clientes dessas casas comerciais, afinal de contas, o armazém de *Joaquim Martins de Oliveira & Irmão*, como afirma no anúncio oferecia uma gama de produtos de “todas as qualidade” e preços cômodos.

Além de Cachoeira, a cidade de São Félix está cravada no vale do rio Paraguaçu na sua margem direita, cercada pelas freguesias de Muritiba, Cruz das Almas e Outeiro Redondo, espremida entre o rio e sua vizinha Cachoeira, distante por pouco mais de 350 metros, unidas, a partir de 1885, pela ponte D. Pedro II⁵⁰. O arraial de São Félix apresentava forte movimentação portuária, os armazéns de fumo e, posteriormente, as fábricas de charutos ocupavam os prédios de toda orla pluvial. O traçado da sede apresentava fortes sinais de urbanização, mas, com uma área territorial reduzida, sua população concentrava-se nas ruas estreitas e cheias de íngremes ladeiras. A proximidade com as demais freguesias e a movimentação portuária facilitou o trânsito de pessoas. Segundo Fraga Filho (2006), nas últimas décadas do século XIX e nos anos seguintes à abolição tanto a cidade de

[...] Cachoeira como de São Félix comportavam uma população flutuante constituída por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas, que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos e retornavam ao final do dia (FRAGA FILHO, 2006, p. 114).

Esses espaços urbanos possibilitavam aos escravos, libertos e população livre pobre desenvolver diversos trabalhos: jornaleiros, barqueiros, aguadeiros, lavadeiras, serviços domésticos, carregadores etc. Muitos escravos mantinham uma relação menos direta com seus senhores por trabalharem como alugados, outros trabalhavam no ganho como empregados de terceiros, pagando o jornal estipulado. Reis (2000), ao estudar o trabalho de rua exercido na cidade de Salvador, no decorrer do século XIX, assinala o quanto esse segmento foi dominado por grupos de negros escravizados e libertos.

⁵⁰ São Félix, após emancipar-se de Cachoeira no ano de 1889, anexou ao seu território a freguesia de Outeiro Redondo (atual distrito rural de mesmo nome) e manteve sua sede no mesmo sítio da antiga freguesia. A ponte metálica ferroviária, que liga as duas cidades, possui cerca de 365 metros, foi executada na Inglaterra e inaugurada em 7 de Julho 1885. Em homenagem ao monarca brasileiro recebeu o seu nome. Para maiores informações confira o sítio: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/02rodo/9pontesviadutos/pontes/BA/ponte%20Dom%20pedro%20II/GpDPII.htm>>. Acessado em: 19 abr. 2013.

O trabalho de ganho fez parte do cotidiano das cidades escravistas brasileiras, principalmente no século XIX. Pelas ruas das cidades do Império brasileiro escravos e escravas eram:

[...] deixados a maior parte do tempo a ‘viver por si’, buscavam atividades que lhe permitissem prover suas necessidades e a de seus senhores. Diária ou semanalmente, entregavam ao senhor uma quantia previamente estabelecida, ficando com o excedente, prática em geral respeitada pelos senhores, ainda que nenhuma lei a garantisse antes de 1871. Esses escravos estavam submetidos ao arbítrio do senhor, mas, dia a dia conseguiam decidir onde, como e com quem trabalhavam. Muitos apareciam na casa de seus donos apenas para entregar a fêria que lhes cabia, arcando com moradia, alimentação, roupas e juntando recursos para comprar sua alforria (FARIA 2011, p. 230).

O trabalho de ganho significava para o escravo um maior grau de mobilidade na sua vida diária. Longe da vigilância direta do senhor, o escravo poderia utilizar o tempo que estava em serviço nas ruas e colocar em prática seus projetos de liberdade, especialmente, realizando outros serviços ou até mesmo furtos com o intuito de acumular algum recurso. Talvez, pensando em comprar sua alforria, uma camisa, um chapéu novo, ou um corte de chita para uma saia. Por outro lado, como mostro mais adiante, os cativos poderiam aproveitar a maior mobilidade e menor vigilância para cuidar de outras questões de suas vidas: frequentar rituais religiosos de origem africana, vivenciar amores, divertir-se em festas populares ou apenas aproveitar o dia tomando pinga em uma das diversas tabernas e casas de pastos espalhadas pela cidade.

Em 29 de abril de 1855, o fiscal da municipalidade cachoeirana Manoel Galdino de Assis multou, por infração de postura, Marcolino, escravo de José Joaquim de Oliveira. O escravo trabalhava “[...] talhando carne verde no açougue desta cidade [...]”. Na versão do fiscal sobre o ocorrido, o escravo – açougueiro – estava roubando na pesagem do alimento, “[...] vendendo uma libra e meia de carne por duas libras [...]”⁵¹. Segundo o negociante Manoel José da Fonseca, testemunha do acontecido, o fiscal

[...] tomou a carne da mão de um moleque, que disse ter comprado na talha de Marcolino, cabra, escravo de José Joaquim d’Oliveira, e pesou a carne [...] na venda de José Joaquim de Menezes, faltando quase um quarto para duas libras, quanto disse [o moleque] ter comprado.⁵²

⁵¹ APB. Infração de posturas. Cachoeira (1855). 05/159/03. Fl. 2.

⁵² APB. Infração de posturas. Cachoeira (1855). 05/159/03. Fl. 4-5.

Na documentação consultada não fica claro se a carne vendida era propriedade do cativo; no entanto, fica evidente que o escravo trabalhava no ganho. Ao elaborar uma petição eximindo-se da responsabilidade com a infração praticada por seu cativo, José Joaquim d'Oliveira afirmou que ele não “[...] talha carne, nem lhe pertencia o que estava cortando o seu escravo, *o qual vivendo de ganho foi chamado para talhar*”⁵³. Portanto, Marcelino vivia de ganho como açougueiro, talvez investindo algum dinheiro em um negócio próprio do ramo de carnes.

Ao que parece, o trabalho com o corte e venda de carne verde em Cachoeira foi uma atividade desenvolvida pelos escravos. No ano de 1859, Nicácio, escravo do alferes Candido Francisco de Assis, foi acusado de agredir Vicente Marinho, homem livre, na rua da Matriz em Cachoeira. Em seu interrogatório, o escravo Nicácio disse que apenas agrediu o dito para “[...] defender a honra de seu senhor [...]”⁵⁴. Parece que Nicácio mantinha uma relação amistosa com o seu senhor, chegando a colocar sua vida em risco para defender a honra daquele ou, talvez, o seu interesse fosse defender os seus negócios. No mesmo interrogatório, Nicácio afirmou que “[...] vivia de cortar carne no açougue do seu senhor [...]”⁵⁵.

Examinando o inventário do alferes Candido Francisco de Assis, descobri que Nicácio não foi o único escravo do alferes que trabalhava no ganho. Candido era senhor de mais cinco escravos⁵⁶. Três dos seus escravos viviam de ganho, inclusive a africana Maria Luiza que foi multada por infração de postura por vender alimentos nas ruas da cidade e era mãe da liberta Clemencia Garcia, como veremos detidamente na terceira seção. Para Nicácio e para as outras escravas, manter uma “boa” relação com seu senhor era a garantia de uma rotina de trabalho com menos vigilância e mais mobilidade. Como observei no episódio anterior envolvendo o escravo Marcolino, não sei qual era o destino de cada ½ libra de carne verde que desviava. Não seria demasiado supor que, se caso estivesse verdadeiramente desviando essa quantia, poderia ter em mente investir em seu próprio negócio ou tentar acumular recursos suficientes para negociar junto ao senhor sua liberdade.

Viver por si era um objetivo de muitos escravos e escravas que se dedicavam ao trabalho de ganho. Foi esse o caso de José Doca, escravo de Candola da Silva Castro, acusado

⁵³ APB. Infração de posturas. Cachoeira (1855). 05/159/03. Fl. 9. Grifos meu.

⁵⁴ APB. Processo-crime (1859), Cachoeira. 19/681/16. Fl. 11.

⁵⁵ APB. Processo-crime (1859), Cachoeira. 19/681/16. Fl. 11.

⁵⁶ APMC. Inventário, Cachoeira (1860). 02/111/1072. Fl. 3, 102-115. Os escravos do alferes eram: Nicácio, crioulo, 50 anos, cortador de carne verde, 600:000; Maria Luiza, africana, boa idade, serviço de ganho, 500:00; Felicidade, africana, boa idade, serviços de ganho, 500:00; Luiza, cabra, moça, serviço doméstico, 1.000:000; Maria, crioula, serviço doméstico, 1.00\$00. Após a morte do alferes nasceu da escrava Maria, crioula, a cabrinha Olímpia, 200\$000. Fl. 3.

de cometer um homicídio no “Beco do Suçú” em 29 de janeiro de 1888, em Muritiba. Segundo a senhora de José Doca (apelido por ser cego do olho direito), ele “[...] vivia de ganho [...] e se prestava a pagar-lhe semanas, vendendo água com um burro [...]”⁵⁷. Além do trabalho para si, e possivelmente do burro, que facilitava sua labuta com os barris d’água, José Doca não morava com a sua dona. Segundo o depoimento da mesma, após o crime “[...] ela não o viu, conquanto não morava com ela respondente [...]”⁵⁸.

Os ofícios mais pesados eram predominantemente realizados pela população de cor do sexo masculino, possivelmente foram esses negros de ganho do sexo masculino que causaram espanto em Avé-Lallemant quando desembarcou no porto de Cachoeira em 1858. Segundo o viajante,

A plácida cena da noite tropical transformou-se num pandemônio de gritos de negros que, com suas compridas canoas, acorriam ao navio, para, mediante algumas moedas de cobre, transportarem passageiros e mercadorias para a terra, alguns passos do navio (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.61).

Avé-Lallemant estava a bordo do vapor que fazia a linha entre Salvador e Cachoeira desde 1819 – a primeira do Brasil. O jornal *O Guarany*, anunciou em junho de 1877, embarques, com destino a Salvador, às segundas, quartas e sextas, realizando o percurso inverso às terças, quintas e sábados⁵⁹. O mesmo periódico publicou, na edição de 3 de junho de 1881, uma extensa carta do delegado de Cachoeira Manoel Xavier Miranda. A carta relatava um conflito entre canoeiros do cais e os guardas de linha. Disse o delegado sobre os canoeiros: “[...] que metendo-se dentro das suas canoas, desafiavam e dirigiam palavras inconvenientes [...]” aos guardas⁶⁰. A missiva da autoridade policial não deixa entender quem seriam esses canoeiros, se eram escravos ou pessoas livres, mas examinando a documentação criminal, percebi que alguns desses trabalhadores do cais poderiam ser escravos.

Entre o “pandemônio de gritos”, que interrompeu a bucólica viagem noturna pelo Paraguaçu, do alemão Avé-Lallemant, poderiam estar os gritos dos companheiros de trabalho de Bertholino, este escravo de Antonio Augusto da Silva era trabalhador no cais de Cachoeira. Em 1885, houve uma “desordem” no cais do porto envolvendo Bertholino e Sérgio Pereira da Purificação que foi ferido na “[...] cabeça com um pau da carroça [...]”. Tanto a vítima quanto

⁵⁷ APB. Processo-crime (1888). 31/1128/04. Fl. 12-v.

⁵⁸ APB. Processo-crime (1888). 31/1128/04. Fl. 12- v.

⁵⁹ FBN. *O Guarany*, 25 de junho de 1877. Fl. 4.

⁶⁰ FBN. *O Guarany*, 03 de junho de 1881. Fl. 1.

o agressor declararam “[...] viver de ser carroceiros” e trabalhavam no porto de Cachoeira realizando transporte de mercadorias e pessoas⁶¹.

Assim como os homens, as mulheres participavam ativamente do trabalho de rua. As mulheres negras, escravizadas ou libertas, chamadas genericamente de “ganhadeiras”, dominavam o comércio de rua. Pela forte presença dessas mulheres na paisagem urbana de Cachoeira, a cidade possuía uma rua próximo ao porto com o nome de “Rua das Ganhadeiras”⁶². Elas percorriam toda a cidade com seus balaios, cestos e gamelas enormes sobre suas cabeças, tabuleiros e pequenas quitandas eram armados nas esquinas, nas portas de sobrados e nas partes mais movimentadas da urbe. Vendiam suas quitandas e gêneros alimentícios variados, cozidos ou crus: mingaus, pescados, frutas, galinhas, ovos, hortaliças, verduras e tudo mais que podiam carregar e comercializar.

Em março de 1860, a municipalidade resolveu atacar novamente os/as trabalhadores/as do comércio de rua. Daquela feita, o alvo foram as “[...] negras de ganho, que faziam quitanda e vendiam gêneros alimentícios [...]” nas ruas de Cachoeira.

Quadro 2 – Ganhadoras multadas em Cachoeira- 1860

Nome	Origem ou Cor/ Condição	Senhor
Joana	Africana/ Escrava	Vicente Vieira de Farias
	Cabra / Escrava	João Francisco de Oliveira
Maria Ignez	Escrava	André dos Santos Barros
Maria Luiza	Africana/Escrava	Candido Francisco de Assis ⁶³
Honorata	Crioula/ Escrava	Padre Manoel Teixeira
Benedita	Africana/ Escrava	João Pedro Machado
Justina Teixeira	Escrava/ crioula	Francisco de Assis
Benvinda	Escrava/crioula	Antonio Francisco Ribeiro
Maria Severiana	Crioula/ Liberta	
Andresa Teixeira	Africana/ liberta	

Fonte: APB. Infração de posturas (1860). 21/ 745/ 14. Fl. 3.

⁶¹APB. Processo-crime (1881). 20/291/03. Fl. 75. Não há referência à condição jurídica de Sérgio Pereira da Purificação.

⁶²A “Rua das Ganhadeiras” ficava localizada nas proximidades do cais do porto, em direção ao bairro do Caquende. Em 1875, Antonio Severino Viana, vendeu o seu sobrado na “Rua das Ganhadeiras” em Cachoeira, por 1.800\$000. APB. Livro de notas do tabelião Aprígio Augusto da Cunha. Livro, 120. Fl. 17,17-v.

⁶³No inventário do alferes constam duas escravas com nome de Maria, mas apenas uma era africana e chamava-se Maria Luiza. O Alferes Candido Francisco de Assis possuía: Nicácio, crioulo, cortador de carne verde – referido acima; Felicidade, africana de boa idade; Luiza e Maria, crioulas dedicadas ao trabalho da casa e a pequena Olímpia, cabra de 5 anos, filha da crioula Maria. Possivelmente, o alferes utilizava os serviços dos seus escravos/as para revender nas ruas as mercadorias do seu armazém de secos e molhados que mantinha em Cachoeira. APMC. Inventário de Candido Francisco de Assis (1860). 02/111/1072. Fl. 3, 102-115.

Como demonstra o quadro 2, dez ganhadeiras, entre libertas e escravas, foram multadas por infração de postura. Todas estavam “ilegalmente” nas ruas, comercializando “gêneros alimentícios”, sem autorização da municipalidade⁶⁴. Segundo o fiscal da Câmara Municipal de Cachoeira Antonio de Oliveira Lisboa, responsável pelas multas e pelas denúncias de infração de postura, as negras ganhadeiras viviam sempre fazendo comércio nas ruas da cidade. Segundo a petição do oficial:

Maria Ignez, escrava do André dos Santos Barros, já por várias vezes tendo intimado que não fizesse quitandas na porta da escada do sobrado do senhor Polycarpo Normanha, ela em virtude de continuar não [se] importar, encontrei vendendo gêneros alimentícios e por já ter multado a primeira vez multei em 20\$000⁶⁵.

Assim como Maria Ignez, todas as outras nove ganhadeiras foram multadas, algumas em 10\$000 e outras por reincidência em 20\$000. A fala do inspetor deixa entender que a vigilância contra as trabalhadoras era cotidiana, algumas foram notificadas mais de uma vez, no entanto, mantinham-se obstinadas nos seus serviços.

As portas e por baixo do Arco, faz quitandas vendendo [...] a quem lhe pedisse, e já tendo intimado por variadas vezes para recolher suas sacas para dentro da venda, elas não se importaram, *insistem em dizer que os Arcos é propriedade suas e que é de venderem*, e já tendo multado a primeira vez, sair em nova correção e encontrei[...] com as sacas de corda de fora vendendo [...] as multei em 20\$000⁶⁶.

Como apontarei na terceira seção deste trabalho, essas mulheres negras tinham consciência do poder que exerciam nas ruas, sabiam que o trabalho era a luta diária pela sobrevivência, dele deveria prover o sustendo de filhos e de outras pessoas da família. Mesmo sob ameaças de serem multadas – como foram constantemente –, não pareciam se intimidar com as investidas do fiscal, desafiando a autoridade municipal, afirmando com

⁶⁴APB. Infração de posturas (1860). 21/ 745/14. Fl. 03

⁶⁵APB. Infração de posturas (1860). 21/ 745/14. Fl. 03. Cachoeira possuía vários riachos que cortavam a cidade e deságuam no Paraguaçu, os principais eram o riacho Caquende e Pitanga (hoje canalizados). O crescimento urbano da cidade no decorrer do século XIX, fez com que a cidade expandisse em direção ao riacho Pitanga. As pontes sobre Arcos do riacho Caquende datam do século XVIII, as outras duas também sob Arcos que foram construídas sob o riacho Pitanga, datam do início do XIX. A partir dessas duas últimas construções, surgiu a expressão utilizada até o presente: Rua da ponte nova e Rua da ponte velha. Os Arcos que sustentavam as pontes, ou como hoje se fala em Cachoeira, “na boca da ponte”, eram os lugares que as ganhadeiras se concentravam para vender os seus produtos. Para maiores informações, ver: CEAB/IPHAN/UFBA (1979).

⁶⁶APB. Infração de posturas (1860). 21/ 745/14. Fl. 04.

altivez: “que os Arcos é propriedade suas [delas] e que é de venderem” naquelas localidades, ou seja, que a ruas eram delas⁶⁷.

8 – Vendedoras/es de alimento em Cachoeira



Fonte: CEAB/UFBA/IPHAN. 1979. [s.d. autor desconhecido].

É provável que aquelas mulheres soubessem o quanto o seu trabalho era importante para o funcionamento da vida cotidiana da cidade, por isso, talvez contassem com uma rede de solidariedade e proteção até dos senhores que, ao lucrarem com seus trabalhos, também as protegiam. Ainda assim, o trabalho de ganho para homens e mulheres era a possibilidade de construir espaços de autonomia, mobilidade e de liberdade, não só para aqueles que labutavam nas ruas, mas para seus familiares e parceiros de cativeiro. O trabalho de ganho poderia ser o caminho mais rápido que desaguava na compra da liberdade ou para manter o próprio sustendo e dos seus familiares. Não por acaso, entre as dez ganhadeiras multadas, duas eram libertas, pois um dos principais destinos para o trabalho dos escravos e dos libertos, no ambiente urbano, era o trabalho de ganho.

Os relatos, até aqui apresentados, são ilustrativos para compreender São Félix e Cachoeira como lugares que apresentavam fortes características urbanas centradas no trabalho escravo, fosse ele doméstico, no ganho da rua, nos armazéns de fumo e/ou nas fábricas de charutos. Fraga Filho (2006, p. 110) afirma que serviços urbanos geraram uma concentração de escravos e libertos em busca de trabalho e moradia nesses centros. No caso dos libertos, a migração das fazendas e engenhos em direção às cidades fez parte de uma estratégia de distanciamento da escravidão. Distanciar-se dos ex-senhores ou dos locais, onde viviam em

⁶⁷APB. Infração de posturas (1860). 21/ 745/14. Fl. 04.

cativeiro, compunha uma dimensão simbólica em que poderia significar uma concepção de liberdade (FRAGA FILHO, 2009, p. 101). Além disso, como aponta Chalhoub (1990), os escravos e também os libertos possuíam suas próprias visões da liberdade e da cidadania. Esses indícios nos levam a pensar que a localização e o caráter urbano fizeram com que São Félix e Cachoeira se tornassem cenários estratégicos na vida de escravos e libertos que buscavam construir espaços de autonomia, mobilidade, trabalho e liberdade.

1.4 ASPECTOS RURAIS: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O TRABALHO NAS LAVOURAS

Freguesias mais ruralizadas, diferentes de São Félix e Cachoeira, detinham poucos sinais de vida urbana. Às vezes, comportavam apenas um pequeno arraial, com um largo no centro, no qual se instalava uma capela dedicada aos santos padroeiros, geralmente o mesmo que dava nome à localidade. Ao redor das pequenas paróquias, erguiam-se algumas casas, formando um diminuto vilarejo. Nessa paisagem rural, quase sempre havia uma taberna ou uma venda de onde os moradores compravam gêneros básicos para o consumo mais imediato. Podia-se comprar: velas, querosene, bolachas, carne seca, enxadas, facões, aguardente, fumo, chinelos ou uma tira de pano para um lenço. Esses espaços eram lugares de ponto de encontro entre os moradores, para jogos, bebidas após as missas, batizados, casamentos e conversas depois da lida nas lavouras.

Foi em umas dessas tabernas nas cercanias rurais do Recôncavo que o episódio envolvendo o alferes Alfredo Augusto de Novaes Sampaio e o preto José Estevão Marques teve lugar. No domingo, de 23 de maio de 1875, logo pela manhã, o alferes “[...] foi em destino à capela do Sapé [Cruz das Almas], em direção à missa de domingo, levando um revólver novo [...]”⁶⁸. Após a celebração, “[...] foi até a venda de Trifon Alves Sampaio – onde deixou o revólver guardado –, e mostrou como se usava a arma a diversas pessoas, que se achavam em conversas no interior da venda [...]”⁶⁹. Segundo a testemunha e dono da venda, após a celebração religiosa, o alferes Sampaio foi em direção ao seu comércio, quando tirou cinco balas do revólver e colocou no balcão da taberna, deixando casualmente uma (no tambor), “[...] e, na ocasião de mostrar como atirava, disparou um tiro que empregando no tal João Estevão Marques que ali se achava em conversas com seus parceiros[...]”⁷⁰.

⁶⁸ APB. Processo-crime (1875). 19/676/03. Fl. 04, v. Não há referência no processo-crime que prove que a vítima fosse escravo ou liberto, no exame de corpo de delito foi qualificado como de “cor preto”. Fl. 5.

⁶⁹ APB. Processo-crime (1875). 19/676/03. Fl. 4..

⁷⁰ APB. Processo-crime (1875). 19/676/03. Fl. 12, v.

O processo-crime indica que o alferes Alfredo Augusto de Novais Sampaio estava bastante empolgado com sua nova aquisição, porém não sabia manusear corretamente sua nova arma, pois “[...] pensou que tinha descarregado completamente o referido revólver [...]” e começou a disparar para todos os lados. Mas, como uma bala não foi retirada do tambor da arma, como declarou uma das testemunhas, essa única munição foi suficiente para atingir “[...] acidentalmente (a barriga) do preto José Estevão Marques, levando-o à morte [...]”⁷¹. O crime foi considerado acidental, sendo o Alferes logo posto em liberdade após pagamento da fiança avaliada em um conto e cem mil réis⁷².

Também em uma pequena venda às margens do rio Paraguaçu, na divisa entre as freguesias de Santo Estevão do Jacuípe e Muritiba, “[...] no local denominado de porto do papa gente, na margem do rio Paraguaçu, perto das cabeças [arraial de Muritiba] [...]”, na noite de 13 de janeiro de 1882, na venda de Salustiano Damasceno Passos, foi morto “[...] com um tiro o cabra Rufino da Silva Cerqueira [...]”⁷³. O disparo foi realizado pelo moço Faustino Gomes Machado, afilhado do dono da venda. Rufino foi até o local “[...] comprar um pouco de gás para o candeeiro [...]” iluminar a noite. Ao chegar ao estabelecimento encontrou Faustino, que trabalhava ajudando o padrinho na venda. Naquela ocasião, estava com uma pistola na mão “[...] em brincadeiras com Manoel Cação [...]”, e outras pessoas que também ali conversavam. Foi, então, que Faustino disparou a pistola, mais uma vez acidentalmente, acertando em cheio a caixa torácica de Rufino.

Nem o choro desesperado de arrependimento, nem os vários pedidos de perdão que Faustino proclamou ao seu padrinho e à vítima, que agonizava ao chão, foram o bastante para salvar a vida do cabra Rufino⁷⁴. Ironia ou não do destino, Rufino havia saído de casa naquela noite para comprar um pouco de gás para iluminar a escuridão da noite, mas, minutos depois, morrera ali mesmo no chão da venda, segurando em suas mãos, sujas com o seu próprio sangue, uma vela acesa colocada pelo padrinho do seu assassino.

Vendas, tabernas e casas de pasto não eram espaços exclusivos de pessoas livres e libertas, esses locais serviram de espaços de convivência e sociabilidade também para os escravos. Em maio de 1852, o africano Vicente, escravo de Petronília Maria de Jesus, foi até a casa do inspetor de quarteirão da freguesia de Conceição da Feira, “[...] queixar-se que tinham

⁷¹APB. Processo-crime (1875). 19/676/03, Fl. 04.

⁷²APB. Processo-crime (1875). 19/676/03. Fl. 47- v, 84. A fiança foi estipulada em 15 de outubro de 1875 em 1.100\$000 (Fl. 46- v). O crime foi considerado acidental pelo júri em 18 de fevereiro de 1876 e o alferes absolvido da acusação (Fl. 84).

⁷³APB. Processo-crime (1882). 11/375/05. Fl. 8, 12.

⁷⁴APB. Processo-crime (1882). 11/375/05. Fl. 12. As testemunhas relatam que ao perceber que Rufino estava ferido, Faustino se desespera e começou a chorar, pedindo perdão a vítima e ao padrinho.

batido nele com um facão, deixando-o bastante ferido [...]”⁷⁵. José Fernandes da Silva, branco, 44 anos de idade, era proprietário de uma venda na mesma freguesia, localizada às margens da Estrada Real das Boiadas que cortava a localidade. Segundo o seu depoimento, “[...] o preto Vicente chegou (em sua venda) à tarde bastante embriagado, onde estavam muitos tropeiros, querendo com todos brigar, que ele testemunha vendo o preto com uma espingarda, a tomara e guardando para lhe dar no outro dia [...]”⁷⁶.

A testemunha Vicente da Sena e Oliveira, crioulo, livre, afirmou que o escravo, após beber bastante durante a tarde, ao cair da noite “[...] ali dormia no avarandado da venda de José Fernandes da Silva [...]”. Após a bebedeira e conversas com diversas pessoas, o escravo Vicente decidiu dormir ali mesmo, possivelmente o seu estado de embriaguez não lhe permitisse voltar para a casa. Durante a noite, o africano foi atacado, “[...] e por estar à noite escura sem lua [...]” não foi possível identificar o autor do seu espancamento. Talvez um dos tropeiros que estavam na venda durante a tarde, ao cair da noite, aproveitou a embriaguez e o fato de o africano estar desarmado, e retornou para se vingar de alguma questão com o escravo que, embriagado, pode ter procurado alguma pilhéria ou rixa. O inquérito não foi adiante, nenhuma testemunha, tampouco o africano, “viu ou ouviu dizer” quem foi o autor do delito. Vicente se recuperou e seguiu sua vida com as marcas causadas pelas pauladas e os cortes feitos a facão em seu corpo.

1.4.1 As freguesias de Outeiro Redondo, São Gonçalo dos Campos, Cruz das Almas, Conceição da Feira, Muritiba, Santo Estevão do Jacuípe e Umburanas

Não foram apenas os acontecimentos das tabernas que movimentavam a vida rural, pois o ritmo de trabalho era intenso. Nas localidades rurais, o trabalho dos escravos era organizado a partir do tipo de lavoura cultivada, que poderia variar a partir dos diferentes tipos de solo, clima e topografia de cada freguesia, ou seja, “[...] cada freguesia era, por definição, única: tinha sua própria história e topografia distinta [...]” (BARICKMAN, 2003, p.190). A diversidade dos tipos de solo foi um elemento importante na configuração das atividades agrícolas do Recôncavo. Para Schwartz (1998, p. 88):

Havia claramente uma hierarquia de culturas. As melhores terras destinavam-se, sempre que possível, à cana-de-açúcar; outras culturas de exportação podiam também localizar-se nas terras de melhor qualidade.

⁷⁵APB. Inquérito policial, Cachoeira (1852). 27/953/09. Fl. 5-v.

⁷⁶APB. Inquérito policial, Cachoeira (1852). 27/953/09. Fl. 7.

Solos mais pobres eram usados para o plantio de hortaliças ou mandioca, e as terras menos produtivas eram aproveitadas como pastagens. Muito embora o Recôncavo fizesse jus à sua reputação de região açucareira, na verdade nunca foi completamente tomado pelos canaviais.

Os diferentes tipos de solo, do clima e a proximidade ou distanciamento com os centros consumidores faziam desenvolver uma diversificação das culturas agrícolas, mesmo existindo uma “hierarquia das culturas”. Minhas pesquisas nos inventários do período confirmam as observações de Schwartz. Além dos polos urbanos e comerciais, encontrei freguesias dedicadas ao cultivo da grande lavoura de cana, com elevada concentração de escravos e terras, como no caso do Iguape. Outras freguesias mesclavam a produção de açúcar com plantações de mandioca, fumo e criação de gado, compondo um quadro mais diversificado e necessário às demandas do mercado local.

A freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo era de caráter rural com produção diversificada, apresentando cerca de 3.500 habitantes, dos quais mais de 30% eram cativos. Nos inventários, pude perceber como os produtores buscavam mesclar o cultivo para o mercado de exportação, com outros direcionados ao mercado de subsistência.

Por exemplo, a freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo era uma das menores pertencentes ao Termo de Cachoeira. Possuía 3.490 dessas 30,06% (1.070) escravizadas. A leitura dos inventários demonstra uma diversificação de gêneros na freguesia, casas de farinha, fumo, criação de gado, ovelhas, cafezais, engenhos de açúcar e de aguardente⁷⁷. Entre os 27 inventários analisados, a maior fortuna identificada da freguesia do Outeiro Redondo foi a de dona Maria Eufrosina de Nascimento Barros, com 122.969\$500⁷⁸. Entre seus bens avaliados em 1867, estava o engenho do Outeiro em plena atividade, com mais de “[...] vinte tarefas de cana plantada e trinta caixas de açúcar para vender [...]”. Ao que parece, Maria Eufrosina de Nascimento Barros não ficou restrita ao cultivo da cana e buscou diversificar ao máximo a produção em suas terras. Além dos trabalhos no engenho, os seus 47 escravos trabalhavam em diversos “pedaços de terra”, sítios e fazendas espalhadas por várias partes da freguesia. Não posso afirmar ao certo quais eram as extensões físicas das propriedades de Maria Eufrosina, como já disse, muitos senhores e senhoras apenas declaram possuir “pedaços de terra, sítios, fazendas, tabuleiro”. Ao que parece, o inventário de Maria Eufrosina do Nascimento Barros obedecia a essa lógica.

⁷⁷ APMC. Inventários da freguesia do Outeiro Redondo (1850-1888); 167/02/ 1657; 167/02/ 1654; 167/02 /1645; 167 /02/1646.

⁷⁸ Localizei 27 inventários (1850-1888), pertencentes aos habitantes da freguesia do Outeiro Redondo. Em 25 casos, foi possível colher o valor do monte-móres. APMC. Inventário de Maria Eufrosina do Nascimento Barros (1867- 1868).167/02/1645. Fl. 7-12.

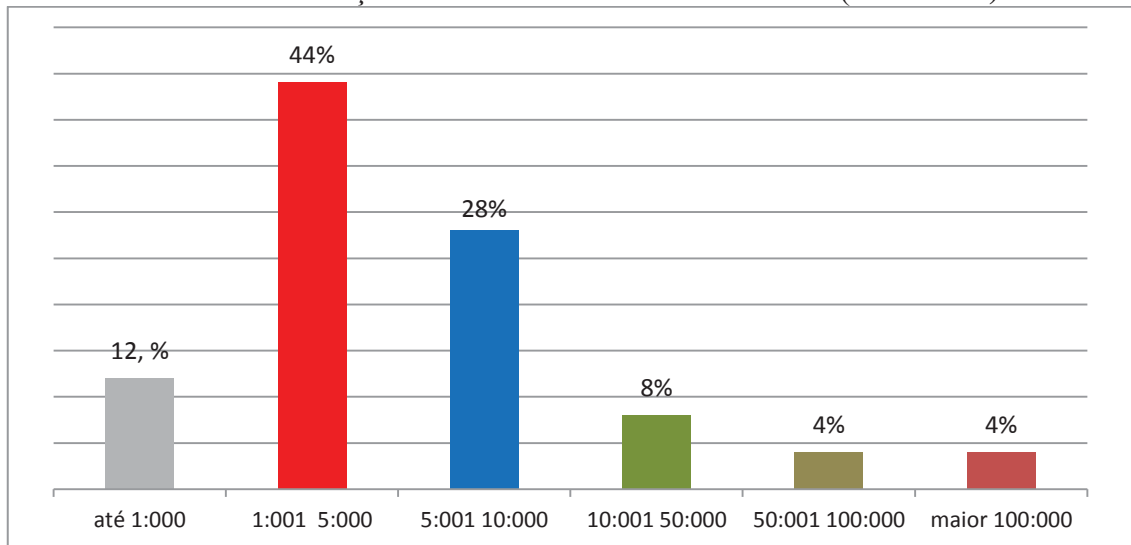
Identifiquei, no inventário dela, treze propriedades de terra diferentes, entre sítios, pastos e fazendas totalizando quase dezenove contos de réis, os valores variaram entre 150\$000 até 6.000\$000, indicando que, muitos dessas terras, poderiam estar submetidas a arrendamentos ou meações⁷⁹. Para termos uma ideia da extensão das terras dessa senhora, consultei valores em outros inventários da época, onde as propriedades tiveram suas extensões declaradas. Em 1858, as terras do engenho Guaíba, no Iguape, propriedade do Major Manoel Francisco Ramos Barreto, foram avaliadas em 80\$000 cada tarefa. Pouco mais de duas décadas depois, 1881, na mesma freguesia as 565 tarefas de massapé pertencentes ao Barão de Alagoinhas, também no Iguape, foram avaliadas em 55\$000 cada, ou seja, se isso servir de base para esses valores otimistas – o massapé era o tipo de solo mais valorizado do Recôncavo –, mesmo que suas terras fossem de outro tipo de solo, Maria Eufrosina do Nascimento Barros teria em média de 273 a 345 tarefas⁸⁰.

As propriedades dessa senhora não eram compostas apenas por massapé, provavelmente as vinte tarefas, plantadas com cana, fossem do argiloso solo. Outra parte era ocupada com gado *vacum* (94 cabeças), cavalar, ovelhas/cabras (116 cabeças), assim como “[...] casa de fabrico de farinha, plantação de fumo, dois mil pés de café, diversas laranjeiras, coqueiros e jaqueiras [...]”. No seu sítio Matataúba, foram avaliados apenas “[...] uma porção de cafezais, jaqueiras e algumas laranjeiras [...]”⁸¹. Como destaquei anteriormente, o montante da fortuna dessa senhora foi exceção entre os residentes na freguesia do Outeiro Redondo. Visto por outro ângulo, esse exemplo demonstra como, em algumas freguesias, a diversificação do tipo de cultura foi uma prática entre os médios e grandes proprietários. Como aparece no gráfico 2 (mais abaixo), fortunas como a exposta anteriormente eram minoria na freguesia do Outeiro Redondo, correspondendo apenas a 4% do total.

⁷⁹ APMC. Inventário de Maria Eufrosina do Nascimento Barros (1867- 1868).167/02/1645. Fl. 17-19, 22. Maria Eufrosina do Nascimento Barros possuía 13 propriedades, entre sítios, pastos e fazendas. Ao que parece esses sítios foram cultivados por meeiros, rendeiros ou até por grupos de escravos e libertos. A soma total de sua terra foi de 18.980\$000.

⁸⁰ APMC. Inventário de Manoel Francisco Ramos Barreto. 02/159/1547. Fl. 07. Inventário de Francisco Pereira Sodré (Barão de Alagoinhas) 02/159/1546. Fl. 6-10.

⁸¹ APMC. Inventário de Manoel Francisco Ramos Barreto. 02/159/1547. Fl. 7-v. Alguns bens nos inventários não especificam as quantidades; “diversos pés de laranjeiras, uma porção de cafezal, algumas laranjeiras”. Prática válida apenas para bens de pouco valor, quando o valor declarado é mais elevado, a quantidade dos bens geralmente eram listadas. Regra que não se aplicava quando se tratava de propriedades agrárias.

Gráfico 2- Classificação das fortunas do Outeiro Redondo (1850-1888)

Fonte: APMC. Inventários da freguesia do Outeiro Redondo, 1850-1888.

Naquele contexto, é provável que o perfil do inventário de Antonio da Silva Cerqueira, exposto a seguir, fosse bem mais comum entre os residentes da freguesia, afinal 84% das fortunas estavam concentradas na faixa entre pequenas e médias – de um até dez contos de réis. Com um *monte-mor* avaliado em 3.743\$560 no ano de 1851, Antonio da Silva Cerqueira deixou uma “[...] sorte de terra na fazenda Subaé, uma casa de fazer farinha arruinada com todos os seus utensílios [...]”, alguns pés de café, bananeiras, fruta do conde, limão, jaqueiras, laranjeiras e “mil covas de mandioca”. Também possuía alguns animais de pequeno porte: “[...] quatorze ovelhas, uma vaca e um cavalo velho [...]”. Por fim, Antonio da Silva Cerqueira contava com o trabalho de quatro escravos, que ocupavam 1/3 de toda sua fortuna⁸².

Outras freguesias, com territórios maiores como às de São Gonçalo dos Campos, Cruz das Almas, Conceição da Feira e Muritiba juntas, detinham mais de 50 mil residentes, concentravam sua produção no cultivo do fumo, mandioca e na criação de animais que, somadas, possuíam 58,2% dos escravos do Termo de Cachoeira⁸³. Os inventários dessas freguesias estão repletos de referências “[...] a casa de fabrico de farinhas, armazéns de fumo, covas de mandioca”, frutas, hortaliças e pequenas criações de gado e ovelhas.

Em 1875, Maria Francisca de Araújo detinha entre outros poucos bens: “[...] uma casa de farinha arruinada, um armazém de fumo e seus acessórios, cinco pés de jaqueira, três de

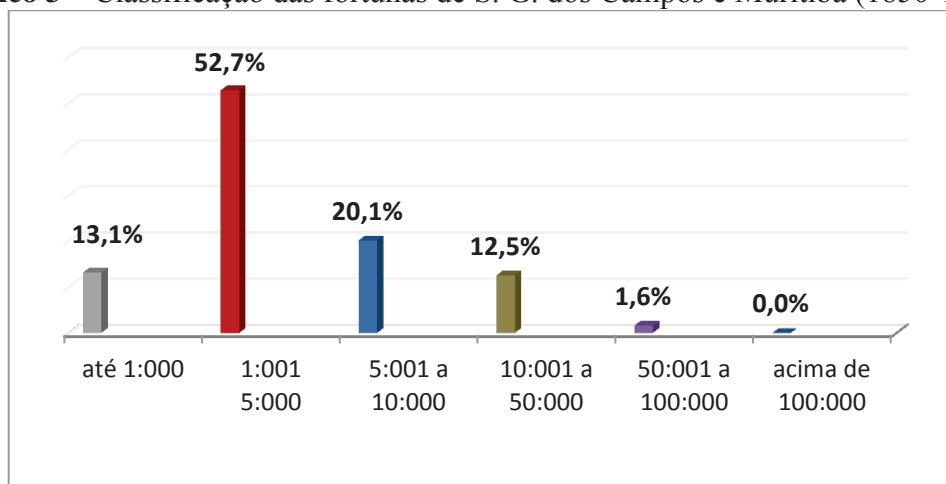
⁸² APMC. Inventário de Antonio da Silva Cerqueira (1851-1856). 02/ 167 /1649. Fl. 4-5, 8-9, 22.

⁸³ IBGE. Censo geral, 1872. A população total dessas freguesias era: S. G. dos Campos (12.250); C. das Almas (15.604); C. da Feira (11.78) e Muritiba (12.787), totalizando 52.019 pessoas. Correspondendo a 58,9% da população do Termo, destes 8.939 eram escravos o equivalente a 58,2% da população (escrava) do termo. Sobre a produção de fumo, ver: Lapa (1968); Barickman (2003); Silva (2001).

laranjeira, trinta pés de café e nove escravos [...]”, sendo um com menos de dez anos de idade e quatro acima de cinquenta⁸⁴. Francisco Rodrigues Vilarinho, morador de São Gonçalo, possuía em 1879, “[...] uma casa de fabrico de farinha e um armazém de fumo com seus acessórios arruinados avaliados em 50\$000, sete cabeças de gado e cinco escravos [...]”⁸⁵. Maria Francisca e Francisco Rodrigues Vilarinho eram dois pequenos proprietários que, junto aos seus familiares e alguns escravos, cultivavam gêneros direcionados ao mercado interno ou culturas que demandavam pouca técnica, terra e mão de obra, tais como o fumo e mandioca.

Dos 323 inventários *post-mortem* que pesquisei para freguesia de São Gonçalo dos Campos e Muritiba, nenhum apresentou fortunas acima de 100 contos de réis. Os resultados apresentados no gráfico 3 nos dizem que 85,9% dos inventários dessas freguesias concentraram suas fortunas na faixa de 1 até 10 (contos de réis), consideradas como pequenas e médias fortunas, destes 65,8% estavam na faixa de até cinco contos. Apenas em cinco casos (1,6%), observa-se monte-móres acima de 50 contos, ou seja, 98,4% das fortunas não ultrapassaram a faixa das fortunas médias altas.

Gráfico 3 – Classificação das fortunas de S. G. dos Campos e Muritiba (1850-1888)⁸⁶



Fonte: APMC. Inventários. São Gonçalo dos Campos e Muritiba, 1850-1888.

Maria Joaquina de Santana, moradora do São Gonçalo dos Campos, possuía a maior fortuna entre as analisadas para essa freguesia, todos os seus bens somaram 93.656\$753, seus 63 escravos estavam ocupados com trabalho no engenho São Luiz, onde produzia açúcar e

⁸⁴ APMC. Inventário de Maria Francisca de Araújo (1875) 02/ 199/ 2218. Fl. 5-8.

⁸⁵ APMC. Inventário de Francisco Rodrigues Vilarinho (1879). 02/218/2486. Fl. 4-5.

⁸⁶ APMC. Inventários. Os dados apresentados no gráfico III são baseados em todos os inventários *post-mortem* e partilha amigável que se encontram sob a guarda do APMC referente a freguesia de São Gonçalo e Muritiba, entre os anos de 1850 a 1888. Totalizando 323 inventários, ou seja, 186 para São Gonçalo e 137 para Muritiba. No entanto, em 19 documentos não foi possível identificar o monte-mor, por isso as percentagens expostas no gráfico tem como base (global) 304 inventários *post-mortem*.

aguardente⁸⁷. O trabalho dos cativos de Maria Joaquina de Santana não estava direcionado apenas para produção do açúcar, ela possuía “[...] casa de fabrico de farinha com seus acessórios, criação de bois, burros e ovelhas [...]”⁸⁸.

A segunda fortuna acima de 50 contos pertenceu a José Ribeiro de Oliveira que, ao falecer em 1857, era proprietário de 74 escravos. Seu monte-mór foi um pouco inferior ao caso anterior 67.978\$062; no entanto, ainda assim elevado para os padrões apresentados pelo restante das freguesias⁸⁹. No seu inventário, não há nenhuma referência ao cultivo de cana, José Ribeiro de Oliveira utilizava a mão de obra dos seus cativos, organizando o trabalho em diversas fazendas no cultivo das mais de “cinquenta mil covas de mandioca novas” e outros “vinte e quatro mil pés de fumo em bom estado”, além das cabeças de gado de criar espalhadas em diversas “sortes de terra”⁹⁰. Com exceções, essas localidades eram compostas por pequenos e médios proprietários de escravos, que produziam fumo, mandioca e outros produtos para o abastecimento interno⁹¹. O que é revelador para apontar é como a mão de obra escrava estava presente nas diversas atividades econômicas da região, seja no açúcar, fumo, gado, seja nas roças de mandioca. Foram o suor de negras e negros escravizados que azeitaram a engenhosa “máquina” chamada Recôncavo.

Assim como Cachoeira e São Félix faziam parte do quadro urbano, as freguesias de São Gonçalo, Muritiba, Cruz das Almas, Conceição da Feira e Outeiro Redondo eram zonas ruralizadas; por outro lado, esses territórios juntos concentravam 65,1% de toda população cativa do Termo de Cachoeira em 1872, ou seja, naquele momento a maior parte da população escrava da região estava empregada na cultura do fumo e da mandioca.

Duas freguesias mais afastadas do litoral, situadas na direção das zonas de clima mais seco (típico do semiárido baiano), estavam vinculadas ao Termo de Cachoeira: Santo Estevão do Jacuípe e N.^a Senhora do Regaste das Umburanas. Essas freguesias desenvolveram atividades econômicas voltadas para a criação do gado de corte e a confecção do couro e seus derivados, dois produtos fundamentais na dinâmica econômica da região. Dos 99 inventários pesquisados sobre essas freguesias, localizei uma média de 4,4 escravos por proprietário, um número significativo de posse de cativos para o tipo de produção que predominava nessas

⁸⁷ APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437. Fl. 88.

⁸⁸ APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437. Fl. 18-20

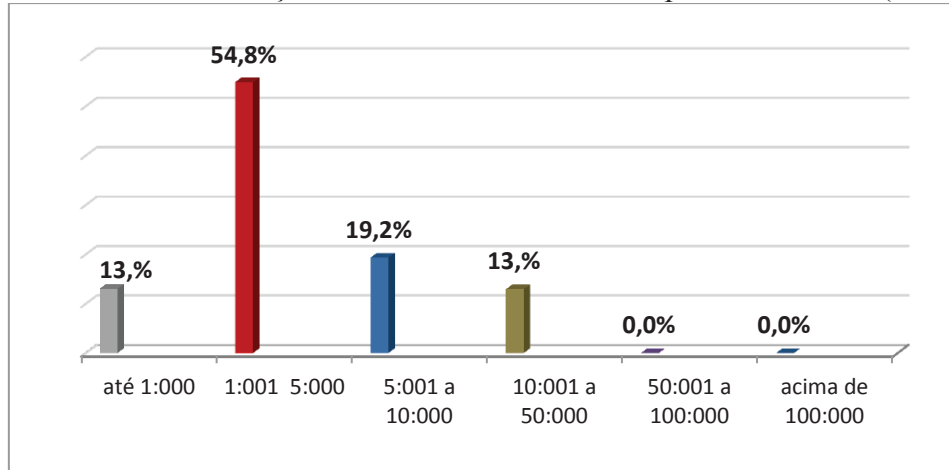
⁸⁹ APMC. Inventários de José Ribeiro de Oliveira (1857). 02/ 210/2383. Fl.88.

⁹⁰ APMC. Inventários de José Ribeiro de Oliveira (1857). 02/ 210/2383. Fl. 15, 16,19, 23. Como já foi observado diversas vezes, nos inventários não existem referências à dimensão das propriedades: “uma sorte de terra na beira do rio Jacuípe com o gado de criar”. Fl. 24.

⁹¹ BARICKMAN (2003b) e SCH WARTZ (1998) sinalizam que as freguesias de Cruz das Almas, São Gonçalo, Muritiba e Conceição da Feira eram áreas dedicadas ao cultivo do fumo e da mandioca.

localidades⁹². Como demonstra o gráfico 4, mesmo possuindo características geográficas, econômicas e populacionais distintas, quando se tratava de padrão de fortuna e posse de escravos, essas localidades se alinhavam com as demais analisadas anteriormente.

Gráfico 4 – Classificação das fortunas S. E. do Jacuípe e Umburanas (1850-1888)⁹³



Fonte: APMC. Inventários. Umburanas e S. Estevão do Jacuípe, 1850-1888.

Mesmo distantes das zonas de produção e exportação do fumo e do açúcar, essas duas freguesias estavam interligadas com as dinâmicas econômicas da região. É sabido que o couro era utilizado na confecção de embalagens para a exportação do fumo e do açúcar e a carne bovina, também conhecida por carne seca, conjuntamente com a farinha de mandioca fez parte da dieta básica de boa parte da população. Esses produtos alimentavam uma infinidade de gente por todos os lugares e, dentre tantas bocas famintas, incluíam-se as de escravizados, moradores da “célebre” freguesia de São Thiago do Iguape, como passo a mostrar daqui em diante⁹⁴.

⁹²APMC. Inventários. (1850-1888). Localizei 441 escravos distribuídos em 99 proprietários.

⁹³APMC. Inventários. Os dados apresentados no gráfico 4 são baseados em todos os inventários *post-mortem* e partilha amigável que se encontram sob a guarda do APMC referente à freguesias de S. Estevão e Umburanas, entre os anos de 1850 a 1888. Totalizando 99 inventários, ou seja, 77 para S. Estevão (342 escravos) e 22 para Umburanas (108 escravos). No entanto, em 6 documentos não foi possível identificar o monte-mor, por isso, as porcentagens expostas no gráfico tem como base (global) 93 inventários.

⁹⁴A título de exemplo, ver os gastos com compra de carne e farinha feitas pelo administrador do engenho da Ponta (Iguape), entre os anos de (1856-1864- Iguape). APMC. Inventários. 04/160/1554. Fl. 41-47. Ver também: Inventário de Maria Júlia do Rosário (1862-Iguape). APMC. 02/ 162/1584. Fl. 59-v e Maximiano Gomes, (1855-Iguape). APMC. 02/160/1564. Sobre a importância da farinha de mandioca na dieta dos baianos no século XIX; Reis e Aguiar (1996); Barickman (2003), especialmente capítulo 2 e 3; para o comércio de carne verde na Bahia durante o século XIX, ver Lopes (2009, p.153).

1.4.2 O “célebre vale do Iguape”: a vitrine do açúcar no Recôncavo

A freguesia São Thiago do Iguape, hoje distrito rural do município de Cachoeira, localizada na foz do rio Paraguaçu, foi considerada como uma espécie de “vitrine da indústria” açucareira na Bahia do século XIX. Arnizau (1998) escreveu, em 1825, um livro de memórias dedicado à Vila de Cachoeira, no qual descreveu o vale do Iguape e suas qualidades para o cultivo da cana-de-açúcar. Afirmou o memorialista ser o Iguape “[...] o novo éden ou paraíso teral, [...] onde o massapê ou terra negra e forte, é o melhor para estes vegetais [cana]” (ARNIZAU, 1998, p. 39-40). Para Luiz dos Santos Vilhena (1969) era o “célebre Vale do Iguape”, onde se encontrava o “massapê legítimo”, o tipo de solo ideal para a plantação da cana e o “melhor açúcar do Recôncavo” (VILHENA, 1969, p. 231-2).

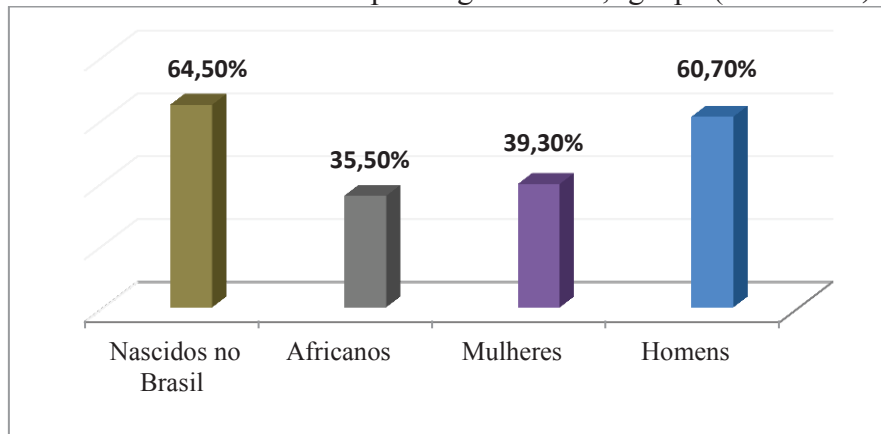
O Iguape possuía pouco mais de sete mil residentes em 1872 e mantinha 29,1% de sua população escravizada. Era uma área de concentração de poderosos senhores de engenhos, com seus títulos de nobreza. Segundo Fraga Filho (2006, p. 31), em meados do século XIX, “[...] 12 proprietários controlavam 80% das terras disponíveis [...]”. Barões, baronesas, capitães, tenentes eram seguidos por centenas de dezenas de cativos, que ainda povoavam a região durante a segunda metade do século XIX⁹⁵.

Em uma amostra de 29 inventários *post-mortem* do Iguape, localizei 919 escravos, compondo uma média de 31,6 escravos por proprietário⁹⁶. Os dados do gráfico 5 nos permitem inferir sobre a forte presença da mão de obra cativa na região, constatando que, mesmo durante os anos que antecederam a abolição, quando os movimentos abolicionistas e as legislações emancipacionistas estavam a todo vapor, os senhores de escravos do Recôncavo, especialmente os do Iguape, mantiveram o regime de trabalho escravo nas suas lavouras “até a véspera” do dia 13 de maio de 1888⁹⁷.

⁹⁵ Guilhermina Garcia de Aragão possuía 102 escravos; O Barão de Alagoinhas, 80 escravos; Tenente Tomé Pereira de Araújo, 142 escravos; Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby, 99 escravos; Maria Júlia do Rosaria, 45 escravos. APMC (1850-1888). 02/161/1574/; 02/159/1546; 02/160/1554; 02/162/1584.

⁹⁶ APMC. Inventário (1850-1888). Do total de inventários sob a guarda do APMC, localizei 34 pertencentes à freguesia do Iguape, dos quais em 29 casos foi possível identificar os bens - escravos- e os valores dos montes. A média dos escravos foi calculada a partir dos 29 documentos, onde foi possível coletar informações.

⁹⁷ Sobre os últimos anos da escravidão no Recôncavo ver: Fraga (2006; 2009; 2010); Barickman (1998-1999). Sobre o movimento abolicionista na Bahia, ver: Souza (2010); Brito (2003).

Gráfico 5 – Escravos por origem e sexo, Iguape (1850-1888)⁹⁸

Fonte: APMC, Inventários *post-mortem*. Iguape, 1850-1888.

O gráfico revela que quase 2/3 da população escrava do Iguape era composta por cativos nascidos no Brasil, situação esperada para a segunda metade do XIX, já que, com o fim do tráfico, a oferta de escravos africanos paulatinamente foi encerrada. No entanto, os senhores de engenho ainda possuíam uma quantidade de escravizados de origem africana significativa para época em questão (30,5%), o que nos permite inferir que o Iguape, durante as últimas décadas da escravidão, dentre as freguesias analisadas por mim nesta pesquisa, foi a que manteve a maior taxa de africanização. Por outro lado, mais equilibrada estava a taxa de sexo: para cada mulher havia 1,4 homens.

Diferentemente do padrão apresentado pelas demais freguesias, como exposto nos gráficos 2, 3 e 4, nos quais 84%, 85,9 % e 87% das fortunas, respectivamente, não ultrapassaram a faixa de 10 contos de réis, para o Iguape, o gráfico 6 (logo a seguir) aponta que 17,2 % das fortunas estavam concentradas nas faixas consideradas muito altas, acima de 100 contos de réis. Algumas fortunas chegaram a cifras elevadíssimas, por exemplo, a de Egas Moniz Barreto de Aragão que apresentou a maior fortuna para todo o período, 401:075\$ 654. Egas era dono do engenho Vitória, um dos mais importantes e modernos do Iguape, o mesmo que foi visitado e elogiado em 1858 por Avé-Lallemant (1980, p. 63), como “[...] a grande e notável plantação de cana de açúcar, o Engenho Vitória [...]”. Quando faleceu em

⁹⁸APMC. Inventário (1850-1888). A variável de sexo foi calculada levando em conta o total de escravos presentes nos inventários (919= 100%). A variável origem apenas foi possível identificar em 818 (95, 8%) do total de escravos. Localizei poucos casos em que os senhores declaram a “Nação” que escravos africanos faziam parte. Segundo Mariza Soares (2011, p. 23), “[...] é no século XIX, principalmente a partir da elaboração da legislação antitráfico, que o termo ‘africano’ começa a aparecer com maior frequência na documentação”. Em relação aos nascidos no Brasil, agreguei em uma mesma variável os identificados como cabras, pardos e crioulos sendo estes últimos a maior parcela contingente da mostra.

1871, Egas Aragão possuía 381 cativos trabalhando nas suas propriedades em diversas freguesias de Recôncavo⁹⁹.

Outros senhores também apresentaram altas somas nos seus inventários. O monte-mor do Tenente Thomé Pereira de Araújo foi estimado em 217.349\$118, com posse de 142 escravos. Francisco Pereira Sodré – Barão de Alagoinhas – apresentou fortuna avaliada em 150.897\$301, com registro de 80 escravos. Ao ter seus bens avaliados em agosto de 1859, Guilhermina Garcia de Aragão Moncorvo, mulher do Tenente Coronel e subdelegado da freguesia Francisco Gomes Moncorvo, apresentou uma fortuna estimada em 177.891\$840, que incluía os valores de seus 102 escravos¹⁰⁰.

Todos esses senhores e senhoras de engenho possuíam fortunas acima de 150 contos de réis, mesmo com a acentuada crise açucareira, na segunda metade do século XIX, e com as mudanças relacionadas ao trabalho escravo, quais sejam: fim do tráfico de africanos, tráfico interprovincial e movimento abolicionista. Esses senhores/as compunham a parcela mais rica e poderosa de todo o Recôncavo: eram os grandes senhores de terras e gentes, muitos deles, pela força política e econômica, formaram uma ampla frente de resistência ao movimento abolicionista, que espalhavam pelas senzalas de várias partes do Recôncavo panfletos abolicionistas com os seguintes dizeres: “Fuja, fuja e você será livre” (BRITO, 2003, p, 154)¹⁰¹.

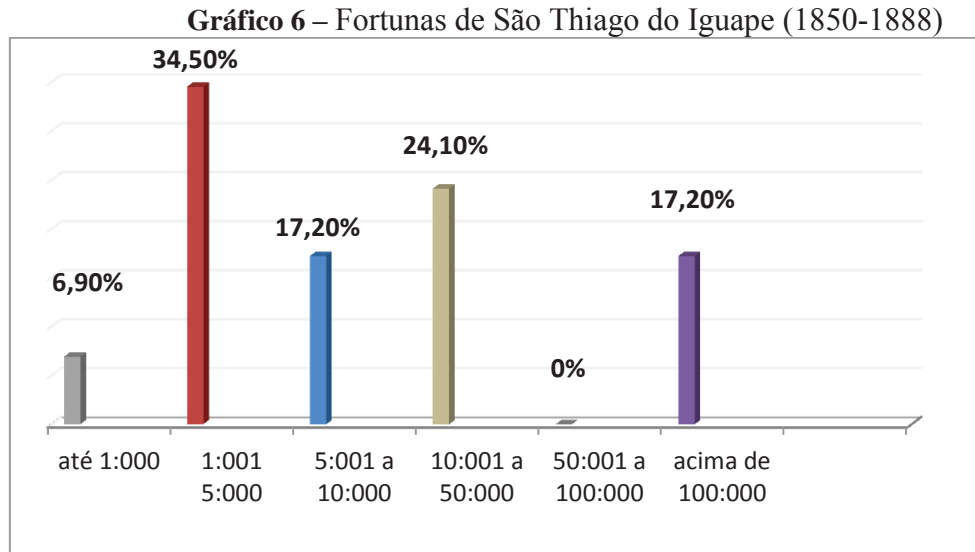
Uma forma de dimensionar o volume de riqueza desses senhores escravocratas é estabelecer um paralelo entre suas fortunas e a soma de todas as fortunas da freguesia de São Gonçalo dos Campos, com *monte-mór* de até 10 contos de réis. Dos 186 inventários *post-mortem* pesquisados por mim para a freguesia de São Gonçalo dos Campos (entre 1850-1888), 93,1% apresentaram fortunas de até 10 contos de réis (média), ou seja, a soma de todas essas fortunas corresponderiam apenas a 63,1% do valor das quatro maiores fortunas do Iguape, mencionadas acima¹⁰².

⁹⁹APMC. Inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão (1871). 02/ 158/ 1544, fl.12. (1871). Contabilizei os cativos que viviam nas suas propriedades no Iguape (246) e os mantidos no engenho Mataripe (135) na Vila de São Francisco do Conde. Para os dados do gráfico 6, apenas contabilizei os cativos residentes Iguape.

¹⁰⁰APMC. Inventário de Thomé Pereira de Araújo. 02/ 161/ 1574, fl.13v; Francisco Pereira Sodré (Barão de Alagoinhas) 02/159/1546.Fl.98; Guilhermina Garcia de Aragão Moncorvo, 02/161/1574. Fl. 44.

¹⁰¹Sobre os conflitos entre senhores e escravos nos engenhos do Recôncavo, ver: Fraga Filho, 2006. Sobre a atuação do movimento abolicionista no Recôncavo: Fraga Filho (2010); Brito (2003); Souza (2010).

¹⁰² Em 162 inventários de São Gonçalo, as fortunas não ultrapassaram 10 contos. A soma das fortunas com até 10:000\$ São Gonçalo dos Campos: 596.895\$003, as 4 fortunas maiores fortunas do Iguape somadas atingiram; 947.213\$913.



Fonte: APMC, Inventários *post-mortem*. Iguape, 1850-1888.

Alguns objetos e informações colhidas no inventário do Barão de Alagoinhas ajudam a entender um pouco sobre o modo como viviam alguns daqueles ricos senhores e senhoras nas últimas décadas da escravidão no Brasil. Em 26 de abril de 1879, Francisco Pereira Sodré recebeu o título de Barão de Alagoinhas, por meio de decreto do Império brasileiro. Era membro de uma tradicional família, os Sodré, do Recôncavo, donos de engenhos de açúcar em várias freguesias. Ao falecer, em meados de 1882, quando a agricultura da cana e o regime de trabalho escravo apresentavam forte declínio, ainda ostentava o seu título de nobreza com muita pompa e bonança. Seus bens foram inventariados por seu filho mais velho, o também senhor de escravos Jerônimo Sodré Pereira. Seu monte-mór apresentou, em abril de 1883, um valor de 150. 897 \$ 301¹⁰³.

Objetos de luxo importados faziam parte do patrimônio: louças, garfos e talheres de ouro e prata foram avaliados em quase 1.500\$000. Valor equivalente a Gabriel e Eurico, dois jovens escravos de 19 e 21 anos pertencentes ao Barão¹⁰⁴. Francisco Pereira Sodré era dono do engenho São José do Açú e do engenho Campina, ambos no Iguape. Esse último compunha-se de instalações modernas e bem equipadas, com casa de morar – casa-grande – avaliada em oito contos; enfermaria para o trato dos doentes; arados; ovelhas; bois; cavalos; casa de purgar; casa de bagaço; clarificadores; balanças; barcos; tachos; fornos; e um maquinário a vapor avaliado também em oito contos. Nas dependências do engenho, existia

¹⁰³ APMC. Inventário de Francisco Pereira Sodré (1883). 02/159/1546. Fl. 98.

¹⁰⁴ APMC. Inventário de Francisco Pereira Sodré (1883). 02/159/1546 Fl. 14,15-v. Gabriel, 19 anos e Eurico de 21, ambos pardos, do serviço da lavoura, avaliados em 700\$000 cada. As peças de louça, prata e ouro foram avaliadas em 1.550\$000 valor maior que a soma dos dois escravos, fl. 14-15 v e 24. Guilhermina Moncorvo (1859, Engenho da Ponte) avaliou um “piano em muito bom estado 600\$000”. APMC, 02/161/1574. Fl. 12. Sobre o luxo nos engenho do Recôncavo, ver: Pinho (1986; 1992); Ott (1996).

uma pequena casa para caixeiros e várias senzalas, avaliadas em 500\$000. Próximo ao engenho ficava a imponente capela de N^a. S^a. de Guadalupe (2.500\$000), onde eram realizados casamentos, batizados e sepultamentos, inclusive de escravos e libertos.¹⁰⁵

Figura 9 – Vista da casa-grande do engenho Campina, Iguape



Fonte:IPAC, 1982, p.128 [s.d. autor desconhecido].

O Barão era verdadeiramente um grande proprietário de “terras e gente”. Deixou para os seus herdeiros, além dos bens já mencionados, outros pertences: seis fazendas de plantação de cana, com mais de 565 tarefas de massapê, além das terras de areias, salões e as cobertas por “matas” todas avaliadas em 40.575 \$000, mais de 26,5% do valor da sua fortuna. No inventário, identifiquei oito propriedades de terra, das quais seis tiveram suas extensões declaradas, outros tipos de solo foram avaliados como: “[...] as terras de salões, areias e matas [...] as terras da fazenda Fajos, parte massapê parte areias [...] avaliadas em globo por 9.500\$000 [...]”. Levando em consideração que cada tarefa de massapê foi avaliada por 55\$000, é provável que as terras de posse do Barão chegassem a números bem superiores¹⁰⁶. Ao se despedir da vida em 28 de setembro de 1882, pouco mais de uma década da

¹⁰⁵APMC, 02/161/1574.. Fl. 14- 26. Incluem-se também todos os outros utensílios do fabrico de açúcar. Pouca coisa sobrou do engenho, mas a capela continua muito bem conservada até hoje, revelando sua imponência.

¹⁰⁶ APMC, 02/161/1574.. Fl. 14- 26. Barickman (1998-99, p. 204) estima que a extensão das terras do Barão chegasse a de 4.300 tarefas.

promulgação da Lei do Ventre Livre, Francisco Pereira Sodré ostentava a posse de 80 escravos e 17 ingênuos, fato merecedor de breve comentário.

Para a historiadora Isabel Cristina F. dos Reis (2001), a Lei de 28 de Setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, estava em conformidade com a política de geração de dependentes para a formação de mão de obra barata. Para a historiadora, a Lei, “[...] além de garantir a exploração da mão de obra das crianças ingênuas como se fossem escravas, [intensificava] as violências senhoriais para com elas [tanto que] chegaram, muitas vezes, a excepcionais requintes de crueldade [...]” (REIS, 2001, p. 87)¹⁰⁷. Nas crônicas escritas por Machado de Assis, em maio de 1888, e publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*, o crioulo ingênuo “bom Pancrácio”, aturou durante anos os “petelecos, pontapés e puxões de orelha” do seu senhor antes de adquirir a liberdade definitiva, situação que possivelmente não deveria ser diferente da vivida pelos 17 ingênuos que se encontravam, alguns anos antes, sob a “proteção” do Barão¹⁰⁸. Efetivamente, o Barão de Alagoinhas morreu fazendo jus ao título. Se vivesse mais alguns poucos anos, talvez presenciasse, embora não muito feliz, a partida de seus cativos e seus filhos ingênuos em direção à liberdade em maio de 1888, assim como ocorreu em vários engenhos do Recôncavo (FRAGA FILHO, 2006; BARICKMAN, 1998;1999).

Em contraste com o percurso de homens e mulheres ricos e poderosos, nas mesmas localidades viviam centenas de escravos, libertos e pessoas livres pobres. Sujeitos históricos marcados pelas diferenças, antagonismos e hierarquias conviveram simultaneamente no mesmo chão social e cada um, ao seu modo, ajudou a (des)construir as riquezas, mazelas e a história do Recôncavo Baiano.

Em meados da década de 1970, Stuart B. Schwartz em seu livro *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, importante obra sobre a escravidão nas zonas de *plantation* do novo mundo, definiu o Recôncavo Baiano a partir da seguinte afirmação: “[...] falar da Bahia era falar do Recôncavo, e ele foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos”(SCHWARTZ, 1998, p. 98, grifo meu). Por outro lado, acredito que falar do Recôncavo é também revelar a experiência de vida de homens, mulheres e crianças negras que, pela barbaridade da escravidão, tiveram sua dignidade sequestrada e que,

¹⁰⁷Para outros elementos da Lei do ventre livre: Reis (2007); Mattoso (mar./ago. 1988); Pena (2001). Para uma visão de como os escravos utilizaram a lei de 1871, ver: Chalhoub (1990), especialmente capítulo 2.

¹⁰⁸Machado de Assis (crônica de 19 de maio de 1888). Nas crônicas escritas em maio de 1888, Machado de Assis critica a elite escravista que às vésperas da abolição decidem alforriar os seus escravos. O “molecote” Pancrácio ao ser alforriado em maio 1888 tinha “mais ou menos 18 anos”, o autor sugere que Pancrácio poderia ser um ingênuo escravizado ilegalmente e mesmo depois de liberto continuou sendo tratado como escravo. Para uma análise mais detida dessa crônica de Machado de Assis, ver: Chalhoub (1990, p. 151- 174; 2003).

por diversas vezes, foram forçados a dissimular suas histórias. Afinal de contas, engenhos de açúcar e a própria instituição escravista foram construções humanas, por isso, poderei vislumbrar muitos outros “segredos internos” a serem revelados.

2 POSSÍVEIS ESPAÇOS DE AUTONOMIA E SOCIABILIDADE ESCRAVA

[...]
 O caminho
 Da felicidade ainda existe
 É uma trilha estreita
 É em meio a selva triste.
 [...]

(RACIONAIS MC, 2006)

2.1 ELE QUERIA VIVER “*COMO SE FOSSE HOMEM LIVRE*”: O NATAL DE 1858

Caíra numa sexta-feira o 24 de dezembro de 1858. Todos se preparavam para celebrar a noite de Natal – uma das mais importantes datas do calendário cristão – representação do nascimento de Jesus Cristo. Os festejos aconteciam na pequena capela de Nossa Senhora de Belém, que, orgulhosamente, ostentava em seu nome a referência ao local de nascimento do “filho” do deus cristão. A capela, edificada há quase duzentos anos no lugarejo rural também chamado Belém, pertencia à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira¹⁰⁹. A celebração teria seu ponto máximo por volta da meia noite daquele dia, quando seria realizada pelo pároco local a missa do galo. Os sinos centenários da pequena capela de Belém badalariam pela vigésima quarta vez, momento que marcaria o ápice do evento: “renasceria”, como outrora nascerá em uma localidade homônima Belém, o deus menino.

Pessoas das mais diversas categorias sociais e raciais participavam da celebração: escravos, libertos, senhores pobres e abastados dirigiam-se ao povoado em busca de diversão e de espaços para manifestação de fé. Cada um participava da celebração ao seu modo, levando em consideração os códigos hierárquicos, os lugares jurídicos, sociais e raciais pré-estabelecidos daquela sociedade. Os escravos acompanhavam seus senhores em comitivas, os senhores aproveitavam a ocasião para distribuírem as roupas que os cativos usariam durante todo o ano vindouro. Esses aproveitavam para “inaugurar” suas vestimentas, algumas compradas por eles próprios, com suas parcas economias. Libertos, livres de cor e pessoas brancas pobres revezavam-se entre vendedores ambulantes e taberneiros, armavam suas

¹⁰⁹ A Igreja de Nossa Senhora de Belém teve um papel fundamental na formação religiosa e educacional no período colonial. No final do século XVII (1686), o padre jesuíta Alexandre de Gusmão fundou o seminário de Belém: internato religioso dedicado à educação de meninos de 12 aos 17 anos. Em 1759, o governo do Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus do Brasil, que desencadeou, em 1760, o encerramento das atividades educacionais do seminário, no entanto as atividades eclesiais continuaram a funcionar na igreja, tornando-se um reduto religioso para a população que vivia nas circunvizinhanças. Para um aprofundamento do percurso histórico do seminário de Belém ver Souza (2008).

quitandas e tabuleiros no largo da Igreja e abasteciam seu estoque com aguardente e petiscos variados. Ao centro do largo, erguia-se o coreto cercado por algumas poucas casas, dando ao ambiente um aspecto típico de um pequeno vilarejo rural do Brasil Imperial.

Em meio a essa profusão de pessoas e coisas estava o crioulo Lourenço, solteiro, escravo de D. Theodora Maria de Jesus, viúva, moradora da fazenda da Ladeira no Iguape¹¹⁰. Na ocasião, Lourenço também planejou participar dos festejos da natalidade, possuía entre 30 a 35 anos. Qualificado como do serviço da enxada, possivelmente, nasceu e cresceu naquela mesma localidade, pois consultando documentos anteriores ao ano de 1858, encontrei-o com 15 anos de idade como escravo da mesma senhora, além disso, sua mãe, já falecida há algum tempo (em 1858), tinha sido escravizada na mesma localidade¹¹¹. Naquela mesma noite, antes de partir em direção ao local da celebração, Lourenço teve um desentendimento com o seu senhor moço Marciano Pereira de Carvalho, o que mudou o rumo de sua vida e do seu senhor mais jovem.

Marciano Pereira de Carvalho, solteiro, de aproximadamente 30 anos de idade, único filho de Theodora Maria de Jesus, viúva de Manoel Pereira de Carvalho, membros de uma família de lavradores de cana da freguesia do Iguape, oriundos dos Açores em Portugal, que viviam na região desde o século XVIII, foi morto após uma briga com o escravo Lourenço¹¹². O crime ocorreu entre seis e sete horas da noite do dia 24 de dezembro de 1858, na localidade da Ladeira do Padre Inácio no Iguape, próximo à fazenda em que Marciano morava com sua mãe e os demais escravos da família. Segundo o exame de corpo delito realizado no cadáver de Marciano, esse apresentava “[...] machucados no ombro, ouvido, cabeças, rosto e barriga [...]”. O laudo pericial apontou que os ferimentos foram ocasionados por “[...] bordoadas de pau trazidas com grande força de braço [...]”. Rapidamente “espalhou-se o boato” do assassinado, tornando-se o assunto mais comentado naquela noite natalina¹¹³.

¹¹⁰ APB. Libelo cível. 42/ 1490/ 10 (1836). Fl. 50. O libelo foi apresentado por José Pereira Carvalho, cunhado de Maria Theodora de Jesus, no ano 1836. Neste documento, a referida senhora aparece como viúva de Manoel Pereira de Carvalho e proprietária da fazenda da Ladeira.

¹¹¹ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl.10. Desde muito jovem Lourenço era escravo de Theodora, em anexo ao libelo cível contra D. Theodora em 1836, localizei uma lista com os nomes de alguns escravos que na ocasião pertencentes à viúva, entre os nomes está o de Lourenço: “crioulo, cativo, 15 de idade mais ou menos”. APB. Libelo cível (1836). 42/ 1490/ 10, Fl. 50.

¹¹² Em 1805 foi realizado o inventário de Antonia Maria do Carmo, pelo seu marido e inventariante Tomás Pereira de Carvalho, mãe e pai de Manoel Pereira de Carvalho, este pai de Marciano Pereira de Carvalho. O casal Carvalho (avós) possuíam um patrimônio considerável, mais de 20 escravos, fazendas de gado e plantação de cana. A fazenda da Ladeira, localizada em um local conhecido até os dias atuais como Ladeira do Padre Inácio, foi legada ao seu filho Manoel, onde mais de cinco décadas depois aconteceria o crime. APMC, inventários (1805). 01/ 39/ /1338, fl. 3-5. APB. Registro de testamento de Manoel Pereira de Carvalho. Cachoeira, Livro 175. Fl. 175.

¹¹³ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 5,6-v.

Esse episódio revela bem mais que tensões e conflitos cotidianos envolvendo senhores e escravos. A partir da leitura do processo-crime, instaurado para investigar o delito, pude verificar que os conflitos entre Lourenço e o seu senhor moço vinham se acirrando desde longa data. Ao prestar informação sobre o crime, o africano Agostinho, escravo de José Pereira de Magalhães, revelou que os desentendimentos entre o senhor e o escravo preocupavam o seu parceiro de cativo há algum tempo. Segundo esse informante, em pouco antes de um ano do referido crime: “[...] Lourenço queixava-se que não estava pronto a mais aturar o seu senhor, e que havia de ir embora para um lugar onde ele não soubesse[...]”¹¹⁴. O africano tentou contornar a situação sugerindo uma alternativa mais amistosa para resolução do conflito. Segundo o africano, ele “[...] o aconselhou despersuadindo disto [da fuga] dizendo que fosse se revaler com o senhor Joaquim Raimundo, para que ele falasse com o seu senhor Marciano [...]”¹¹⁵.

Agostinho era uma pessoa próxima de Lourenço e sabia dos desentendimentos entre este e o dito senhor. Os conselhos dados pelo africano, que era uma pessoa de mais de cinquenta anos, foram elaborados a partir das experiências adquiridas durante anos de cativo. A prática de procurar outras pessoas para mediar conflitos entre senhores e escravos era uma estratégia utilizada pelos escravos para conseguir que fossem vendidos ou para se livrar de um possível castigo. Segundo Libby (2008), esse costume estava de acordo com as normas e códigos paternalistas de conduta e respeito seguidas pelas sociedades escravistas nas Américas (LIBBY, 2008, p. 33). No entanto, mesmo com os conselhos do velho e experiente africano, Lourenço buscou resolver os desentendimentos com o seu senhor de outra maneira, ao que parece ser vendido ou utilizar o capital político de cunho paternalista de outro senhor não estava em seus planos. Como aponto mais adiante, o descontentamento de Lourenço não se limitava apenas a um contrassenso com seu senhor.

A leitura do processo-crime revela que as desavenças entre senhor e escravo tinham como motivo a luta cotidiana do escravo para defender os espaços de autonomia e liberdade conquistados a duras penas. Lourenço seguiu em parte os conselhos do seu parceiro africano, decidiu não mais fugir; entretanto, ao contrário do aconselhado, não foi à procura de outro senhor para mediar o conflito. O que se revela na leitura dos depoimentos das testemunhas e também do próprio acusado é que o seu descontentamento maior nascia de sua própria condição de escravizado. Lourenço não se conformava em viver como escravo, essa condição incomodava-lhe e procurava a todo custo livrar-se do fardo da escravidão. Portanto, procurar

¹¹⁴ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 37. Grifos meu.

¹¹⁵ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 37. Depoimento do africano Agostinho.

outro senhor para negociar e mediar sua possível venda, ou a não aplicação de castigos, não significaria para Lourenço romper com aquilo que mais o incomodava: o fato de ser escravizado.

A partir do testemunho do crioulo livre, José dos Santos d'Assunção, são reveladas estratégias de sobrevivência, elementos da vida e do comportamento cotidiano de Lourenço, e as formas pelas quais ele construiu seus espaços de autonomia. Segundo a referida testemunha:

O dito senhor não queria que ele [Lourenço] tivesse casa fora da fazenda onde morava o dito senhor com os parceiros do mesmo, e ele [Lourenço] insistia a não querer obedecer [...] sempre viu o dito escravo retirado do seu senhor, nunca querendo trabalhar junto aos parceiros, *fazendo serviços ou trabalhando no lugar onde lhe convinha*, para que o seu senhor *não tivesse lugar de chegar ao pé dele*.¹¹⁶

Esse depoimento deixa evidente como os escravos compreendiam e defendiam os espaços e independência na vida cotidiana. Além de possuir uma casa própria, fora da fazenda e o mais longe possível da senzala, onde moravam seus parceiros de escravidão, Lourenço contestava as ordens e autoridade senhorial a todo custo, retirando-se do raio de vigilância e recusando-se a trabalhar conjuntamente com os demais escravos. Para sobreviver, realizava trabalhos remunerados para outras pessoas; além disso, o escravo não só queria morar sozinho e trabalhar onde queria e para si, desejava viver independentemente, “[...] para que o seu senhor não tivesse lugar de chegar ao seu pé [...]”¹¹⁷. Lourenço conseguira comprar sua própria casa, possivelmente o seu bem mais precioso, por isso defendê-la era uma necessidade cotidiana, quiçá existencial. A recusa em morar com os demais parceiros de cativo na senzala da fazenda, aliada à decisão de ir morar sozinho em uma casa própria, realizando trabalhos para si, causou a ira do seu senhor Marciano, que a todo o momento ameaçava “[...] tocar fogo na casa do preto se ele não voltasse para a senzala da fazenda para morar com os seus parceiros [...]” de cativo¹¹⁸.

Gonçalo Pereira de Souza, pardo, livre, “[...] disse que o escravo vivia de rixa com o seu senhor, porque ele queria queimar a sua casa, para que ele fosse [voltasse] para a fazenda, onde estavam os seus parceiros morando [...]”. Segundo esse depoente, vizinho da morada do cativo: “[...] não convinha [para Marciano Pereira de Carvalho] ter escravo fora da fazenda [...]”. Os serviços prestados por Lourenço fora dos mandos do seu senhor foram um dos

¹¹⁶ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 17- v. Grifo meu.

¹¹⁷ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 17-v. Depoimento de Lourenço.

¹¹⁸ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 16,17, 34.

motivos para aumentar as desavenças entre eles, como declarou a mesma testemunha: “[...] o preto trabalhava sem o dito senhor [...]”¹¹⁹. A decisão do cativo de afastar-se da vigilância senhorial, assim como a de realizar trabalhos fora da fazenda causou o desentendimento, desencadeando o conflito do dia 24 de dezembro, narrado a seguir.

A crioula Josefa Maria do Sacramento, livre, moradora da Tapera, lugar um pouco distante de onde ficava a fazenda de Theodora Maria de Jesus, disse ser vizinha da casa onde Lourenço residia. A depoente declarou que, na noite do crime, aproximadamente entre as seis e sete horas da noite:

[...] do dia vinte e quatro de dezembro de 1858, estava em sua casa e de dentro ouviu as vozes de Marciano Pereira de Carvalho [...] Subindo a estrada [...], dali encaminhou-se para a casa do seu escravo Lourenço que é defronte da dela, no alto da Tapera, com muita pouca distância de uma para outra, e lá chegando disse = nego tu não me conhece= e nisto ouviu o som de três bordoadas, atribuindo ela testemunha que o Marciano estava dando no escravo.¹²⁰

O depoimento de Josefa Maria do Sacramento pode evidenciar que a relação entre o senhor e o escravo era marcada por castigos físicos violentos e ameaças, ao ouvir o som das bordoadas, ela teria pensado que fosse Marciano castigando o seu cativo, atitude que é descrita sem surpresa, como uma ação corriqueira, talvez naturalizada naquele contexto e situação. Ao ser interrogado por Francisco Gomes Moncorvo, subdelegado da freguesia do Iguape, sobre os possíveis motivos do desentendimento entre o escravo e o senhor, Josefa disse enfaticamente que o escravo “[...] morava em uma casa retirada da fazenda, *que fora por ele comprada e não feita, e ficava junto aos forros e fora da fazenda [...]*”¹²¹, confirmando que a morada do escravo era o pivô da briga entre os dois. Mas não há informações precisas para afirmar, com certeza, que a casa do cativo estava localizada em uma comunidade de pessoas egressas do cativeiro, ou se ele repartia sua morada com mais alguém. No entanto, assim como sinaliza Josefa, todos os outros vizinhos de Lourenço que prestaram testemunho eram pessoas de cor, inclusive algumas forras, o que pode indicar que a localidade onde Lourenço comprou sua casa constituísse uma micro-comunidade de pessoas de cor, fossem elas libertas, livres ou até mesmo escravos como no caso em destaque. Essa localidade foi identificada na documentação apenas como alto da Tapera, parecia significar para Lourenço um lugar de

¹¹⁹ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 26-v, 27. Depoimento de Gonçalo Pereira de Souza, pardo, livre vizinho do local do crime.

¹²⁰ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. . Fl. 33. Marcações da própria documentação.

¹²¹ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 34. Grifos meu.

liberdade, não um lugar romântico e idealizado, mas um espaço que, dentro daquele contexto, poderia representar um pouco de liberdade para uma vida cheia de privações. Compondo o que Flávio Gomes denominou de “campo negro” (GOMES, 2006)

Segundo presenciou Manoel Themotheo, crioulo, livre, viúvo de 60 anos de idade também morador vizinho do local do crime, entre sete para oito horas da noite do dia 24 de dezembro, Marciano Pereira de Carvalho foi visto seguindo em direção à:

[...] porta da casa do seu escravo Lourenço dizendo = com um tisão de brasa, gritando nego eu não lhe disse que tocaria fogo na casa= repetindo estas palavras por duas ou mais vezes, e a todas às vezes, repetiu o preto Lourenço dizendo= Senhor Marciano não toque fogo em minha casa=Nisto ele testemunha ouvindo o som de umas bordoadas [...], já achou o dito Marciano estendido no chão perto de umas bananeiras [...] ele testemunha presenciou, por morar vizinho do dito preto.¹²²

Várias outras testemunhas narram esse mesmo fato. Posso imaginar o medo e o desespero que se instalou no escravo ao ver sua morada, adquirida com tanto esforço, ser queimada por um senhor raivoso e violento. Interessante notar que algumas testemunhas fazem referência à presença de bananeiras e outras plantações próximas à casa de Lourenço, não foi possível saber qual a dimensão ou o valor da casa e se a mesma possuía algum tipo de terreno conjunto. Mas, pelos indícios presentes nos depoimentos, é provável que o escravo tivesse uma porção de terra ou um quintal contíguo à casa. Lourenço afirmou que no final da tarde, antes do crime, estava “[...] em sua casa cortando com um facão capim para um cavalo [...]”, mas não é possível saber se o cavalo lhe pertencia, ou se apenas cuidava do animal para outra pessoa¹²³.

O incômodo do senhor em ver um escravo de sua propriedade vivendo como se “fosse livre” parece ter sido o principal motivo daquela série de ameaças. O estopim do conflito foi a casa independente do escravo, ao defender sua moradia, Lourenço defendia um espaço de autonomia que extrapolava os estreitos limites do ato de morar. Buscou romper, por todos os meios necessários, com a sua escravidão, em sua ação havia uma afronta declarada ao ideal paternalista de propriedade privada dos senhores pra com os escravos. Como afirma Libby (2008), nem sempre os senhores ganhavam o jogo do paternalismo, “[...] pois este jogo de deveres e direitos, na verdade, constituíam uma constante mediação de forças pela qual, a médio e a longo prazo, os senhores concediam, mesmo que em doses míseras, cada vez mais

¹²² APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09, Fl. 15 v, 17, 34 -v. Os destaques são do próprio documento.

¹²³ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 12.

espaços autônomos aos seus escravos [...]” (LIBBY, 2008, 33-34)¹²⁴. Talvez, Marciano Pereira de Carvalho tenha-se tornado um exemplo de desmando (desgoverno) de um senhor para com os seus escravos. Lembro que estou falando da freguesia do Iguape e, como observei na seção anterior, era o local de maior concentração de senhores e escravos da região em estudo. Possivelmente, ao ameaçar o seu escravo, não considerava como alternativa real uma resposta mais incisiva por parte de subalternos.

Após o delito, Lourenço não fugiu, foi em direção à já referida festa, onde seria realizado o ritual natalino católico, talvez tomado pela angústia do que o destino tinha-lhe reservado. Muitas pessoas caminhavam pelas estradas iluminadas pela lua cheia dos primeiros dias do verão, para se dirigirem ao local da missa¹²⁵. Lourenço foi uma delas. Quando chegou, causou espanto e sobressaltos entre os presentes, pois como proclama o ditado popular, “notícia ruim chega rápido”. Nesse caso, chegou primeiro que o principal interessado. Em depoimento, o cabra, livre José Francisco Mendes, descreve com traços quase poéticos a chegada do preto:

A lua já estava alta, quando entrou no Adro da igreja o preto Lourenço, com um cacete no ombro pendurado uma trouxa escura, vestido de roupa [*branca e nova*] de algodão trançado, e foi tomar aguardente no botequim com o José Francisco Mendes.¹²⁶

A chegada de Lourenço causou alvoroço naquele pequeno e pacato arraial, não pelo fato de um crioulo escravizado estar vestido com roupas novas, bebendo em tabernas ao lado de pessoas livres negras e brancas, visto que essa situação não foi incomum em tais ocasiões de festejos religiosos de fortes traços profanos¹²⁷. Nos processos-crime pesquisados por mim, pude localizar em diversas circunstâncias, escravos participando de celebrações ao lado de

¹²⁴Para um maior aprofundamento do conceito de paternalismo, ver entre outros: Lara (1988); Chalhoub (1990; 2008); Genovese (1988); Slenes (2011); Mattos (1998); Azevedo (2010).

¹²⁵ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 9, 10, 23, 25. Localizam-se no processo-crime, tais referências: “Cheguei quando a lua se altiava [...] Cheguei ao nascer da lua [...] Cheguei quando a lua já estava alta”. Pessoas de diversos povoados caminhavam em direção a Belém e foram testemunhas, indicando o quanto a noite de Natal, além de uma celebração Católica, atraía diversas pessoas, que, por exemplo, poderiam rezar ou ir tomar uma pinga ou prosear no botequim defronte da casa religiosa.

¹²⁶ APB. Processo-crime (1858). 12/ 425/ 09. Fl. 23 v. Depoimento de José Francisco Mendes, cabra, livre.

¹²⁷ Nos processos-crime pesquisados por mim, pude localizar em diversas circunstâncias, escravos participando de celebrações ao lado de libertos, pessoas livres de cor e brancas, inclusive senhores de engenhos. Dois escravos de d. Maria Francisca do Sacramento, foram alvejados por tiros disparados por Antonio Joaquim Batista, branco, comerciante de fumo. O conflito foi quando “brincavam” o entrudo em um domingo de 26 de fevereiro de 1854 em Cachoeira. APB. Processo-crime (1854). Fl. 2,3,11. Como veremos adiante, em 12 de outubro de 1862 na fazenda da Terça no Iguape, o senhor de engenho Bernardino da Costa Pinheiro, recebeu “diversas pessoas para jantar em função de um batizado, quando os negros de diversos senhores armaram um lundu no terreiro da fazenda”. APB. Processo-crime (1862). 19/ 662 /08.Fl. 02- v, 17.

libertos, pessoas livres de cor e brancas, inclusive senhores de engenhos. Dois escravos de d. Maria Francisca do Sacramento foram alvejados por tiros disparados por Antonio Joaquim Batista, branco, comerciante de fumo. O conflito se deu quando “brincavam” o entrudo em um domingo de 26 de fevereiro de 1854 em Cachoeira¹²⁸. Como veremos adiante, em 12 de outubro de 1862 na fazenda da Terça no Iguape, o senhor de engenho Bernardino da Costa Pinheiro, recebeu “diversas pessoas para jantar em função de um batizado, quando os negros de diversos senhores armaram um lundu no terreiro da fazenda”¹²⁹.

A agitação deu-se pelo boato que se espalhou de “boca a boca” pelas estradas até chegar à igreja. Todos pareciam saber que Lourenço era acusado pela morte de seu senhor Marciano Pereira de Carvalho, poucas horas antes “na boca da noite”¹³⁰.

Ao analisar esse episódio por certa lógica, posso pensar que, após cometer um crime – um escravo que matara o seu senhor – o ato seguinte seria fugir. Porém, não é o que acontece. Ao contrário disso, Lourenço preferiu vestir suas roupas novas e dirigir-se ao local do culto¹³¹. Ao ser interrogado sobre qual o local de sua morada e o que tinha feito na noite do crime, confirmou todos os testemunhos relatados até o momento e acrescentou:

Respondeu que a sua casa de morada era fora da fazenda de sua senhora [...] e que naquela noite foi a Belém para a missa de Natal, saiu de sua casa às dez horas da noite, ainda com escuro, e perto de Belém foi que apareceu o clarão da lua, que viu o seu senhor moço as Aves Maria, saindo da fazenda e casa de sua senhora, em direção a casa de José dos Santos [para beber].¹³²

Tudo indica que o desejo real de Lourenço não era participar da missa propriamente dita, pois, ao chegar ao largo da igreja, foi em direção ao botequim defronte e mandou “[...] deitar alguns copos de aguardente para beber com um seu camarada [...]”, como se estivesse comemorando algo, ou talvez, se despedindo. Ao raiar da luz do dia, por volta das cinco horas da manhã, o escravo “foi preso pelo inspetor de quarteirão” na porta da igreja de Belém, acusado do homicídio cometido na noite anterior¹³³.

Lourenço sabia o que havia feito horas antes e tinha plena consciência do que poderia acontecer consigo caso aparecesse em público após o sucedido. A partir da década de 1830, as

¹²⁸ APB. Processo-crime (1854). Fl. 2,3,11.

¹²⁹ APB. Processo-crime (1862). 19/ 662 /08.Fl. 02- v, 17

¹³⁰ APB. Processo-crime (1858). 12/425/12. As expressões “boca da noite, lua alta, lua baixa, lua arribada, clarão da lua, clarão do sol, Ave Maria” aparecem durante o processo como forma de demarcar e orientar o tempo dos acontecimentos. Sobre a concepção de tempo cronológico e tempo social, ver Le Goff (2013, p. 441-481).

¹³¹ Sobre os impactos da lei de 1835 a nível nacional, ver Pirola (2012).

¹³² APB. Processo-crime (1858). 27/945/12 (1858). Fl. 37.

¹³³ APB. Processo-crime (1858). Fl. 24-V. Depoimento de José Francisco Mendes 23 -v, 24. Grifos meus.

leis e punição dos crimes cometidos por escravos contra senhores, feitores, administradores e seus familiares ficaram mais severas. Segundo João Reis (2003, p. 511), esse endurecimento teria a ver com as diversas revoltas escravas que ocorreram nas primeiras décadas do século XIX, culminando na revolta dos Malês em 1835, mesmo ano em que foi promulgada a lei de 10 de julho de 1835, que estabelecia pena de morte para os escravos que assassinassem seus senhores, familiares e feitores ou que apenas os ferissem gravemente.

Fato consumado, Lourenço decidiu partir em direção à missa, antes, porém, vestiu-se com suas roupas novas; calça, camisa e ceroula. A posse de vestimentas novas por parte do cativo, além de ser mais um indício de que vivia as suas próprias custas, foi motivo de questionamento em vários momentos do processo-crime, ao ponto de ser revistado para saber se seus trajes íntimos eram novos ou usados. Segundo o subdelegado, após examinar o acusado, concluiu-se que o “[...] respondente tinha no corpo uma ceroula de algodãozinho lavado e limpo, como estava a calça [...]”¹³⁴.

Ainda no caminho pelas estradas, Lourenço encontrou-se novamente com o africano Agostinho, que também seguia no mesmo destino. Ao perceber o nervosismo e a pressa do parceiro de cativo, o africano inquiriu-o perguntando se ele tinha realizado “alguma asneira”. Lourenço prontamente respondeu, aparentemente revoltado que:

Estava por volta da Ave Maria [18 horas] em sua casa comendo um pirão de água fria, quando chegou o diabo do seu senhor Marciano, dizendo que queria tocar fogo na casa. Disse-lhe que tinha o que perder, ele não atendendo, passou-lhe o cacete e lá o deixou no chão soluçando¹³⁵.

A opção de Lourenço de ser preso em público, em um local com muitas pessoas, pode ter sido uma mistura entre estratégia e desespero para não ser castigado pela sua própria senhora ou por outras pessoas, caso fosse detido no local do crime. Por outro lado, deslocar-se para o meio da multidão revela que Lourenço buscou “teatralizar” aquele momento: vestindo roupas novas, arrumando uma trouxa de roupa, bebendo no botequim publicamente e preso na presença de várias pessoas em uma noite importante como aquela.

Por fim, Lourenço despediu-se do amigo africano. Sabia que a partir daquele momento o seu destino não seria dos melhores. Mas, antes de partir, confidenciou-lhe em tom quase saudosista dizendo ao amigo: “já levava os dias bons!”¹³⁶. Uma explícita referência à vida que

¹³⁴ APB. Processo-crime (1858). Fl. 12

¹³⁵ APB. Processo-crime (1858). Fl. 37.

¹³⁶ APB. Processo-crime (1858). Fl. 37- v. Grifos meus.

levava, mesmo com todas as tensões e privações enfrentadas cotidianamente, aqueles momentos foram “dias bons” em seu percurso de vida.

Ao que parece, Lourenço, ao se comportar de tal maneira, mesmo tendo a certeza de sua prisão, queria aproveitar aquelas poucas horas de liberdade e alívio que lhes restavam. O depoimento de José Francisco Mendes, cabra, livre, que dividiu as últimas doses de aguardente com o cativo e presenciou os últimos momentos de “liberdade” na taberna do largo da capela, demonstra um indício importante desse desejo por liberdade. A testemunha afirmou que o escravo, além de “morar fora da fazenda, *queria viver como se fosse homem livre*”¹³⁷.

Ao que parece, o último gosto que Lourenço levou dos “dias bons” e de “sua vida como se fosse homem livre” foi o sabor agridoce das doses de aguardente. Lourenço, morreu quase um ano depois de ter cometido o crime, esperando o julgamento no dia sete de novembro de 1859, na Cadeia Pública da capital da província baiana.

Da leitura dos autos criminais afloram outras considerações sobre o comportamento dos senhores e dos agentes da justiça frente aos atos praticados por escravos que fugiam do controle e dominação senhorial. Nesse jogo de controle e manutenção da ordem senhorial, coube às autoridades judiciárias “[...] a montagem de um arcabouço jurídico preocupado em agir nos mais variados momentos [...] procurando evitar maiores distúrbios [...]” (PIRES, 2003, p. 104). O comportamento das autoridades públicas tendia a uma vigilância constante, em defesa da ordem. Pires (2003) afirma que, apesar de seguirem procedimentos padronizados na condução dos autos,

[...] as autoridades judiciárias [...] atestaram, *quando necessário*, a ‘tendência da criminalidade escrava’. Essa postura, no entanto, não se restringia às autoridades locais. O *olhar de suspeição* esteve *diluído*, em maior ou menor grau, por diversos segmentos sociais durante a escravidão. Tal qual em outras regiões brasileiras, essa postura esteve relacionada às inquietações das classes dominantes, interessadas na manutenção do *status quo*, o que resultou, inclusive, na formulação de leis que passaram a imprimir, no âmbito do público, limites impostos a cativos e forros (PIRES, 2003. p. 105, grifos da autora).

Retornando ao processo-crime, um dos questionamentos feitos às testemunhas pelo subdelegado, revela um pouco da mentalidade senhorial frente a determinadas situações. O subdelegado tenente coronel Francisco Gomes Moncorvo, que era um rico e poderoso senhor de engenho da região do Iguape, mais do que representar a lei, estava preocupado em

¹³⁷ APB. Processo-crime (1858). Fl. 24. Grifo meu.

defender os interesses da camada social da qual era membro. Todas as testemunhas inquiridas no processo responderam “[...] se o acusado era obediente e se vivia em harmonia com o seu senhor [...]”¹³⁸. As perguntas do subdelegado estavam de acordo com os códigos senhoriais de comportamento e dominação. O subdelegado Moncorvo, que na mesma época possuía o engenho dos Patos com 102 escravos, apresentava-se como um representante de peso na defesa das elites senhorias do Recôncavo¹³⁹.

Ao responder às perguntas, os depoentes afirmaram que Lourenço era um sujeito “chegado a desobediências” e vivia sempre em “desarmonia” com o seu senhor. Ao tentar justificar os atos de insubordinação, o também crioulo, porém livre, Manoel Themotheo afirmou que o motivo da desarmonia entre ambos era o fato “dele [Lourenço] querer morar longe do seu senhor”¹⁴⁰, ou seja, o que para Lourenço significava liberdade, para muitos dos seus contemporâneos poderia significar “desordens e desobediências”. Desobediências às ordens senhoriais algumas vezes assinalam a defesa dos espaços de autonomia de cativos. Segundo Reis e Gomes (1996), a resistência por parte dos escravos ao cativo foi algo marcante durante toda a história da escravidão. Para esses autores:

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia feitores, rebelava-se individual e coletivamente (REIS; GOMES, 1996, p. 9).

As experiências da trajetória de vida de Lourenço, assim como outros escravos e escravas que labutaram por espaços de autonomia e pela sobrevivência diária, serão resgatadas em diversos momentos neste trabalho. Por enquanto, é válido ressaltar que o episódio desencadeado na referida noite da natividade, revela uma relação de forças fortemente marcada por rupturas, tensões e negociações cotidianas. Pelas próprias contradições encontradas nas sociedades escravistas, o dualismo se fez presente em diversos momentos, mas não podem ser entendidos como o único “motor” da história, caso contrário, o

¹³⁸ APB. Processo-crime 12/425/9. Fl. 10- 17, 26, 34. Depoimentos das testemunhas.

¹³⁹ APMC. Inventário da freguesia do Iguape 02/161/1574. Fl. 12-29. O inventário dos bens realizado em 1859, revela o quanto Francisco Gomes Moncorvo era um poderoso senhor de terras e homens. Membro de uma importante família da região. Seu irmão Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, foi presidente da província (1855-56) da Bahia e por várias vezes vice-presidente. Além do engenho dos Patos avaliado em mais de 16 contos, foram arroladas diversas fazendas, sítios, terrenos e tabuleiros de cana, inclusive em outros engenhos (Açu e da Praia). No momento do seu falecimento possuía 102 escravos, avaliados em 73. 200\$000, e um monte-mór de 177. 891\$ 840. Infelizmente não foi possível calcular o tamanho das propriedades do subdelegado, como foi observado no capítulo I, os grandes proprietários de terra não declaravam as extensões exatas de sua terras: “dois tabuleiros no engenho da Praia, um sítio, um sorte de terra etc”.

¹⁴⁰ APB. Processo-crime (1858). 12/425/9. Fl. 17-v. Grifos meus.

estudo poderia desaguar no mito do escravo herói ou do escravo pacato, tal como sugere João Reis (1989, p. 13), “[...] entre Zumbi dos Palmares a ira sagrada, o treme-terra; de outro lado, o Pai João, a submissão conformada [...]”. Talvez o “maior pecado” cometido por Lourenço tenha sido romper com o jogo paternalista, que objetivava “suavizar” as relações entre senhores e escravos. Não parece ter buscado para si as rotulações de Zumbi, tampouco de Pai João, o que ele queria mesmo era “viver como se fosse homem livre”¹⁴¹.

2.2 POSSIBILIDADES DE AUTONOMIA: “A ROÇA DO PRETO” E “GANHANDO PARA SI ALGUM DINHEIRO”

Os escravos empreenderam diversas estratégias para conquistar, ampliar e manter os espaços de autonomia: o cultivo de roças, criação de animais, prestação de serviços remunerados e a formação de redes de sociabilidade poderiam significar momentos de alívio e esperança para suportar a vida sob cativo. Pela própria condição jurídica dos escravos, torna-se muito difícil para o pesquisador captar essas experiências na documentação, pois, somente com o advento da Lei do ventre livre de 1871, foi permitido aos escravos acumular – oficialmente – algum pecúlio destinado exclusivamente para a compra de suas alforrias. Por outro lado, a sociedade escravista era fortemente influenciada pelas práticas costumeiras, o que dá margem para investigar os mais variados aspectos da vida dos escravos, através de indícios deixados na documentação, especialmente a judiciária. Analisando os autos criminais envolvendo escravos, pude identificar alguns episódios nos quais os escravizados estavam defendendo aquilo que acreditavam ser espaços de autonomia, seja através do costume, do direito legal ou do confronto direto com os senhores. São exemplos disso o episódio mencionado anteriormente, mas, a seguir aponto outros mais.

O dia ainda não tinha clareado totalmente, o relógio estava por volta das seis horas da manhã do dia 27 de maio de 1852, e a freguesia de N.^a Senhora do Bom Sucesso de Cruz das Almas foi acordada com a notícia de um crime “bárbaro”: o crioulo José Maria fora acusado de assassinato. José Maria era escravo de Miguel da Afonseca Campos, morador da freguesia, e vizinho de Alexandrina Maria de Jesus, mãe do menor Henrique José Batista, pardo, de 14 anos de idade, que foi assassinado naquela manhã. Na noite anterior ao crime, o cavalo avermelhado do garoto Henrique fugiu do pasto da propriedade de sua mãe, “[...] indo o

¹⁴¹ APB. Processo-crime (1858). 12/425/9. Fl. 24 v.

cavalo do assassinado até as roças do preto José Maria, o mesmo o pegara e atara na porta de sua casa”¹⁴².

No dia seguinte à fuga do animal, logo cedo, Henrique José Batista “[...] foi buscar o animal armado com uma espingarda [...]”¹⁴³. Chegando ao local da “roça e da casa do preto”, após algumas trocas de palavras, Henrique deflagrou alguns tiros contra o crioulo José Maria, o cativo, que também possuía uma espingarda, em reação aos disparos feitos pelo menor, deflagrou um único tiro que acertou o peito do garoto, ocasionando sua morte imediata¹⁴⁴. O morador Acácio Ferreira de Cerqueira, vizinho do escravo, relatou que o episódio aconteceu da seguinte forma:

Tendo ido um cavalo [de Henrique] até as roças do preto José Maria, escravo de Miguel da Fonseca Campos, aquele o pegara e atara a sua porta e que indo o assassinado buscar o dito cavalo armado de uma espingarda, se travaram em desordens com o dito escravo, e disparando-lhe um tiro o assassinado que não acertou [...] e foi correspondido por outro dado pelo escravo [...] do qual instantaneamente caiu morto.¹⁴⁵

O depoimento dessa testemunha confirma que o escravo José Maria possuía uma roça e uma casa própria afastada do seu senhor. Possivelmente, o menor não ficou satisfeito em ver o seu animal “atado na porta do preto” e entrou em “desordens” com o cativo. O processo-crime não evidencia qual o tipo de “desordens” tiveram antes dos disparos, ou a localização, ou o tipo de lavoura que José Maria cultivava. A atitude do escravo em prender o cavalo, pode ter sido, em primeiro momento, apenas para proteger suas roças de uma possível destruição. A depender do tipo de lavoura, pequenos furtos e o ataque de animais tais como: bois, cavalos, porcos, carneiros, galinhas e pragas de formigas poderiam significar a perda de dias de trabalho e prejuízos com a safra. Por isso, era preciso uma vigilância constante, principalmente quando se tratava de roceiros escravos, que dividiam seu tempo entre o trabalho para os seus senhores e o cultivo de suas roças.

A ação de manter o animal preso à espera do dono pode ter significado que as lavouras do cativo foram danificadas pelo bicho antes de ser capturado, o que levou José Maria a

¹⁴² APB. Processos-crime. 11/390/11(1858). Fl. 4,1. Não localizamos os inventários de Alexandrina Maria de Jesus e de Miguel da Afonseca Campos. Não existe referência no processo-crime sobre a localização das roças de José Maria, se estava localizada dentro ou fora da propriedade do seu senhor. Como não existe referência em relação à cor de ambos, apenas o menor Henrique foi qualificado pelos peritos como “pardo”.

¹⁴³ APB. Processos-crime. 11/390/11(1858). Fl. 4, 14,15.

¹⁴⁴No decorrer do processo-crime José Maria é qualificado como crioulo ou como preto, pelo fato de não existir referências a origens africanas no processo, José Maria possivelmente era um crioulo. Sobre o processo de criouliização no Recôncavo ver: PARÉS (2005).

¹⁴⁵ APB. Processo-crime (1858). Fl. 14-V. 11/ 390/11.

cobrar do proprietário uma indenização pelos prejuízos causados, ou apenas chamá-lo atenção para manter sua criação longe de suas roças. Seja qual for que tenha sido a situação, José Maria estava disposto a proteger, a todo custo, as suas roças. Nos autos criminais o adolescente foi qualificado como “de cor parda”, possivelmente eram pequenos proprietários livres de cor ou até mesmo libertos. Ao que parece tanto a família do menor quanto a do proprietário do escravo não faziam parte do grupo mais abastado da localidade, como observei na primeira seção, a freguesia de Cruz das Almas era composta majoritariamente por pequenos proprietários de escravos e terras, dedicados principalmente a cultivo de fumo, mandioca e demais produtos para o consumo local (BARICKMAN, 2003b, p. 185- 186).

Em agosto do mesmo ano (1852), José Maria foi indiciado pelo artigo 193 do código criminal; porém não chegou a ser preso¹⁴⁶. Infelizmente, não foi possível ter certeza sobre o seu destino, pois as últimas dez laudas do processo-crime encontram-se totalmente destruídas pela ação do tempo, apenas encontrei no meio dos pedacinhos velhos de papel, destruídos em meio ao processo, um mandado de prisão datado de 14 de julho de 1855. Nele, afirma-se que, três anos após o crime e a publicação da sentença, o acusado não havia sido encontrado¹⁴⁷. Possivelmente, fugiu ou foi vendido para outra localidade mais distante, poderia ter engrossado as levas de cativos que partiram neste período através do tráfico interno para as lavouras de café do Centro-Sul, ou contou com algum tipo de proteção do seu senhor, ou de alguma outra pessoa, ou até mesmo pode ter sido objeto de vingança por parte dos familiares do falecido.

Aquele episódio mudou o curso das vidas de José Maria e de Henrique José Batista: suas conquistas e seus planos foram destruídos, ou apenas atrapalhados, por um cavalo avermelhado fujão, uma roça destruída, um garoto armado e um tiro certo no peito.

O cultivo de roças, a criação de animais e a prestação de serviços remunerados foram estratégias muito utilizadas pelos escravos na busca de construir espaços autônomos durante a vigência do cativeiro. Assim como o crioulo Lourenço e José Maria, outros escravos possuíram roças, criaram animais e prestavam serviços remunerados, tanto na cidade quanto no campo. Estudando o Recôncavo durante a segunda metade do século XIX, Walter Fraga Filho (2006) analisa a existência das roças e a sua importância para a economia própria de escravos:

¹⁴⁶Diz o artigo 193 do código criminal de 1831, que caso o homicídio não esteja revestido de circunstâncias agravantes, “penas de Galés perpétuas no grão máximo de prisão com trabalho por doze anos ao médio e por seis ao mínimo”. Código Criminal Brasileiro do Império do Brasil. 1831, p. 80.

¹⁴⁷APB. Processo-crime. (1858). Fl. 28-v. 11/390/11

Como em outras regiões escravistas das Américas, os escravos desenvolveram atividades independentes e alternativas à grande lavoura de cana. Sabe-se que muitos escravos tinham criação de animais, especialmente bois, porcos, galinhas para consumo próprio e para a venda. Muitos desses animais eram criados em pastos e terrenos dos senhores, ou em outras propriedades sob o sistema de meia (FRAGA FILHO, 2006, p. 41).

Animais de criação de pequeno porte: galinhas, patos, perus, porcos e ovelhas, além da carne e dos ovos, são de fácil trato e se reproduzem rapidamente. Em poucos meses, uma ninhada de pintos ou um filhote de cabrito estavam grandes o suficiente para serem abatidos ou vendidos. Animais maiores, além de mais caros, necessitavam de maiores cuidados: bois, cavalos e burros eram criados amarrados com cordas no pescoço ou nos pastos das propriedades. Essa produção estava plenamente inserida na rede de economia de subsistência voltada para o comércio local. Os gêneros de roças, matas, quintais, currais produzidos e/ou roubados por escravos poderiam ser vendidos nas diversas feiras do Recôncavo, ou comercializados com senhores e seus vizinhos. Porém, a posse de bens por parte de escravos despertava a cobiça não somente de senhores, mas também de outros cativos, levando-os a conflitos sérios e violentos.

Por volta da meia noite do dia 22 de novembro de 1869, o escravo Militão foi acusado de matar o seu parceiro de cativo Aprígio, com um corte na garganta feito por faca. Ambos eram escravos do engenho desterro na freguesia de Cruz das Almas. Segundo o depoimento do lavrador Francisco Gomes de Miranda, que trabalhava e morava no mesmo engenho como agregado, o motivo que desencadeou o crime foi “que ambos andavam de rixa por causa de uma galinha que Aprígio disse que Militão teria comido”¹⁴⁸. Em 1867, na localidade do Cruzeiro (ou Cruz) em S. Gonçalo dos Campos, a africana liberta Luiza e sua filha Maria Luiza, após terem sua casa saqueada por três homens estranhos, foram mortas e a casa incendiada juntamente com seus corpos. Um dos acusados, Manoel Caetano, revelou em seu depoimento que, após matarem a africana e sua pequena filha, roubaram “[...] uma porção de feijão a que repartiram na porta, cabendo a ele respondente uma pequena quantia, a qual ocultou por medo [...]”¹⁴⁹.

Possivelmente, os crimes não foram motivados por uma porção de feijão e um capão gordo, é bem provável que, cotidianamente, esses sujeitos mantivessem relações conflituosas de diversas matizes, o que, infelizmente, os documentos não deixam escapar¹⁵⁰. Julgo

¹⁴⁸ APB. Apelação-crime (1873). 20/690/03. Fl. 8-v. Grifo meu.

¹⁴⁹ APB. Processo-crime (1868). 11/395/18. Fl. 13.

¹⁵⁰ Os acusados de cometerem o crime foram: João Pedro Belchior (preso), Manoel Caetano (preso) e Sabino de Paula (foragido). Infelizmente boa parte do documento está danificada, inclusive, os depoimentos das

relevante observar o episódio do africano Vicente, situação que talvez ajude a pensar melhor esse tema.

Vicente era escravo de dona Joaquina Brites, moradora da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, ao ser preso em 1860 no porto da cidade de Salvador, acusado de ter matado um crioulo na casa de “uma preta mãe de seu filho” em Cachoeira. Após ter cometido o suposto delito, o africano fugiu para o porto da capital da província, onde vivia trabalhando como homem liberto nas amarras do cais¹⁵¹. Ao ser denunciado pelo mestre de barcos cachoeirano, José Felix da Conceição, o africano foi interrogado, ainda em Salvador, pelo subdelegado da freguesia de Nossa da Conceição da Praia, José Sabino de Carvalho. Segundo o interrogatório, Vicente informou:

Ser africano nascido no Mahli [Mali], maior de 48 anos [...] que morava em São Gonçalo dos Campos com sua senhora, mas que [mantinha] uma casa [alugada] em Cachoeira na Rua do Fogo, onde aconteceu este assassinato, que como ali existia uma preta sua, mãe de um filho seu.¹⁵²

Ao ser questionado onde estava no momento do crime, Vicente, rapidamente, revelou “[...] que estava em São Gonçalo dos Campos em razão de uma desavença que tivera com José Venceslau, *por causa de uma ovelha sua* [do africano] *que achou no rebanho dele, Venceslau [...]*”¹⁵³. Vicente usou como álibi a sua criação de ovelhas, que teria sido furtada para se livrar da cena do crime.]

Essa mesma estratégia foi utilizada pelo escravo Domeciano, que, quando questionado sobre o assassinato do escravo Serafim, morto em 1871, afirmou que nada sabia sobre o crime, “[...] por ter na ocasião saído com a lua ainda alta para *abrir umas covas suas* em outra fazenda [...]”¹⁵⁴.

O crime teve lugar na porteira da Fazenda Cação, em São Gonçalo dos Campos, pertencente a Manoel José Marques, senhor de Domeciano. O escravo foi acusado de matar o cativo Serafim, escravo do vizinho Manoel Inácio de Carvalho, com pauladas e golpes de enxada. O delito aconteceu em um dia de sábado, mesma ocasião em que ambos foram vistos

testemunhas e dos acusados. No entanto, fica evidente que os três acusados não eram escravos, porém não sabemos a motivação que levaram ao crime. Pela barbaridade e violência, suspeito ser a causa outra, talvez um crime passionnal ou até um estupro.

¹⁵¹ APB. Processo-crime (1860). 20/688/03. Fl. 5, 5-v.

¹⁵² APB. Processo-crime (1860). 20/688/03. Fl.5. A expressão “uma preta sua” refere-se ao relacionamento entre o africano e sua “amásia”, pois esta expressão aparece em outros momentos da documentação. Até os tempos atuais em Cachoeira, a Rua do Fogo, ainda com o mesmo nome, é rua central e bem localizada.

¹⁵³ APB. Processo-crime (1860). 20/688/03. Fl. 5. Grifos meu.

¹⁵⁴ APB. Processo-crime 21/745-/03. Fl. 12- v. Grifo meu.

dividindo a montaria de um cavalo enquanto retornavam da Vila de Santo Amaro da Purificação, onde foram vender farinha na feira. Ao ser interrogado, Domeciano afirmou “[...] que estava abrindo suas covas na sua roça quando o crime ocorreu [...]”, o que sugere que o mesmo escravo possuía uma plantação de mandioca, e, além disso, vendia farinha na feira da cidade vizinha¹⁵⁵. Não é incorreto presumir que a farinha que vendiam na ocasião fosse fruto das covas referidas pelo escravo, os dois poderiam ser sócios na plantação e nas vendas da farinha. Quem sabe os desentendimentos dessa sociedade tenham motivado o crime?

No episódio envolvendo o africano Vicente, além das ovelhas, mantinha uma casa de aluguel em outra cidade, o que indica que possuía uma mobilidade constante entre as freguesias e dispunha de recursos financeiros para manter sua companheira e seu filho(s) vivendo de aluguel. Além das ovelhas, Vicente também poderia criar outros animais, possuir pequeno roçado ou realizar serviços remunerados. Afinal, precisava de recursos para ajudar com o pagamento do aluguel da casa que mantinha em outra cidade e com o sustento de sua família. No momento de sua prisão, trabalhava como carregador, passando-se por africano liberto na região portuária de Salvador, onde encontrou refúgio e trabalho durante mais de quatro anos. Ao que parece, o africano constituiu uma rede de sociabilidade em várias localidades, além de circular ladinamente pelas freguesias do Recôncavo. Logo após chegar a Salvador, rapidamente foi inserido no concorrido trabalho de rua da cidade, organizado através dos cantos de trabalho que eram dominados majoritariamente, naquele momento, por africanos, muitos dos quais forros (REIS, 1996, p. 10).

Proporcionar uma vida mais amena para cônjuges e filhos parece ter sido um fator de mobilização importante na vida de escravos e escravas. Ao que parece, os cativos vislumbravam sempre uma condição melhor para os seus descendentes, mesmo que não conseguissem adquirir a alforria para os entes queridos, garantir diariamente um sustento mais digno era uma meta a ser atingida. Eloy, escravo do alferes Henrique de Lemos Meireles, tinha como companheira, Maria, cabra, escrava de Feliciano de Bastos Pereira ambos moradores de Cachoeira. Eloy foi acusado de agredir sua cônjuge quando a mesma “[...] no dia 15 de fevereiro de 1860 foi lavar roupa na fonte [...]”; nesta ocasião, “[...] Eloy apareceu e bateu em Maria, causando lesões [...]”, deixando seu olho bastante machucado¹⁵⁶. Por detrás desse ato de violência, revela-se uma relação de convivência e dependência entre marido e mulher. Uma das testemunhas revelou que Maria não deixava Eloy por ele ser “[...] pai de seu

¹⁵⁵ APB. Processo-crime 21/745-/03. Fl. 12-v.

¹⁵⁶ APB. Processo-crime. 19/664/20.Fl. 2, 4.

filho e dava de comer e vestir para ela [...]”¹⁵⁷. Portanto, não é erro inferir que existia uma relação familiar aparentemente em jogo, o depoimento revela a agressão contra Maria e indícios do trabalho que Eloy realizava para manter mulher e filhos dignamente, fato que era importante para Maria e sua prole, por outro lado, de forma alguma legitima a violência praticada por Eloy em sua companheira e mãe de seus filhos.

Diferente de Maria e Eloy, que viviam um relacionamento com fortes marcas de violência, outro casal de escravos decidiu tomar novos rumos no curso de suas vidas. Bento e Luiza eram escravos fugidos, respectivamente de Manoel Domingos e Bernardino da Silva Carneiro e viviam, possivelmente “acoitados”, nas matas da fazenda “Cabeça de Nego” na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe. A ânsia por liberdade foi fundamental para o casal traçar novos rumos às suas vidas. O primeiro passo foi fugir dos seus senhores e morar juntos, cultivando suas roças e acumulando pecúlio para, posteriormente, comprar suas alforrias. Eram vários os sonhos e desejos que esse jovem casal de cativos almejavam, então traçaram as estratégias, planejaram e foram colocando em prática aos poucos¹⁵⁸.

Tudo estava ocorrendo da maneira planejada nos planos dos enamorados. Quem primeiro sentiu o gosto da liberdade foi Luiza, mas algo deu errado. Os motivos da denúncia contra José de Souza e seu filho Rosendo José Souza, realizada pela promotoria de Cachoeira em 3 de dezembro 1867, mostra claramente a situação:

O escravo Bento, conseguindo juntar uma quantia para a liberdade de sua amásia Luiza, escrava de Manoel Domingos, que como seu amasiado [Bento] andava fugidos e viviam juntos, entregou ao mesmo denunciado a referida quantia, para ele segundo lhe havia prometido libertar sua amásia, não fazendo [...] e até negando a este Bento o dinheiro que lhe havia dado[...] e o mesmo prometeu que lhe tiraria a vida, se acaso não lhe restituísse seu dinheiro¹⁵⁹.

Pelo que posso captar do fragmento documental, o casal juntou tostão-por-tostão da quantia necessária para comprar a liberdade de Luiza. Segundo o acordo, pela condição de Bento e sua companheira, Firmino José de Souza, que era um homem livre, seria o intermediador entre os escravos e o senhor de Luiza, como havia “[...] prometido ao casal tratar da liberdade de Luiza com seu senhor [...]”¹⁶⁰. Mas Firmino, conjuntamente com seu filho Rosendo, não cumpriram o pacto e não quiseram “restituir o dinheiro” pertencente ao

¹⁵⁷ APB. Processo-crime. 19/664/20. Fl. 18-v,19 Depoimento de Antonio José de Cerqueira

¹⁵⁸ APB. Processo-crime (1867). 19/ 678/10. Fl. 2, 2-v

¹⁵⁹ APB. Processo-crime (1867). 19/ 678/10. Fl. 2. Infelizmente o processo não informa o valor da quantia, mas possivelmente era um valor considerável.

¹⁶⁰ APB. Processo-crime (1867). 19/ 678/10. Fl. 2, 2-v.

casal. Possivelmente, Firmino era uma pessoa de confiança, não sei se era um homem de posses, talvez tivesse acoitado e dado abrigo ou até mesmo cedido um pedaço de terra ao casal no momento da fuga, em troca receberia algum dinheiro ou dias de trabalho em suas lavouras. Infelizmente não foi possível saber. No entanto, tenho informações de como Bento e Luiza constituíram os seus recursos.

No dia três de dezembro de 1876, “Bento foi morto barbaramente” por Firmino e seu filho¹⁶¹. O corpo de delito nos revela de qual forma o pecúlio para compra da liberdade de Luiza foi acumulado¹⁶². Segundo os peritos: “O cadáver do preto Bento foi encontrado nos matos perto da serra da mumbaça, onde aquele infeliz tinha uma roça e um rancho de morar, fora ali que estava já bastante inchado [...]”¹⁶³. Bento foi encontrado morto ao pé do rancho no meio de suas roças, talvez essas roças significassem para Bento e Luiza o solo que, a cada dia, plantavam as sementes de suas liberdades, conquistando, ampliando e defendendo os seus espaços de autonomia, construídos a duras penas.

Possuir uma pequena faixa de terra, uma casa, uma plantação ou criação poderia significar a segurança de dias menos piores, ou pelo menos servia para alimentar a esperança de dias melhores, por isso a defesa desses pequenos bens, e quando possível a sua ampliação, era fundamental. A história de sonho, coragem, amor e companheirismo entre Bento e Luiza fora estragada pelo roubo, morte e pela ganância de José de Souza e seu filho Rosendo José Souza, que assassinaram o cativo Bento conjuntamente com os seus sonhos. Luiza continuou a sua sina: permaneceu foragida, agora sem o seu companheiro, sem o pecúlio e mais distante do gosto da tão sonhada e planejada liberdade, mas, apesar de tudo, permanecia viva.

Se conquistar algum tipo de autonomia não era tarefa das mais fáceis, defendê-la não poderia ser diferente. Escravos tiveram que proteger a todo momento aquilo que possuíam: uma pequena casa, as roças, uma peça de tecido ou um animal. Somam-se outros episódios que confirmam essa situação. O velho africano Macário, escravo de Benedicto Martins foi encontrado morto, com um golpe de foice no pescoço, na manhã do dia três de outubro de 1866, na ladeira velha de Capoeiruçu, povoado pouco distante do centro urbano de Cachoeira. O corpo foi encontrado perto do lugar onde possuía “uma barraca de palha velha” em torno da qual “deitava uma roça de inhame e também um cavalo castanho”¹⁶⁴. Plantação e animal que

¹⁶¹ APB. Processo-crime (1867). 19/678/10. Fl. Segundo o corpo de delito, a morte de Bento foi barbaramente executada, além de ferimentos, cortes e pauladas sua garganta e orelhas foram cortadas.

¹⁶²No processo não faz referências do valor acumulado pelo casal. Os dois denunciados são condenados por homicídio e Luiza foge novamente.

¹⁶³ APB. Processo-crime (1867). 19/678/10. Fl. 7.

¹⁶⁴APB. Processo-crime (1866) 11/376/06. Documento sem números de folhas. (Grifos meus). Sobre a importância do inhame na dieta de alguns grupos africanos ver: REIS (2009, p. 24).

o africano cuidava com bastante atenção, deixando sempre o “bicho dormir ao pé do rancho com capim cortado”.

A leitura dos autos processuais revela que o africano Macário vivia afastado do seu senhor, cuidando da sua roça de inhames e do seu cavalo em sua palhoça. Para uma pessoa com a idade já avançada, possuir um cavalo poderia significar, de um lado, uma maior mobilidade para cuidar do seu roçado nos momentos disponíveis; por outro, o animal facilitava o transporte daqueles mantimentos que eram comercializados pela vizinhança. Ao que parece, o avançar da idade levou o velho africano a conquistar um viver mais calmamente, desfrutando do pouco que pôde acumular ao longo de sua vida. Por ironia do destino, o pouco que Macário conquistou foi o suficiente para despertar a cobiça alheia. Os seus algozes levaram, além de sua vida, o cavalo e a cangalha do animal¹⁶⁵.

Como venho mostrando ao longo deste trabalho, o ganho foi importante aos escravos urbanos na criação de espaços de mobilidade e autonomia, sociabilidade e liberdade. Nas áreas mais ruralizadas, a possibilidade de os escravos viverem de ganho era muito mais reduzida. Na minha pesquisa nos inventários, tenho constatado que a boa parte dos escravos rurais foram qualificados como do “serviço da lavoura”. No entanto, muitos conseguiram especialização em algum tipo de ofício e trabalhavam na condição de pedreiros, carpinteiros, cozinheiras, ferreiros, sapateiros etc., e auferiam recursos com a prática desses ofícios. Como é sabido, a rotina do trabalho no campo era muito desgastante. O jesuíta J. Antonil (1837, p. 59) comparou o funcionamento das fornalhas dos engenhos baianos com a imagem do “purgatório e do inferno”¹⁶⁶. Ao consultar os registros de óbitos da freguesia do Iguape, deparei-me com óbitos de cativos mortos pela fadiga do trabalho nas lavouras. A africana Juliana, de 21 anos, faleceu em 21 de Janeiro de 1857 de “cansaço”, os escravos Lourenço, de nação Angola, e José africano, também tiveram declarado como a causa da morte o “cansaço”¹⁶⁷. Mesmo com o ritmo intenso do trabalho nas fazendas e engenhos, os escravos utilizaram suas experiências de trabalho para prestarem serviços remunerados e/ou trabalharem para si, ganhando algum dinheiro com isso.

O crioulo Marcos, escravo de Manoel Apolinário da Silva Teixeira, buscou conquistar o seu espaço de autonomia, realizando trabalhos para si, “ganhando algum dinheiro” como vaqueiro. Um processo-crime de 1874 relata que talvez tenha sido ele o autor do assassinato

¹⁶⁵ APB. Processo-crime (1866) 11/376/06, documento sem numeração de folhas.

¹⁶⁶ Sobre a rotina de trabalho nos engenhos, ver; Schwartz (1988), especialmente parte II e III.

¹⁶⁷ ACMS. Livro óbito do Iguape 1830 - 1834 e 1857 a 1877. A africana Juliana faleceu em 22/01/1857. Fl. 284; José em 2/04/1857. Fl. 90-v; Lourenço 31/07/183. Fl. 71-v. Também faleceu de cansaço Brites (1833). Fl. 74 e Brás, ambos africanos (1834). Fl. 103-v.

de João, feitor do seu senhor, na fazenda Sítio, em Muritiba no ano de 1868. Ao ser interrogado, Marcos assumiu a autoria do crime. Disse que na ocasião “[...] estava em outra fazenda, na Lagoa, onde foi trabalhar sem o consentimento do seu senhor [...]”¹⁶⁸. Ao retornar à propriedade do seu senhor, “[...] vindo da fazenda onde era vaqueiro de uns bois de criar [...]” entrou em conflito com o feitor João, dentro da casa de farinha por causa de alguns beijus¹⁶⁹. O feitor, irritado pelas ausências do cativo nos trabalhos da fazenda, não permitiu que ele se alimentasse com beijus naquele dia de abril de 1868.

Thomazia, testemunha no processo, também era escrava de Manoel Apolinário da Silva Teixeira. Ela e a sua pequena filha foram as únicas pessoas que presenciaram o confronto entre o cativo e o feitor. No termo de informação do processo, Thomazia narrou o episódio com detalhes:

Estando ela respondente na casa de fazer farinha na fazenda Sítio com sua filha de menor, quando voltou do serviço o feitor José Maria, quando nessa ocasião entrou pela porta adentro seu parceiro Marcos, disse que precisava fazer um beiju, e lhe perguntou o feitor. Oh Marcos tu vende [tu vai vender] um boi de criar [...] e vem procurar beijus para comer. O que foi respondido pelo seu parceiro Marcos, que ele [o feitor] comia o dia todo, querendo ainda mais beijus [...] Disse o feitor, que modo de responder é este Marcos, não me responda dessa maneira [...] Marcos que se achava munido de um cacete deu diversas cacetadas, com que o feitor caiu e Marcos evadiu-se.¹⁷⁰

Ao mandar laconicamente Marcos vender “um boi de criar”, o feitor parecia ofender o escravo com indiretas, ou seja, sugeria que ele se alimentasse no local onde realizava seus trabalhos, ou que vendesse os bois dos quais era vaqueiro. Marcos aproveitou a ausência do seu senhor, que no momento do crime estava ausente por motivo de doença, e burlou a autoridade do feitor, ausentando-se da fazenda para prestar serviços remunerados em outra propriedade¹⁷¹. O trabalho realizado fora da fazenda era de “ser vaqueiro de uns bois de criar”. Em outras regiões da província, criadores de gado pagavam aos seus vaqueiros através do sistema de giz, segundo o qual o vaqueiro tinha direito a 1/4 dos animais que nascessem durante o serviço com o gado (SANTANA, 2012, p. 178). Não identifiquei o nome do proprietário dos bois ou se Marcos foi remunerado; todavia, pelo fato de ser vaqueiro, poderia possuir algum animal ou mantê-lo em meação com o dono do gado.

¹⁶⁸ APB. Processo-crime. 20/694/17. Fl. 7,16. Grifo meu.

¹⁶⁹ APB. Processo-crime. 20/694/17. Fl. 24.

¹⁷⁰ APB. Processo-crime. 20/694/17. Fl. 16-v.

¹⁷¹ APB. Processo-crime. 20/694/17. Fl. 4. d. Josefa Maria Brandão da Silva, viúva de Manoel Apolinário da Silva (senhor de Marcos), disse que no momento do crime estava fora da fazenda tratando da saúde do seu marido Apolinário.

Após o crime, Marcos fugiu e somente depois de mais de cinco anos foi preso novamente. Ao ser interrogado em 1874, foi questionado sobre o motivo de ficar foragido durante tanto tempo, afirmou “[...] *que não voltou para a fazenda do seu senhor após o crime, porque estava ganhando para si algum dinheiro [...]*”¹⁷². Marcos continuou exercendo suas atividades de vaqueiro por todos aqueles anos de liberdade provisória, ganhando para si algum dinheiro e, quem sabe, comendo quantos beijos desejasse.

Dias santificados, domingos ou qualquer momento de tempo “livre”, era utilizado pelos escravos para se dedicar a prestação de serviços com o intuito de aferir alguma gratificação. No ano de 1850, na labuta por alguns trocados, o escravo Manoel Macário teve sua perna esquerda perfurada por uma faca. O ferimento foi fruto de uma briga com o carpina Simão Pereira Pinto, que trabalhava no conserto do telhado de Alexandrina Maria da Conceição, moradora do povoado de Belém. O conflito entre o escravo e o carpina começou por causa da “[...] carga de madeiras que Manoel Macário vendera a Alexandrina Maria da Conceição [...]”. Segundo o testemunho da própria compradora das madeiras, em um dia de outubro daquele ano de 1850,

[...] apareceu Manoel Macário carregado de lenha [madeira] para vender a Gonçalo Chagas. Ela testemunha o chamou e encomendou-lhe uma outra porção de madeira ao dito escravo, [pois] a que lhe havia vendido dias antes não lhe serviram para a obra [do telhado] por dizer o carapina Simão Pereira Pinto [trabalhador da obra]. O preto se obrigou a dar-lhe outra carga e receber aquela. E como nessa ocasião estava em sua casa o carapina Simão Pereira Pinto, este disse ao preto que a madeira não prestava, e por ali principiaram com razões¹⁷³.

Manoel Macário era escravo de Joaquina de São José e utilizava o tempo “livre” para negociar a venda de madeira pela vizinhança. As peças de caibros vendidos eram artesanais, retiradas das matas vizinhas. As encomendadas por Alexandrina foram toras de “[...] caibros que não serviram para a obra do telhado por serem finos [...]”¹⁷⁴. O conflito entre o escravo e o carpina, que trabalhava nos reparos do telhado, foi desencadeado pela qualidade da madeira vendida pelo cativo. Mas, este episódio descortina uma rede de clientes que o escravo possuía.

No momento em que foi abordado por Alexandrina Maria da Conceição, Manoel Macário estava “[...] carregado de madeira indo em direção da casa de Gonçalo Chagas [...]”,

¹⁷² APB. Processo-crime. 20/694/17.Fl. 133-134. -v. (Grifo meu). Marcos foi detido após um ano do crime, estranhamente só aparece no processo aberto em 1874 uma pequena referência a essa informação. Foi preso novamente após cinco anos, quando foi instaurado o inquérito pelo homicídio do feitor. Ele foi condenado no artigo 193 do código criminal no grão máximo com trabalho.

¹⁷³ APB. Processo-crime (1850). 20/688/13. Fl. 8 v.

¹⁷⁴ APB. Processo-crime (1850). 20/688/13. Fl. 15.

outro comprador de seus produtos. A desqualificação dos seus serviços pelo carpina, um especialista na arte da madeira, podia atrapalhar os negócios de Manoel Macário, por isso, ao ser questionado sobre a qualidade do produto, respondeu-lhe que “[...] aquele assunto não era dele [...]”¹⁷⁵. Manoel Macário utilizava os dias de domingo e os dias santos para ganhar algum dinheiro comercializando suas cargas de madeiras, via de regra eram dias destinados ao descanso dos cativos. Não por acaso, que todo o episódio ocorreu em um domingo, 27 de outubro de 1850.

Um exemplo evidente do direito costumeiro dos escravos aos dias santificados encontra-se no inventário de Manoel Pereira de Macedo e Aragão (1851). Nas contas anexadas ao documento, encontrei a seguinte anotação: “Dinheiro que mandou dar aos seus escravos por trabalhar no dia santo na limpa da cana, por o dia ser deles 12\$970”¹⁷⁶. Os escravos mais especializados conseguiam prestar serviços remunerados para senhores ricos da região açucareira. No inventário de Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby, proprietária do engenho da Ponta no Iguape, localizei uma relação com gastos de reforma das instalações e da manutenção diária do engenho no período de quase dez anos (1854-1864)¹⁷⁷. D. Mathilde, que falecera em 1864, teve suas contas anexadas pelo Coronel Domingos Antonio de Oliveira Meirelles, seu genro, administrador do engenho e seu inventariante. Em 31 de outubro de 1861, quando apresentou uma lista de gastos empreendidos com a reforma das instalações do engenho:

Despendidos com oficiais de carapina e pedreiro que trabalharam no bicamente do engenho, casa de bagaço, balcão, tendal da casa de purgar, tendalinho da casa de caldeiras, tanque de lavar formas e de cachaça e obras na capela. *Trabalhando também os escravos da casa e os meus* que nada receberam desde o começo da obra do bicamente em 12 de julho.¹⁷⁸

Foram também remunerados pelos serviços da reforma do engenho os escravos “[...] que trabalharam nos dias santos e domingos por acatar [aceitar] receberam 28\$800”. Nessa lista, estão os valores pagos aos cativos de outros senhores, que prestaram serviços nas

¹⁷⁵ APB. Processo-crime (1850). 20/688/13. Fl. 15, v.

¹⁷⁶ APMC. Inventário de Manoel Pereira de Macedo e Aragão (1860). Fl. 81. Nas contas não consta os nomes ou quantidade de escravos tão pouco de dias trabalhado. Grifo meu.

¹⁷⁷ APMC. Inventário de Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby (1864). 02/160/1554. Fl. 43, 44, 55.

¹⁷⁸ APMC. Inventário de Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby (1864). 02/160/1554. Fl. 43-v. Grifo meus. Os valores pagos aos escravos não foram individualizados nas contas do inventário, apenas o valor bruto. Também o documento não especifica o nome dos escravos que trabalharam nas obras. Na cultura dos engenhos, bicamente significa um conjunto de condutores que escorrem as águas dos telhados ou de riachos e rios. Nos engenhos de açúcar do Recôncavo eram construídos de pedra e cimento.

instalações do engenho naquele ano de 1861¹⁷⁹. São indícios que permitem inferir como escravos de grandes lavouras também conseguiram “escapular” da vigilância e desenvolverem atividades remuneradas para si.

A prestação desses serviços foi fruto de uma negociação com os seus próprios senhores; no entanto, sempre que possível, os cativos barganhavam com outras pessoas a prestação de serviços e o valor a ser pago, criando um pacto entre eles e aqueles que usufruíam de seus trabalhos. Em uma sociedade onde o trabalho livre era minoria absoluta, os trabalhadores escravizados exerciam quase todo tipo de atividades. O valor do jornal pago pela mão de obra de um cativo era um atrativo para os contratantes, geralmente quantias inferiores àqueles direcionados aos trabalhadores livres. Além disso, usufruir da mão de obra de um escravo, com autorização ou não do senhor, era uma saída para pessoas mais empobrecidas que não possuíam recursos suficientes para adquirir um escravo. Para os cativos, o trabalho remunerado, seja nas áreas rurais, seja nas urbanas, serviu para garantir algum dinheiro: para comprar um capão, patacas de fumo, uma dose de aguardente, um presente para uma amásia/o ou para comprar a liberdade. Segundo Wissenbach (1998, p. 106-07), as pequenas “[...] conquistas do dia-a-dia pelos escravos significava, muitas vezes, o reconhecimento de suas individualidades nos relacionamentos sociais”.

Ao reduzir os sujeitos escravizados apenas à mão de obra explorada, o pesquisador pode perder de vista elementos culturais e simbólicos que fizeram parte do cotidiano da vida sob o cativo. Possuir roças, animais, trabalhar em outros lugares longe da vista de senhores e capatazes estava nos planos e integrava a vida de muitos escravos e escravas. Como demonstra Slenes (2011), para a maior parcela dos escravizados, os espaços de autonomia eram minuciosamente construídos, ampliando cotidianamente novas “fendas” de diferentes calibres por entre os “muros da escravidão”. Mesmo que essas práticas autônomas nem sempre os conduzissem à liberdade prevista nas cartas de alforria, mantinha-os vivos de “[...] dignidade humana diante das pressões da escravidão [...]” (SLENES, 2011, p. 200)

¹⁷⁹APMC. Inventário de Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby (1864). 02/160/1554. Fl. 43- v. Como as contas foram apresentadas pelo Coronel Domingos Antonio de Oliveira Meirelles – genro da falecida –, também proprietário de escravos, presumimos que os escravos de fora do engenho que trabalharam na obra pertenciam ao mesmo.

2.3 O LUNDU NO TERREIRO DO ENGENHO E O SAMBA DA CRIOLA NA LADEIRA: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E AUTONOMIA

Riacho só corre pro rio
 O rio só corre pro mar
 O mar é morada de peixe
 Quero vê você sambar... Ô crioula.

(Samba de roda de Dona Dalva Damiana)

Malungo chorou quando perdeu o seu amor
 Chorou , chorou, chorou!
 Malungo sabe o que era a dor
 Ah dôr... ah dôr, ah dôr

(Maestro Abigail Cecílio de Moura e orquestra afro-brasileira)

As lutas pela autonomia escrava devem ser entendidas para além do estrito universo das relações materiais. Necessidades mais urgentes, típicas da sobrevivência diária, como comprar uma peça de roupa nova, frequentar tabernas de jogos, locomover-se entre as propriedades, divertir-se nas festas e promovê-las fez parte das estratégias de vida de escravos do Recôncavo e alhures. Essas situações muitas vezes passavam despercebidas aos olhos senhoriais. João Reis (2002), ao comentar a importância do campo da cultura e do simbólico na vida dos escravos baianos, revela que os festejos além de serem utilizados em momentos de explícita rebelião, serviu de válvula de escape cotidiana para aturar a fadiga do dia-a-dia. Segundo as palavras de Reis (2002, p. 129), “[...] os tambores, na maioria das vezes batiam para anunciar um outro tipo de rebelião, diferente do ataque frontal à sociedade escravista [...]. Eles comunicavam que os africanos e os seus descendentes não se deixariam escravizar culturalmente [...]”. O enredo contido em alguns processos-crime nos revelam elementos de como esses espaços do campo da cultura escrava (negra) foram vivenciados e, no limite do possível, conquistados, defendidos e ampliados.

Na noite de 12 de outubro de 1862, o tenente Bernardino da Costa Pinheiro recebeu em sua fazenda da Terça no Iguape, “diversas pessoas em função de um batizado”¹⁸⁰. Quando já se passava das “[...] 11 horas da noite, na porta da casa se juntaram diferentes pessoas, entre

¹⁸⁰ APB. Processo-crime (1862). 19 /662/ 08. Fl. 02-v, 17.

elas o negro Cesário [...]", e armaram um "lundu no terreiro" da fazenda¹⁸¹. Não há informações precisas a respeito da lista dos convidados do batizado, mas pelo lugar de prestígio ocupado pelo tenente e sua família – plantadores de cana e donos de engenhos –, presumo que, naquela noite, estavam reunidos uma parcela significativa das pessoas de prestígio da localidade, ao tempo que foi possível notar indícios da presença de diversos escravos de senhores variados participando do ajuntamento festivo.

As testemunhas João Avelino de Oliveira e Anastácio Machado de Menezes listaram diversos cativos de senhores da região que, assim como o crioulo Cesário, estavam presentes na festividade: Luiz, escravo de Antonio Pinto da Silva; Bernardino, escravo do tenente coronel Ignácio Rodrigues Pereira; Angelo, escravo de Francisco José Fernandes; Cristina, escrava do capitão Antonio Joaquim Pitta Lima¹⁸². Ao contrário do seu proprietário, o rico senhor de engenho Domingos Américo da Silva, futuro Barão do Iguape, o crioulo Cesário decidiu participar da festa, onde se envolveu em uma "desordem" com Fernão Estanislau, homem livre, qualificado nos autos criminais como cabra¹⁸³.

O desentendimento foi motivado por uma "umbigada" por trás que Cesário deu em Fernão Estanislau e pela bebedeira generalizada. Segundo a etnolinguística Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 267), a palavra Lundu tem sua origem nas línguas Banto, significando no Brasil do século XIX: "[...] dança de par solto, de origem africana acompanhada de canto". Incomodado com tal desordem, promovida em frente à sua casa pelos negros, o filho do anfitrião, o jovem Belmiro da Costa Pinheiro, dirigiu-se até o crioulo Cesário e, em meio à roda, aproximou-se e "[...] dando-lhe algumas coronhadas com uma pistola que achava em sua mão [...]", reprimindo sorrateiramente o escravo Cesário pelo seu "mau" comportamento¹⁸⁴. Após o corretivo, Belmiro ordenou a Cesário que fosse embora, mas não foi atendido: Cesário se negou a sair do local e permaneceu no terreiro com os demais. O senhorzinho desceu novamente da varanda da casa grande, de onde observava o festejo, e tentou aplicar novamente outro castigo, mas a esta feita o escravo revidou rapidamente as novas agressões, desferindo uma facada certa na virilha esquerda de Belmiro, que "caiu morto no mesmo momento" no meio do terreiro em frente a todos os presentes. Cesário, de imediato,

¹⁸¹ APB. Processo-crime (1862). 19 /662/ 08. Fl. 2.

¹⁸² APB. Processo-crime (1862). 19 /662/ 08. Fl. 17. Ao falecer em 1882, Bernardino da Costa Pinheiro, nomeou como seu primeiro testamenteiro e inventariante o Barão do Iguape, anos antes Bernardino foi inventariante de sua mãe Maria Júlia do Rosário. APMC. 02/162/1580 (1883-1893, Bernardino). APMC. 02/162/1580 (1863-1863, M^a Júlia do Rosário).

¹⁸³ APMC. 02/162/1580, Fl. 2.

¹⁸⁴ APMC. 02/162/1580, Fl. 9.

aproveitou a confusão para se refugiar no canavial, posteriormente foi preso e condenado à pena de morte¹⁸⁵.

A ação/reação de Cesário pode parecer apenas uma atitude espontânea ou mal calculada de um sujeito que, ao ser humilhado e agredido na frente de diversas pessoas, especialmente diante de seus pares, acabou cometendo um crime. Também posso supor que tal atitude de Cesário tenha-lhe servido para firmar-se enquanto sujeito, digno de possuir respeito e dignidade. Por outro lado, ao revidar ao castigo, estava defendendo o que considerava como seu direito. Naquela circunstância, participar do lundu e se divertir conjuntamente com as demais pessoas, revela significados simbólicos do dia-a-dia do cativo e a defesa daquele espaço não deixava de ser importante para Cesário e para os seus parceiros de escravidão.

O moço Belmiro da Costa Pinheiro, na sua pujante juventude e autoritarismo, e talvez embriaguez, não mediu as consequências do seu ato. Parece ter concorrido para isso uma presumível amistosa relação entre a vítima e o réu, pois, segundo uma testemunha, o falecido sempre socorria o referido réu, “[...] com comida e dinheiro quando procurado”¹⁸⁶. Não sei qual a leitura exata feita por Belmiro ao tomar tal atitude, mas é certo que ele preferiu partir para a violência do chicote – neste caso da pistola –, esquecendo que os escravos da fazenda da Terça e região também desejavam “brincar e folgar, [...] sem que” fosse “preciso licença”, assim como reivindicaram os escravos rebelados do engenho Santana, em Ilhéus, em um tratado elaborado em 1790¹⁸⁷.

Outro intrigante acontecimento envolvendo um festejo, agora tendo como palco um samba na freguesia urbana de São Félix, nos auxilia a pensar mais detidamente esses elementos da dimensão cultural da vida e do comportamento dos escravos e dos demais segmentos da população de cor no Recôncavo.

Era um sábado 20 de abril de 1867, por volta da meia noite, quando um grupo majoritariamente de crioulas forras, africanos libertos e alguns escravos reuniram-se na casa de Maria, crioula, forra, conhecida pela alcunha de “Maria Suspensório, na rua da ladeira da

¹⁸⁵APMC. 02/162/1580. Fl. 2,9. Cesário foi condenado ao grão máximo do artigo 192 do código criminal, que estabelecia aos escravos pena de morte. O processo não deixa claro se a sentença foi executada ou se a pena foi comutada para outra sentença, como também era comum.

¹⁸⁶ APMC. 02/162/1580. Fl. 11.

¹⁸⁷ *TRATADO PROPOSTO A MANUEL DA SILVA FERREIRA PELOS SEUS ESCRAVOS DURANTE O TEMPO EM QUE SE CONSERVARAM LEVANTADOS* (c.1790). Reproduzido por Silva e Reis (1989, p. 123-24).

Misericórdia em São Félix para um samba”¹⁸⁸. Por volta da meia noite, houve uma briga entre a dona da casa e o escravo africano Luiz, natural da Costa da África, acusado de ofender durante o samba com “bofetadas a crioula Maria Clementina” e de ter ameaçado com “uma navalha a também crioula Maria Tibúrcia”¹⁸⁹. Ao perceber a confusão em sua casa [de samba], “Maria Suspensório atracou-se com o preto no chão, armada com uma navalha” partiu para as vias de fato contra o dito africano, quando foram separados pelos presentes¹⁹⁰.

Segundo Reis (2002, p. 130), o primeiro registro nos documentos baianos da palavra samba, data do ano de 1844, como parte do relatório do carcereiro da prisão municipal de Salvador, o qual denunciava o “samba” realizados pelos presos na carceragem. Pouco mais de 20 anos após esse relato, o samba foi realizado na referida ladeira da Misericórdia, uma área limítrofe entre a zona urbana e rural, espécie de subúrbio da freguesia de São Felix. Chamou-me atenção essa localidade concentrar um grupo significativo de escravos, libertos, africanos e pessoas livres de cor, todos comprometidos com o trabalho do ambiente urbano e que, juntos, armaram o samba em abril daquele ano de 1867. Aparentemente, esses espaços de circulação e convivência negra configurou o que Flávio Gomes (2006) conceituou para o Rio de Janeiro no século XIX de “campo negro”.

Após o “barulho”, apareceu a força policial. O samba findou! Luiz africano saiu da condição de agressor para tornar-se vítima. Levou algumas “[...] pancadas de pau e duas facadas na perna e na barriga [...]”; quatro pessoas foram presas e três conseguiram fugir. Dentre as fugitivas estava a anfitriã¹⁹¹. É importante destacar que tanto os indiciados pelo crime quanto as testemunhas e informantes declararam as seguintes ocupações: costureiras, lavadeiras, ferreiros, ganhadores, charuteiras, barqueiros e escravos¹⁹². Como observei na seção anterior, os espaços urbanos do Recôncavo foram importantes polos de migração e circulação para diversas categorias de trabalhadores. Entre os indiciados pelo crime e as testemunhas, seis pessoas viviam de fazer charutos¹⁹³, ou seja, os espaços culturais para determinados segmentos de trabalhadores subalternizados também funcionaram como local de

¹⁸⁸ APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 26. Em 1861 o africano liberto, Luiz Tosta teve sue cordão de ouro furtado na mesma localidade. Luiz era vizinho da casa onde ocorreu o samba anos depois. APB, processo-crime. Furto (1861). 19/ 656/16 . Documento sem numeração nas páginas.

¹⁸⁹ APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl.16,17.

¹⁹⁰ APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 10, 22-v.

¹⁹¹ APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 5-v.

¹⁹² APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 7, 20, 26-27.

¹⁹³ APB.Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 2,3. Foram indiciados pelo crime: Simfronio Vieira de Souza, marinheiro; Firmino Vieira de Souza, marinheiro; Maria Clementina da Conceição, vive de fazer charutos; Maria Tiburcia, vive de fazer charutos e costura; Eleutério Manoel do Espírito Santo (?); Maria de tal (Suspensório), lavadeira; José Fortunado de Lima (?).

formação de experiências identitárias, além de partilharem a rotina do trabalho, a diversão também era partilhada em conjunto (THOMPSON, 1987; BADARÓ, 2008).

Luiz e outros quatro africanos participavam do samba, três escravos e o liberto Eduardo de 25 anos, que disse ser ganhador. Ao todo havia mais de vinte pessoas no festejo, e nenhuma delas foi qualificada nos autos como branca. O samba era predominantemente de crioulas, fazendo jus ao sexo feminino prevalente e da própria dona do samba, a crioula forra Maria Suspensório que, além de portar uma navalha desafiadora, carregava uma série de simbolismos, no seu próprio nome e seu comportamento altivo.

Não seria demasiadamente exagero supor que, em meio ao samba, poderia simultaneamente estar acontecendo uma celebração religiosa de matriz africana, ou o próprio samba ser uma. Para Castro (2005, p. 333), a palavra samba é originária das línguas *Kimbundo*, significando *Nsamba*, *Semba* podendo ter uma conotação de “festividade barulhenta acompanhada de dança [...] cerimônia pública do candomblé”. Infelizmente, a documentação não nos permite afirmar se Suspensória era ou não uma líder religiosa do culto aos orixás, ou outros deuses africanos, e que aquelas pessoas reunidas na ocasião fossem sua comunidade religiosa. Caso essa hipótese fosse confirmada, faria bastante sentido o porquê Maria Suspensório ser tão protegida no desenrolar do processo pelas testemunhas, inclusive pelo africano Luiz, vítima, que a inocentou enfaticamente em seu depoimento.

A crioula Maria Clementina, uma das sambadeiras, disse que, no mesmo dia do ocorrido, no período da tarde “ela [Suspensório] já tinha agredido com uma navalha um preto de nome Tibúrcio na feira”. Em outro processo-crime antecedente ao do samba, deparei-me com uma breve referência ao nome de lavadeira Maria Suspensório, desta vez envolvendo o furto de uma “cruz de ouro roliço”, cometido por dois crioulos livres contra o africano liberto, de nome Luiz Tosta, vizinho da dita Suspensório. O furto foi na mesma ladeira da Misericórdia, em 1860, mas Maria Suspensório não chegou a ser indiciada no processo. A única referência que tenho sobre ela está no inquérito do subdelegado da freguesia, João Batista Pamponet, que perguntou a um dos acusados, Antonio José Pires, ferreiro, cabra, 22 anos, em tom intimidatório, “[...] se conhecia a lavadeira Maria Suspensório [...]”, o interrogado respondeu que sim e “nada mais lhe fora perguntado”¹⁹⁴. Além dela, o nome de outras seis lavadeiras foram citados como suspeitas de terem dado proteção aos acusados do furto¹⁹⁵. Mais uma vez, assim como ocorrera no samba, sete anos depois, a maior parte das

¹⁹⁴ APB.Processo-crime (1860). 19/656/16. Documento sem número de páginas.

¹⁹⁵ APB.Processo-crime (1860). 19/656/16. Documento sem número de páginas. Os nomes das lavadeiras citadas foram: Maria Joana; Maria Possidonia; Maria Martha; Maria Romana; Maria Rosa; Escolástica de tal e Maria

pessoas envolvidas fazia parte da mesma categoria de trabalhadores, típicos do centros urbanos daquela época.

Não obtive maiores informações sobre a vida e a trajetória de Maria Suspensório, e com a sua fuga não foi possível “ouvir” a sua versão dos fatos. Mas, em diversos momentos, as testemunhas e até o próprio africano Luiz construíram uma imagem da crioula, como alguém que era respeitada pela comunidade. Além de promover sambas em sua casa, Maria Suspensório entrou em conflito com homens na feira e no chão de sua casa, sempre acompanhada por uma afiada navalha para defender o seu lugar, que incluía o seu lar, o seu samba, a sua condição de liberta e de mulher negra, quiçá de líder religiosa, mesmo que, para isso, tivesse que ferir, literalmente, pessoas que em tese seriam seus pares. Afinal de contas, os grupos sociais não são homogêneos, possuem os seus próprios conflitos, disputas e contradições internas.

Figura 10 – Ladeira da Misericórdia em São Félix



Fonte: IBGE [s.d. autor desconhecido].

No que tange às experiências e às heranças culturais deixadas por essas pessoas para posteridade, a crioula Maria Tibúrcia nos deixou um delicioso testemunho sobre as manifestações culturais e os espaços de autonomia e sociabilidade construídos pelos negros e negras de outrora. Ao ser questionada se no dia do acontecido também estava armada com

Suspensório. Dentre as pessoas que apareceram no processo envolvendo o samba, conta apenas o nome de Suspensório, no entanto é bem provável que algumas desses outras mulheres estivessem presentes no festejo.

navalha, Maria Tiburcia explica para o subdelegado que não possuía faca alguma, “[...] apenas carregava consigo um pequeno *cacumbú com que batia ou tocava em um prato*, cacumbú esse que lhe foi tomado, sem que ela soubesse quem o tomou”¹⁹⁶. Segundo Castro (2005, p. 187), a palavra proferida por Tiburcia – cacumbú ou cacumbu – é uma palavra de origem banto e tem como significado “faca velha já gasta pelo uso”. O depoimento de Tiburcia, há quase 150 anos atrás, relaciona-se com os diversos grupos de samba de roda dos dias atuais. Vários deles ainda são comandados por mulheres negras que utilizam “um taco de faca velha” – cacumbú/cacumbu – combinados com um prato de louça ou de ferro esmaltado com outros instrumentos para produzirem uma sonoridade rítmica e harmônica, muito particular, presente nos variados festejos populares e nas celebrações de candomblés por todos os rincões do Recôncavo contemporâneo¹⁹⁷.

Talvez, os espaços de autonomia cultural e as experiências criadas por aquelas crioulas, crioulos e africanos, há quase um século e meio atrás, tenham inspirado novas gerações de sambadeiras que, assim como os seus antepassados/as, trabalham como lavadeiras, agricultores, charuteiras, domésticas etc. Um exemplo pulsante desta tradição secular encontra-se na figura de Dona Dalva Damiana de Freitas, mais conhecida como Dana Dalva do Samba de Roda, líder de um dos sambas mais conhecidos de todo o Recôncavo, fundado há mais de 50 anos (1961) no “chão” da fábrica de charutos Suerdieck, onde trabalhava como charuteira naquela época¹⁹⁸. Hoje continuam sambando, utilizando o *cacumbú* e cantando¹⁹⁹:

Embarca meu bem, embarca
Que o vapor já vai largar
O samba é de Cachoeira
E eu sou Sambarista!²⁰⁰

¹⁹⁶ APB. Processo-crime (1867). 11/384/05. Fl. 17- v. Grifos meus.

¹⁹⁷ No dia 04/10/2011, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi registrado como bem cultural pelo IPHAN. Em 2005, foi considerado pela UNESCO como Patrimônio Imaterial da Humanidade. www.iphan.gov.br. Acessado em: 24 jun. 2014. Para breve histórico do processo de tombamento, ver Sandroni (2010).

¹⁹⁸ No dia 22 de novembro de 2012, durante a realização do I Fórum Internacional 20 de Novembro, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), concedeu o seu primeiro título de Doutora Honoris Causa a Dalva Damiana de Freitas, compositora e sambista da cidade de Cachoeira, fundadora do “Samba de Roda Suerdieck em 1961”. D. Dalva hoje tem 87 anos de idade e continua ativa, fazendo shows com o seu grupo. Disponível em: www.ufrb.edu.br/agencia. Acessado em 24 jun. 2014.

¹⁹⁹ Em uma conversa informal com Dona Dalva, em Cachoeira no mês de janeiro de 2014, perguntei-lhe se já teria ouvido falar na palavra *cacumbú*. Disse-me que nunca ouviu. Questionei a outras pessoas envolvidas com a arte do samba no Recôncavo, e nenhuma ouviu falar desta expressão, possivelmente, foi uma palavra que com o passar dos anos caiu em desuso nas rodas de samba.

²⁰⁰ Samba de Roda de D. Dalva Damiana (Samba de Roda Suerdieck). Disco foi produzido pela Bahiatursa. Gravadora WR, ano de 2003/2004. Música: “Quero ver você sambar ô crioula”. Domínio Público

[...]

Riacho só corre pro rio
 O rio só corre pro mar
 O mar é morada de peixe
 Quero vê você sambar... Ô crioula!²⁰¹

Esses versos de hoje poderiam ser uma alusão simbólica ao samba de “crioulas” de 1867, seria a expressão das memórias e experiências sociais em longo prazo daquelas mulheres. As autointituladas “Sambaristas” de hoje, com seus cânticos agudos, talvez e com outros desejos, sensações e esperanças dos seus antepassados: “imperadôrr, ôôô imperadôrr, treze de maio demorou, mas já chegou”²⁰².

Deixando as especulações e análises etnomusicológicas à parte, é certo que Maria Suspensório e o seu grupo ocuparam um lugar de destaque e respeito naquela comunidade, certamente com a sua afiada navalha, ela buscava impedir qualquer “barulho” no seu samba, relegando para posteridade suas experiências e coragem.

Ao refletir acerca do conceito de autonomia escrava, dilatando ao máximo o seu campo de análise, diferentes circunstâncias aparecem na documentação, revelando diversos aspectos da vida cotidiana: hábitos, costumes, tensões, manifestações, práticas culturais, atividades econômicas, comunitárias, sentimentos e aspectos dos mais íntimos da vida dos cativos. Até as relações amorosas podem sugerir, ao olhar atento do historiador, outras perspectivas históricas. Como exemplo emblemático dessas instâncias simbólicas e “miúdas” da vida dos escravos, trago a saga amorosa do crioulo Gregório com a sua senhora, uma moça branca, filha do seu proprietário e, em seguida, as reminiscências da africana Felicidade e do seu malungo.

Segundo os autos criminais, o escravo Gregório foi acusado de matar por ciúmes Antonio Moreira de Freitas, quando esse dormia com sua mulher Maria Saturnina da Pureza. Segundo o depoimento do pai da vítima:

Na noite de 13 de fevereiro [sábado] de 1847, pela meia noite havida Antonio Moreira de Freitas, deitando-se com sua mulher Maria Saturnina, na casa da fazenda Murundú, onde moravam, cerca de dois meses depois que casaram. Ouviu-se um barulho dentro do quarto [do casal], e um grito do filho [...] eu

²⁰¹Samba de Roda de D. Dalva Damiana (Samba de Roda Suerdieck). Disco foi produzido pela Bahiatursa. Gravadora WR, ano de 2003/2004. Música: “*É samba meu bem, embarca que o vapor já vai chegar*” Autoria Dalva Damiana de Freitas.

²⁰²²⁰² Samba de Roda de D. Dalva Damiana (Samba de Roda Suerdieck). Disco foi produzido pela Bahiatursa. Gravadora WR, ano de 2003/2004. Música: “*Imperadôrr, ôôô imperadôrr*”.

correndo logo para ver o que era, achou ao pé da porta [...] com uma facada ao pé da costela²⁰³.

Gregório era cativo de Manoel Antonio de Cerqueira pai da viúva/amante. O matrimônio tinha acontecido em meados do mês de dezembro aproximadamente dois meses antes do crime. Segundo o pai da vítima, Bernardino Moreira de Almeida, sua nora “[...] antes e depois de casada mantinha amizades ilícitas com esse crioulo, que era escravo do seu pai”²⁰⁴. Para ele, o escravo teria ficado “[...] ofendido pelo casamento e perpetrava matar o seu filho [...]” por ciúmes. A versão relatada na queixa paterna foi confirmada pelas testemunhas, inclusive por uma irmã do acusado e por outros escravos²⁰⁵. O sogro acusou sua nora de ser conivente com o crime, pois, segundo ele, ao ouvir os gritos do seu filho, dirigiu-se até a porta do quarto do casal e, perguntando para sua nora o que se passava, a mesma lhe respondeu, “[...] que o filho do suplicante estava com uma dor [...]”, no entanto logo encontrou “[...] ao pé da porta [...] com uma facada ao pé da costela [...]” e, no dia seguinte, a “[...] mesma preparou bagagem e mandou o escravo fugir dizendo que estava criminoso”²⁰⁶.

Os indícios nos levam a pensar que o crime foi premeditado entre a senhora e o escravo, ou talvez o plano fosse parte de uma artimanha bem elaborada por Saturnina para livrar-se de um casamento fadado ao fracasso e à infelicidade. O interrogatório desta última nos leva a pensar que ela teve grande participação no crime. Segundo a própria, era de costume que sua escrava Joaquina, dormisse sempre próximo ao quarto do casal, mas “[...] na noite do crime ela não dormiu [...]”, da mesma forma os peritos não acharam nenhum sinal de arrombamento na porta do dormitório, que era trancada todas as noites pelo lado de dentro. Na noite do crime, coincidentemente, permaneceu destrancada. O crioulo Manoel Bernardino, que foi um dos três escravos fruto do dote matrimonial, completa nossas suspeitas, afirmando que a sua senhora, “[...] por ser medrosa, conservava um fogo dentro do quarto para dar luz, nessa noite o apagou [...]”²⁰⁷.

Gregório e Saturnina não ficaram felizes com o casamento, a relação amorosa entre a senhorinha e o escravo vinha de longas datas. Segundo uma testemunha, “[...] desde os 11 anos ela tinha relações ilícitas [...]” com o escravo. Os indícios nos levam a aferir que, por ser público este fato, os familiares de Saturnina decidiram “limpar” a honra da família arranjando

²⁰³ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl. 3.

²⁰⁴ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl. 3.

²⁰⁵ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl.3, 4-v, 11, 14, 15,26, 38. As testemunhas confirmaram a versão da queixa de Bernardino Moreira de Almeida, inclusive a parda Antonia, possivelmente liberta, irmã de Gregório. Fl. 26.

²⁰⁶ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl. 3.

²⁰⁷ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl. 6, 10, 14, 15.

um casamento para a filha desonrada, por possuir uma relação com escravo. Talvez para a vítima, que era membro de uma família empobrecida, receber três escravos como dote pelo casamento, parecia ser um bom negócio²⁰⁸. Possivelmente, por suspeitar dessas evidências, o subdelegado ao interrogar a senhora/amante/viúva/acusada, fez questão de lhe perguntar: “*se havia casado pelo seu gosto*”? *Ou oprimida por outra pessoa ou mesmo por seus pais?*” Foi respondido, aparentemente, jocosamente pela acusada, “*que casou por sua vontade, sem que alguém oprimisse*”²⁰⁹.

Após o crime, Gregório fugiu. No entanto, ao contrário de sua amante, foi indiciado pelo crime de homicídio, baseado no artigo 192 do código criminal. Maria Sapturnina foi inocentada por ter o juiz considerado improcedente a acusação, “por não ter suficientemente provado a sua conivência”²¹⁰. Gregório permaneceu foragido por quase dez anos. No dia 7 de maio de 1858, o pai de sua “amada”, que era o seu verdadeiro proprietário, entregou-o para justiça. Na petição, afirmou que entregava o cativo à justiça, se comprometendo a não responder pelo escravo, ou seja, não recorreria da pena de galés perpétua a que Gregório foi sentenciado²¹¹.

Parece que, nesse episódio envolvendo amor, ciúmes, interesse e morte, a corda rompeu, como era de se esperar, pelo lado mais fraco. Gregório estava preso para o resto da vida, abandonado pelo seu senhor e por seu “grande amor” juvenil. Maria Saturnina estava livre, tanto do amante fiel e ciumento, quanto do marido interesseiro e talvez desinteressante, poderia ela agora viver novas aventuras amorosas.

Apesar do seu caráter curioso, a situação relatada não tem a intenção de afirmar o quanto os homens de cor escravizados estavam tendo acesso a mulheres brancas, filhas dos seus senhores. Pelo contrário, as hierarquias sociais e raciais continuaram para além da escravidão. Afinal de contas, todos os indícios processuais que poderiam condenar a senhorinha não foram levados em conta pelas autoridades. Gregório pagou pelo crime de homicídio, mas foi punido também por ter desobedecido as regras hierárquicas daquela sociedade. Restava-lhe apenas o resto da sua vida na prisão.

²⁰⁸ APB. Processo-crime 11/386/1. Fl. 12,13; 17-26 (depoimentos das testemunhas). São convocados para prestar informações nos autos processuais alguns escravos/as que foram recebidos como dote: os crioulos Máximo e Manoel Benedito e a escrava Joaquina do serviço de companhia de Maria Saturnina. Os três conheciam muito bem Gregório e sua senhora, pois se conheciam desde os tempos da senzala do “senhor velho” pai da viúva. Eles também confirmaram a existência do romance entre o escravo e a sinhá moça. APMC. Inventário de Bernardino Moreira de Almeida. 02/198/ 2197 (1867). No inventário do pai da vítima, o único bem que foi avaliado, foi à escrava Barbara, no valor de 500\$000.

²⁰⁹ APMC. Inventário de Bernardino Moreira de Almeida. 02/198/ 2197 (1867). Fl. 6. Grifo meu.

²¹⁰ APMC. Inventário de Bernardino Moreira de Almeida. 02/198/ 2197 (1867). Fl. 30,30-v. Gregório foi condenado pelo artigo 192.

²¹¹ APMC. Inventário de Bernardino Moreira de Almeida. 02/198/ 2197 (1867). Fl. 93,93-v.

Esse episódio apresenta a complexidade da teia social na qual os escravos estavam inseridos, incluindo os aspectos íntimos e simbólicos de suas vidas. Compreender as diversas instâncias dos sujeitos escravizados, suas condições de vida, suas memórias, culturas e cosmologias é uma perspectiva para investigação dos importantes legados deixados por esses indivíduos.

A memória de outro tempo da africana Felicidade é fundamental para pensar como escravos criaram diversos espaços de sobrevivência, solidariedade e recordações de profunda importância para suportar a condição de subalternização imposta pelo cativo. Por isso, escolhi para finalizar esta seção, mas antes preciso fazer uma viagem por memórias Atlânticas.

Em 1847, a africana Felicidade era escrava de um boticário residente no centro da cidade de Cachoeira. Um pouco mais distante da casa de seu senhor estava a casa onde morava o também africano Francisco, escravo de Manoel José do Conde. Francisco foi acusado de aproveitar a ausência de “[...] Florência Maria de Jesus e furtar sua casa, levando as fazendas secas [tecidos] da suplicante em um domingo do entrudo dia 14 de fevereiro de 1847[...]”²¹². O termo “fazendas seccas” refere-se a uma diversidade de utensílios não perecíveis; joias, miçangas, utilidades para o lar, cortes de panos e roupas em geral. Florência Maria de Jesus comercializava, de porta em porta, diversos tipos de cortes de panos, roupas, lenços, camisas, calças, etc. Florência, possivelmente, abastecia pessoas mais humildes, inclusive escravos, que não detinham recursos suficientes para comprar suas roupas nos elegantes armazéns de fazenda situados na rua de Baixo – rua comercial de Cachoeira no século XIX – ou encomendar da capital, quiçá da Europa, como faziam alguns senhores e senhoras abastados.

De acordo com os autos, Francisco redistribuiu por algum valor, as roupas e tecidos furtados entre os seus conhecidos. Vendeu por “[...] dois tostões uma camisa xadrez vermelha ao africano Maximiano, escravo do Vigário Miguel Teixeira [...]”. Deixou com Manoel Joaquim Câmara, cabra, oficial de alfaiataria “[...] um corte de madraste para ele lhe fazer uma jaqueta [...]”, mas foi o lenço da africana Florência, fruto do suposto roubo, que levou a dona das “fazendas” até o possível autor²¹³.

Felicidade circulava pelas ruas da cidade portando “[...] em sua cabeça um lenço de quadro [estampando] [...]” igual aos roubados: estava ali a pista perfeita²¹⁴. A memória e as

²¹² APB. Processo-crime de furto (1847). 11/383/9. Fl. 3,4.

²¹³ APB. Processo-crime de furto (1847). 11/383/9. Fl. 2,7.

²¹⁴ APB. Processo-crime de furto (1847). 11/383/9. Fl. 10-v.

recordações de longas datas entre Felicidade e Francisco acabaram revelando complexos elementos cosmológicos da vida dos escravizados. Ao ser interrogada sobre a origem do lenço que cobria sua cabeça, ela não pestanejou em responder “[...] ter comprado de um malungo seu [...]”²¹⁵. Pelo fato de serem africanos, é provável que o termo “malungo” tenha sido utilizado por Felicidade para se referir a uma pessoa de sua intimidade e confiança. A expressão “malungo” fez parte do léxico da escravidão. Slenes (1992), ao estudar minuciosamente a etimologia da palavra “malungo” e as suas variantes nas línguas africanas Kikongo, Umbundo e Kimbundo, formadoras do tronco linguístico Bantu, revela o quanto este termo esteve carregado de simbolismos elaborados a partir de cosmologias e experiências originárias de África. Nas palavras de Slenes (1992, p. 54):

‘Malungo’ significava não apenas ‘meu barco’, ‘camarada de embarcação’, mas ‘companheiro da travessia de vida para a morte branca’, e possível ‘companheiro da viagem de volta para o mundo, preto, dos vivos’. A história de ‘malungo’ encapsula o processo pelo qual escravos, falantes de línguas bantu diferentes e provindos de diversas etnias, começaram a descobrir-se como ‘irmãos’. E ilustra, também, como a África permaneceu coberta para os senhores, mesmo nos casos em que estes pareciam compartilhar com os africanos o mesmo campo discursivo.

Os autos indicam que ela e Francisco se conheceram nos porões infectados dos tumbeiros do infame tráfico de africanos, ou seja, uma amizade antiga construída em meio aos sacolejos da longa travessia pelas águas do Atlântico Sul. O conhecimento prévio entre os dois, e talvez entre eles e o africano Maximiano, possibilitaram tecer variadas relações de sobrevivência, recordação e solidariedade. Ao se referir a Francisco como seu malungo, um termo abstrato e sem sentido para muitos senhores, pois “[...] os escravos para defender-se de seus senhores, fizeram-se mestres em dissimulação [...]” (SLENES, 1992, p. 49). Felicidade utilizou o recuso da dissimulação na intenção de colocar Francisco em um local de confiança e proteção, não revelando o nome – do mundo dos brancos – do seu parceiro, preferindo utilizar apenas a expressão “malungo seu”. Por outro lado, este enredo nos possibilita pensar a escravidão a partir de

[...] coisas miúdas, mas repletas de significados, esperanças e recordações forjadas nos amontoados dos conveses do navio negreiro, já chegando ao Brasil

²¹⁵APB. Processo-crime de furto (1847). 11/383/9. Fl. 10. Grifos meus. Segundo Castro (2005, p. 273), o termo “malungo” poderia significar, de forma mais reduzida, “[...] companheiro/a irmão/a de barco ou da mesma canoa ou embarcação. Sobre a influência das línguas e culturas africanas na formação cultural das comunidades negras e de senzalas no Brasil. Ver, entre outros: Karasch (2000); Slenes (2011; 1992); Soares (2004); Reis (2003; 2002); Reis e Gomes (1996); Gomes (2006). Parés (2007). Sobre o encontro de africanos malungos em localidade da Chapada Diamantina – Lençóis- no oitocentos, ver. Romulo Martins (2013).

como ‘malungos’, ou canoieiros do mesmo infortúnio (SLENES, 2011, p. 59-60).

Para Gilroy (2012), foram esses espaços de confiança, solidariedade e pertencimento que possibilitaram à comunidade escravizada a capacidade de circularem ladinamente no mundo Atlântico entre as tradições culturais e as diferentes estratégias indenitárias aqui presentes.

É certo que as disputas por espaços de autonomia “[...] foram travadas entre adversários muito desiguais [...]”, o que pode não ter gerado “estabilidades” e continuidades temporárias, mas que, por outro lado, foram negociados cotidianamente, ganhando significados relevantes para escravos e para os seus descendentes (SLENES, 2011, p. 204). Tenho a plena convicção de que a liberdade jurídica não era algo possível para todos e a maioria nunca chegou a conquistá-la. Esses homens e mulheres escravizados buscaram criar, manter e defender os seus espaços de autonomia, mobilidade e aquilo que entendiam por liberdade, tanto no plano material quanto simbólico e cultural, resistindo e minando a escravidão com as armas que possuíam, às vezes, silenciosamente, como a faca do escravo Cesário e, às vezes, com muito barulho, como as do samba em 1867 ou as bordoadas de pau dadas por Lourenço em seu senhor, na noite de Natal de 1858.

3 UMA LINHA ESTREITA: TRAJETÓRIAS DE LIBERDADE, ASCENSÃO SOCIAL E LAÇOS AFETIVOS

Liberdade
 Liberdade
 Teu povo clama Lili
 Dona Lili!

(Edson Gomes)

3.1 “LHE PERMITA LANÇAR MIL RÉIS SOBRE O SEU VALOR, AFIM DE QUE POSSA GOZAR DE SUA LIBERDADE”: O LEILÃO DE VICTORIO EM 1866

No epicentro da cidade de Cachoeira, localizava-se, como até os dias de hoje, a centenária casa de Câmara e Cadeia Municipal, conhecida por ser um importante foco de resistência à dominação portuguesa durante as guerras de Independência do Brasil, na Bahia. O primeiro andar do imponente sobrado era utilizado como salão de reunião do legislativo local, composto pelos “homens bons” que representavam as camadas mais abastadas da região (SOUSA, 2012, p. 53)²¹⁶. Na parte inferior, estava localizada a Cadeia Pública, lugar úmido, de pouca luminosidade, com grossas paredes de pedras. A luz solar adentrava pelas frestas das barras de ferro que, entrecruzadas, formavam um “xadrez” em cada janela. Era nesse local, situado literalmente abaixo dos homens de prestígio e poder, que os transgressores da lei e da “ordem” eram punidos. Foi na escadaria de onze degraus do mesmo sobrado – a mesma que separava a casa legislativa e a cadeia do nível da rua – que se passou um momento importante na longa trajetória de vida do escravo Victorio: a conquista de sua liberdade.

Victorio era crioulo, morador da freguesia de Santo Estevão do Jacuípe, disse ter mais de 60 anos de idade, seu senhor fora Agostinho Nunes de Britto, pequeno sitiante da mesma freguesia. Agostinho morreu em 19 de março de 1866, seu inventário foi realizado por sua mulher Luiza Maria de Jesus, com o intuito de repartir os seus poucos bens entre os herdeiros (viúva, filhos e netos). Ao realizar a avaliação do legado, os únicos bens que aparecem listados foram: “[...] Victorio, crioulo de mais de 60 anos, do serviço da lavoura, que avaliaram por ser doente em 300\$000” e um pequeno sítio de terra sem valor declarado²¹⁷.

²¹⁶Atualmente, a antiga Cadeia Pública tornou-se um Memorial da Câmara de Vereadores de Cachoeira, no andar superior continua funcionando a casa legislativa do município.

²¹⁷APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). 02/223/2530. Fl. 6. Consta no documento uma petição da inventariante para ser avaliado um sítio de terra, mas não sabemos por qual motivo a propriedade não foi avaliada e não fez parte do espólio do inventariado.

Possivelmente, aproveitando o momento de desespero por parte de sua senhora que, ao perder o marido, tinha que sustentar um filho e três netas, Victorio decidiu tratar de sua liberdade com o juiz dos órfãos da cidade de Cacheira, Eduardo Silva Rabello. Para isso, contou com a ajuda de Justiniano da Costa que elaborou uma petição direcionada ao magistrado²¹⁸. Dizia a petição elaborada em 26 de junho de 1866:

Diz Victorio, crioulo, que estando se procedendo a inventário do seu falecido senhor Agostinho Nunes de Britto, foi o suplicante avaliado em 300\$000 e *como o suplicante tendo adquirido essa quantia, e as leis protegem a liberdade*, requer de Vossa Senhoria mande que dê-lhe carta de liberdade, visto que o suplicante cobre em mil réis o valor de sua avaliação.²¹⁹

O juiz recusou a solicitação de Victorio, mesmo com os argumentos que “as leis protegem a liberdade” e com uma proposta de cobrir o valor de sua avaliação, o que era de interesse dos herdeiros, alegou no seu despacho que “[...] os escravos não podem falar em juízo sem outorga de seu senhor [...]”²²⁰. A autoridade judicial agiu de acordo com o código legislativo da época que vetava aos escravos o direito de se pronunciarem juridicamente sem a permissão dos senhores, apenas a partir de 1871, com o advento do conjunto de leis genericamente chamada da Lei do Ventre Livre, essa prática foi permitida; contudo estudos apontam que, bem antes da referida lei, os cativos buscaram mecanismos legais para defender aquilo que consideravam como seus “direitos” (CAÍRES, 2000, p. 14, 15; GRINBERG, 2008, p. 36-37)²²¹. O juiz não levou em consideração o “direito” de Victorio e completou o despacho, solicitando que, para saldar as dívidas do falecido, passasse “alvará de praça” para o escravo ser leiloado em “hastes públicas”²²².

Possivelmente, era esse o principal medo de Victorio, um senhor com idade avançada e doente, exposto em praça pública para ser vendido aos gritos do leiloeiro a qualquer transeunte que pudesse ofertar o preço mais elevado, tirando-lhe a possibilidade de intervenção na negociação com o interessado em comprá-lo. Poderia ser vendido para um

²¹⁸ Venâncio Nunes de Brito, filho do inventariado, faleceu antes do pai deixando como herdeiros três filhas menores de idade: Eugenia, Candida e Joana.

²¹⁹ APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). 02/223/2530. Fl. 8. Grifos meu.

²²⁰ APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). 02/223/2530. Fl. 8.

²²¹ Caíres (2000) elenca diversos estudos que demonstram como os escravos conheciam os instrumentos legais que lhes favoreciam a lutar para verem cumpridas as promessas de liberdade, antes mesmo de 1871. Para um aprofundamento nesta temática ver: CUNHA (1986); LARA (1988); CHALHOU (1990); MATTOS (1995); GRINBERG (1994; 2008); LARA & MENDONÇA (2006); GRAHAM (2002); FRANÇA (2006); MAMIGONIAN (2006). Sobre a relação entre os escravos e a justiça na segunda metade do século XIX, ver especialmente: AZEVEDO (2010).

²²² APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe. 02/223/2530. Fl. 8.

local muito distante de onde viveu toda a sua vida. Afligia-lhe o motivo de ficar longe de pessoas queridas, talvez filhos, mulher e amigos. Independente de qualquer circunstância, reiniciar a vida em um novo cativeiro sob as ordens de um senhor desconhecido, poderia causar graves danos e atrapalhar os seus planos. Victorio temia perder tudo que levava anos para construir, talvez o direito de criar algum animal, ter acesso a alguma parcela de terra ou de realizar trabalhos para outros senhores, afinal de contas acumular um pecúlio de 301\$000 não era algo tão fácil. Comparando com valores pesquisados por mim em inventários da mesma freguesia para o período, essa quantia corresponderia a mais de dez cabeças de gado. Ao ter os seus bens inventariados, Guilhermina Pires da Rocha Passos, também moradora de Santo Estevão do Jacuípe, teve o seu rebanho de “76 cabeças de gado *vacum* de criar avaliados em 25\$000 cada animal”, ou seja, o pecúlio que Victorio acumulou, possivelmente durante anos a fio, era um valor considerável, ainda para completar a sua proposta cobriria em 1\$000, correspondendo a 1/3 do preço de uma das ovelhas avaliadas no supracitado inventário²²³.

Diante desse contexto, Victorio não mediu esforços para conquistar sua liberdade, após a recusa da primeira petição e com a decisão judicial de ir a leilão, traçou uma nova estratégia. Em 21 de agosto do mesmo ano, elaborou outra petição assinada por Francisco Felix Teixeira, solicitando ao mesmo juiz o seguinte pleito:

Diz Victorio, crioulo, escravo do casal de Agostinho Nunes de Brito, que estando ele em praça por este juízo quer com a devida vênia [licença] lançar sobre seu valor para a sua liberdade. *Requer, pois a Vossa Senhoria lhe permita lançar mil réis sobre o seu valor, afim de que possa gozar o suplicante de sua liberdade.* Espera essa resposta. Cachoeira 21 de Agosto de 1866.²²⁴

Fica evidente que, naquele momento, a estratégia do cativo foi reavaliada ao perceber que o fato de ir a leilão estava concretizado. Victorio buscou contornar a situação a partir de outro argumento, antes desejava comprar sua alforria no âmbito estritamente privado, um acordo entre ele e os herdeiros com o aval do juiz, ou seja, pagando – e cobrindo – o valor pelo qual foi avaliado. A partir da recusa desta alternativa, sua estratégia ficou mais sofisticada, agora desejava tornar-se um comprador em potencial de sua própria pessoa que, no caso, significava conquistar sua alforria. Dessa feita, sua segunda reivindicação foi aceita pelo magistrado “sem prejuízo” aos herdeiros e Victorio conquistou o direito de oferecer um

²²³APMC. Inventário de Guilhermina Pires da Rocha Passos (1886). 02/ 226/ 2589. Fl. 6, 7,8. O seu rebanho de 76 cabeças de gado *vacum* de criar foi avaliado em 25\$000 cada cabeça e todas por 1. 875\$000. Além do gado, seu rebanho de quase 250 ovelhas foi avaliado em uma média de 1, 5 \$ 000 por cabeça.

²²⁴APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). 02/ 223/2530. Fl. 10. Grifo meu.

lance no seu próprio leilão, uma compra de si, ao mesmo tempo em que era o objeto a ser leilado, tornou-se um comprador em potencial. Restando-lhe apenas torcer para que ninguém propusesse uma quantia superior à ofertada por ele.

Manhã de terça-feira dia 21 de agosto de 1866, Victorio foi exposto nas escadarias do sobrado da Casa de Câmara e Cadeia Municipal de Cachoeira para ser leilado. Após os tramites burocráticos, os três anúncios obrigatórios foram realizados aos gritos pelo leiloeiro responsável. Nenhuma outra proposta foi ofertada! A estratégia de Victorio dera certo, seu lance não foi superado e ele comprou sua liberdade em praça pública em seu próprio leilão. Naquele mesmo dia, desceu os degraus da escadaria do imponente sobrado, dando os derradeiros passos da vida em cativeiro e, ao mesmo tempo, os primeiros em direção à liberdade. Após depositar em juízo a quantia prometida, as três testemunhas: Tanquilino M. Carneiro, Inácio José Freitas e Helvécio Vicente Sapucaia assinaram “a rogo do *liberto* Victorio, crioulo”²²⁵. Aquele momento foi o seu primeiro “gozo” da vida em liberdade.

Infelizmente, a documentação disponível apenas nos revela esse pequeno aspecto de uma trajetória de vida de mais de seis décadas, não sei ao certo como Victorio acumulou o valor para a sua liberdade e quais as redes de negociação acessadas para concretizar o seu projeto. Os indícios apontam que, em algum momento, ele foi auxiliado por pessoas livres ou libertas possivelmente aqueles que elaboraram e assinaram as petições. Por outro lado, indica que, durante algum tempo, exerceu atividades remuneradas que lhe possibilitaram acumular a quantia necessária para comprar sua alforria. Além do que, Victorio possuía algum conhecimento, ou foi orientado por alguém, sobre as possibilidades legais para tratar da sua liberdade. Sobre esse assunto, segundo Grinberg (2008, p. 37-38), antes do conjunto de leis elaboradas em 1871 e do movimento abolicionista que ganhou maior fôlego no mesmo período, o acesso dos escravos à justiça dependia de

[...] fatores outros que não a lei. Mostrar-se mais perto do mundo dos livres, por ter posses ou conhecer pessoas influentes, parecia também ser fundamental para o prosseguimento da ação. Sem estas prerrogativas, na justiça. Seguindo este raciocínio, chegamos à ideia de que o acesso à estrutura jurídica e ao judiciário dependia, e muito, das relações pessoais que o escravo mantivesse com homens livres.

Esses vestígios de vida são representativos para captar as estratégias utilizadas por escravos para a conquista da liberdade. Dificilmente, poderei saber qual tipo de relação

²²⁵ APMC. Inventário de Agostinho Nunes de Britto (1866-1866). 02/ 223/2530. Fl. 11,12. As três testemunhas que assinaram foram: Tanquilino M. Carneiro, Inácio José Freitas e Helvécio Vicente Sapucaia. Grifo meu.

Victorio possuía com as pessoas que o auxiliaram; por outro lado, como relatou Grinberg, a construção cotidiana de uma teia de relações com pessoas livres, especialmente aquelas que possuíam posses ou conhecimentos úteis aos escravos, foi providencial na relação dos cativos com a justiça.

3.2 “COMO SE DE VENTRE LIVRE NASCERA”: ESTRATÉGIAS E SIGNIFICADOS DA ALFORRIA

Entre o mundo do cativo e o da liberdade existia um abismo social, jurídico e racial imenso. Um passo importante para viverem em liberdade, mesmo que precária, era a conquista da alforria, documento que formalizava a nova condição jurídica do indivíduo. A historiografia da escravidão, há décadas, debruça-se sobre o fenômeno da alforria, buscando entender, a partir dos diversos contextos, os significados, especificidades e diferentes intenções presentes, tanto no momento de alforriar quanto no de ser alforriado. Katia Mattoso (1990, p. 181) afirma que a prática de alforriar no Brasil “[...] foi quase tão antiga quanto à da própria escravidão [...]”. Para Maria Inês Côrtes de Oliveira, a carta de alforria era a “porta de ingresso ao novo mundo” da liberdade (1988, p. 21). Mary Karasch (2000, p. 439) conceitua a carta de alforria como a “[...] prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista”. Klein, Engerman e Mattoso (1988 apud REIS, 1989, p. 63), em um estudo sobre os padrões de alforria na cidade de Salvador durante quase todo século XIX (1819-1888), revelam

[...] que a carta de alforria era um ato privado feito entre senhor e o seu escravo, segundo o qual se acordava um preço contratual e tradicionalmente se declarava um ‘justo preço’, significando um preço segundo valores correntes no mercado. Quando as duas partes não concordavam quanto ao ‘preço justo’, as autoridades legais eram chamadas a estabelecê-lo.

Independente de “ser por amor” ou “por interesse” (BELLINI, 1988, p. 73), incondicionais ou condicionais, as alforrias estiveram presentes nas experiências e expectativas de milhares de escravos. Para os senhores, poderia significar mais uma estratégia econômica, além de explorar a mão de obra dos cativos durante algum tempo, eram recompensados com o valor pago em troca da liberdade, podendo em muitas situações continuar usufruindo do trabalho do ex-cativo como agregado, especialmente quando se tratava de alforrias condicionais. Segundo Chalhoub (1990, p. 100), a prática de alforriar “[...] fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de

ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários [...]”. Por outro lado, como demonstra Bellini (1989, p. 17), mesmo reconhecendo o caráter paternalista e cordial dos senhores de escravos brasileiros, para os cativos, alforriar-se significava o “[...] resultado de uma negociação cotidiana com o senhor [...]” de um projeto árduo em direção à liberdade, mesmo que precária e susceptível a humilhações e ameaças constantes.

No caso das alforrias submetidas a alguma condição, o “libertável” poderia passar boa parte da sua vida cumprindo tais obrigações, em muitos casos de tão longa e pesada, tornava-se mais uma forma de “prender” os escravos sob as “rédeas” dos seus senhores do que libertá-los (MATTOSO, 1990, p. 185). Pires (2009, p. 146) alerta para o fato de que “[...] a concessão ‘gratuita’ de uma alforria ‘sob condição’ constituía-se muito mais numa estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade por parte dos senhores [...]”. Mattoso (1990) classificou os indivíduos emancipados sob alguma condição de “libertáveis”, segundo essa autora, foram sujeitos que “[...] não eram escravos nem emancipados, estavam sempre à espera da liberdade, que pelas variadas condições impostas pelos senhores retardavam, e muito, [...]” o pleno gozo da liberdade (MATTOSO, 1990, p. 199-200)²²⁶.

O Escravo alforriado sob alguma condição era considerado livre perante a Lei, porém o pleno gozo da liberdade era retardado até cumprirem todas as cláusulas restritivas enumeradas na alforria provisória. Perante a lei podia adquirir bens – com exceção dos africanos que possuíam leis específicas que proibiam o direito de possuírem bens de raiz –, não podiam ser vendidos, alienados ou hipotecados. Segundo Mattoso (1990, p. 208), eram pessoas “inteiramente á parte” (MATTOSO, 1990, p. 208). Nos seus estudos sobre o Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX, Mary Karasch (2000), elenca os diversos tipos de serviços que os escravos alforriados condicionalmente deveriam cumprir. O mais comum era acompanhar o senhores ou outro membro da rede familiar senhorial até a morte, em alguns casos demonstrados pela autora, alguns escravos compraram “[...] a liberdade depois de servir ao dono por até vinte anos sob alforria condicional [...]” (KARASCH, 2000, p. 461). Segundo Oliveira (1988, p. 25), mesmo que as “[...] manumissões condicionais fossem concedidas durante o período de juventude do escravo, as condições impostas poderiam vir a terminar apenas muitos anos depois [...]”, fazendo dos sujeitos durante o período que cumpriam tais cláusulas “[...] uma categoria especial de escravos que se situava entre a escravidão e a condição de livre [...]”.

²²⁶ Sobre a condição da alforria dos “libertáveis”, ver: Tapajós (2009, p. 101-102). Sobre a proibição dos africanos possuírem bens de raiz e outras restrições, o artigo 17 da Lei nº9 de 13 de maio de 1835, “[...] proibiu ao africano liberto a aquisição dos bens de raiz, sendo considerados nulos os contratos celebrados”. *Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888*. 1996, p.21.

Parece-me que foi a partir dessa lógica que agiu d. Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby, que alforriou, em julho de 1840, o oficial de carpina Cassimiro. Ela exigiu, além da quantia de 300\$000 paga pelo cativo, que o mesmo deveria “[...] prestar-lhe com seu ofício [...] para obras do seu engenho durante a sua vida [...]”²²⁷. Ao consultar seu inventário, sei que d. Mathilde Chaby faleceu em 5 de fevereiro de 1864, quase 24 anos depois de registrar a carta de Cassimiro, mas não tenho informação se o oficial sobreviveu o suficiente para cumprir tais condições, caso tenha sobrevivido, possivelmente, trabalhou ao lado de outros profissionais livres contratados (pedreiros, carpinas, calafates, ferreiros), e dos 99 escravos pertencentes à d. Mathilde, na grande reforma do engenho da Ponta na freguesia do Iguape, nos anos de 1861-1862, como demonstrado no inventário da referida senhora²²⁸.

Na gramática presente na prática de alforriar, era comum que os senhores justificassem libertar os seus cativos pelos “bons serviços” prestados ou pelo “amor de criação”, em algumas ocasiões, os “sentimentos” dos senhores/as pelos seus escravos/as, tinham, ao fundo, algumas obrigações impostas, o que me faz refletir sobre este tipo de “amor” condicional. Joaquina Francisca era moradora da freguesia de São Thiago do Iguape e disse possuir nove escravos em 1835 e ser “[...] senhora e possuidora de uma mulatinha de dezoito anos, filha de sua escrava cabra Juliana [...]”²²⁹. Na carta de alforria, assinada em 18 de junho de 1837, leio que “[...] era de sua vontade *pelo muito amor* que lhe tenho forra-la, de hoje para todo o sempre gratuitamente [...]”²³⁰. O “muito amor” que d. Joaquina revelou nutrir por sua “mulatinha” tinha lá as suas condições. Após declarar seus “sentimentos”, em seguida crivou na carta que apenas a liberdade seria ofertada “*gratuitamente com a condição de me servir e acompanhar enquanto eu for viva*”²³¹. Não sei o quanto mais viveu aquela senhora, mas o momento de sua morte como a de outros senhores que libertavam os seus cativos com esse tipo de condição, significaria para os escravos um (re)nascimento para um “outro mundo”, pois sua liberdade estava condicionada à morte de outra pessoa. Como afirma Bellini

²²⁷ APMC. Livro de notas, Iguape (1832-1842). Fl. 73,73-v.

²²⁸ APMC. Inventário de Mathilde Flora da Camara Bittencourt Chaby (1864). 02/160/1554. Fl. 2, 40, 40-v. Anexado ao inventário, encontra-se as contas da movimentação financeira do engenho da Ponta durante mais de dez anos (1854-1864), inclusive registrando os pagamentos realizadas aos seus escravos e de outros senhores que trabalharam na reforma do engenho em 1861, e outros trabalhadores livres e libertos que prestaram serviço na obra: carpinas, pedreiros, calafates etc. (Fl. 40, 40-v). Em seu testamento d. Mathilde, deixa alforriados sem condição alguma três escravos: João, Felismina e Marcelina o primeiro cabra e outros dois crioulos (Fl 27-v).

²²⁹ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 30, 31, 32, 33 APB. Livro de notas do tabelião Manoel do Nascimento Silva, Cachoeira, 1837, livro 92. Fl. 171.

²³⁰ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. F. 171. Grifos meus.

²³¹ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 171. Grifos meus.

(1989, p. 84), chegar “[...] à condição de liberto parecia estar simbolicamente associado a um renascimento [...], como se nascera de ventre livre [...]”²³².

Seguindo a mesma gramática do alforriar, o plantador de cana, capitão Manoel Pereira Macedo e Aragão libertou “pelo amor de criação” onze escravos, sendo nove “crioulinhos”, filhos de suas escravas com idade entre um e oito anos, uma africana adulta da Guiné e outro africano adulto da mesma nação. Todos foram submetidos à “[...] obrigação de acompanhá-lo e servi-lo durante sua vida, com lealdade [...] amor e sem admitir traição ou suborno [...]”. Além das obrigações impostas enquanto vivo fosse, como aparece no quadro 4, o capitão exigiu de alguns dos seus cativos que, após a sua morte, “[...] mandasse dizer duas capelas de missa por sua alma [...]”²³³.

Quadro 3 – Alforrias dos escravos do Manoel Pereira de Macedo e Aragão

Nome	Origem	Idade	Valor	Nome e origem das mães	Condições
Manoel	Crioulinho	6 -7	150\$000	Domingas/ Não consta	Acompanhar até a morte
Maximiana	Crioulinha	7 -8	150\$000	Marcelina / C. da África	Acompanhar até a morte
Francisca	Crioulinha	5-6	60\$000	Úrsula /C. da África	Acompanhar até a morte
Felismina	Crioulinha	7-8	140\$000	Leopoldina/ Não consta	Acompanhar até morte
Alípio	Crioulinho	5-6	110\$000	Henriqueta/C. da África	Acompanhar até a morte
Inocência	Crioulinha	4-5	60\$000	Luiza/ C. da África	Acompanhar até a morte
Ezequiel	Crioulinha	1	40\$000	Marcelina/ C. da África	Acompanhar até a morte
Frutuozo	Crioulinha	1	40\$000	Inocência/ C. da África	Acompanhar até morte
Julia	Crioulinha	-----	-----	-----	Acompanhar até morte / Missas
Marcelina	Guiné	-----	700\$000	-----	Acompanhar até morte / Missas
Procópio	Guiné	25	500\$000	Não consta	Acompanhar até morte / Missas

Fonte: APMC. Livro de notas do Iguape. APB. Censo do Iguape, 1835.

²³² Era comum no ato de registrar as cartas de alforria, independente de serem onerosas ou gratuitas, que os senhores declarassem que a partir daquele momento os escravos seriam considerados “livre como se nascesse [fosse] de ventre livre”, representando uma espécie de (re) nascimento em um mundo que lhe era estranho: o mundo da liberdade.

²³³ APMC. Livro de notas, Iguape. 1832-1843. Fl. 109, 110, 110- v. Apenas os africanos não aparecem a idade e filiação, pelos indícios supõe-se que fossem adultos. Segundo o censo do Iguape de 1835, o Capitão Manoel Pereira Machado de Aragão era dono de engenho na freguesia e possuía sob os seus domínios 101 escravos. APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 30, 31, 32, 33.

A exigência que os escravos mandassem celebrar missas para sua alma antes de serem libertados definitivamente, expressa a força e dominação do poder senhorial que, até mesmo depois da morte, buscava impor regras e ordens ao mundo dos vivos, só depois de cumprirem tais condições, os cativos estariam aptos a seguir em liberdade, “como se de ventre livre nascera”²³⁴. Consultei o inventário do capitão realizado em 1851 e constatei que, após registrar as cartas em 1843, ele viveu quase dez anos mais. Tempo suficiente para usufruir da “lealdade”, “submissão” e do “amor” sem “traição” ou “suborno” exigido aos seus escravos alforriados condicionalmente, talvez essas mesmas obrigações tenham-se estendido não apenas aos cativos que foram libertados, especialmente as crianças, mas às mães, aos pais, aos cônjuges e demais familiares que, ao verem seus entes queridos alforriados sob pena de tais obrigações, mantiveram-se, possivelmente, leais e obedientes às ordens do senhor e, talvez, dos seus herdeiros. Afinal, o que estava em jogo era a liberdade e qualquer deslize poderia significar “traição”, ou seja, ter sua alforria revogada e voltar definitivamente para o cativeiro²³⁵.

Os motivos que levavam os senhores a libertarem os escravos revelam diversas instâncias da conflituosa e complexa relação cotidiana. Nos livros de notas do tabelionato de Cachoeira, depararei-me com uma infinidade de situações em que senhores alforriavam os seus escravos pelos mais variados motivos, inclusive utilizando justificativas afetivas. A crioula Martiniana foi alforriada pelo seu senhor, este já em idade adulta, “[...] em reconhecimento pelo serviço de tê-lo amamentado [...]”²³⁶. Martiniana esperou bastante para ter os seus serviços “reconhecidos”, aguardou o seu senhorzinho, que um dia pegou no colo e amamentou, tornar-se um homem feito para passar-lhe a carta de liberdade. Talvez, ela não fosse jovem e saudável o suficiente para continuar fornecer o seu colo e leite às novas gerações de “inhôzinhos” que estariam por vir. Em outras circunstâncias, os vínculos mostram-se intrigantes e, muitas vezes, dissimulados. Zeferino José de Carvalho, morador de Cachoeira, foi até o cartório local e registrou, em 11 de abril de 1867, “gratuitamente e sem nenhuma condição”, a carta de alforria da “mulatinha Maria Luiza de quatro anos, filha de sua escrava africana Libânia”²³⁷. Segundo a missiva, “[...] passada gratuitamente sem constrangimento algum [...]”, Zeferino José de Carvalho “[...] conferia plena liberdade à sua escrava Maria Luiza, pelo *amor que lhe tenho de criação* [...]”²³⁸. Interessante notar que o

²³⁴ APMC. Livro de notas da freguesia do Iguape (1832-1843). Fl. 109, 110, 110-v. Grifo meu.

²³⁵ APMC. Inventário de Manoel Pereira Macedo e Aragão (1851/1860). 02/ 110/ 1064.

²³⁶ APMC. Livro de notas, Iguape (1832-1842). Fl. 18, 18-v.

²³⁷ APB. Livro de notas, Cachoeira (1867). Livro 110. Tabelião Manuel Vieira Rodrigues. Fl. 4-v.

²³⁸ APB. Livro de notas, Cachoeira (1867). Livro 110. Tabelião Manuel Vieira Rodrigues. Fl. 4-v. Grifos meus.

“amor” de Zeferino não foi estendido à mãe da pequena, que continuou na condição de escrava. Talvez por detrás “do amor”, da “bondade” e “compaixão”, expressas nas cartas, estivesse escondido outros segredos que não foram revelados pelo silêncio da documentação.

Através da expressão “amor que lhe tenho de criação”, Zeferino José de Carvalho poderia estar revelando/escondendo, silenciosamente, o microcosmo da relação cotidiana que possuía com suas escravas: quem sabe um vínculo sanguíneo com a pequena Maria Luiza, não pelo fato de declarar o seu “amor” no momento de alforriá-la, pois, segundo Mattoso (1990), essa seria uma “fórmula-chave dessa liturgia da libertação” muito comum nas cartas de manumissão (MATTOSO, 1990, p. 187)²³⁹; mas, pelos pequenos indícios deixados nas fontes, a relação existente entre Zeferino José de Carvalho e a mãe e filha escravas tivesse outro pano de fundo. Ao ter uma suposta filha com sua escrava, tratou de libertar o seu “sangue mulato” da brutalidade da escravidão, deixando apenas o “sangue” africano, da mãe, continuar “jorrando”. Suposições à parte, noto indícios mais concretos dessa hipótese.

Como revela Bellini (1989, p. 80), não foi evento raro na história da escravidão, senhores terem filhos com suas escravas e, posteriormente, os libertarem do cativo. Para Kátia Lorena N. Almeida (2012, p. 145), “[...] os laços afetivos se manifestaram de forma mais incisiva nas cartas em que o senhor reconhecia a paternidade do escravo [...]”. Diferente da situação de Zeferino José de Carvalho, para a qual considero plausível tal hipótese, outros senhores reconheceram a paternidade de seus filhos oriundos de ventre cativo, inclusive, em algumas circunstâncias, constituindo-os como herdeiros, como demonstra Elione Guimarães (2006; 2009) para a região do Vale do Paraíba Mineiro, onde filhos libertados herdaram terras e outros bens de seus pais e ex-senhores²⁴⁰. Vale destacar o intrigante episódio relatado por Robert Slenes (2007), ocorrido no município paulista de Campinas em 1868, em que um ex-escravo por herança do seu pai e ex-senhor, tornou-se proprietário de uma escrava, que era sua própria mãe (SLENES, 2007, p. 234). Há alguns outros episódios, mais modestos, envolvendo senhores e escravos baianos.

Antonio André dos Santos dirigiu-se até o cartório da Vila de Cachoeira para registrar, em 14 de junho de 1852, as “cartas de liberdade de quatro crias” de quem era “senhor e

²³⁹ APB. Livro de notas, Cachoeira (1867). Livro 110. Tabelaio Manuel Vieira Rodrigues. Fl. 171.

²⁴⁰ Elione Guimarães (2009, 64-66; 2014, 115-128) demonstra para a região de Mar de Espanha (MG), diversas trajetória de libertos que herdaram bens dos seus senhores, especialmente terras. A referida autora identifica que alguns desses libertos foram reconhecidos como filhos naturais pelos seus senhores e tornaram herdeiros de seus bens. Sobre a trajetória de libertos ver, dentre outros: Fraga Filho (2006); Reis (2008; 2010); Silva (1997); Graham (2005); Mattos (1995); Souza (2014).

legítimo possuidor”. No entanto, as crianças libertadas naquele momento possuíam outros vínculos com Antonio²⁴¹. Num fragmento da missiva, há a seguinte passagem:

Digo em abaixo assinado, que sou senhor e legítimo possuidor, livre de qualquer pressão judicial ou particular de quatro crias, a saber: um macho e três fêmeas. [...] José, Feliciano, Clara e Clemência, *cujas são meus filhos, havidos com uma [minha] escrava de nome Maria*, já falecida, os quais eu forro de hora em diante, *como se nascera de vinte livre*, e poderá gozar de sua liberdade como lhes convier [...] Em tempo algum alguém poderá reclamar *esta graça que lhes confiro*. Cachoeira, 14 de Janeiro de 1852²⁴².

Francisco Sulterio de Souza também registrou em nota a alforria de sua filha Jezuina. Segundo o registro, Jezuina “[...] já se achava gozando da liberdade há muito tempo [...]” e Francisco queria apenas ratificar judicialmente a carta de liberdade passada “[...] a minha filha Jezuina, parda, de 11 a 12 anos, filha de minha escrava Maria, parda [...], além do que mandei batizar por forra, *por conhecer que é minha filha natural* [...]”²⁴³. O pai e ex-senhor, Francisco Sulterio de Souza queria garantir a liberdade de sua filha, como ele mesmo afirmou “reconhecia ser sua filha natural”, pois, socialmente, ela já gozava da liberdade; por outro lado, fez questão de registrar o valor da alforria (cem mil réis), indicando que a quantia deveria ser abatida em sua terça, ou seja, ele não queria que, após o seu falecimento, a liberdade de sua filha e ex-cativa fosse contestada pelos seus herdeiros legítimos, sabia que a vida dos libertos poderia ser extremamente precária e o quanto o futuro era incerto. Além do mais, o pesadelo da reescravização era algo constante, ainda mais para uma filha natural, bastarda e de cor, oriunda de um ventre escravizado, que, diferentemente da sua filha, continuou nessa mesma condição.

Antonio André dos Santos libertou os seus quatro filhos escravizados e Francisco Sultério de Souza, a sua filha. Em ambos os episódios, foram crianças oriundas da relação com mulheres escravizadas. Em geral, esses relacionamentos se estabeleciam por meio da violência e da imposição senhorial, oxalá do estupro (LEMOS, 2009, p. 60). Não é possível afirmar se essas crianças gozaram de algum privilégio de tratamento por parte de seus pais e ex-senhores, tendo acesso à herança ou algum tipo de educação. Por outro lado, esses indícios revelam o quanto a prática da alforria no Recôncavo foi impulsionada por múltiplas matizes e contextos.

²⁴¹ APB. Livro de notas do tabelião João Vicente Sapucaia, Cachoeira (1852). Livro 99. Fl. 70.

²⁴² APB. Livro de notas do tabelião João Vicente Sapucaia, Cachoeira (1852). Livro 99. Fl. 70. Grifos meus.

²⁴³ APB. Livro de notas do tabelião Manuel do Nascimento e Silva, Cachoeira (1836). Livro 192. Fl. 151-151- v. Grifos meus.

3.3 NEGOCIAÇÕES EM PROL DA LIBERDADE

Independente das justificativas sentimentais e dos vínculos sanguíneos, parcelas significativas das manumissões foram obtidas de forma onerosas pelos cativos, conhecidas pela historiografia como alforrias onerosas e incondicionais, ou seja, foram pagas em dinheiro ou trocadas por bens correspondentes pelos cativos. Analisando as cartas de alforria para a cidade de Salvador entre os anos de 1819 a 1888, Mattoso, Klein e Engerman (1988, p. 62-63) indicam que 45% das manumissões pesquisadas foram pagas pelos próprios escravos, seguindo de 26% concedidas de forma “gratuita” e 21% com alguma condição imposta²⁴⁴. Pires (2006, p. 3) demonstra para a região de Caetitê e Rio de Contas, entre os anos de 1870-1888, que cerca de 33,0% das alforrias foram adquiridas pelos próprios cativos através de suas economias. Almeida (2012, p. 75) confirma que 36,6% das alforrias do município de Rio de Contas, entre os anos de 1808 a 1888, foram pagas pelos escravos. Esses números demonstram o quanto os escravos buscaram, no limite entre o negociável, o permitido e o possível, acumular recursos necessários para negociar e tratar de suas liberdades.

Infelizmente, não é comum encontrar informações que ajudem a identificar precisamente quais as formas que os escravos usavam para adquirir o pecúlio suficiente para comprar suas alforrias, especialmente quando se trata de escravos que viviam em espaços ruralizados, a documentação é ainda mais insipiente. Não sei ao certo como a africana Sofia pagou 1.600\$000 em fevereiro de 1871 por sua liberdade²⁴⁵, ou como o africano Joaquim conseguiu desembolsar, em maio de 1872, a quantia de 700\$000²⁴⁶; Zeferina, crioula, pagou 200\$000, em setembro de 1874²⁴⁷; as crioulas Juliana e Eufemia pagaram em 1873 e 1885 respectivamente 400\$000 e 200\$000 por suas liberdades²⁴⁸. Por outro lado, diversas pesquisas em várias regiões do Brasil vêm demonstrando que a rede socioeconômica desenvolvia pelos cativos estava diretamente relacionada com os ideais de liberdade e autonomia: roças, criação de animais, trabalhos remuneração, desvios da produção, furtos e roubos etc., foram

²⁴⁴ Segundo os autores foram computadas 13.127, com uma média de 500 alforrias por ano. Incluem-se na somatória 8% de alforria que não foram declarados os valores, possivelmente, por causa da idade avançada dos escravos. 5.779 (45%) escravos adquiriram à liberdade através do pagamento. (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988, p. 62,63).

²⁴⁵ APB. Livro de notas do Tabelião Frederico José da Cunha, Cachoeira, livro 107. Fl. 8.

²⁴⁶ APB. Livro de notas do Tabelião Frederico José da Cunha, Cachoeira, livro 107. Fl. 30.

²⁴⁷ APMC. Livro de notas Freguesia de São Gonçalo dos Campos (1873-1875). Fl. 40-v, 41. O referido livro consta como data inicial o ano de 1873, no entanto encontrei documentos de anos anteriores.

²⁴⁸ APMC. Livro de notas Freguesia de São Gonçalo dos Campos (1873-1875). Fl. 1-v, 2. Para a alforria da crioula Eufemia. APB. Livro de notas do Tabelião Helvécio Vicente Sapucaia, Cachoeira, livro 155. Fl. 8.

alternativas e estratégias fundamentais para muitos escravos colocarem, literalmente, no papel-carta de alforria, os seus projetos de liberdade²⁴⁹.

Como percebi, nos casos elencados acima, a presença de um índice maior de mulheres alforriadas, especialmente as crioulas, coaduna com as observações realizadas por Mieko Nishida (1993, p. 241-243). Segundo essa autora, de forma geral, os cativos nascidos em território brasileiro beneficiaram-se das alforrias com maior frequência em comparação com os africanos, em particular, mesmo as mulheres, representando uma porcentagem menor na distribuição da população cativa, tiveram uma participação superior quando se tratava de alforriar-se. O recurso feminino poderia vir do comércio e dos serviços de ganho ou da maior possibilidade de convivência com a vida doméstica dos senhores, podendo estabelecer acordos mais flexíveis. Vale relembrar o episódio mencionado anteriormente envolvendo a escrava Martiniana que foi alforriada em reconhecimento da prestação do serviço de ama-de-leite ao seu senhor, quando ele era apenas uma criança. Por outro lado, a libertação do ventre feminino da servidão possuía um papel fundamental na constituição e manutenção dos laços familiares negros no tempo da escravidão. Como assinala Isabel Reis (2007, p. 207), libertar o ventre, pelo menos até antes de 1871, era a garantia de não perpetuar a condição servil aos descendentes que era determinada pelo estatuto jurídico materno, por isso, muitas escravas, especialmente aquelas que constituíram laços afetivos e familiares mais sólidos, contaram com a solidariedade de cônjuges e demais familiares para conquistarem as suas alforrias.

As negociações referentes ao valor a ser pago e as formas de pagamento demonstram o quanto muitos cativos barganhavam as melhores maneiras de conquistar a liberdade. João, fula de 42 anos, conseguiu negociar o elevado valor de um conto de réis em pagamentos parcelados com o seu senhor. Em 27 de maio de 1873, ele “[...] pagou 800\$000 em moeda corrente e o restante por uma letra passada pelo mesmo [...]”²⁵⁰. Estratégia semelhante utilizou Ana, parda de 18 anos, moradora de São Gonçalo dos Campos. Ao ser avaliada em 1871 pelo valor de 700\$000, “[...] pagou a quantia de 260\$000, ficando a mesma obrigada a pagar o excedente a sua senhora [...]”²⁵¹. O escravo Pedro, morador da freguesia de Muritiba, deu

²⁴⁹Sobre esse assunto da micro economia cativa, para o Recôncavo baiano, ver: Fraga Filho (2006); Castellucci Junior (2008); Costa(2009); Barickman (2003). Para as regiões do sertão baiano, ver: Pires (2003; 2010); Almeida (2012); Santana (2012); Nogueira (2011). Sobre o debate para outras províncias ver, dentre outros: Guimarães (2006; 2009); Slenes (2011); Motta (1998); Castro (1995)

²⁵⁰ APMC. Livro de notas Freguesia de São Gonçalo dos Campos (1873-1875). Fl. 37-v, 38.

²⁵¹ APMC. Livro de notas Freguesia de São Gonçalo dos Campos (1873-1875). Fl. 40-v, 41. Em ambos os casos a carta não explicita o tempo restante para quitar a dívida.

como entrada a quantia de 400\$000 em 1863, restando-lhe pagar 200\$000 que deveria ser saudado até a morte do seu patrono²⁵².

Em outros episódios, consegui identificar maiores detalhes de como se dava essa negociação e parcelamento. A crioula Francisca, após pagar seiscentos mil réis por sua carta de liberdade em 20 de junho de 1860, “[...] ficaria prestando os seus serviços até que pagasse a quantia de 260\$000 [...]”, só a partir deste momento seria considerada liberta²⁵³. A crioula Luiza, moça, dividia-se entre os serviços da casa e o ofício de charuteira na fábrica do seu senhor Miguel Fernandes, também residente em Muritiba. Em março de 1851, foi realizado o inventário de Miguel Fernandes, o qual deixou registrado em testamento que a “[...] crioula de nome Luiza já havia dado 350\$000 por sua carta de liberdade, restando-lhe pagar 150\$000 [...]”²⁵⁴. Em abril do mesmo ano, Luiza solicitou ao inventariante autorização para “[...] sair em destino ao trabalho para acabar de pagar sua liberdade [...]”, dirigindo-se para Salvador, onde possivelmente mantinha contato com pessoas de sua confiança. Como foi solicitado e atendido, após recrutar a quantia necessária com os seus trabalhos na capital da província, retornou para a freguesia de Muritiba e cumpriu o prometido, quitou os 150\$000 restantes e seguiu sua vida como forra²⁵⁵.

Esses escravos e escravas, possivelmente, eram pessoas de “confiança” dos seus senhores, o que deixava os proprietários mais tranquilos em permitir uma maior mobilidade e autonomia, sem o medo de que aproveitassem a permissão e fugissem para locais distantes. Nas cartas mencionadas anteriormente, não consta o tempo necessário que as dívidas deveriam ser quitadas, diferentemente do sistema de coartação, onde o valor e o prazo eram estipulados pelo senhor. Essa forma de negociação em parcelas estava baseada em um “contrato” de confiança, negociação e de interesse entre as partes envolvidas.

Os escravos que conseguiram negociar os valores de suas cartas de alforria, além dos vínculos de “confiança” e “lealdade”, possuíam mecanismos para reunir pecúlio suficiente para quitação do ônus de suas manumissões, inclusive, poderiam contar com a ajuda de familiares e outras pessoas de sua rede sócio afetiva. A crioula Marcelina, de dez anos de idade, teve sua alforria comprada por seu pai no valor de 650\$000²⁵⁶. A liberta Rosa, moradora de São Félix, comprou a alforria dos seus quatro filhos: Antonio, Bernardino,

²⁵² APMC. Inventários de Manoel Joaquim Cerqueira (1863-1863).02/170/1778. Fl. 16.

²⁵³ APB. Livro de notas do tabelião Frederico José da Cunha, Cachoeira, livro 107. Fl. 15-15-v.

²⁵⁴ APMC. Inventário de Miguel Fernandes (1851-1866). Muritiba. 02/172/1753. Fl. 6, 10, 11.

²⁵⁵ APMC. Inventário de Miguel Fernandes (1851-1866). Muritiba. 02/172/1753. Fl. 46-v, 46.

²⁵⁶ APMC. Inventário de Miguel Fernandes (1851-1866). Muritiba. 02/172/1753. Fl. 46-v, 46.

Felisberta e Senhorinha, pelo valor de 200\$000 cada um²⁵⁷. No caso da “pardinha” Maria, sua alforria foi comprada pelo seu padrinho e sua madrinha, pelo desejo de verem sua afilhada livre, pagaram 150\$000 por sua alforria em 1860²⁵⁸. É bem provável que a escrava Maria Francisca, ao comprar a alforria de seu pequeno filho Manuel de “[...] apenas um mês e meio de nascido [...], pelo preço de 20\$000, que recebi *da mãe do mesmo em moeda legal [...]*”, passou toda a gravidez, e um pouquinho mais, guardando vintém-por-vintém, para ao final da gestação garantir ao seu rebento que não vivesse sob as mesmas condições de sua mãe²⁵⁹.

Diferentemente dos episódios relatados acima, a carta de alforria do crioulo Tomaz demonstra como os escravos economizavam e investiam suas finanças para executar os seus objetivos de liberdade. Em três de outubro de 1874,

[...] o senhor e possuidor Joaquim Ignácio de Albernaz, passou carta de liberdade ao seu escravo Tomaz Garcia, por haver recebido dele o preço de sua liberdade conforme *convencionamos*, a saber, a quantia de 500\$000 *em animais que existiam em meu pasto [...]*²⁶⁰.

O fragmento da carta demonstra uma negociação relativa ao preço a ser pago, pois o valor foi convencionado entre senhor e escravo. Tomaz e o seu senhor estavam atentos ao conjunto de Leis promulgadas em 1871, a qual facultava aos cativos acumularem pecúlio para tratarem de suas liberdades e estabelecia que os senhores cobrassem um “preço justo” em troca da liberdade dos seus escravos, evitando assim uma Ação de Liberdade, que poderia ser custosa e demorada para ambas as partes²⁶¹. O documento não especificou qual o tipo de animais Tomaz possuía, poderia ser um vaqueiro encarregado de cuidar da criação e, por meio do sistema conhecido como “giz”, que garantia uma fração da criação ao vaqueiro, inclusive escravos, conseguiu adquirir víveres suficiente para trocar por sua alforria (NEVES, 2008, p. 265)²⁶². No entanto, a quantia paga não pôde ser desconsiderada como fruto do seu esforço, como salientei no início desta seção, tomando como base de cálculo a média de preço de uma cabeça de gado *vacum* à época da negociação, que era entre 25 a 30 mil réis, por baixo, seriam

²⁵⁷ APB. Livro de notas do tabelião Manoel do Nascimento Silva, Cachoeira, livro 92. Fl. 106.

²⁵⁸ APB. Livro de notas do tabelião Frederico José da Cunha, Cachoeira (1860). Livro 106. Fl. 29.

²⁵⁹ APB. Livro de notas do tabelião Manuel Vieira Rodrigues, Cachoeira (1867). Livro 110. Fl. 02. Grifo meu.

²⁶⁰ APB. Livro de notas do tabelião Helvécio Vicente Sapucaia, Cachoeira, 1874. Livro 117. Fl. 29. Grifos meus.

²⁶¹ Sobre as implicações da Lei do Ventre Livre: CAIRES (2000); CHALHOUB (1998); FRANÇA (2001); REIS (2007); MATOSSO (Mar./Ago. 1988); AZEVEDO (2010).

²⁶² Segundo Neves (2008), era comum que os vaqueiros, recebessem “por ano, um de quatro, cinco ou seis bezerros dos que ferasse anualmente, do gado sob seus cuidados [...]. Em alguns casos, apenas depois de quatro ou cinco anos de serviços, começava o vaqueiro a ser pagos. Denominavam também de ‘giz’, esse sistema que retribuía o vaqueiro com cerca de 25,0% da [re]produção do gado, no final do quadriênio contratado. (NEVES, 2008, p. 265) Ver também: Napoliana Santana (2012, p. 178,179); Elisangela Oliveira Ferreira (2008, p. 25).

necessário, pelo menos, vinte cabeças de gado, ou seja, um plantel considerável para qualquer homem livre de parcas posses, ainda mais para um individuo escravizado²⁶³.

Ao longo deste trabalho, especialmente da segunda seção, chamei a atenção para o fato de que os escravos buscaram conquistar espaços de autonomia e de liberdade. Alguns conseguiram com essas práticas alcançar a sonhada liberdade, como foi o caso do escravo Tomaz; outros tiveram seus percursos interrompidos por motivos diversos, mas tentaram a todo custo negociar, construir e defender os seus espaços, daquilo que entendiam como liberdade. Porém, em algumas circunstâncias, essas práticas deixaram de ser pacíficas e costumeiras, tornando-se bastante conflituosas, como observei na segunda seção, no episódio em que o escravo Lourenço estava disposto a lutar, por todos os meios necessários, para defender o seu “direito” de ter sua própria casa e de viver “sem senhor que chegasse ao seu pé”²⁶⁴.

Costumeiras ou conflituosas, essas práticas fizeram parte da imensa colcha de retalhos da “microeconomia cativa autônoma” (GUIMARÃES, 2009, p. 29; MACAHADO, 1997, p.153), ou, como prefere conceituar a historiografia estadunidense especializada sobre o assunto: “[...] de uma economia interna dos cativos [...]” (SLENS, 2011, p. 204). De forma geral, o objetivo almejando era levantar o “[...] capital necessário para retirar-se, enquanto pessoa, do rol dos instrumentos de produção [...]” (REIS; SILVA, 1989, p. 17). Em grande medida, foi através dessa economia que escravos e, em certa medida, libertos puderam alcançar um “[...] grau restrito, mas mesmo assim real, de autonomia [...]” e de liberdade (BARICKMAN, 2003, p.113). De alguma maneira, todos esses sujeitos utilizando as estratégias das mais variadas, vislumbravam um propósito: adentrar no mundo dos libertos, mesmo sabendo que “[...] torna-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre” (OLIVEIRA, 1988, p.11), mas a possibilidade de acessar o mundo dos libertos, mesmo precário, competitivo e excludente, era diferente do mundo dos escravos. Esse, sim, já conhecido e repugnado por todos eles/as.

²⁶³ Guilhermina Pires da Rocha Passos teve avaliado o seu rebanho de “76 cabeças de gado vacum de criar em 25\$000 cada. APMC, inventário de Guilhermina Pires da Rocha Passos, freguesia de Santo Estevão do Jacuípe 1886. 02/ 226/ 2589. Fl. 6, 7,8.

²⁶⁴ APB. Processo-crime. 12/ 425/ 09 (1858). Fl. 17-v. Depoimento do escravo Lourenço.

3.4 CAMINHOS E HORIZONTES POSSÍVEIS DA VIDA PÓS-ESCRavidÃO

Mesmo com todas as restrições impostas aos libertos, como já mostrei, conquistar a liberdade era um marco fundamental no percurso de vida dos escravos. Esse momento esteve carregado de simbolismos e expectativas, ao que parece tinha o sabor de um renascimento. Ao adentrar no mundo da liberdade, deveriam traçar novos planos de sobrevivência, principalmente para aqueles que investiram todas as suas economias na compra da alforria, era hora de reiniciar o rumo da vida com novos horizontes em vista. Para isso, os escravos utilizaram-se das experiências e das redes de contato e solidariedade construídas ainda no tempo do cativeiro para enfrentar os desafios vindouros, buscavam sempre que possível livrar-se da interferência dos ex-senhores em suas vidas, mesmo que, em alguns momentos, pudessem recorrer aos ex-senhores para algum tipo de ajuda, como conseguir um atestado de “boa conduta” para um trabalho ou até mesmo abrigo e trabalho em tempos de maior escassez (FRAGA FILHO; ALBUQUERQUE, 2006, p. 154).

Muitos ex-cativos continuaram a manter relações amistosas com os ex-senhores vivendo como agregados, prestando serviços especializados de feitores, serviços domésticos, caixeiros ou como meeiros de terras e animais, outros tiveram a oportunidade de iniciar a vida em liberdade após herdarem bens de seus senhores. O plantador de fumo e mandioca Francisco Machado da Silva, em seu testamento datado de 1873, deixou para os seus escravos os seguintes bens: “Para o pardo Antonio Machado da Silva, dois contos de réis [...]. A crioula Maria da Conceição, já liberta por mim, deixo uma escrava que por ela for escolhida [...]. A crioula Maria da Cerqueira, dez vacas”²⁶⁵. Já Antonio da Silva, no ano de 1874, deixou em verba testamentária para Germano Correia da Silveira, que foi seu escravo, a quantia de 500\$000 e para Maria Jeronima, “[...] que foi sua cria e aos seus dois filhos Lourenço e Amâncio, a quantia de 500\$000 para ser repartidos entre mãe e filhos”²⁶⁶.

Chamou-me atenção a aparente “generosidade” de Bernardino da Costa Pinheiro, boa parte dos seus bens foram repartidos com os seus cativos. Decidi investigar mais um pouco sua trajetória. Bernardino da Costa Pinheiro, branco, plantador de cana, proprietário da fazenda Caonge e de terras e casa no engenho Calembá, ambos na freguesia do Iguape. Deixou em 1879, para o “[...] mulatinho João da Costa Pinheiro, 300\$000 em pagamentos pelos bons serviços [...]” e um cavalo de sela de sua escolha. O mesmo senhor legou para sua

²⁶⁵ APMC. Inventário de Francisco Machado da Silva, São Gonçalo dos Campos (1873). 02/ 216/2459. Fl. 4,4-v.

²⁶⁶ APMC. Inventário de Antonio Joaquim Correia da Silveira e Silva, São Gonçalo dos Campos de (1874). 02/217/2471. Fl. 3-v, 4.

cozinheira Umbelina, a quem já tinha libertado gratuitamente há mais de dez anos, “[...] a minha morada e todas as alfaias [móveis e utensílios domésticos] que nela existem [...]”, mais o valor de 400\$000 para a sua “providência”. Para o “[...] crioulinho Lucas, deixo a casa de guardar as rações dos meus escravos [...]”²⁶⁷. Ainda em seu testamento, Bernardino libertou os cinco filhos jovens da africana Feliciano, sua escrava; Olegário, Bento, Lutherio, Lucas e Emílio, além do africano Cassiano e o crioulo Antonio. Por fim, Bernardino da Costa Pinheiro deixou para as suas “crias”, que acabara de alforriar: Olegário, José, Lucas, Emilio, Bento e Lutero dez mil réis para cada um.

Ao realizar o seu testamento em 1879, três anos antes do seu falecimento, Bernardino possuía 72 anos de idade, vivia em estado de solteiro e não possuía filhos legítimos ou naturais reconhecidos. Era membro de uma próspera e bem relacionada família de plantadores de cana e donos e engenhos. Filho mais velho, foi inventariante de Maria Júlia do Rosário que, ao morrer em 1862, deixou para o seu primogênito uma fortuna de mais de 10 contos, entre escravos, plantações de cana e animais²⁶⁸. Cruzando as informações presentes na documentação, descobri que Bernardino era pai do jovem Belmiro da Costa Pinheiro, que foi assassinado pelo escravo Cesário durante a realização de um lundu no terreiro de sua fazenda em 1862, como observei na seção 2. Não tenho a certeza de quais os vínculos e afeições Bernardino da Costa Pinheiro possuía com seus cativos; por outro lado, chama-me atenção o fato de que a maioria dos escravos libertados e beneficiados por ele em seu testamento foram homens e jovens, mesmo sexo e faixa etária do seu único filho, que fora assassinado, anos antes, pelas mãos -faca- de um escravo.

Ao que parece, a suposta “generosidade” do senhor Bernardino da Costa Pinheiro, tinha como pano de fundo, relações afetivas e, talvez, amorosas. Como observei anteriormente, por detrás das cartas de alforria e dos legados deixados pelos senhores aos escravos, escondia-se uma teia de relações, inclusive, amorosas e sexuais entre senhores e escravos. Pelos indícios, suspeito que alguns dos cativos libertados e agraciados por Bernardino, eram seus filhos, oriundos de relacionamento com suas escravas. O “mulatinho”

²⁶⁷ APMC. Inventário de Bernardino da Costa Pinheiro, Iguape (1883).02/162/1580. Fl. 20, 21,22. (testamento em anexo ao inventário). Bernardino faleceu em 1882, no entanto o seu testamento foi realizado em 26 de abril de 1879. A liberta Umbelina, foi alforriada gratuitamente em 18 de maio de 1872. Fl. 19-v.

²⁶⁸ APMC. Inventário de Bernardino da Costa Pinheiro, Iguape (1883).02/162/1580. Fl. 4. Seu testamenteiro e inventariante foi o Barão do Iguape, após o falecimento do Barão em 1889, sua mulher, Francisca Clara Calmon D’Aragão Bulção tornou-se inventariante e testamenteira de ambos os espólios. O monte-mór de d. Maria Júlia do Rosário foi de 42:963\$948, possuía 45 escravos e plantações de cana e terras no engenho Calembá e em outros engenhos da freguesia do Iguape. Seu filho mais velho e inventariante, Bernardino da Costa Pinheiro, em meio a 19 herdeiros, entre filhos e netos, herdou 10. 225\$655, ou seja, quase um ¼ de todo o espólio. APMC. Inventário de Maria Júlia do Rosário. (1863-1863). 02/162/1584. Fl. 20,145.

João e a cozinheira liberta Umbelina, como observei acima, herdaram bens e quantia consideráveis em dinheiro, ambos sabiam ler e escrever e agregaram aos seus nomes os sobrenomes do senhor (Costa Pinheiro)²⁶⁹. Em seu testamento, Bernardino evidencia o grau de confiança e intimidade que possuía com a liberta Umbelina da Costa Pinheiro, a qual pressuponho, ter sido sua companheira. Além de deixar o seu enterro sob sua responsabilidade, inclusive, com dinheiro para os gastos fúnebres, Bernardino declarou que todos os seus “[...] títulos e apólices de seus credores, se achavam trancados em uma gaveta, cuja chave se acha[va] nas mãos de sua cozinheira Umbelina [...]”.²⁷⁰

Vale lembrar que Bernardino faleceu em 1882, poucos anos antes da abolição definitiva da escravidão. É crível que os escravos pertencentes a Bernardino da Costa Pinheiro, após adquirirem a liberdade permaneceram na mesma localidade em que viviam durante décadas. Como demonstra Fraga Filho (2006, p. 141; 172-187) para o engenho Maracangalha, na freguesia de N.^a Senhora do Monte Recôncavo, nos momentos que antecederam a abolição e nos anos seguintes, muitos engenhos e fazendas do Recôncavo, inclusive alguns que foram abandonados pelos donos, se transformaram em comunidades de escravos fugitivos, libertos e ex-escravos libertados pela Lei de 13 de maio de 1888. Nas palavras de Fraga Filho (2006, p. 212):

Em parte, esse deslocamento de libertos era o prolongamento das fugas de escravos, que se intensificaram nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos e alhures [...], as fugas avolumaram-se nos meses que antecederam a lei de 13 de maio, verificando-se, inclusive, fugas coletivas.

A título de curiosidade, na atualidade, tanto a localidade onde se situava o engenho Calembá quanto a fazenda Caonge, ambos pertencentes a Bernardino da Costa Pinheiro, tornaram-se comunidades Remanescentes de Quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Apenas a realização de pesquisas minuciosas, revelará se existe alguma conexão entre os cativos de Bernardino da Costa Pinheiro, que foram libertos e herdaram propriedades e os Remanescentes de Quilombolas de hoje²⁷¹.

²⁶⁹APMC. Inventário de Maria Júlia do Rosário. (1863-1863). 02/162/1584. Ambos assinam petições e declarações no inventário. Fl. 40, 57.

²⁷⁰APMC. Inventário de Maria Júlia do Rosário. (1863-1863). 02/162/1584. Fl. 19-v.

²⁷¹Segundo a Fundação Cultural Palmares, atualmente existe 11 comunidades de Remanescentes de Quilombolas reconhecidas no município de Cachoeira. Todas estão situadas nas proximidades do distrito rural de São Thiago do Iguape, a maioria possui denominações de antigos engenhos e fazendas de cana da região: Caonge, Calembá, Engenho Vitória, Engenho da Cruz, Calolé, Dendê, Engenho da Praia, Engenho Ponte etc. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA#. Acessado em 01/09/2014.

Em outras circunstâncias, encontrei ex-cativos formalizando contratos de trabalho mais elaborados com os seus ex-senhores, durante a vigência da escravidão. O liberto Zacarias, trabalhador do engenho Moroim no Iguape, registrou em cartório um contrato de débito e obrigação de serviços com o seu ex-senhor. Segundo o “pacto”, Zacarias “havia recebido a quantia de 200\$000” do ex- patrono e deveria “pagar [...] em serviços a quantia de cinquenta mil réis por ano, por espaço de cinco anos”²⁷². A documentação não dá certeza sobre qual o tipo de dívida que Zacarias teria contraído, mas é provável que se tratasse das negociações relativas à sua alforria ou de algum ente querido. Mesmo obrigado a trabalhar para quitar a dívida, sua condição de liberto lhe garantiu exigir, pelo menos no plano jurídico, algumas obrigações que deveriam ser cumpridas pelo seu ex-senhor e agora contratante. Além do parcelamento que estabelecia a quantia anual e o prazo de cinco anos para liquidá-la, Zacarias incluiu duas cláusulas de seu total interesse: a primeira dizia respeito à remuneração pelo trabalho executado, pois “[...] pelos serviços que anualmente prestar, não poderá descontar mais que os 50\$000 já mencionados [...]”, o que significava dizer que, a partir do momento em que a meta anual fosse cumprida, o excedente do seu trabalho pertencer-lhe-ia totalmente²⁷³. A segunda fez referência aos cuidados com sua saúde, “[...] era igualmente obrigado o seu [ex] patrono de curá-lo das enfermidades que possa vir ter [...]”, ou seja, Zacarias sabia o quanto a sua condição de liberto lhe garantiria um lugar social diferenciado, podendo exigir obrigações com a remuneração e com sua saúde durante a vigência do contrato; ao tempo, tinha plena consciência de que, caso necessitasse, poderia contar com os cuidados e obrigação de uma pessoa com recursos para promover a sobrevivência no mundo dos libertos²⁷⁴. A postura ativa e exigências de Zacarias apenas foram possíveis pela sua condição jurídica de liberto, que lhe garantia poder firmar contratos de trabalho respaldados juridicamente, o que, infinitamente, foi vetado aos escravos.

Outros ex-cativos buscaram, como alternativas, afastar-se do local em que haviam vivido durante o cativeiro e decidiram migrar especialmente para a cidade de Salvador ou para outras localidades do Recôncavo. Migrar poderia ser uma decisão difícil, não era fácil abandonar o local onde foram socializados e viveram durante anos, poderiam deixar para trás pessoas queridas, lembranças e sentimentos, mas a busca por horizontes mais promissores recompensava o esforço. Essa foi a decisão da crioula Maria Sabina Telles. Segundo seu testamento, ela foi escrava na cidade de Cachoeira durante muitos anos, até que aproveitou o

²⁷² APMC. Livro de notas da Freguesia do Iguape. 1832-1842. Fl. 47.

²⁷³ APMC. Livro de notas da Freguesia do Iguape. Fl. 48-v.

²⁷⁴ APMC. Livro de notas da Freguesia do Iguape. Fl. 48.

momento da morte de sua senhora, comprou sua liberdade e migrou para a Cidade da Bahia²⁷⁵. Ao realizar o seu testamento em sete de julho de 1852, Maria Sabina possuía uma “[...] morada de casa à Rua Nova de São Bento e dois escravos crioulos – de menor idade [...]”, que alforriou em verba testamentária, além de participar ativamente de diversas Irmandades de pessoas de cor situadas na cidade de Salvador da época²⁷⁶. O seu testamento não revela qual o tipo de atividade desenvolvia, mas é provável que trabalhasse nos serviços de ganho nas ruas da cidade, tipo de trabalho muito comum realizado pelos escravos e libertos na Salvador oitocentista (REIS, 2000, p. 19).

Trajatória semelhante teve a também liberta Luiza Maria da Conceição, que também viveu como escrava “nos Campos da cidade de Cachoeira” e, logo após adquirir a liberdade, partiu com destino à capital da província²⁷⁷. Luiza era crioula e disse ser solteira e sem filhos, ao longo da vida, acumulou um patrimônio de pouco mais de dois contos de réis. Ao morrer, possuía uma casa situada na Rua de Baixo de São Bento em Salvador, avaliada em um conto de réis e cinco escravas de ganho, das quais três foram alforriadas em seu testamento, também mantinha uma pequena casa de aluguel para suas atividades trabalhistas, situada na “Rua do peso do fumo” na comercial freguesia portuária da Conceição da Praia, onde, conjuntamente, com suas escravas, sobrinhas, afilhadas e outros familiares tocava sua vida comercializando alimentos e outros produtos do gênero, pois, como afirma Oliveira (1988), “[...] libertar-se não significava apenas adquirir novo estatuto jurídico [...] significava sobreviver às próprias custas e poder se aproveitar dos espaços permitidos à sua ascensão na sociedade livre [...]” (OLIVEIRA, 1988, p. 21)²⁷⁸. Em seu testamento, fica evidente que, após migrar para a capital da província, continuou a manter laços com o lugar onde fora escrava, além de doar uma quantia para a construção da capela da freguesia N.^a S. da Conceição da Feira – Termo de

²⁷⁵ APB. Livro de Registro de testamento n° 35, capital. (1852-1853). Escrivão Germano Mendes Barreto. Fl. 93,93-v. 94 APB. Segundo o seu testamento, sua senhora a deixou cortada em 100\$000, no entanto não revela em qual momento comprou sua alforria e migrou para Salvador. Infelizmente não localizei o inventário de sua senhora.

²⁷⁶ APB. Livro de Registro de testamento n° 35, capital. (1852-1853). Escrivão Germano Mendes Barreto. Fl. 93,93-v. 94. Maria Sabina Telles faleceu em 13 de Dezembro de 1852, em seu testamento declarou ser irmã das seguintes irmandades: São Benedito, ereta no Convento de São Francisco, do Senhor dos Martírios na Barraquinha e a de Nossa Senhora do Rosário de João Pereira. Em seu testamento não fica claro que tipo de atividade exercia, infelizmente não localizei o seu inventário ou dos seus antigos senhores nos arquivos consultados por mim.

²⁷⁷ APB. Livro de Registro de testamento n° 29, capital. (1842-1843). Escrivão Germano Mendes Barreto. Fl. 167. Agradeço ao pesquisador Urano Andrade pela gentileza em indicar e fornecer cópias desses dois registros de testamento (Maria Sabina Telles e Luiza Maria da Conceição).

²⁷⁸ APB. Inventário de Luiza Maria da Conceição (1843). 07/2887/01. Fl. 13, 33, 42. No seu inventário são avaliadas apenas duas escravas Delfina e Rita, ambas Nagôs e qualificadas como do serviço de ganho, as outras três não aparecem no inventário por terem sido alforriadas em testamento. Consta entre os seus bens duas “bancas de jacarandá e vinhático com gavetas e chaves”, muito utilizadas pelas “negras de ganho” na venda de alimentos nas ruas. Seu monte-mor, excluindo as três escravas alforriadas, foi de 2.219\$660. Fl. 13.

Cachoeira –, possuía “[...] em seu poder hipotecada no valor de 380\$000 a cabrinha Guilhermina, escrava de sua ex-senhora [...]”, e mantinha sob os seus cuidados uma sobrinha de nome Maria Madalena, filha de sua irmã²⁷⁹. Antes de sua morte, Luiza Maria da Conceição repartiu em seu testamento toda a sua fortuna entre suas sobrinhas/os, escravas, afilhadas/os e a sua rede mais ampla de sociabilidade²⁸⁰.

A história dessas duas mulheres se entrecruzaram com as de várias outras mulheres e homens em semelhantes condições que, após labutarem por liberdade, decidiram migrar, construindo novos laços afetivos e econômicos. Suas histórias se cruzavam nas ruas, becos, sobrados, feiras e portos do Recôncavo e da cidade de Salvador do século XIX. Além de possuírem um passado de escravidão em comum no mesmo local, trabalhavam na mesma profissão, moravam em ruas próximas e, possivelmente, frequentavam as mesmas irmandades e eram vizinhas de pessoas com trajetórias semelhantes. Basta lembrar que, perto de onde elas moravam, residia o africano liberto Domingos Sodré, que foi escravo em um engenho do Recôncavo e migrou para Salvador após obter a liberdade. Domingos foi acusado pela polícia em julho de 1862, de manter um “[...] candomblé na Rua de Baixo e de realizar feitiçaria há muitos meses, senão anos [...]” naquela localidade (REIS, 2008, p. 51-52)²⁸¹. Talvez, como apontei acima, pela experiência acumulada dessa rede de trabalho e sociabilidade, foi possível aos escravos do Recôncavo, solicitarem a permissão dos seus senhores para trabalhar na capital, acumulando com mais vantagem o pecúlio necessário para pagar suas alforrias²⁸².

É importante salientar que conquistar a alforria individualmente, migrar ou ascender socialmente não significava romper definitivamente os laços com as senzalas. Ao longo deste trabalho, venho demonstrando o quanto foram complexos os limites entre a vida em cativeiro e a vida em liberdade. Até que ponto uma mãe e/ou um pai sentir-se-iam “livres”, sabendo que os seus filhos estavam subjugados à escravidão e todas as suas mazelas? Será que as crianças alforriadas sentiam-se “livres”, sabendo que os seus pais, avós, tios, irmãos e amigos continuavam escravizados? Isso me faz refletir e relativizar os limites e a própria noção de liberdade, vivenciada de forma diferente para cada um daqueles sujeitos, e que os sentidos da

²⁷⁹ APB. Inventário de Luiza Maria da Conceição (1843). 07/2887/01. Fl. 167-v. No testamento consta o nome da irmã e duas sobrinhas de Luiza Maria da Conceição, mas não revela se eram escravas, libertas ou livres.

²⁸⁰ APB. Inventário de Luiza Maria da Conceição (1843). 07/2887/01. Fl. 167-v, 168, 168-v. Luiza Maria da Conceição cita em verba testamentária o nome de 4 sobrinhas, inclusive uma vivia em sua casa. Também cita o nome de suas irmãs, mas não revela se eram escravas ou libertas. Também reparte o seu legado com suas afilhadas e afilhados em número de três, além de repartir a quantia de 200\$000 entre as quatro sobrinhas de sua primeira testamenteira d. Ana Joaquina Escolástica, das quais duas eram filhas do seu segundo testamenteiro Antonio Joaquim Cardoso, que era irmão de d. Ana Joaquina Escolástica.

²⁸¹ Segundo João José Reis (2008, p. 52), “a movimentada Rua de Baixo de São Bento (atual Carlos Gomes), fazia esquina com a ladeira de Santa Tereza onde morava o africano Domingos Sodré.

²⁸² APMC. Inventário de Miguel Fernandes (1851-1866). 02/172/1753. Fl. 6, 10, 11.

liberdade, em algumas circunstâncias, apenas seriam efetivamente vividos numa perspectiva mais coletiva. Testarei essa hipótese.

3.5 MICRO-TRAJETÓRIAS: ESCRAVIDÃO, PROJETOS DE LIBERDADE E RALAÇÕES AFETIVAS: “*ME É LIVRE DISPOR DOS POUCOS BENS QUE POSSUO ADQUIRIDOS COM GRANDES TRABALHOS E FADIGAS*”

I've got life,
I've got my freedom
I've got the life

[Tenho vida,
Tenho minha liberdade.
Eu tenho a vida!]

(Nina Simone)

Era uma segunda-feira do outono na cidade de Cachoeira dia 11 de maio de 1859. Naquela data, a ganhadeira liberta Maria Madalena Garcia decidiu dar início aos seus afazeres semanais de forma diferente, possivelmente, estava sentindo que as “moléstias internas” que lhe consumiam há algum tempo avançavam rapidamente e que o tratamento realizado com o boticário local apenas esvairia seus escassos recursos sem lhe trazer grandes melhoras, ou seja, a morte se avizinhava. Preocupada com o futuro, no mesmo dia tratou imediatamente de realizar os seus “derradeiros desejos”²⁸³. Diante do medo da morte e da esperança de que pudesse “gozar da eterna bem-aventurança” divina, Madalena decidiu realizar seu testamento de maneira bastante minuciosa, lembrando-se dos vivos e das “almas” dos que já haviam partido²⁸⁴. Fez questão de registrar, “[...] por não ser casada e não possuir filhos [...]” que era totalmente “[...] livre de dispor dos poucos bens que possuía adquiridos com grandes trabalhos e fadiga [...]”, revelando como foi árdua sua vida no trabalho e como foi difícil conquistar os “diminutos bens” que repartia naquele momento²⁸⁵.

Possivelmente, suas moléstias fossem oriundas da fatigante rotina de trabalho de uma ganhadeira no século XIX, mulheres que subiam e desciam as enladeiradas e irregulares ruas,

²⁸³ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/125. Fl. 3.

²⁸⁴ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 2,3.

²⁸⁵ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 2-4. Ao apresentar petição para abertura do inventário, o testamenteiro e inventariante, João Guilherme Garcia, afirma que o intuito era “realizar o inventário dos diminutos bens de sua tia Maria Madalena Garcia”. Ao finalizar o seu testamento Madalena afirma ser “ridícula sua herança”. Grifos meus.

vielas e becos das cidades do Recôncavo. Com suas quitandas, tabuleiros e gamelas, equilibradas em suas cabeças, iam e vinham comercializado aos gritos de porta em porta, garantindo o sustento e a esperança de uma vida mais amena. No entanto, as exigências daquele trabalho poderiam causar sérios danos à saúde. Por não saber ler, nem escrever, ditou todos os seus desejos testamentários, que foram rigorosamente escritos e lidos por Luiz Osana Madeira. Pouco mais de dois meses após realizar o testamento, em 20 de junho de 1859, Madalena faleceu e foi sepultada na Igreja de N.^a S. do Rosário do Monte Formoso, onde estava localizada a Irmandade de N.^a S. do Sagrado Coração do Monte Formoso mais conhecida como Irmandade dos Nagôs, uma das três confrarias de que era irmã²⁸⁶. Para entender um pouco mais da história de vida dessa liberta, consulte outros documentos com o intuito de localizar novas pistas sobre sua trajetória, especialmente aquelas relacionadas ao tempo em que viveu em cativeiro. Recuarei alguns anos antes de sua morte.

Foi possível saber, pelo testamento de Madalena (1859), que ela era “[...] natural da freguesia do Iguape e filha de Maria Luiza, escrava de Maria Joaquina Garcia de Aragão, ambas já falecidas [...]”. Consultando o recenseamento da freguesia do Iguape de 1835, localizei Madalena como escrava da mesma Maria Joaquina Garcia de Aragão. No mesmo cativeiro, viviam outros membros de sua família, sua irmã Vicência e o seu sobrinho João, todos foram arrolados conjuntamente com os demais cativos, ou seja, na senzala daquela senhora conviveram simultaneamente pelo menos três gerações de uma mesma família escravizada: avó, filhas, netos e talvez outros membros que a documentação não nos revelou.

²⁸⁶ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl.18. ACMS. Registo de Batismo de Maria Madalena Garcia, Cachoeira (1859). Fl. 146. Segundo seu testamento, ficaria a cargo do seu testamentário decidir em qual das três Irmandades ela seria sepultada, no entanto não consta a denominação das demais Irmandades. Seu sobrinho, que também era membro da Irmandade dos “Nagôs” decidiu sepulta-la nesta Irmandade.

Quadro 4 - Escravos de Maria Joaquina Garcia de Aragão em 1835²⁸⁷

Nº	Nome	Cor/Origem	Estado	Condição/Profissão	Natural / Origem	Idade
1-	Rufina	Preta	Solteira	Escrava	Brasil	20
2-	<i>Vicência</i>	<i>Preta</i>	<i>Solteira</i>	<i>Escrava</i>	<i>Brasil</i>	<i>40</i>
3-	<i>Madalena</i>	<i>Preta</i>	<i>Solteira</i>	<i>Escrava</i>	<i>Brasil</i>	<i>30</i>
4-	<i>João</i>	<i>Preto</i>	<i>Solteiro</i>	<i>Escravo</i>	<i>Brasil</i>	<i>12</i>
5-	Leopoldina	Preta	Solteira	Escrava	Brasil	3
6-	Francisco	Preto	Solteiro	Escravo	Brasil	11
7-	Manoel	Preto	Solteiro	Escravo	Brasil	10
8-	Domingos	Preto	Solteiro	Escravo	Brasil	8
9-	Senhorinha	Preta	Solteira	Escrava	Brasil	4
10-	Felicidade	Preto	Solteira	Escrava	C. da África	35
11-	Fortunato	Preto	Solteiro	Escravo	C. da África	30
12-	Perpétua	Preta	Solteira	Escrava	C. África	24
13-	Antonio	Preto	Solteiro	Escravo	Brasil	10

Fonte: APB. Censo da freguesia do Iguape, 1835.

A partir do quadro 4, observo que não consta na listagem o nome da mãe de Madalena, pois, possivelmente, no momento da realização do censo, já era falecida. Por outro lado, o escravo João, que aparece com apenas 12 anos, era filho da escrava Vicência de 40 anos, ou seja, sobrinho e irmã de Madalena. Após adquirir a liberdade, ambos incorporaram o sobrenome Garcia, pertencente à ex-senhora – situação muito comum entre os libertos –, e Madalena mudou-se para a cidade de Cachoeira. Entre a realização do censo e a morte de Madalena – quase 25 anos – localizei escassas informações sobre os seus familiares. Sei que tia e sobrinho eram membros da mesma Irmandade de N.ª S. do Sagrado Coração do Monte Formoso e que, em janeiro de 1851, João Guilherme Garcia, já liberto e adulto, após enrobustecer um pouco o seu nome, apadrinhou a escrava Clemencia pertencente à sua tia Madalena²⁸⁸. Esse voltou a aparecer com mais evidência na documentação no momento da realização do inventário, onde foi testamenteiro, inventariante e tutor das herdeiras. Madalena, além de responsabilidades e recomendações, deixou-lhe “[...] 100\$000 para o seu sobrinho João Garcia e 50\$000 para a sua irmã Vicência Garcia [...]”²⁸⁹. Tudo indica que tia, sobrinho e irmã reuniam-se constantemente e que o relativo silêncio dessa relação é fruto da escassez de vestígios documentais existentes para determinados grupos sociais subalternizados.

²⁸⁷ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 125.

²⁸⁸ ACMS. Registo de batismo da Freguesia de Cachoeira (1851). Fl. 102. Assim como Maria Madalena Garcia o seu sobrinho era irmão da confraria de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso. APMC. Inventário (testamento em anexo) de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 18.

²⁸⁹ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 3.

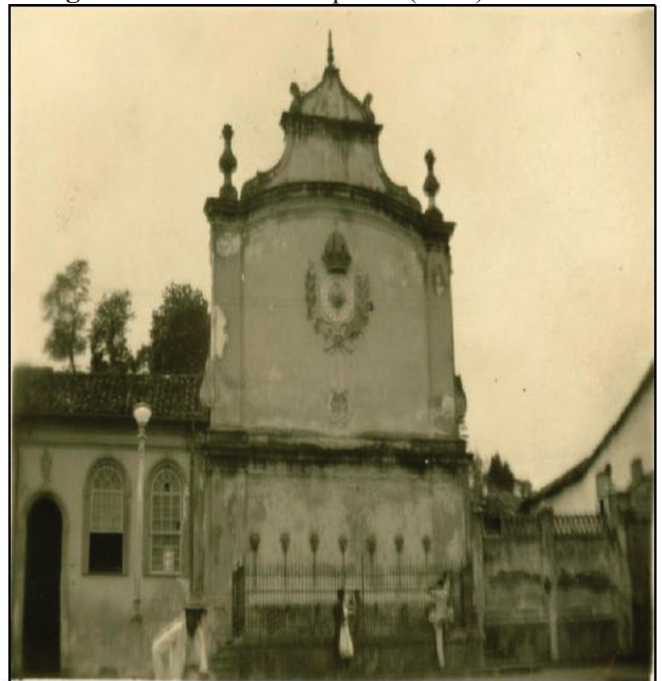
No caso de Madalena, sei que conseguiu ascender socialmente através de duras rotinas de trabalho e acumulou, durante sua vida, uma fortuna de quase dois contos de réis, incluído duas escravas de ganho e uma “[...] morada de casa no valor de 600\$000, situada ao largo da Praça do Chafariz [...]”, local estratégico que concentrava diversas ganhadeiras com suas quitandas e tabuleiros²⁹⁰. Nesse largo, era realizada a feira local, além de ser frequentado diariamente por centenas de pessoas em busca da água potável que jorrava das sete torneiras do imponente Chafariz Imperial, que ostentava placidamente o Brasão das Armas e o poder do Império Brasileiro.

Figura 11 – Largo Chafariz Imperial



Fonte: IBGE, 1949 [autor desconhecido]

Figura 12 – Chafariz Imperial (1827)



Fonte: IBGE, 1949 [autor desconhecido].

Madalena nunca foi casada e não tinha filhos, seus bens foram repartidos entre a sua rede de sociabilidade, seguindo as suas vontades testamentárias, que incluíam irmã, sobrinho, compadres, comadres africanos, vizinhos, afilhados e escravos/as, inclusive alguns pertencentes a outros senhores.

Deixo a Felismina de tal, filha de Escolástica de tal que se acha paralítica, por causa de um espantoso estupor, 10\$000 [...] para remediar-se [...]. Deixo a Maria dos Passos, escrava de Delfina 20\$000[...]. Deixo a minha comadre

²⁹⁰ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 64. O seu monte-mór foi de 1.862\$000.

Ana africana casada com Vitor africano 20\$000 [...]. Deixo para o meu afilhado André, filho do meu compadre André Pereira da Silva 30\$000²⁹¹.

As principais beneficiadas por sua herança foram as suas “duas crias” de nome Florentina e Clemencia, uma com dezenove e outra com nove anos, respectivamente. Disse que “há muito havia conferido a liberdade”, dando-lhes criação e educação:

Deixo a morada de casa onde moro na praça do chafariz a minha cria Florentina Garcia [...] Deixo a minha cria Clemencia Garcia, também já liberta 100\$00 [...] que pela tenra idade deverá ser recolhido ao Cofre Nacional, pra que possa dar algum ganho [...] para evitar o que é proverbial para os menores [...]. Cumprida as minhas disposições deixo por herdeiras as minhas crias Florentina e Clemencia.²⁹²

Como primeiro testamenteiro, inventariante e tutor das meninas, Madalena nomeou o seu sobrinho João Guilherme Garcia, o mesmo que em 1835 tinha apenas 12 anos, determinando que “[...] cumprisse os seus legados e guardasse as menores dos *males que sofrem os desamparados* [...]”, eximindo-o de prestar contas do legado pela confiança que lhe depositava²⁹³. Ao fim, não deixou de lembrar-se da sua genitora, encomendou para sua “alma meia capela de missa”²⁹⁴.

Não tenho informações precisas sobre as circunstâncias em que Madalena e seus familiares conquistaram a liberdade, infelizmente não localizei suas cartas de alforria, tampouco o inventário ou testamento da sua ex-senhora. Como salientei anteriormente, alguns senhores alforriavam seus escravos nos inventários e testamentos, principalmente quando se tratava de proprietários solteiros com idade já avançada, como era o caso da ex-senhora de Madalena. Por outro lado, apenas tenho a certeza de que Madalena conquistou a liberdade entre os anos de 1835 a 1842, quando já era uma mulher com mais de 30 anos²⁹⁵.

Ao que parece Maria Madalena Garcia, antes e depois de torna-se liberta conviveu em um ambiente com múltiplas referências de liberdade. De acordo com o censo do Iguape, 345

²⁹¹ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 22-v, 3,3-v, 4-v. Seu compadre André Pereira da Silva foi nomeado como terceiro testamenteiro.

²⁹² APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125.

²⁹³ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 3.

²⁹⁴ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 3,3-v, 4. Grifo meu.

²⁹⁵ A idade de Madalena não aparece com precisão na documentação, como era de costumes os escravos suas idades eram aproximadas, assinalada na documentação por “mais ou menos”. Quando Madalena foi listada no censo em 1835, possuía 30 anos de idade, no entanto em seu registro de óbito realizado 24 anos depois, consta ter 40 anos. ACMS. Livro de Registo de óbitos do Iguape. Fl. 5, 191-v.

peessoas foram declaradas libertas naquela freguesia²⁹⁶. Entre os 12 proprietários de escravos que eram libertos, cinco declararam possuir apenas um cativo; dois possuíam dois; um detinha três cativos e outros três possuíam quatro; e. Apenas o liberto Feliciano Godinho, disse possuir nove escravos. O total do número de libertos proprietários de escravos corresponde aos indivíduos que foram qualificados como “chefe do fogo” ou unidade doméstica, significa dizer, que outros libertos poderiam possuir escravos e não foram listados no censo como chefe de fogo por viverem como agregados.

Os dados do censo revelam que, dos 7.423 moradores da freguesia do Iguape em 1835, cerca de 8,1% eram brancos, e 53,7% foram qualificados como escravos, ou seja, 38,2% da população era composta por libertos e livres de cor. Esse foi o caso da liberta Maria Leonor da Piedade que, após adquirir a liberdade nos primeiros anos da década de 1820, possuía um escravo de nome João, que mantinha alugado²⁹⁷. Quando faleceu aos 60 anos de idade, pela epidemia de *cólera-morbo*, em 7 de setembro de 1855, ocupava uma posição relativamente de destaque em um dos principais centros da indústria açucareira do Recôncavo. Era senhora de 27 escravos, possuía uma fazenda de cana denominada Cassimum – no Iguape – com 124 tarefas de terra de massapê e um sobrado no centro do arraial, tudo avaliado em 27 contos de réis, que foram repartidos entre os seus dois filhos “pardos” nascidos livres – Diogo e Manoel –, fruto de sua união com o plantador de cana, branco, Diogo Pereira do Lago Sênior²⁹⁸. Com Diogo Pereira do Lago Sênior, Leonor teve três filhos: Diogo Pereira do Lago Júnior, Manoel Jacinto Pereira do Lago e Margarida (tudo indica que esta última faleceu quando criança). Talvez pelo lugar que ocupava ao falecer, em seu atestado de óbito e em seu inventário não foi identificada como liberta, apenas no censo da freguesia do Iguape de 1835 aparece em tal condição, solteira e com seus três filhos mencionados, morando como agregada do fogo do referido Diogo Sênior. Possivelmente, a união formal veio após esta data, pois ao falecer em

²⁹⁶ APB. Censo do Iguape, 1835. Para maiores informações sobre a demografia da freguesia do Iguape ver; BARICKMN (2003b) e <www.mappingbahia.org>. Acessado em 26/05/2014.

²⁹⁷ APMC. Inventário de Antonia Maria de Jesus. (1824-1826). Fl. 5. A inventariada foi a primeira mulher de Diogo Pereira do Lago, futuro marido e pai dos filhos de Leonor. “Devo que pagarei a Leonor Maria da Piedade a quantia de 186\$220 [...], a saber: 122\$220 procedidos de aluguel de seu escravo João, de 664 dia de trabalho a sessenta réis por dia e 64\$000 procedido de dinheiro que me emprestou em moeda corrente [Diogo Pereira do Lago, Freguesia do Iguape, 25 de Abril de 1822].Fl.5.

²⁹⁸ ACMS. Livro de registo de óbitos do Iguape (1857-1877). Fl. 191-v. APMC. Inventário de Leonor Maria da Piedade. 02/163/1578. Fl. 4,5,6. APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 160,161. Sobre a legitimidade dos filhos, ver registro de casamento de Diogo Pereira do Lago Júnior e Carolina de Jesus Maria. ACMS. Registro de casamento da freguesia do Iguape (1859). Fl. 27-v.

1855, Leonor foi qualificada como casada e seus filhos foram identificados como filhos e herdeiros de Diogo Pereira do Lago Sênior²⁹⁹.

Referenciais mais modestos também fizeram parte do tecido social, moradias mistas compostas por famílias de escravos, livres e libertos também compunham a paisagem do Recôncavo baiano. Francisco Fernandes da Costa, lavrador, liberto, disse possuir quatro escravos que o ajudavam no trabalho da lavoura³⁰⁰. Deziderio Brandão, ferreiro, liberto, possuía um único escravo, em sua casa residia sua mulher, filhos e irmãs todos declarados como “pretos” e livres³⁰¹. Na residência da ganhadeira Josefa, de 60 anos, além dela, morava a costureira Andreza, de 46 anos e os dois filhos dessa última, todos eram libertos e, possivelmente, familiares. A liberta Euzebia residia com seus quatro filhos nascidos livres: Maria, 16 anos; José, 12; Joana, 10; e Rosa, com 8 anos³⁰². Também juntos moravam os irmãos José, de 30 anos, Ignácio, de 19 e Manoel Antonio, com 15 anos, todos libertos³⁰³. Os três africanos libertos David dos Santos, Ana Joaquina e Maria da Conceição dividiam a mesma morada com a pequena Ana, preta, de seis anos de idade, livre por ser fruto de um ventre que já havia sido libertado³⁰⁴. Essa convivência proporcionava aos escravos um contato mais amiúde com outras experiências e expectativas do que seria a liberdade e ascensão social, não apenas aquelas irradiadas a partir de pessoas brancas, moradoras da casa-grande, mas experiências oriundas de ex-companheiros/as de senzala. Volto, novamente, à história de Madalena Garcia e seus familiares.

Ao revelar que os seus bens foram acumulados pelo seu trabalho, imagino o quanto Madalena era uma mulher dedicada e trabalhadora, certamente, ao sair do cativeiro não possuía muitos recursos para iniciar uma nova vida no ambiente urbano. O primeiro contato documental que tivemos com sua trajetória na condição de liberta foi uma escritura datada de 22 de setembro de 1842, onde comprou a referida “[...] morada de casa térrea situada na Praça do Chafariz [...] pela quantia de 390\$000 [...]”³⁰⁵. Não só em moradia investiu o seu cabedal financeiro, estava decidida a ampliar os seus negócios, tornando-se proprietária de algumas escravas de ganho, situação que não foi exceção para os libertos, pois, em diversas

²⁹⁹ Na própria documentação o escrivão utilizou Sênior e Júnior para diferenciar o Diogo mais velho do seu filho.

³⁰⁰ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 70.

³⁰¹ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 30. Seu único escravo era Antonio de 30 anos de idade, natural da Costa da África.

³⁰² APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 75

³⁰³ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 75

³⁰⁴ APB. Censo do Iguape, 1835. Seção Provincial e Colonial, maço 6175-1. Fl. 30, 75, 69,74, 70. O censo não deixa claro a filiação da pequena Ana, mas pela sua idade e qualificação racial (preta), suspeito que fosse filha ou neta de uma das africanas com quem residia.

³⁰⁵ APB. Livro de notas do tabelião João Vicente Sapucaia, Cachoeira. Livro 94. Fl. 153-v, 154, 154-v.

circunstâncias, encontrei indivíduos que, após serem libertados da escravidão, tornaram-se proprietários de escravos³⁰⁶. Segundo Oliveira:

A integração do ex-escravos na sociedade livre comportava a escravização de outra pessoa, por mais paradoxal que possa parecer tal fato. A vida de cativo ensinara ao liberto que ser livre era ser senhor e ser senhor era possuir escravos que trabalhassem para si. Tal era a verdade do escravismo. Não havia para o liberto, fosse africano ou crioulo, nenhum constrangimento na assimilação desta verdade (OLIVEIRA, p. 35).

O fato de serem pessoas que carregavam, em suas histórias e corpos, as marcas da instituição escravista, o que a condição jurídica de liberto não apagava, não os impediu que se tornassem donos de outros cativos. Como observa Barickman (2003, p. 216-17), a escravidão era uma instituição amplamente difundida, tanto no plano econômico quanto no de costumes, de tal maneira que possuir um escravo, quando economicamente viável, era algo acessível para diversos segmentos sociais.

Para senhores menos abastados, possuir algum escravo empregado nos serviços de ganho poderia significar sobreviver com os recursos oriundos desse trabalho. Como demonstra Maria Odila Dias (1984) para a cidade de São Paulo oitocentista, mulheres brancas e negras empobrecidas viviam em pleno anonimato, sobrevivendo muito precariamente, com o recurso do trabalho de um único escravo ou escrava, empregado nos afazeres do ganho (DIAS, 1984, p. 83-84). Através da justificativa de depender do seu único escravo e “[...] por encontrar-se envolta com a pobreza [...]”, d. Eugenia Rosa de Souza declarou ao juiz de Cachoeira em maio de 1854, “[...] que possuía um escravo por nome Liando, remador de canoa o que sem o menor detrimento seu *lhe ganha o pão quotidiano* com o que a recorrente se alimenta e mata suas precisões [...]”³⁰⁷.

Quando do seu falecimento (1859), Madalena possuía duas escravas que trabalhavam no ganho. Em primeiro de janeiro de 1844, batizou sua “[...] escrava Florentina, crioula, de quatro meses de idade [...]”, que foi alforriada desde pequena e era filha de sua escrava Antonia³⁰⁸. Alguns anos mais tarde, em 26 de dezembro de 1851, Madalena compareceu novamente à pia batismal da Igreja Matriz de Cachoeira para por os “santos óleos” em sua “[...] escrava Clemência, crioula de dois meses de idade [...]”, também alforriada

³⁰⁶Sobre libertos que possuíam escravos ver, dentre outros: Reis (2003& 2008); Nascimento (2010); Guimarães (2009); Fraga (2006); Santos (1991); Dias (1984); Russel-Wood (2005).

³⁰⁷ APB. Apelação crime (1854). 24/974/03. Fl. 24, 24-v. Grifos meus.

³⁰⁸ ACMS. Livro de batismos da freguesia de Cachoeira (1844). Fl. 103. Sobre a escrava Antonia, mas, de Florentina, não encontramos outras informações sobre seu paradeiro após esta data, possivelmente foi vendida ou faleceu.

posteriormente. Nessa ocasião aproveitou para batizar sua escrava Maria, africana, de 30 anos, do serviço de ganho, mãe da pequena liberta Clemencia³⁰⁹. Tanto mãe quanto a filha viveram juntas com Madalena Garcia até o momento de sua morte. Não descobri os motivos exatos que levaram Maria Madalena Garcia a alforriar as filhas de suas cativas, talvez por não ter filhos, alforriou as “crias” de suas escravas quando eram apenas crianças, interferindo diretamente na criação das meninas, oferecendo para elas uma educação formal, pois ambas sabiam ler e escrever, situação rara até mesmo para pessoas brancas com posses. Segundo o censo de 1872, na freguesia de N.^a Sr.^a do Rosário da Cachoeira, 87% dos residentes, entre livres, libertos e escravos eram analfabetos³¹⁰.

No caso da africana Maria, mãe de Clemencia, após a morte de sua senhora foi obrigada a separar-se de sua filha, que foi leiloada para pagamentos dos gastos com o inventário e comprada em outubro de 1859, pelo alferes Candido Francisco de Assis, dono de um armazém de secos e molhados, que morava a poucos metros de distância da antiga residência da africana³¹¹. No decurso da pesquisa, tive a oportunidade de conhecer a trajetória da africana Maria, após ser comprada pelo alferes, passando a ser chamada na documentação de Maria Luiza e permanecendo no serviço de ganho. Ela estava entre as ganhadeiras que, em 1860, vendiam gêneros alimentícios nas ruas de Cachoeira e foram multadas por infração de postura pela municipalidade, como observei na primeira seção deste trabalho³¹².

Ao que parece, as relações entre a liberta Madalena e as suas escravas foram relativamente amistosas. Maria da Conceição, cabra, do serviço de ganho foi envolvida em uma embaraçosa transação. Em 21 de fevereiro de 1854, Madalena decidiu vendê-la pela quantia de 400\$000, após a concretização da venda, com escritura lavrada em livro de notas no dia 10 de março do mesmo ano – 19 dias depois –, Madalena recomprou a escrava pelo mesmo valor e todos os procedimentos burocráticos foram refeitos³¹³. Segundo a justificativa do comprador e agora vendedor Alberto Teixeira de Guedes, estava “arrepentido de semelhante contrato”, mas não evidência quais os motivos o levaram a desfazer a compra³¹⁴.

³⁰⁹ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia de Cachoeira (1851). Fl. 101-v.

³¹⁰ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Encontramos anexadas petições escritas e assinadas por Florentina e Clemencia, que também passaram a utilizar o sobrenome Garcia. Fl.76,80.

³¹¹ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 39.

³¹² O alferes mantinha residência na Rua da Matriz em Cachoeira, após Maria Luiza ser comprada, pouco tempo depois faleceu e a africana foi novamente a leilão público conjuntamente com os demais escravos pertencente ao comerciante. Em 22 de julho de 1861, aconteceu o leilão e, assim como os outros cativos, foi Maria Luiza arremata por Cornélio Cypriano de Assis, filho e herdeiro dos bens do Alferes. Ao que parece o leilão foi uma estratégia do herdeiro para comprar os escravos por um preço mais em conta. APMC, inventário de Candido Francisco de Assis, (1860). 02/111/1072. Fl. 120, 122,122-v, 123,123-v. Ver tabela três.

³¹³ APB. Livro de notas do tabelião João Vicente Sapucaia, Cachoeira (1850-1855). Livro 99. Fl. 219-219-v.

³¹⁴ APB. Livro de notas do tabelião João Vicente Sapucaia, Cachoeira (1850-1855). Livro 99. Fl. 225-v, 226.

Talvez existisse algum acordo entre o comprador e a vendedora, no entanto, pelo pequeno período de tempo e pelo valor considerável – 400 mil réis –, considero ser mais plausível que a escrava Maria da Conceição não tivesse, ou não fosse de seu interesse manter, uma boa relação com o seu novo senhor, recorrendo à sua antiga senhora para ser recomprada. Caso tenha sido esse o motivo, sua demanda foi atendida, pois foi comprada novamente e permaneceu como propriedade de Maria Madalena Garcia até a morte desta.

A escrava Maria Conceição sabia o quanto a liberdade era algo distante para a maioria dos escravos, e em certas circunstâncias ser submetido a um cativoiro “menos pior” com expectativas de liberdade mais promissoras poderia significar dias vindouros “menos piores”. A escrava Augusta, em 1872, decidiu adiar a compra de sua liberdade por viver “debaixo de um domínio brando e suave” (REIS, 2012, p. 179), o que não significa dizer que existisse algum tipo de cativoiro brando, no entanto, poderia significar uma estratégia ou um atalho até chegar à liberdade, ou apenas manter-se distante de senhores mais perversos e de trabalhos exaustivos. Ao morrer, pouco mais de cinco anos após a venda e recompra da escrava, Madalena deixou em seu testamento a seguinte anotação: “[...] deixo a escrava Maria da Conceição, cabra, do serviço de ganho, coartada no valor de 100\$000”.³¹⁵ Agora a jornada em direção à liberdade estava definitivamente mais curta para a escrava Maria da Conceição.

Após repartir os seus bens, o legado da herança pertencente à sua “cria”, Clemencia Garcia, ainda de menor idade, como solicitado em testamento, foi recolhida pelo tutor e padrinho João Guilherme Garcia e ficou sob a guarda dos Cofres Públicos durante mais de onze anos. Em 11 de outubro de 1873, a liberta Clemencia Garcia, agora uma mulher adulta, apresentou petição comprovando sua maioridade e recebeu sua herança com juros e correção monetária³¹⁶. Nesse dia, o último desejo de Madalena foi finalmente cumprido; “[...] que guardasse as minhas crias dos males que sofrem os desamparados [...]”.³¹⁷ Agora, ela poderia descansar em paz de suas fadigas.

Por fim, um episódio interessante encontra-se no enredo envolvendo o homicídio da africana liberta Domingas, o qual serve de exemplo para captar alguns elementos do cotidiano de trabalho e vida das ganhadeiras nas povoações do Recôncavo oitocentista. Em 7 de janeiro de 1861, o corpo da africana Domingas foi encontrado em sua casa na freguesia de Muritiba

³¹⁵ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 3. Madalena não especificou em testamento o tempo necessário para o pagamento do valor da coartação, apenas exigiu que enquanto não pagasse o valor acordado “pagaria semana a sua cria Florentina”. Fl.3. Grifo meu.

³¹⁶ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 80,81. A herança foi depositada nos Cofres Públicos em 30 de Setembro de 1861, ficando até 26 de Outubro de 1872, com juros de 5% ao ano. Foi recolhido 79\$800 rendendo a quantia de 123\$950.

³¹⁷ APMC. Inventário de Maria Madalena Garcia (1859-1873). 02/125/ 125. Fl. 3.

com muito “fedor” e em avançado estado de decomposição. A principal suspeita do crime recaiu sobre o seu “amásio” há mais de 16 anos, o africano Jacob, que era cativo e vivia em companhia do seu senhor na mesma localidade³¹⁸. Por hora, a trama envolvendo o homicídio e as relações afetivas e conflituosas entre Domingas e o seu companheiro não é objetivo principal desta pesquisa, até porque, em recente artigo intitulado *Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista*, Isabel Cristina Ferreira do Reis (2012) realizou uma excelente análise desse episódio a partir das relações afetivas envolvidas no delito. Por isso, detive-me primordialmente a captar os elementos que envolveram o cotidiano de trabalho da vítima.

Ao tentar reconstruir os últimos passos de Domingas, seus vizinhos revelaram muitos aspectos de sua vida: comportamento, rotina de trabalho, vida afetiva, condições de saúde e trabalho etc. Sem sombra de dúvida, Domingas era uma mulher empreendedora, realizava suas agências com muita dedicação, debaixo de sol ou de chuva. Segundo depoimento das testemunhas, a liberta “[...] costumava sair para comprar gêneros em diversos lugares”.³¹⁹ Em sua pequena casa “[...] coberta com palhas e paredes de taipa [...] situada no caminho que desce para o arraial de São Felix [...]”, foi encontrado, no momento do exame cadavérico, cerca de “[...] vinte melancias, uma carga de bananas, uma arroba de fumo de folha e 1.600 réis em cobre, enterrados em um canto da casa [...]”. Em alguns momentos do processo, há referência da posse de um cabrito, mas o animal não foi encontrado na casa e nem no quintal³²⁰. Segundo uma vizinha que morava defronte a porta da africana, mesmo Domingas “consultando-se com o farmacêutico” regularmente, continuava a “[...] sofrer de um cancro no útero, sofria do peito e era periodicamente atacada por uma dor de cabeça que por vezes a prostrou sem sentidos [...]”, e nos últimos tempos sofria “muito do fígado”³²¹.

Infelizmente, a saúde da africana não andava muito boa, no entanto, isso não foi motivo para deixá-la abatida, pois dias antes de sua morte foi vista pelas ruas do arraial de Muritiba, “[...] com sua gamela na cabeça vendendo toucinho, feijão, aipins e mais coisas [...]”³²². Domingas foi vista pela última vez ainda com vida na “[...] tarde de trovoadas e chuvosa do dia 4 de Janeiro [1861], quando chegou da rua de suas vendagens muito *contente*

³¹⁸ APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl. 16-v. Agradeço a gentileza da professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, em ter cedido uma cópia transcrita deste documento. A versão original encontra-se fora de uso no APB.

³¹⁹ APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl. 19-v, 20.

³²⁰ APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl. 28, 28-v.

³²¹ APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl.16-v, 17-v.

³²² APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl. 36.

*e cantando [...]*³²³. Foram essas exímias vendedoras que o príncipe Maximiliano Habsburgo observou transitar pelas ruas de Salvador em 1860, segundo o relato do monarca, as ganhadeiras circulavam pelas ruas da cidade “[...] com seus cestos cheios de frutas mais esplêndidas, levando-as para vender aonde vão [...]” (GRAHAM, 2013, p. 66).

Por essa pequena fresta da trajetória da ganhadeira Domingas, vislumbro vários elementos de sua vida cotidiana e de muitas outras pessoas que viviam em condições semelhantes à sua. Isabel Reis (2012, p. 173), ao destacar o papel das mulheres negras na composição social do século XIX, ressalta que “[...] de modo diferente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, em especial das camadas médias e alta da sociedade de então, as negras sempre tiveram de buscar meios de viabilizar a sua subsistência [...]”. Essas mulheres e homens labutavam diariamente pela sobrevivência e por uma vida mais digna e, mesmo com todas as dificuldades de uma vida cheia de “grandes fadigas”, não perderam a ternura ao “cantar” e o direito de sentirem-se “contente”. Talvez, naquela tarde chuvosa de sábado de 4 de Janeiro de 1861 – suposto dia do crime –, Domingas estivesse alegre pela boa vendagem que tivera, cantava em agradecimento aos “deuses” pela chuva, raios e trovões que caíam, ou simplesmente para afastar os males que se avizinhavam. De qualquer forma, essa foi a última lembrança em vida que Domingas deixou para posteridade.

A trajetória da crioula Maria Madalena Garcia e da africana Domingas revela alguns dos caminhos trilhados pelos escravos para adquirir a liberdade, suas redes de sociabilidade e afetividade demonstra as estratégias utilizadas pelos libertos para conquistar espaços de autonomia, ascensão social e econômica. Madalena tinha plena noção do quanto foi dura a sua experiência de vida, talvez por isso repartiu entre aqueles que fizeram parte dos vários momentos do seu percurso de vida, desde o cativeiro até o seu leito de morte, os frutos materiais adquiridos pelo seu trabalho e compartilhou sua experiência conquistada com “grandes fadigas”, oferecendo para alguns, especialmente para as libertas, Florentina e Clemencia, uma trajetória de vida mais amena que a sua. Pelo menos as lembranças e mazelas do cativeiro não faziam mais parte do enredo de suas vidas há bastante tempo.

³²³ APB. 27/957/15 (1861). Apelação crime. Fl. 31-v. Grifo meu.

3.5.1 Gertudes e as suas filhas: “Para que possa sua irmã, a menor Tereza, libertar-se da escravidão”

Pouco diferente do relatado anteriormente, foi a trajetória da liberta Gertudes e suas três filhas. Em nove de agosto de 1881 faleceu de “lesões no fígado” a liberta Maria Antonia Gertudes, crioula, com cerca de 40 anos de idade³²⁴. Naquele mesmo dia, o cortejo fúnebre saiu de sua casa na Rua do Recreio em Cachoeira, acompanhado pelos membros da Irmandade de Nosso Bom Jesus dos Martírios em destino ao Convento do Carmo, onde foi sepultada. Em meio ao cortejo, vestidas de luto e tomadas pela tristeza da perda, encontrava-se suas três filhas: Maria Inocência, de 18 anos; Maria Rosa, de 17; e Tereza com apenas 14 anos³²⁵. Aquelas três mocinhas negras não só acabavam de perder a mãe e, como se não bastasse, tinham perdido uma referência de vida de uma mulher que, em meio a uma sociedade escravista, marcada por estigmas e preconceitos de diversas matizes, labutou anos a fio para garantir uma vida melhor para ela e suas filhas. Antonia Maria Gertudes despediu-se da vida sem conseguir realizar plenamente o seu principal desejo: libertar suas filhas da escravidão, pois duas haviam conquistado a liberdade, permanecendo apenas a caçula da família em cativeiro. Mas, pelo afeto, solidariedade e união, o seu maior desejo foi realizado *a posteriori*.

Gertudes foi escrava de José Joaquim Gonçalo Camarão, português, importante comerciante de fumo de exportação e dono de armazém de secos e molhados em Cachoeira. Durante quase toda a sua vida foi escrava do mesmo senhor, pois suas três filhas nasceram enquanto era cativa, tornando-se propriedade do referido comerciante³²⁶. Em 1863, com pouco mais de vinte anos de idade, Gertudes teve a sua primeira filha, logo no ano seguinte nasceu a segunda e, finalmente, em 1866, sua caçula veio ao mundo. As três meninas foram batizadas logo após os respectivos nascimentos, com os nomes de: Maria Inocência, Maria Rosa e Maria Tereza. Em seus assentos de batismo, não há referência alguma sobre a paternidade das crianças³²⁷. Não posso afirmar em qual condição vivia o pai ou os pais das “Marias” ou se Gertudes mantinha uma relação estável com algum companheiro,

³²⁴ ACMS. Registro de óbito, Cachoeira 1881. Fl. 90.

³²⁵ APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881). Fl. 16, 17, 18. Em anexo ao inventário, encontram-se os recibos de pagamento à referida Irmandade, também consta os gastos realizados com o luto das filhas “compra de chitas e chinelos para o luto das filhas”. Fl. 27.

³²⁶ APB. Inventário de José Joaquim Gonçalo Camarão 02/604/1058/12 (1864-1878). Possuía mais de 22 contos de réis investidos em fumo para exportação em Companhias da Cidade da Bahia e cerca de 400 fardos do mesmo produto, além do sortido e bem abastecido armazém de secos e molhados em Cachoeira. Fl. 5, 11, 11-v, 12.

³²⁷ ACMS. Registo de batismo da freguesia de Cachoeira. (1865), Fl. 48. (1867). Fl. 80

possivelmente, pela pouca diferença entre a primeira e a última filha – pouco mais de três anos –, suspeito, ainda, que fossem fruto do mesmo relacionamento. No entanto, independente da qualidade e das circunstâncias da paternidade, o que a documentação deixa evidente é a perseverança de Gertudes em se libertar do cativo e de ver as suas filhas vivendo em liberdade. Talvez tenha sido esse o maior legado que deixou às suas descendentes.

Os negócios com o fumo não iam muito bem para o senhor de Gertudes e, em 18 de agosto de 1871, mãe e filhas foram separadas. Gertudes foi vendida ao tenente Alberto Rodrigues Pereira, pela quantia de 1.100\$000 e suas filhas permaneceram na condição de escravas do seu ex-senhor, que faleceu pouco tempo depois (1872)³²⁸. No momento da partilha dos bens do falecido José Joaquim Gonçalo Camarão, a propriedade das três meninas ficou com seu genro e inventariante José Gonçalves da Costa Caxarena. Não disponho de informações da vida de Gertudes, nem de como suas filhas viveram durante o tempo em que estiveram separadas, provavelmente, mantiveram relação cotidiana, até porque Cachoeira não era uma cidade de dimensões tão grandes ao ponto de serem impossibilitadas de se cruzarem nas ruas da cidade, além do mais, a distância entre as casas que residiam era diminuta³²⁹. A documentação não deixa claro qual o tipo de atividade Gertudes passou a desenvolver junto ao novo senhor. Em sua escritura de compra e venda, ela foi qualificada como “do serviço domestico”, deveria estar comprometida com o trabalho de ganho, no entanto, suas atividades passaram a lhe render bons lucros, pois em um período de menos de oito anos conseguiu acumular recursos suficientes para comprar a sua alforria e de suas duas filhas mais velhas.

Em 29 de abril de 1873, Gertudes comprou sua alforria por 1.200\$000, valor quase 10% mais elevado em comparação ao que foi pago um ano antes pelo tenente Alberto Pereira. Quase quatro anos depois, em 19 de fevereiro de 1877, sua filha Inocência foi libertada pela soma de 400\$000 e, logo em seguida, sua segunda filha, Maria Rosa, conquistou a liberdade, ou seja, no momento de sua morte em abril de 1881, apenas a sua filha Maria Tereza, com 14 anos na época, permanecia em cativo, sob a posse de José Gonçalves da Costa Caxarena³³⁰.

³²⁸ APB. Livro de notas do tabelião Helvécio Vicente Sapucaia, Cachoeira (1871). Fl. 155-v,1156.

³²⁹ APMC. APB. Inventário de José Joaquim Gonçalo Camarão 02/604/1058/12 (1864-1878).Fl. 60. Poucos metros separavam a casa de Caxarena da casa que Gertudes comprou após ser liberta. O primeiro era morador da Rua da Ponte Nova e a segunda, do Largo do Chafariz.

³³⁰ APB. Livro de notas do tabelião Aprígio Augusto da Cunha, Cachoeira, livro 111. Fl. 19-v. APB. Livro de notas do tabelião Helvécio Vicente Sapucaia, Cachoeira. Livro 24. Fl 24, 24-v. Não foi possível localizar a alforria da segunda filha de Gertudes, pois muitos dos livros do tabelionato consultados estão em péssimas condições de manuseio ou fora de uso para os pesquisadores. Sabemos que Maria Rosa foi libertada entre os anos de 1877 a 1881, pois no momento do falecimento da mãe já vivia nesta condição.

No inventário de Gertudes, não encontrei muitos bens, além da “morada de casa térrea na Rua do Recreio”, possuía 49 moedas de prata e apenas uma de ouro e algumas joias: “[...] uma figa de cifre de prata [...] uma cinta e um passador de prata [...] três braceletes de ouro [...] um rosário de ouro [...] e um colar de ouro”³³¹. Entre moedas e joias, Gertudes possuía cerca de 500\$000, um valor relativamente considerável para uma liberta, que, em um tempo pequeno, comprou a sua alforria, de duas filhas e ainda conseguiu acumular algum capital. Não sei se a liberta Gertudes mantinha relações com pessoas que pudessem lhe ofertar tais condições, ou se achava mais seguro investir suas economias em ouro e prata, ou se a posse desses bens fosse apenas fruto de vaidade ou de alguma exigência profissional. As únicas pessoas que aparecem em seu inventário foram alguns credores, indicando que poderia manter algum tipo de relação comercial. Seu inventariante foi Pedro José de Santana, no entanto, a documentação não especifica qual o tipo de vínculo que possuía com a liberta e suas filhas. Seria ele o pai das meninas ou companheiro de Gertudes? Não foi possível saber.

Boa parte do seu legado foi consumido com o pagamento de dívidas, não especificadas por sinal, e com os gastos do inventário e funeral, basicamente o que restou como herança para ser repartido entre as herdeiras foi a casa de morada, avaliada em 600\$000. É nesse momento que percebo que o plano de Gertudes era ver as suas três filhas vivendo em liberdade e unidas, objetivo esse que foi cumprido. Maria Inocência e Maria Rosa, suas filhas já libertas, em um ato de solidariedade e afeto cedem generosamente a parte que lhes tocavam na herança materna em favor da liberdade da irmã caçula ainda escravizada. Acompanhe a justificativa apresentada pelas irmãs mais velhas:

Dizem Maria Inocência e Maria Rosa, filhas da falecida Antonia Maria Gertudes, *para que possa sua irmã, a menor Tereza, libertar-se da escravidão*, cedem pela presente em favor da mesma sua irmã o que lhes possa tocar em quinhão nas partilhas que tem de proceder-se o inventário dos bens da mesma [...]. Cachoeira, 30 de agosto de 1881.³³²

O juiz aceitou a petição das irmãs, e toda a herança (771\$829) ficou sob a administração do inventariante, sendo o mesmo obrigado pelo magistrado; “[...] a aplicar todos os recursos [...] para tratar da liberdade da menor [...]”³³³. Após a petição e o despacho do juiz, houve pouca movimentação no inventário, não ficam claro os motivos que impediram o inventariante ou o juiz de solicitar imediatamente que a casa fosse a leilão após despacho

³³¹ APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881).Fl. 112.Seu monte-mór foi de 1.142\$140. Fl. 37.

³³² APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881). Fl. 33

³³³ APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881). Fl. 44, 45.

mencionado, a resolução só veio depois de mais de quatro anos. Em 11 de julho de 1885, o proprietário de Tereza, por estar interessado na propriedade pertencente a menor, aproveitou-se das circunstâncias e elaborou uma petição com a seguinte finalidade: “Venho declarar que recebe[o] a casa pela liberdade de Tereza e pede que a casa seja dada a sua filha menor d. Malvina Caxarema”³³⁴. O Juiz acatou a solicitação e, imediatamente, Tereza foi avaliada pelo preço de 600\$000, coincidentemente, o mesmo valor do imóvel que passou a pertencer a filha do referido José Caxarema.

Depois de uma longa trajetória iniciada por sua mãe e levada adiante a todo o custo por suas irmãs, finalmente o desejo de Antonia Maria Gertudes, Maria Inocência e Maria Rosa foi realizado. No dia 24 de junho de 1885, a caçula da família foi libertada.

Diz José Gonçalves da Costa Caxarema que recebeu em adjudicação por sentença do juiz superior, uma casa em nome da sua filha d. Malvina Caxarema, para conceder liberdade a sua escrava Tereza, a qual a dita casa tocou no inventário de sua mãe [...] Vem oferecer em juízo a carta de liberdade da dita escrava [...]. Concedo a liberdade a minha escrava Tereza, preta, de vinte anos mais ou menos, solteira, pela quantia de 600\$000, que recebi em uma casa térrea, cita a Rua do Recreio nesta cidade de nº 7 [...]. Cachoeira, 24 de julho de 1885.³³⁵

Ao que parece a liberdade individual, apenas seria completa quando todas fossem verdadeiramente libertadas da escravidão, foi o que aconteceu naquele 24 de julho de 1885. A partir dessa data, não localizei nenhuma outra informação das “Marias”, possivelmente trilharam caminhos diferentes nos anos que se seguiram ao fim da escravidão, mas sempre permaneceram unidas, por serem originárias de um mesmo ventre que, ao ser escravizado, lutou para garantir um futuro melhor para as suas três “Marias” e as outras/os que estariam por vir³³⁶.

As histórias de Maria Madalena Garcia e da família de Antonia Maria Gertudes é um exemplo de como os escravos e os libertos lutaram para construir e manter os laços afetivos e familiares e o quanto a liberdade individual. Nesses casos, parecia ser uma liberdade inacabada. Não consegui reconfigurar todos os detalhes e estratégias de sobrevivência de todos esses sujeitos, mas, a partir da análise das fontes disponíveis, tive a impressão de que o desejo por liberdade os manteve de alguma maneira unidos e unidas.

³³⁴ APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881). Fl. 49. Grifo meu.

³³⁵ APMC. Inventário de Antonia Maria Gertudes (1881). Fl. 63,64.

³³⁶ Para um aprofundamento sobre a trajetória de mulheres pobres e negras nos anos seguintes a abolição na região de Feira de Santana e circunvizinhanças, ver. SILVA (2012)

3.6 A LINHA ESTREITA DA COR: “NÃO ERA PATRÍCIO DE NEGO QUE HAVIA SIDO CATIVO E SURRADO”

Ao escrever sobre sua passagem pela província da Bahia em 1858-1859, o viajante Robert Avé-Lallemant (1980), registou um pouco impressionado e, talvez, incomodado, a dominante presença negra em todos os espaços e funções. Depois de visitar a cidade de Cachoeira e um engenho da redondeza (engenho Vitória), retornou de vapor para Salvador cruzando o rio Paraguaçu e o mar da Baía de Todos os Santos. Após aportar na cidade da Bahia, registrou em seu diário: “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros.” (AVÉ- LALLEMANT, 1980, p. 22).

As impressões de Avé-Lallemant condizem com os números apresentados pelo censo geral de 1872. Segundo esse censo, o Termo de Cachoeira apresentava 78.325 pessoas livres; desses, 63,8% foram classificadas como de cor preta ou parda, ou seja, pessoas egressas da escravidão e os seus descendentes³³⁷. Infelizmente, o censo não oferece informações precisas sobre o quanto desse contingente eram egressos direto do cativo. Mas, caso se amplie os horizontes da documentação consultada, é possível captar micro-trajetórias de diversos sujeitos oriundos do cativo, revelando suas experiências, vínculos e estratégias de sobrevivência em uma sociedade escravista. Captar momentos de vida desses indivíduos possibilita-nos pensar os dilemas e conexões entre a vida no cativo e em liberdade para compreender um pouco mais do complexo mundo da escravidão e da liberdade.

Após conquistar a liberdade, existia uma séria de barreiras impostas, tanto legais quanto sociais e raciais a serem enfrentadas por libertos e pessoas livres de cor³³⁸. Segundo Elione Guimarães (2009, p. 57), “[...] os indivíduos emancipados durante o período escravista formavam uma camada intermediária [...]”. Mesmo possuindo a liberdade jurídica, garantida pelas cartas de alforria, em muitos momentos, encontravam-se entre as memórias do cativo, a vida em liberdade e a luta por direitos e ascensão social. Os laços com o cativo ultrapassavam as questões meramente jurídicas e econômicas, até mesmo determinadas vestimentas, como roupas de seda e sapatos foram proibidas por Lei aos cativos e aos forros.

³³⁷ Segundo o censo, a população geral do Termo de Cachoeira era de 93.672 pessoas, das quais 15.347 eram escravas e 78.325 eram livres. Entre livres, 50.015 foram classificadas como de cor parda e preta e 3.415 como caboclos. Para estimativas da população brasileira na segunda metade do século XIX, ver: Conrad (1978); Chalhoub (2010). Para Salvador, Reis (2003); para o Recôncavo, Barickman (2003b).

³³⁸ Russell-Wood (2005) afirma que a sociedade escravocrata, através das hierarquias raciais, “consideravam enquanto escravos os indivíduos de ascendência africana, que possuíssem ou não as cartas de alforria” (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 70).

Fraga Filho e Albuquerque (2006, p. 155) ressaltaram que “[...] a sociedade escravocrata não admitia que pessoas forras se iguallassem aos brancos ricos, no luxo e na forma de se vestir [...]”. Restrições de direitos políticos foram impostas aos libertos, especialmente aos africanos considerados estrangeiros pela constituição de 1824. Já os nascidos no Brasil foram considerados “cidadãos brasileiros”, mas não poderiam ser eleitos para cargos públicos, só podiam votar se tivessem a renda estipulada pela Constituição. Como afirma os referidos autores “[...] Nascido no Brasil ou na África, não tinha direito ao porte de armas e muitas restrições à sua circulação de local para outro e sempre quando necessário precisavam provar sua condição, sob pena de serem reescravizados [...]” (FRAGA FILHO & ALBUQUERQUE, 2006, p. 155).

Muitos alçavam a liberdade e deixavam suas redes familiares, afetivas, étnico-raciais e religiosas sob o jugo da escravidão; filhos, mulheres, maridos, pais, parceiros, irmãos religiosos e amigos todos poderiam continuar escravizados, o que tornava o grupo dos libertos interligados de várias formas ao cativo, inclusive pela cor da pele ou qualquer outro indício de “africanidade” ou, para ser mais preciso, nas palavras de Chalhoub (2009, p.26;108): “[...] o Estado Imperial na busca de consolidar a escravidão ilegal após 1831, contribuiu para tornar mais precária a liberdade de pretos e pardos forros e livres em geral”. Para Chalhoub, a precarização da liberdade para a população de cor gerava uma insegurança por parte desse segmento, pois segundo este autor, “[...] ninguém poderia ser negro-preto ou pardo-livre ou liberto, em segurança, numa sociedade em que escravizar ao arpeio das leis vigentes se fizera senhorial costumeira [...]” (CHALHOUB, 2009, p. 25)

As lembranças e recordações do tempo do cativo eram dolorosas e foram utilizadas em tom ofensivo e humilhante. Alguns preferiram esquecer, outros se sentiam constrangidos e muitos ficavam enfurecidos em ser comparados com cativos ou qualquer coisa que se assemelhasse. Segundo Oliveira (1988, p. 30):

A liberdade custava também a lembrança da servidão. Para o liberto, entre o ser livre *sem nódoas que marcavam a condição servil* assegurada na lei e o conviver com os preconceitos da ordem escravocrata, situava-se um conjunto de pequenas regras que deveriam ser observadas para que jamais se esquecesse de que havia sido um escravo [...] tudo isso não permitia ao liberto esquecer sua antiga condição ³³⁹.

As palavras de Oliveira, mencionada na citação anterior, são bastante esclarecedoras para entender determinadas circunstâncias que afligiam a vida dos libertos e as demais

³³⁹ Grifos da autora.

peessoas livres de cor. Ser igualado ou confundido a um escravo seria para o liberto e, mais ainda para o livre de cor, ser rebaixado a uma condição totalmente inferior e humilhante. Esse parece ter sido um dos fatores da querela envolvendo os crioulos Alexandre Gonçalves dos Santos e Torquato de tal, ambos vizinhos e moradores da Praça do Caquende em Cachoeira. Alexandre era jornalista e Torquato dono de uma pequena taberna na mesma localidade. Em uma quarta-feira, 25 de janeiro de 1882, por volta do meio dia, Alexandre teve o seu braço direito fraturado por uma bordoadada de “cacete de pau”.

Segundo o depoimento do oficial de justiça Baltazar Teixeira Guedes, vizinho dos envolvidos, “todo o barulho” iniciou quando Torquato cobrou a Alexandre a quantia de quatro mil réis que havia emprestado a Júlio de tal, “[...] para comprar fitas e enfeitar uma burrinha que ia ser exposta no povoado de Muritiba em um folguedo [...]”³⁴⁰. Na realidade, Torquato teria emprestado apenas 2\$000 a Júlio de tal, parceiro de Alexandre na empreitada, aquele prometeu pagar o dobro da quantia. Alexandre tentou argumentar que pouco ou quase nada foi arrecadado com a apresentação da alegoria de burrinha no festejo muritibano e que, por isso, Torquato aceitasse os 2\$000 sem a cobrança dos juros do empréstimo, mas a relação entre eles há algum tempo andava estremeçada. Torquato “[...] suspeitava que Alexandre tivesse relações íntimas com Maria Valentina, que foi sua amásia [...]” e, por isso, não aceitou a proposta de receber apenas o valor emprestado sem o acréscimo dos juros acordado com Júlio, esse que, em momento algum, aparece no processo³⁴¹.

À primeira vista toda a confusão nos parece ter sido desencadeada por motivos econômicos ou por rixas amorosas; porém, ao ser perguntado sobre o motivo que levou Torquato a agredir Alexandre, o oficial de justiça Baltazar revelou que os dois envolvidos trocaram palavras e ofensas verbais. Segundo o depoimento do mesmo oficial, Torquato primeiramente chamou Alexandre de “[...] ladrão, tendo o segundo respondido que não era ladrão, e dado a Torquato o tratamento de patrício [...]”, ao qual, ofendido, “[...] respondeu enfurecido que não *era patrício de nego que havia sido cativo e surrado* [...]”³⁴². Ao ouvir tais ofensas, Alexandre utilizou da mesma estratégia para atingir o seu rival, ao se retirar da taberna respondeu; “[...] que se ele havia sido cativo, também na família dele Torquato havia

³⁴⁰ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 10,10-v, 11. Júlio de Tal é apenas citado no processo pelos envolvidos e pelas testemunhas. Segundo o depoimento de Alexandre, foi Júlio quem fez o empréstimo com Torquato com a intenção de investir o dinheiro na ornamentação da burrinha, ainda segundo Alexandre, pouco foi arrecadado pelos dois com a apresentação da referida burrinha no folguedo. Até os dias atuais, são realizados durante os meses de Janeiro e Fevereiro no município de Muritiba os festejos – profanos e sagrados –, em homenagem ao Senhor do Bomfim, mais conhecida na região como Festa do Bomfim de Muritiba.

³⁴¹ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05, Fl. 2- v.

³⁴² APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 10- v.

[...]”³⁴³. Foi o suficiente para Torquato sair de sua “venda armado com um cacete de pau” e correr atrás de Alexandre que, mesmo tentando se defender com uma foice que portava, foi acertado com diversas pauladas, o que resultou em um braço quebrado.

É interessante notar que Torquato ficou “muito enfurecido” por ter sido chamado de “patrício”, um termo que naquele contexto poderia significar igualdade de origem e condição ou apenas um artifício linguístico carregado de ironia. Para um homem de cor na posição de Torquato, que conseguiu um lugar de ascensão, era dono de uma pequena taberna com residência fixa e respeitado pela vizinhança, as lembranças e marcas da escravidão – fossem dele ou de algum familiar – deveriam ser apagadas. Alexandre, ao revidar as ofensas, assume o seu passado de cativo e violência – “nego que havia sido cativo e surrado” – e, ao mesmo tempo, revela o passado de Torquato, que não se conformava em ser chamado de “patrício” por um ex-cativo, mesmo existindo em sua família pessoas – ou até ele próprio – em condição semelhante.

Em nenhuma das mais de trinta páginas que consumiu o processo-crime, os envolvidos foram identificados como libertos. Esse indício nos leva a pensar que, mesmo se tivessem sido escravos algum dia, teriam conquistado a liberdade há bastante tempo, todavia as marcas da escravidão, possivelmente a cor da pele e a origem, acompanhavam suas vidas para sempre.

Como demonstrou Hebe Mattos (1995), no decorrer do século XIX com o aumento do contingente de pessoas de cor livres e libertas, a busca desses sujeitos para distanciar-se da escravidão gerou um silenciamento generalizado da cor e da origem dos indivíduos na documentação³⁴⁴. No entanto, ao pesquisar mais detidamente processos-crime do Recôncavo, identifiquei que a cor e a origem poderia ser acessada em diversas circunstâncias do dia-a-dia, ou seja, seu silêncio vivia em um estado de dormência, ao toque da necessidade, poderia ser acessada, principalmente quando o objetivo era ofender ou desqualificar alguém, tornando-se um elemento demarcador das hierarquias sociais e raciais. Foi a partir dessa lógica que Torquato e Alexandre agiram. A seguir, mostro outros episódios onde a cor deixou de ser silenciada.

Por volta das 11 horas da manhã do dia 4 de maio de 1854, alguns gritos de “me acuda” saíram de um sobrado situado no “caminho que vai para o bairro do Caquende”, propriedade de Antonio Soares Veigas, um “negociante rico, poderoso e com muitas relações

³⁴³ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 10.v.

³⁴⁴ Sobre o assunto, ver: Mattos (2005); Fraga Filho (2006; 2009); Albuquerque (2009).

na cidade de Cachoeira”³⁴⁵. Antonio disse “[...] estar em sua casa manso e pacificamente [...] deitado e descansando [...]” quando o canoeiro Liandro, escravo de d. Eugênia Rosa de Souza invadiu enfurecidamente a sua residência e “[...] aos gritos lhe proferiu atroz injúrias verbais [...]” e palavras de baixo calão, sendo o suplicante obrigado a chamar seus escravos e os guardas do destacamento para acudi-lo³⁴⁶. Segundo a versão do curador do escravo, Liandro teria sido convidado pelo próprio Antonio Veigas a subir até o segundo andar do sobrado e assim “[...] respeitou e obedeceu como faz com todas as pessoas brancas [...]”³⁴⁷, segundo a longa, meticulosa e erudita apelação elaborada por José Bernardino da Matta, com direito à citação em latim e francês. O objetivo do convite senhorial tinha outro fim:

Servir aos costumes de inversão da ordem natural do sexo masculino, para satisfazer os delírios e depravações [...] do vício abominável que todos nesta cidade sabem que o recorrido tem [...] deixando por abuso ou imoralidade o sexo feminino [...]. E havendo por parte do escravo da recorrente toda repugnância em servir a semelhante exigência contraria a própria natureza, prestando um serviço próprio das mulheres.³⁴⁸

De acordo com o argumento desenvolvido pelo curador, “não era do costume” de Liandro, que tinha como apelido *Pistola*, manter relações sexuais com outros homens, mesmo que fossem brancos, ricos e poderosos. Pela lógica dos argumentos apresentados pelo curador, o que causou a ira de Antonio Soares Veigas foi a recusa do escravo ao seu convite, mandou que os seus cativos segurassem Liandro, chicotando-o em praça pública pela “desobediência” cometida aos seus desejos carniais.

Ultrapassam os objetivos deste trabalho discutir todos os significados e implicações presentes nesse episódio, o que mais me interessa são os argumentos utilizados pelo curador para recorrer à sentença de pena de açoites a que o escravo foi condenado por ter proferido atozes injúrias verbais ao dito senhor.

Para desqualificar uma testemunha do processo, o curador revelou outros “segredos”, afirmando que o depoimento de uma das testemunhas não era confiável. Manoel Joaquim dos Santos foi umas das testemunhas do processo, declarou ser branco, solteiro, ter 40 anos de idade, ser natural da cidade Santo Amaro e viver de negócios em Cachoeira, além de ser amigo de Antonio Soares Veigas e ter confirmado a versão do comerciante nos fatos. Na apelação, o curador defendeu o seguinte argumento contra essa testemunha:

³⁴⁵ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 2.

³⁴⁶ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 2. Possuía mais de dez escravos

³⁴⁷ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 2,25.

³⁴⁸ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 25-v.

O juramento dessa testemunha não era verdadeiro, por que até muito *em dizer que era branco, quando pela cor ninguém dirá que não seja um pardo, um pouco claro*, não sendo negociante, pois todos sabem que nada possui nessa cidade, se não o dia e a noite percorrer os hotéis e as casas de pasto.³⁴⁹

A desqualificação do depoimento de Manoel Joaquim dos Santos foi pautada na “cor” de sua pele e no seu comportamento. Como um homem que seria facilmente reconhecido como pardo, mesmo que claro, poderia se declarar branco? Na visão do advogado, seria uma inversão da ordem, um abuso às hierarquias sociais e raciais da época, assim como Liando foi qualificado como respeitoso e obediente por cumprir as ordens de “todas as pessoas brancas”, Manoel Joaquim dos Santos foi descrito pejorativamente como um capadócio por ter dissimulado em juízo sobre a sua “cor”³⁵⁰. Mesmo que os argumentos não condissessem com a realidade, é interessante levar em consideração como, naquela sociedade, tal discurso, mesmo que inverossímil, foi utilizado para desqualificar o depoimento e a conduta de uma pessoa como falsa e imoral. É bem provável que o “branco, pardo, um pouco claro” Manoel Joaquim dos Santos fosse um homem livre, mas por se autodeclarar “de cor branca” infringiu as regras, mais um motivo para o seu depoimento não ser levado em consideração³⁵¹.

Por fim, em outro episódio o “[...] preto octogenário, Euzébio Moreira de Santana e sua mulher Maria Eugênia da Conceição [...]” apresentaram queixa informando que na noite de sexta para sábado de 19 de janeiro de 1868 “[...], foram atacados por volta das sete horas da noite na localidade de Brittos [...]” no povoado de Afligidos em São Gonçalo dos Campos por quatro pessoas armadas de cacetes³⁵². Os acusados foram: Alexandrina de Tal, viúva de Manoel da Cruz; seu irmão Mariano; seu genro Barnabé Antunes da Silva; e o seu vizinho e fazendeiro Devid Dias Falcão. O processo-crime não revela qual o motivo que impulsionou a fúria coletiva em direção ao velho Euzébio e sua mulher. Poderia ter sido por rixas antigas, fofocas, invasão de animais em roças, roubo, relações amorosas etc. Entretanto, o que fica claro no desenrolar do processo-crime é o fato de os agressores proferirem, aos gritos, que

³⁴⁹ APB. Processo-crime Lesões corporais (1882). 17/691/05. Fl. 26, 26-v. Grifos meus.

³⁵⁰ Para um melhor compreensão das implicações relacionadas à cor e as estratégias de exaltação, dissimulação e diferença em finais do século XIX e no período pós-escravista, ver: Albuquerque (2009); Schwarcz (1993).

³⁵¹ Para um melhor compreensão das implicações relacionadas à cor e as estratégias de exaltação, dissimulação e diferença em finais do século XIX e no período pós-escravista, ver: Albuquerque (2009); Schwarcz (1993).

³⁵² APB. Processo-crime (1869). 11/366/12.Fl.2.

queriam “acabar com o negro”³⁵³. Em seu depoimento Antonio Claudiano Ferreira, que presenciou o conflito, disse que o grupo cercou

[...] Euzébio Moreira de Santana e Maria Eugenia, todos armados de cacetes, e travaram razões com o casal, quando apareceu o fazendeiro Devid Dias Falcão, também armado de cacete e furioso gritando; *mata o nego, que acabassem com o nego, que quem matasse nego não tinha crime que nego era igual a urubu*³⁵⁴.

Após ouvir tais insultos de cunho racistas, o velho Euzébio caiu desmaiado em meio ao cerco. Foi acudido por sua mulher e levado desacordado para a casa de Antonio Claudiano Ferreira. Depois do acontecido, Euzébio ficou sem “falar durante três dias”, apenas depois desse tempo voltou a dizer “poucas palavras”³⁵⁵. No corpo de delito, os peritos não encontraram “[...] no paciente o menor ferimento ou contusão, porém achando-se privado de falar pela forte apreensão e insultos que recebeu [...]”³⁵⁶. Os insultos, ameaças, humilhações, ódio e um pouco de covardia por parte dos agressores fez o velho Euzébio perder os sentidos e despencar ao chão. Para um homem com uma experiência de vida de mais de oitenta anos, possivelmente liberto, ouvir tais ofensas seria o mesmo que receber as pancadas dos cacetes, quiçá rememorando as de chicote de outrora.

Os conflitos, expostos anteriormente, mesmo em alguns casos envolvendo pessoas da mesma cor e condição, o que poderia torná-lo contraditório, coaduna com as reflexões da historiadora Maria Inês Côrtes de Oliveira (1988, p. 11), segundo a qual, “[...] tornar-se liberto não era o mesmo que o tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no escravo e nos liberto as marcas de sua antiga condição servil [...]”. Esses homens e mulheres de cor também possuíram suas próprias visões, memórias e lembranças da escravidão e as suas próprias concepções do que seria a liberdade e a todo custo buscaram conquistá-las, afirmá-las e protegê-las, mesmo que fosse entre aqueles que, em tese, seriam seus pares.

Não só a escravidão tinha o seu peso, a liberdade também possuía o seu próprio fardo. Defendê-la significava aprender a conviver com as nódoas que marcavam e demarcavam cotidianamente as hierarquias. Por isso, a única saída era resistir diariamente aos preconceitos,

³⁵³APB. Processo-crime (1869). 11/366/12. Fl. 11, 14,15. No processo-crime, não há informação se os acusados eram pessoas de cor. Quase todas as testemunhas ou pessoas que foram citadas nos depoimentos foram qualificadas como “pardas”.

³⁵⁴APB. Processo-crime (1869). 11/366/12. Fl. 4,5. Grifos meus.

³⁵⁵APB. Processo-crime (1869). 11/366/12. Fl. 4, v.

³⁵⁶APB. Processo-crime (1869). 11/366/12. Fl. 6-v,7. Segundo os peritos o preto Euzébio poderia ter “sido acometido por um ataque de epilepsia”, no entanto isso não fica claro no processo.

desconfiança e aos olhares enviesados de uma sociedade escravista e racista nas últimas décadas da escravidão no Recôncavo baiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das margens do Paraguaçu
Em plena América do Sul
Só remanescente ficará
Só remanescente ficará

(Banda Remanescente)

Caçula de uma família negra com seis filhos, tive a oportunidade de nascer nas roças do Recôncavo Baiano, em um minúsculo povoado rural chamado Casa de Telha, limítrofe entre os municípios de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus. Antes de vivenciar, durante a adolescência, o magnífico cenário urbano da periferia de Salvador – Curuzu e circunvizinhança, vivi em meio aos pastos e suas criações. Diariamente observava painho, mainha e os meus irmãos e irmãs mais velhos labutarem nas plantações de mandioca, fumo, frutas, verduras, hortaliças e alguns poucos víveres, especialmente as galinhas, as que mais me encantavam! Todas as sextas-feiras à tarde, após a escola, ajudava meus pais a colher a produção. No dia seguinte, ainda na madrugada, meu pai e meu irmão, os “homens” mais velhos, partiam montados no lombo do jumento Terêncio em direção à feira livre de Conceição do Almeida – 13 km de distância –, logo mais mainha partia, com outros feirantes, em cima da carroceria dos caminhões com destino à feira de Santo Antônio de Jesus – 18 km. Ansioso pela espera dos meus pais, sempre que permitido pelas minhas irmãs/os que ficavam tomando conta uns dos outros, passava os dias de sábado em companhia do meu padrinho, o velho Manoel da Paixão, ou como eu o chamava: O velho Chão³⁵⁷.

Um senhor de quase noventa anos, bastante alto. Andava lentamente e meio curvado pelo peso da idade. Vestia calça e camisa de linho gastas pelo uso. Sob a cabeça portava sempre um chapéu de palha. Era de cor azeviche, pouca barba, viúvo, solitário e muito mal humorado. Morava ali perto. Sua casa era de taipa, sem reboco ou energia elétrica. Possuía poucos móveis. Não me lembro de todos, mas me recordo que possuía um par de quadros de tamanho médio, onde estavam retratados sua imagem e de sua falecida esposa, ambos pintados à mão. Ficavam pendurados na parede da sala, em cima do nicho de madeira preta que ficava em um canto da pequena sala. Além da morada, no mesmo local, mantinha uma pequena roça, que ficava “dentro” da propriedade que meus pais tomavam conta. Minha ansiedade pelo retorno dos meus pais era distraída pelas histórias que Chão me contava ao

³⁵⁷ Manoel da Paixão era meu padrinho “de nome”, pois nunca fui batizado “oficialmente”.

longo do dia. Logo cedo, partia para sua casa. Após a passagem do açougueiro Roquinho, que vendia “carne verde” de porta em porta por toda vizinhança, moqueávamos, ao pé do fogão de lenha, a carne verde, geralmente ossuda; hortelã grosso, pimenta do reino, sal e alfavaca de galinha, às vezes, alguns quiabos e batatas eram misturados. Tudo era colhido ali mesmo no quintal. Depois ele levava ao fogo. Era só esperar o almoço ficar pronto. Pela falta de geladeira, o restante das carnes era salgado e pendurado ao sol para o velho Chão se alimentar no decorrer da semana. Depois o piso de barro batido da casa era varrido com uma vassoura de palhas de licuri. Durante o cozimento da carne, dos legumes e das verduras, aproveitava para brincar no quintal, procurando algum ninho de galinha ou de passarinho. Enquanto isso, Chão limpava cuidadosamente o seu nincho de madeira dedicado aos santos gêmeos Cosme e Damião. Após a higiene do santuário, retirava duas pequenas velinhas coloridas em formato de parafuso de dentro de uma caixinha, que continha outras velinhas iguais, porém de outras cores diferentes. Cuidadosamente, acendia as velas aos “pés” dos seus santos gêmeos protetores. Este ato se repetiria cotidianamente nos dias vindouros.

Era tempo do almoço estar pronto! Comia a carne – sobe-e-desce – com pirão de farinha de mandioca umedecido com água quente e sentava ao lado de “Chão” no avarandado da pequena casa com vista para o horizonte. Algumas bananas nanicas ajudavam a complementar a refeição. Aos meus pés e do meu padrinho, as galinhas e as cadelas Chola e Paquita – a primeira dele; a segunda minha –, disputavam as migalhas de farinha e os ossos que “pulavam” de nossas tigelas de ferro esmaltado de branco. Considerava uma das melhores refeições da semana, não pela composição nutritiva do cardápio ou do valor calórico do prato, mas pelo momento, pelo afeto, pela vivência e experiência. Repartir aqueles momentos com o velho Chão era, para uma criança entre 8 a 10 anos, um sopro de liberdade, respeito, curiosidade, ou seja, era viver.

Após o almoço, pelo meio da tarde, ainda sentados no avarandado, eu descascava laranjas ou tangerinas, ele pacientemente picava seu rolo de fumo de corda, com uma amoladíssima faca de “sete tostões” sob uma pequena pedra de amolar. Após o cuidadoso preparo, acendia o cigarro com seu isqueiro de metal prateado abastecido com querosene. Entre uma tragada e outra do cigarro, contava-me suas histórias e causos, partilhando comigo suas reminiscências: disse-me que seus pais eram do tempo do cativoiro, falava-me como era o tempo de sua juventude; mulheres, trabalho, brigas e bebedeiras. Saudosamente comentava da falecida sua esposa d. Fulô – que seria minha madrinha –, dá falta que sentia do seu único filho também já falecido e de como vieram parar todos naquela localidade. Comentava sobre a

vida alheia, falava se as galinhas estavam gordas e colocando ovos, se os pés de pimentas, jacas, seriguelas, jambu, manga e o pé de fruta-pão do quintal estavam “carregados”. O dia já se esvaía, era momento de partir. Afinal de contas, painho e mainha chegariam a qualquer momento da labuta. Despedia-me de Chão, quando lembrava, tomava a “bença, Chão” e levava comigo uma multidão de informações, sensações, cheiros, palavras, histórias e um pacote de bolachas dura de água e sal.

Tudo era muito natural para mim, como seria para qualquer outra criança de minha idade naquele contexto. Para aquela comunidade não havia nada de especial nas experiências do velho Chão ou na rotina fatigante de meus pais e irmãos feirantes, dos meus vizinhos lavradores e diarista nas fazendas da região. Tudo era vivido no tempo e no espaço em que as coisas aconteciam. Passado pouco mais de vinte anos cá estou, pesquisando e escrevendo uma dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal da Bahia, sobre as múltiplas experiências cotidianas de homens, mulheres e crianças negras que foram escravizados no Recôncavo Baiano nas últimas décadas da escravidão. Sujeitos que labutaram em feiras, roças, engenhos, fazendas, fábricas e ruas na busca da sobrevivência cotidiana e na expectativa de garantir um futuro mais promissor de liberdade e cidadania para os seus descendentes.

Longe de querer estabelecer comparativos anacrônicos e descomunais, hoje percebo o quanto as lembranças do velho Manoel da Paixão (Chão), refletem um longo processo de acúmulo de experiências coletivas. Durante a graduação em História na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, em Cachoeira-BA, pude reviver muitas dessas lembranças: a feira livre, os candomblés e sambas, as histórias do trabalho nos tabuleiros e quitandas de Maria do Ogum Megege, nas cidades de todo Recôncavo. A resistência cotidiana das comunidades quilombola, os conflitos por terra e moradia, as fábricas de charutos, os pescadores e marisqueira etc. Simultaneamente neste ambiente fértil e vivo, construí minha formação acadêmica de professor e pesquisador. Impulsionado pelas memórias e estimulado pelo rigor da pesquisa histórica, busquei desde a graduação pesquisar e entender mais sobre as experiências e as histórias coletivas de pessoas que fizeram, e fazem, parte de minha trajetória de vida: O velho Chão, d. Santinha rezadeira, o preto Sarapião, Bier da venda, Sr. Agenor da casa de farinha, Tonho Ingrês, Zé Camilo Barbeiro, Sr. Clóvis Vaqueiro e de tantos outros sujeitos. As histórias contidas nessa dissertação buscam retratar fragmentos da história de vida dos seus/meus antepassados, que foram desumanizados pela escravidão, pelos efeitos

perversos do racismo e esquecidos pelo elitismo historiográfico, polarizado entre a figura dos heróis e anti-heróis de nossa história.

Com a pretensão de contribuir para o conhecimento do cotidiano, das experiências, expectativas de vida, amarguras, desespero, felicidade e dor vivenciados por escravos e libertos nas últimas décadas da escravidão no Recôncavo Baiano, tentei ressaltar o legado histórico, cultural e econômico deixados por sujeitos escravizados e pelos seus descendentes. Ao finalizar essa dissertação, acredito que posso compreender um pouco mais com o conhecimento da história de vida dessas pessoas, muitas delas possivelmente, meus antepassados, pois um dos legados mais importantes deixados para a posteridade por esses sujeitos do passado foi manter a esperança de que “[...] o caminho da felicidade ainda existe, é uma trilha estreita, em meio a selva triste [...]”³⁵⁸.

³⁵⁸ Racionais MC's. Vida Loka Parte II.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas- Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- _____. Alforrias em Rio de Contas-Bahia (1800-1850). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH;UEL, 2005. p. 1-8.
- ALVES, Máira Chinelatto. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores: Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2014.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada do Brasil: império/ a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. v.2.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real Deslenderina, 1711. Rio de Janeiro: [s.n.], 1837.
- ASSIS, Machado. *Bons dias!* 3. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008. (Introdução e notas: John Gledson).
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- BAHIA. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Diretoria de Bibliotecas Públicas. *Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888*. Salvador: 1996.
- BARRETO, Virgínia Queiroz. *Depois da liberdade: espaço de vivências de mulheres pobres no Recôncavo Baiano*. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói: Editora da UFF, 2014. v.2. Disponível em: <https://www.academia.edu/attachments/35996143/download_file?st=MTQzMjA2MjE0NSwyMDAuMTI4LjYwLjg4&s=swp-toolbar>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- _____. E se a casa- grande não fosse tão grande? Uma Freguesia açucareira do Recôncavo Baiano 1835. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 29-30, p. 79- 132, 2003b.
- _____. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-881). *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 21-22, 1998-1999.
- BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil d'os viajantes. *Revista USP*, São Paulo, v.1, n. 30, p. 8-19, jun.-ago. 1996.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100. (Texto original de 1959).

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador, CEB, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro das Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLUCCI, Junior Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos, forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume; FAPESP, Salvador: FAPESB, 2008.

_____. Tramas, terra e liberdade: família escrava e alforrias na ilha de Itaparica no século XIX. *Afro-Ásia*, v. 1, n. 42, p. 63-107, 2010.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: ABL; Topbooks, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina P.; CHALHOUB, Sidney. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p. 23-63.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão*. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivências: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. 2009. 195. f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2009.

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro 1871-1902*. 2004. 279.f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA; Sarah Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIAS, Juliana Barreto. Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades. In: SOARES, Mariza de Carvalho. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2011. p. 227-258.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.1, n. 16, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

_____. O treze de maio e as celebrações da abolição na Bahia (1888-188893). In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; OLIVEIRA, Rosy. (Org.). *Olhares sobre o mundo negro: Trabalho, cultura e política*. Curitiba: Progressiva, 2010.

_____. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 93-132, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GENOVESE, Eugene D. *O mundos dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Tradução Laís Falleiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

_____. *Terra de Preto: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850- 1920)*. Niterói: EDUFF, 2009.

_____. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapesb; Annablume, 2006.

_____. Camponeses negros no Pós-abolição. Trabalho, terra e disputas - Zona da Mata de Minas Gerais. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói:

Editora da UFF, 2014. v.2. Disponível em:

<https://www.academia.edu/attachments/35996143/download_file?st=MTQzMjA2MjE0NSwvMDAuMTI4LjYwLjg4&s=swp-toolbar>. Acesso em: 20 nov. 2013.

INVENTÁRIO de Proteção do Acervo Cultural da Bahia: monumentos e sítios do Recôncavo, II Parte2. ed.. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 1997. v. 3.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Revista Projeto História* [PUC-SP] São Paulo, n. 12, 1995.

_____. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (Org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaio de história social*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagens e história comparada*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Editora UFMG; Vitória da Conquista: EDUNESB, 2008. (Coleção Olhares).

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1870)*. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: Trabalho, Luta, Resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 8, n.16, p. 143-160, mar.-ago, 1988.

MARTINS. Romulo de Oliveira. “Vinha na fá de trabalhar em diamantes”: Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina- Ba (1840- 1888). f, 168. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. No Brasil escravista: relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.1, n.2, p. 219-233, set. 1981.

_____. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar.-ago., 1988..

_____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860, esboços de Viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 128.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. (Org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *Bitedô, onde moram os nagôs: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jêje-nagô no recôncavo baiano*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo Social. *Revista de sociologia da USP*, v. 18, n.1, p. 217-240., 2006,

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o seu mundo e outros, Salvador 1790-1890*. São Paulo: Corrupio; Brasília, CNPq, 1988.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. Salvador: Bigraf, 1996. 2v.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo baiano. 1750 -1800. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 33, p. 87-132,2005.

_____. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001. (Centro de pesquisa em história social da cultura).

PINAUD, João Luizet.al. *Insurreição negra e justiça: Paty dos alferes, 1838*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção RJ, 1987.

PINHO, Patricia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

PINHO, Wanderley. Era assim o Recôncavo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n.147, p. 391-393, abr.-jun. 1986.

PINTO, Costa L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100. (Texto original de 1959).

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; OLIVEIRA, Rosy. (Org.). *Olhares sobre o mundo negro: Trabalho, cultura e política*. Curitiba: Progressiva, 2010.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

_____. *Fios da vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 141-174, 2006.

PIROLA, Ricardo Figueredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. 2012. 444f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

_____. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia 1850-1888*. 2007.f. 300. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

_____. *Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012. p. 172-185.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história de levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar.- ago. 1988.

_____. AZEVEDO, Elciene. (Org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia às vésperas da abolição. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, p. 199-242, 2000.

_____. *Domingos Sodré: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcos. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-c.1853)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

_____. (Org.). *Escravidão invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP: dossiê povo negro – 300 anos*, São Paulo, n 28, p. 14-39, 95-96, dez.-fev., 1995-1996.

_____. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, Salvador, n 15, p. 100-126, 1992.

REVEL, Jaques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Revista USP, Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 373-388. (2010), , 2010.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)*. 2012. 218f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2012.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100. (Texto original de 1959).

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Mayara Plácido. Experiências de trabalhadores pobres em Feira de Santana (1890-1930). 2012, f.159. Dissertação de mestrado. Feira de Santana, UEFS.

SILVA, Cesar Mucio. *Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVIA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atitude feminina*. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. 2.ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

_____. Senhores e Subalternos no Oeste paulista In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.233-290. (História da vida privada no Brasil 2).

SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

SOARES, L. C. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar.-ago. 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed.. Niterói: EDUFF, 2011.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus (1888-1930)*.2012. 235f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Pós-abolição na Bahia: posses, status e parentesco entre os derradeiros africanos da vila de Nazaré das Farinhas*. V 2. In. Orgs Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Hebe Mattos. Niterói; Editora da UFF, 2014. Versão digital.

SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*.2010. 160f. Dissertação (Mestrado em História). – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

SOUZA, Laís Viena de. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes: os pueris na prédica do padre Alexandre de Gusmão S. J. (séculos XVII e XVIII)*. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em História). – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

SOUZA, S. Robério. *“Tudo pelo trabalho livre!”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*.2. ed. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Melhoramentos, [1938].

TAPAJÓS, Verônica Maria Nascimento. *As cartas de alforria da Cidade do Rio de Janeiro: diversidades e peculiaridades nas relações de poder senhorial nas primeiras décadas do século XIX*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antônio Luigi Negro, Cristina Maneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

_____. *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e rede urbana na Bahia*. In: encontro nacional da ANPUH, 10, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

WANDERLAY, Lygia Maria Alcântara. Fábricas Dannemann e Suerdieck. In: BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. *Carnaval de Maragogipe*. Salvador: FPC, 2010, 62p. (Cadernos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, V. 3.)

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Arranjos de sobrevivência escrava na cidade de São Paulo no século XIX. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 119, p. 1001-113, 1988.

_____. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 2009.